

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO

Julio Cesar Gonçalves da Silva

Partido, política e organização:

O PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010).

Curitiba
2011

Julio Cesar Gonçalves da Silva

Partido, política e organização:

O PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical no Brasil (2004-2010).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Adriano Nervo Codato

Curitiba
2011



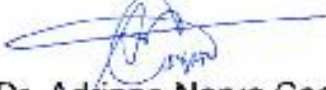
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
 Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 908 Fone: 3360-5233

ATA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Ciência Política. No dia 19 de abril de 2011, às 15:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, composta pelos Professores Doutores Luciana Fernandes Veiga – PPGCP-UFPR, Álvaro Gabriel Bianchi Mendez – UNICAMP e Adriano Nervo Codato – PPGCP-UFPR, orientador e Presidente da Banca Examinadora, com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) JULIO CESAR GONÇALVES DA SILVA, intitulada "**Partido, política e organização: o PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical no Brasil (2004-2010)**". O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela Coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feito pelo orientador Prof. Dr. Adriano Nervo Codato. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela "^{Aprovação}....." do(a) acadêmico(a), com nota 9,5 (nove e meio)..... e conceito A....., habilitando-o ao título de Mestre em Ciência Política. Curitiba, 19 de abril de 2011.


 Prof. Dr. Luciana Fernandes Veiga


 Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez


 Prof. Dr. Adriano Nervo Codato
 Orientador e presidente da banca examinadora

“O proletariado, na sua luta pelo poder, não tem outra arma senão a organização. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado pelos trabalhos forçados ao serviço do capital, constantemente atirado ao abismo da miséria mais completa, do embrutecimento e da degenerescência, o proletariado só pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente, uma força invencível quando a sua unidade ideológica, baseada nos princípios do marxismo, é cimentada pela unidade material da organização que reúne milhões de trabalhadores num exército.”

Lenin

Lista de quadros

Quadro 2.1: Tipos ideais de partidos de esquerda	49
Quadro 4.1: Membros da CEN do PSOL	99
Quadro 4.2. Parlamentares do PSOL.....	104
Quadro 4.3. Movimentos sociais e entidades de classe que os parlamentares do PSOL participaram ou participaram	108
Quadro 5.1: Taxa de renovação por tendência	151

Lista de Tabelas

Tabela 2.1: Fonte de captação de recursos do PT, PSTU e PSOL em 2007 e 2009.....	54
Tabela 2.2: Despesas com pessoal.....	58
Tabela 3.1: Desempenho eleitoral da esquerda radical brasileira no período 1994-2006.....	75
Tabela 3.2: Votação dos Deputados Federais do PSOL candidatos à reeleição em 2006.....	76
Tabela 6.1: Votação da nova esquerda radical nas quatro últimas eleições legislativas na Dinamarca, Portugal, Itália, Grécia e Alemanha	165
Tabela 6.2: Candidaturas da Frente de Esquerda a governador em 2006.....	165
Tabela 6.3: Votação Frente de Esquerda para o Senado em 2006	166
Tabela 6.4: Desempenho eleitoral individual dos candidatos do PSOL nas eleições para deputado federal em 2006.....	167
Tabela 6.5: Desempenho eleitoral individual dos candidatos do PSOL nas eleições para Governador em 2010	168
Tabela 6.6: Desempenho eleitoral individual dos candidatos do PSOL nas eleições para Senador em 2010	169
Tabela 6.7: Desempenho eleitoral estadual do PSOL nas eleições para Deputado Federal em 2010	170

Lista de gráficos

Gráfico 3.1: Filiados e militantes do PSOL.....	73
Gráfico 3.2: Votação da esquerda radical nas eleições gerais de 2006	77
Gráfico 3.3: Votação da esquerda radical nas eleições municipais de 2008	78
Gráfico 3.4: Votação dos candidatos da Frente de Esquerda nas eleições gerais de 2010.....	80
Gráfico 3.5: Histórico da votação do PSOL nas eleições gerais	80
Gráfico 5.1: Histórico dos candidatos à reeleição de deputado federal.....	149
Gráfico 6.1: Comparação Itália, França, Portugal e Alemanha nas duas últimas eleições do parlamento europeu	165

Lista de Siglas e Abreviaturas

Partidos Políticos Brasileiros

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

PSTU: Partido Socialismo e Liberdade

PV: Partido Verde

PCB: Partido Comunista do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro (após 1960)

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCO: Partido da Causa Operária

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PPS: Partido Popular Socialista

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PMN: Partido da Mobilização Nacional

PTN: Partido Trabalhista Nacional

PSDC: Partido Social Democrata Cristão

PPS: Partido Popular Socialista

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

Partidos Políticos Estrangeiros

PRC: Partido da Refundação Comunista (Itália)

BE: Bloco de Esquerda (Portugal)

DL: Die Linke (Alemanha)

PDS: Partido Democrático Socialista (Alemanha)

SPD: Partido Social-Democrata (Alemanha)

NPA: Novo Partido Anticapitalista (França)

LCR: Liga Comunista Revolucionária

SWP: Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP)

Instâncias do PSOL

CEN: Comissão Executiva Nacional

CEE: Comissão Executiva Estadual

CEM: Comissão Executiva Municipal

DN: Diretório Nacional

DE: Diretório Estadual

DM: Diretório Municipal

Tendências internas do PSOL

MES: Movimento de Esquerda Socialista

CSOL: Corrente Socialismo e Liberdade

APS: Ação Popular Socialista

ENL: Enlace

PP: Poder Popular

CST: Corrente Socialista dos Trabalhadores

LV: Liberdade Vermelha

MRA: Marxismo Revolucionário Atual

LR: Liberdade e Revolução

TLS: Trabalhadores na Luta Socialista

LSR: Liberdade Socialismo e Revolução

AS: Alternativa Socialista

Tendências do PT

DS: Democracia Socialista

AE: Articulação de Esquerda

FS: Força Socialista

CS: Corrente Socialista

Movimentos sociais e sindicais

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

CONCUT: Congresso da CUT

CONCLAT: Congresso da classe trabalhadora

CUT: Central Única dos Trabalhadores

CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas

CTB: Confederação dos Trabalhadores do Brasil

CGTB: Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

MTL: Movimento Terra Trabalho e Liberdade

MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

CSC: Corrente Sindical Classista

MAS: Movimento Avançado Sindical

CEB: Comunidade Eclesial de Base

Outras Siglas e Abreviaturas

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

PED: Processo de Eleição Direta

MNPS: Movimento por um Novo Partido Socialista

ESD: Esquerda Socialista e Democrática

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

Agradecimentos

Ao meu orientador Adriano Nervo Codato por ter aceitado o desafio e ter conduzido o trabalho com dedicação e respeito a minha autonomia intelectual. Seus conselhos teóricos e metodológicos foram essenciais para o desprendimento necessário para investigar com o máximo de objetividade possível algo tão familiar.

À banca de qualificação, Luciana Veiga e Renato M. Perissinotto, cujas contribuições enriqueceram em muito esta dissertação. Do mesmo modo, agradeço a Alvaro Bianchi cujas críticas permitiram identificar algumas falhas epistemológicas e, por consequência, uma redação final mais adequada para apresentar os resultados dessa investigação.

Ao CNPq pelo auxílio material e aos dirigentes nacionais do PSOL que cederam informações pessoais para esta pesquisa.

Aos meus amigos e colegas da UFPR pelas conversas e indicações de bibliografia, em especial à Bernardo Pilotto por ter me fornecido o trabalho de Delmanto e Seda que foi de tanta valia para esta pesquisa.

Ao camarada Douglas Branco Lopes Pessanha por ter traduzido o resumo para a língua do Império em decadência.

Aos militantes do PSOL-PR, em especial àqueles com quem eu tive oportunidade de debater sobre o conjunto de preocupações que nos afetam na militância política e que, em parte, esta dissertação procura traduzir cientificamente.

À minha mãe pelo apoio necessário para que eu pudesse seguir esta improvável trajetória acadêmica para os membros da nossa classe e ao meu pai por ter me inspirado na luta pelo bom combate.

Dedico esta dissertação à minha filha e à minha esposa que tiveram que suportar durante tanto tempo a minha ausência mesmo quando estava de corpo presente. Patrícia e Juliana, o amor que tenho por vocês foi a fonte de inspiração e de energia para seguir em frente mesmo nos momentos de maior desânimo e fadiga.

Resumo

Esta dissertação aborda a relação entre organização partidária e linha política no PSOL durante o período de 2004 a 2010. Através da constatação do caráter de nova esquerda radical deste partido, toma-se como um problema o pressuposto da perspectiva organizacional de que a vida partidária possui efeitos degenerativos sobre o radicalismo. Com o objetivo de verificar as debilidades e virtudes de cada um dos aspectos organizativos analisados (origem, estrutura, ambiente externo, grupos internos e coalizão dirigente) para a preservação de uma linha política consonante com o objetivo socialista do partido, o estudo apresenta uma metodologia variada com destaque para a análise de conteúdo multidocumental. Inicialmente são levantadas três hipóteses: 1) predomínio da tendência à adaptação à dinâmica capitalista; 2) predomínio dos elementos organizacionais contrários a esta adaptação; 3) equilíbrio entre estes elementos. Verificou-se a terceira hipótese como sendo a mais correta. Assim, apesar do conjunto de debilidades do partido verificado ao longo do trabalho, foi possível afirmar o caráter socialista do PSOL como uma equação em aberto.

Palavras-chave: partidos políticos, organização partidária, política, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

Abstract

This dissertation broaches relationship between PSOL partisan organization and political orientation organization during the years 2004 to 2010. Through the verification of radical new left characteristic of this party, we have as a scientific problem: the degenerative effects of partisan life on radicalism assumed in organizational perspective. With the objective of verify the weakness and virtue of every aspect analyzed (origin structure, exterior influence, internal groups and coalition chairperson) to preservation of a political view suitable to socialist objectives of the Party, this dissertation introduces miscellaneous methodology with focus to content analysis multidocumental. At first are indicated three hypotheses: 1) Predominance of tendency to adaptation to capitalist dynamics. 2) Predominance of organizational elements in opposition to this adaptation. 3) Balance between these elements. It was verified the third hypothesis is the correct. Therefore, despite the group of fragility on party verified in this dissertation, it was possible to assert the socialist PSOL character as an opened equation.

Keywords: Political Party, partisan organization, policy, Socialism and Liberty's Party

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1: Modelo originário	12
1.1. Antecedentes históricos	14
1.2. A formação do Partido Socialismo e Liberdade	18
Capítulo 2: A ordem organizativa.....	33
2.1. Órgão de base.....	34
2.2. Articulação geral	40
2.3. Centralização	45
2.4. Sistema de distribuição de incentivos	52
Capítulo 3: O ambiente externo: o PSOL e suas arenas	61
3.1. O território de caça	62
3.2. As arenas institucionais	74
Capítulo 4: Coalizão dirigente e grupos internos.....	84
4.1. O PSOL e suas tendências	84
4.1.1. Bloco de esquerda	84
4.1.2. Bloco de direita	88
4.1.3. Bloco de centro	91
4.2. A coalizão dirigente	96
4.2. 1. As comissões executivas.....	98
4.2.2. A face pública	104
Capítulo 5: Organização, coalizão dirigente e linha política.....	110
5.1. A primeira coalizão dirigente	110
5.2. O período do I Congresso	122
5.3. O período das eleições de 2008.....	128
5.4. O período do II Congresso.....	133
5.5. O período das eleições de 2010.....	140
Considerações finais	154
Referências Bibliográficas	159
Anexos	165

Introdução

Vivemos essa grande transição, esse grande intervalo entre dois extremos, entre o “não mais” e o “ainda não”, em que o antigo não acabou de morrer enquanto o novo pena para nascer e corre o risco de perecer antes mesmo de ter vivido.

Daniel Bensaïd

Em um período de tempo relativamente curto surgiram diversas organizações partidárias na Europa situadas à esquerda dos partidos sociais democratas no espectro político: Aliança Verde-Vermelho na Dinamarca¹ em 1989, Partido da Refundação Comunista² (PRC) na Itália em 1991, Bloco de Esquerda³ (BE) em Portugal no ano de 1999, Respect⁴ na Inglaterra em 2004, Syriza⁵ na Grécia em 2004, Die Linke (DL)⁶ na Alemanha em 2007, Novo Partido Anticapitalista na França⁷ (NPA) em 2009, etc. Estes partidos passaram a formar um campo político que Daniel Bensaïd denomina de “nova esquerda radical”. Segundo o filósofo francês esse campo “surgiu no fim dos anos noventa com a renovação dos movimentos sociais e o auge do movimento alter-mundista” e sua “novidade reside em seu avanço eleitoral [...] que esboça uma tendência europeia (...), ainda frágil e desigual, segundo os distintos sistemas eleitorais⁸” (Bensaïd, 2010).

A principal explicação para a emergência desse fenômeno está no contexto de crise política da esquerda tradicional. Os partidos comunistas identificados “com o ‘campo

¹ Formado pela união das seguintes organizações: Socialistas de Esquerda, Partido Comunista da Dinamarca, Partido Socialista e Partido Comunista dos Trabalhadores.

² Formado pela união de militantes do Partido Comunista Italiano que não aceitaram a decisão de dissolução do partido com uma organização de extrema esquerda chamada Democracia Proletária, a qual, ela própria, era formada por diversas organizações revolucionárias.

³ Formado pela de uma fusão de três organizações da esquerda portuguesa em 1999: o Partido Socialista Revolucionário de origem trotskista, a União Democrática Popular de origem maoísta e a Política XXI que era formada por uma dissidência do Partido Comunista Português em associação com outros agrupamentos políticos de esquerda. Posteriormente, outras agremiações – entre as quais a mais expressiva é a trotskista Ruptura/ Frente de Esquerda Revolucionária – e militantes dos diversos movimentos sociais sem tradição partidária também aderiram ao BE.

⁴ O Respect é uma frente única de diversas organizações da esquerda radical, entre elas, o trotskista Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP).

⁵ Coligação da Esquerda Radical formada por diversas organizações, entre elas: Synaspismos, Renovação da Esquerda Comunista Ecológica, Trabalhadores Internacionalistas de Esquerda, uma cisão do Partido Comunista da Grécia chamada Keda, Active Citizens, etc.

⁶ Formado pela fusão entre o Partido do Socialismo Democrático (PDS), antigo partido único da Alemanha Oriental, com o WASG (movimento social que atraiu diversos setores da esquerda do Partido Social-Democrata, o SPD) e algumas organizações de extrema-esquerda.

⁷ Formado a partir da dissolução da Liga Comunista Revolucionária (LCR) para a constituição de um partido amplo.

⁸ Para alguns resultados eleitorais desse espectro político, ver tabela 6.1, em anexo.

socialista’ e com a União Soviética, desapareceram ou viram sua base social se dissolver” enquanto a social-democracia “ao acompanhar e impulsionar as políticas liberais no marco dos tratados europeus, contribuiu ativamente para dismantelar o Estado de bem-estar social, no qual obtinha sua legitimidade” (Idem).

A conversão dos partidos social-democratas ao social-liberalismo abriu um vazio no espectro político que os partidos comunistas de origem stalinista em crise terminal foram incapazes de ocupar. A extrema esquerda existente também não demonstrou força suficiente para preencher este espaço. De onde a emergência de partidos amplos que incluem uma grande diversidade de posições políticas à esquerda do social-liberalismo: reformistas, ex-stalinistas, militantes da extrema-esquerda, etc. Algumas vezes composta por frentes partidárias organizadas para a disputa eleitoral (ex. Syriza e Respect), outras vezes possuindo uma organização mais sólida com a transformação das organizações que lhe deram origem em simples tendências (ex. Bloco de Esquerda e Die Linke), estes partidos possuem em comum o fato de terem nascido da fusão ou da aliança de diversas organizações de esquerda⁹.

Apesar das semelhanças, “a nova esquerda não constitui uma corrente homogênea (...). Inscreve-se mais bem num campo de forças polarizado, de um lado, pela resistência e pelos movimentos sociais, e do outro, pela tentação da respeitabilidade institucional” (Idem). Alguns partidos procuram manter a independência em relação à social-democracia se colocando dentro de uma perspectiva de longo prazo para se consolidar como uma real alternativa anticapitalista. Outros procuram ganhar maior espaço institucional em curto prazo, de onde está sempre colocada a possibilidade de formação com alianças com setores da esquerda moderada comprometendo o caráter radical dos seus objetivos.

No Brasil, a experiência do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) aproxima-se desse quadro europeu. Fundado em 2004, este partido reúne militantes de esquerda das mais distintas tradições desiludidos com os rumos do Partido dos Trabalhadores (PT) que chegou ao poder executivo em 2002 e com a experiência de isolamento da extrema-esquerda representada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Organização

⁹ A exceção é o NPA. Pierre Rousset (2009), um dos principais dirigentes da LCR, aponta que o partido nunca esperou se tornar um partido de massas pela simples ampliação. Antes, o objetivo era contribuir para a formação de partidos amplos. Segundo ele, a LCR vislumbrava recentemente três cenários possíveis para a construção de novos partidos: 1) a radicalização de setores dos partidos já existentes (PS e PC) como no caso da Itália; 2) O “esquema brasileiro” (PT), em que o novo partido seria construído por um movimento operário radicalizado com a participação das organizações revolucionárias; 3) A unificação de grupos políticos da esquerda radical como o caso do Bloco de Esquerda. Como nenhum desses cenários se realizou na França, a LCR decidiu se dissolver e chamar os diversos ativistas sociais para a construção pela base de um novo partido. Os militantes da LCR colocavam como única condição a não aceitação de alianças com o PS. Esta reflete a experiência do PRC na Itália e das tendências de esquerda do PT no Brasil, no qual a participação em governos sociais-liberais provocou a desagregação ideológica da organização.

pluralista e com melhor desempenho que o restante da esquerda radical do país¹⁰, a novidade representada pelo PSOL no sistema partidário brasileiro pode ser comparada ao surgimento da nova esquerda radical européia. E, assim como esta, o partido brasileiro vive o dilema entre a tentação institucional e a luta para afirmar-se como uma alternativa socialista.

Se o PSOL surgiu na cena política reivindicando os objetivos socialistas que o PT abandonou ao longo de sua trajetória, seria ele capaz de construir uma trajetória alternativa? O equacionamento dessa questão pode estar na compreensão do fato de que os partidos são, “antes de tudo”, organizações (Panebianco, 2005, p.3).

Segundo Panebianco, a maior parte dos estudos sobre os partidos políticos até então haviam incorrido em dois tipos de preconceitos: o “preconceito sociológico” e o “preconceito teleológico”. O primeiro “consiste em considerar as atividades dos partidos (...) como o produto de ‘demandas’ dos grupos sociais por eles representados e, mais em geral, que os próprios partidos nada mais são do que a manifestação das divisões sociais” (Idem, p.4). O segundo “consiste em atribuir a priori alguns ‘objetivos’ aos partidos; objetivos esses que, segundo o observador, representam a razão de ser do partido em exame” (Idem, p.6).

A crítica de Panebianco atinge, entre outras perspectivas, certos marxismos que associam mecanicamente os partidos às classes sociais. Nesse típico caso de preconceito sociológico, o que se perde é a especificidade do político. A representação aparece como um simples *a priori* produzindo simplificações da realidade política que geram a sua incompreensão. A redução dos partidos à simples representantes de interesses de classes torna incompreensível não somente os casos de afastamento do partido dos interesses classistas como o próprio processo de construção destes. Ao se conceber os interesses como simples produtos objetivos decorrentes de um determinado local ocupado pela classe social na estrutura econômica, perde-se de vista o processo histórico de formação da classe em que os interesses são continuamente elaborados e modificados a partir de experiências concretas (Thompson, 1987).

Contudo, a crítica do preconceito sociológico não atinge o marxismo como um todo. Em oposição às versões mais economicistas do marxismo, tem se desenvolvido uma forte vertente deste que trabalha com uma concepção de que o político é irredutível ao social. Assim, antes da representação ser dada como um *a priori*, é pensada como o problema a ser investigado. Em um cuidadoso estudo das obras marxianas, Bensaïd (1999) demonstra que em

¹⁰ Segundo Lacerda e Moura (2010), a atual esquerda radical brasileira legalizada é composta pelos seguintes partidos: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Para ver o desempenho eleitoral do PSOL em perspectiva comparativa com estes partidos ver seção 3.2.

todos os pontos da análise de Marx correspondência e discordância se combinam: na relação entre representantes e representados, na relação entre o político e econômico, na relação entre concepções do mundo e posição na estrutura social, etc. Negando a noção da totalidade social como um todo homogêneo, esta é concebida como cindida pela discordância entre os tempos e esferas que a constitui.

Esta “especificidade irreduzível do político faz da caracterização social do Estado, dos partidos, a fortiori das teorias, um exercício eminentemente perigoso” (Bensaïd, 1999, p. 167). O grande problema, então, é articular duas dimensões contraditórias da mesma realidade: o político é e, ao mesmo tempo, não é expressão da divisão entre classes sociais.

A formação da classe trabalhadora como um sujeito coletivo com um projeto social autônomo em luta pela hegemonia social não é um dado natural da classe: “Se o proletariado é a classe potencialmente emancipadora, essa virtualidade não se realiza automaticamente” (Idem, p. 166). Devido à própria lógica de funcionamento do capital, o oprimido é “obrigado a resistir sob pena de ser pura e simplesmente esmagado” (Idem, 1999, p. 191). Porém, o desenvolvimento de uma consciência de classe revolucionária é constante destruído por fenômenos como o do fetichismo da mercadoria (Marx, 2002) e pela hegemonia burguesa no seio da sociedade civil (Gramsci, 2002). Assim, a consciência empírica da classe trabalhadora tende a não ultrapassar os limites da concepção burguesa do mundo, tende a se adaptar à realidade capitalista existente. A formação de uma “consciência ético-política” nas classes subalternas, isto é, a autoconsciência da necessidade destas se tornarem hegemônicas política, econômica e culturalmente, pelo contrário, é uma construção social em que o partido joga um papel chave (Gramsci, 2002). Por esta razão, o partido deve ser compreendido mais do que como uma simples expressão da divisão social de classes, mas como o próprio mecanismo que estabelece ou não a possibilidade desta se apresentar autonomamente na cena política:

Os fatos ideológicos de massa estão sempre *atrasados* em relação aos fenômenos econômicos de massa e como, portanto, em determinados momentos, o impulso automático devido ao fator econômico tem seu ritmo diminuído, é travado ou até mesmo destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais; e que, por isso, deve haver *luta consciente* e previamente projetadas para que sejam compreendidas as exigências da posição econômica de massa, que podem estar em contradição com as diretrizes dos líderes tradicionais. *Uma iniciativa política é necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional*, ou seja, para modificar a direção econômica de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de formar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo e sem contradições internas (Gramsci, 2002, p.69-70).

O que nos remete para o nosso objeto com uma nova perspectiva: o PSOL se relaciona de que modo com esse processo de construção de uma consciência da classe trabalhadora? Ele tende a se adaptar à consciência empírica ou tende a desenvolvê-la em um sentido ético-político? Ou ainda sua heteronomia de projeto em relação à consciência empírica de classe tende a condená-lo permanentemente a ocupar um espaço minoritário do espectro político-partidário?

Uma resposta para estas questões que evite ao mesmo tempo cair nos preconceitos sociológicos e teleológicos deve partir da compreensão da própria lógica do funcionamento interno dessa organização. Em outras palavras, *a questão do partido como representação nos conduz a uma interpretação do partido como organização.*

Um dos precursores da perspectiva dos partidos como organização, Michels (1982) direcionou suas observações teóricas justamente contra a percepção marxista do partido como representante de classe. Através de seus estudos sobre a social-democracia europeia, sobretudo o Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), ele observou que a lógica organizativa dos partidos operários trazia graves conseqüências políticas sobre os objetivos socialistas destes. Descrevendo o processo verificado de afastamento dos dirigentes do SPD da classe que estes afirmavam representar como sendo decorrente de uma lei inexorável de oligarquização, afirmou que os fins oficiais do partido tendem a ser substituídos pelos interesses de sobrevivência da própria organização da qual provém o poder dos dirigentes. Assim, a radicalidade de projeto de um partido socialista necessariamente seria deixada de lado no decorrer do processo evolutivo da organização, pois a preservação do aparelho implica em uma prática mais conservadora, na qual o partido procura se adaptar às instituições capitalistas que oficialmente deveria derrubar. Este processo de “substituição de fins” estaria inscrito na própria lógica do funcionamento do partido como organização: ao tornar-se “um fim em si mesmo, dando-se propósitos e interesses próprios, ele [o partido] se separa pouco a pouco da classe que representa” (Michels, 1982 p.234).

Apesar do seu caráter fortemente preditivo, a teoria de Michels apresenta-se em debilidade ao encontrar-se fora de sintonia com a moderna epistemologia devido ao seu caráter determinista. Entretanto, esta perspectiva ganha um novo impulso quando este elemento é relativizado.

Seguindo a perspectiva aberta por Michels, Panebianco (2005) afirma que todo partido está confrontado com os seguintes “dilemas organizativos” que ele deve equilibrar de algum modo ao longo de seu desenvolvimento: a) Modelo racional versus modelo do sistema

natural; b) Incentivos coletivos versus incentivos seletivos; c) Adaptação ao ambiente versus predomínio; d) Liberdade de ação versus coerções organizativas.

Durante o seu processo de construção e consolidação, uma organização voluntária precisa distribuir incentivos para recrutar e manter seus membros na atividade. Esses incentivos são distinguidos em três tipos: coletivos de identidade, seletivos materiais e seletivos de status. A “ideologia” partidária e os objetivos oficiais dela decorrente conferem identidade ao partido possibilitando que confluam para este os indivíduos que com ela se identificam (incentivos coletivos). Porém, como existem diversos tipos de obstáculos que se colocam para dedicação de todos em tempo integral à organização (seja de ordem familiar, financeira, etc., além, é claro, da incerteza de que estes objetivos serão atingidos e quanto à importância da sua ação individual), decorre uma descontinuidade da atividade da maior parte dos membros partidários. Assim, para garantir a continuidade da organização é necessário que o partido distribua recursos financeiros (incentivos seletivos materiais) e cargos de direção que conferem status e poder aos seus ocupantes (incentivos seletivos de status).

Esta distinção entre diferentes tipos de incentivos permitem evitar dois erros simétricos: o de considerar o partido como simples instrumento para realização de uma causa (modelo racional ou sistema de solidariedades) ou de considerá-lo como um simples mecanismo gerador de interesses próprios (sistema natural ou sistema de interesses). O primeiro erro implica claramente no preconceito teleológico, o segundo leva a uma desconsideração do papel efetivo que os incentivos coletivos jogam na vida partidária. Se a “ideologia” partidária e os objetivos oficiais podem ser descritos muitas vezes fundamentalmente como uma simples máscara sob o qual se escondem interesses seletivos, não se pode ignorar que são eles que sustentam a própria identidade partidária que garante a ação política da base, algo fundamental na existência dos chamados “partidos de massa”.

Se todo partido é, ao mesmo tempo, um sistema de solidariedades e um sistema de interesses, o modo como cada partido soluciona este dilema dá origem a distintos desdobramentos e diversas tensões que irão envolver permanentemente a vida partidária. De onde cabe também aqui a crítica ao determinismo de Michels que afirma a tendência à oligarquização com a substituição de fins como uma lei de bronze. O que ocorre na verdade é que o dilema adaptação versus predomínio sobre o ambiente permanece como uma constante na vida dos partidos. Uma estratégia de predomínio muito acentuada pode colocar em risco a estabilidade partidária e, por conseguinte, o sistema de interesses que se assenta sobre o fluxo de incentivos seletivos. Pelo contrário, uma estratégia de adaptação muito pronunciada visando garantir a maximização do fluxo dos incentivos seletivos pode produzir uma crise no

partido enquanto sistema de solidariedade ao comprometer a própria identidade partidária. É exatamente por isso que apenas em casos extremos poderia se falar em substituição de fins, em condições normais o que ocorre é um processo de maior ou menor articulação dos fins tendo em vista o atendimento dos distintos tipos de interesses que brotam no interior da organização. Por esta razão a tão propalada liberdade de ação dos líderes encontra um limite natural na própria coerção organizativa que lhes impõe uma busca pela manutenção de um equilíbrio estável entre os diversos dilemas organizativos.

Os distintos modos como os partidos políticos procuram equilibrar esses dilemas dão origem a distintas ordens organizativas. Estas tendem a se desenvolver ao longo do tempo em um processo que Panebianco denomina de institucionalização responsável pelas seguintes transformações:

a) Do sistema de solidariedade ao sistema de interesses, ou seja, de uma organização forjada para tentar alcançar os fins compartilhados por todos os participantes (conforme a perspectiva do modelo racional) a uma organização tendente a garantir a sobrevivência e a mediar objetivos e demandas heterogêneas (conforme a perspectiva do modelo do sistema natural).

b) Por conseguinte, a passagem de uma fase em que a organização é dominada por uma ideologia manifesta a uma fase em que a ideologia organizativa se torna latente. A essa transformação corresponde a uma modificação paralela no sistema de incentivos: de (predominantemente) coletivos de identidade a (predominantemente) seletivos – materiais sob a forma de retribuições regulares de um corpo burocrático. Tais transformações, por sua vez, acompanham e facilitam a passagem de uma fase dominada por uma participação de tipo “movimento social a uma fase dominada pela participação profissional.

c) De uma estratégia expansiva de predomínio sobre o ambiente a uma estratégia circumspecta de adaptação ao ambiente.

d) De uma fase de máxima liberdade de ação dos líderes (na definição dos objetivos, na seleção da base social, na formação da organização em geral) a uma fase de máxima compressão de liberdade de escolha e de manobra dos líderes (Panebianco, 2005, pp.318-319).

Se esse “tipo ideal” de desenvolvimento organizativo aproxima sua perspectiva com a de Michels inclusive com fortes traços deterministas que consideramos útil relativizar, Panebianco observa, contudo, que este desenvolvimento pode ser perturbado por diversos fatores, entre os quais destacamos o *modelo originário e as relações de poder no interior do partido cuja dinâmica é condicionada pelas mudanças ambientais*.

Estas observações teóricas colocam em primeiro plano a perspectiva histórica e outros dois elementos que consideramos necessários adequá-los aos nossos objetivos. O primeiro elemento se refere à questão das relações de poder: se estas condicionam o desenvolvimento organizativo, a análise da estrutura partidária encontra complemento na investigação dos personagens que concentram a maior parte desse poder. O que nos conduz à importância de

problematizar o conceito de “coalização dominante” de Panebianco. Uma das vantagens desse conceito é que ele permite observar que nem sempre o poder organizativo reside na direção. Não apenas reside algum grau de reciprocidade de poder em todos os níveis da organização partidária, como por vezes o centro do poder pode se localizar fora da direção tal como em líderes locais, no corpo parlamentar ou em lideranças de organizações externas ao partido tal como os líderes das *trade unions* inglesas no Partido Trabalhista do início do século XX. Assim, o conceito de *coalizão dominante* aparece como sendo mais preciso do que o de direção política, pois ele permite dar conta do poder efetivo da organização, o qual na maioria dos casos difere do formal. Entretanto, esta noção pode conferir o mal-entendido de que sempre a direção efetiva do partido o domina, não estabelecendo nenhuma relação efetiva de representação. Partindo de uma premissa diferente da elitista de Panebianco e Michels, consideramos que a luta pelo poder não pode ser isolada do seu conteúdo. Por essa razão, optamos pela noção de *coalizão dirigente* mantendo o termo “coalizão majoritária” de Panebianco para se referir à fração hegemônica desta.

O segundo elemento se refere à questão das relações da organização com o ambiente que condiciona estas relações de poder. Através de uma abordagem não institucionalista deste elemento, retornamos por caminho próprio à abordagem marxista da luta de classes: consideramos aqui este ambiente que condiciona a vida partidária como a contraditória sociedade capitalista com suas instituições que sustentam a hegemonia burguesa e na qual lutam para se desenvolver os elementos de contra-hegemonia das classes subalternas. O que não elimina, antes ressalta, que a representação de classe deve ser explicada em termos organizacionais, pois em nossa perspectiva a *estratégia partidária* que fundamenta *tipos diferenciados de representatividade* classista não é apenas função do contato com as experiências concretas da luta de classes, mas também da “*ordem organizativa*”.

O objetivo desse trabalho é compreender os efeitos da organização sobre a linha política e, conseqüentemente, sobre o tipo de representatividade de classes assumida pelos partidos políticos. Mais especificamente, o que pretendemos é demonstrar as tendências gerais que a “ordem organizativa” do PSOL impõe à dinâmica da linha política até agora adotada pelo partido. Desse modo, o problema empírico que esta dissertação tem como objetivo equacionar pode ser sintetizado do seguinte modo: *o desenvolvimento organizativo do PSOL relaciona-se de que modo com o objetivo partidário de construir a hegemonia das classes subalternas?* O quadro teórico esboçado acima nos fornece as seguintes hipóteses para esta questão: a) a tendência de adaptação à institucionalidade burguesa se apresenta como o

elemento mais forte do desenvolvimento organizativo; b) existem mecanismos organizativos que permitem contrabalançar esta tendência e, portanto, a questão que se coloca é a possibilidade do partido escapar do isolamento político; c) existe um equilíbrio entre esses dois elementos contraditórios e, portanto, o caráter socialista do PSOL é uma equação em completa indefinição.

Ao adotar uma abordagem não determinista, este estudo se apresenta não como um prognóstico sombrio de um inevitável processo de descaracterização dos partidos a partir do seu desenvolvimento organizativo, mas como um alerta. Pretendemos revelar tendências não para descrever por antecipação um curso inevitável dos acontecimentos, mas para prevenir sobre os riscos que se abatem sobre a organização partidária se não forem observadas determinadas variáveis que podem a longo ou médio prazo comprometerem a própria razão pela qual foi criada sua existência. Como observou um célebre filósofo e militante comunista italiano: “é possível prever ‘cientificamente’ apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento” (Gramsci, 2004, p.121). O papel do cientista crítico tem, portanto, afinidade com o do profeta messiânico: “Com efeito, o profeta não se abandona ao ‘fervor da espera’. Ele se esforça por frustrar as paradas do destino danoso se... Condicional, a profecia messiânica não é a espera confiante ou resignada de um acontecimento anunciado, mas o despertar à possibilidade de sua vinda” (Bensaïd, 1999, p.87). Visto por outro ângulo, isto significa que embora estejamos de acordo com o slogan simpático do partido que afirma que “sem o PSOL, a democracia perde um lado”, de forma alguma este estudo se afirma como uma apologia deste “partido necessário”. Bem pelo contrário, a perspectiva crítica adotada procura apontar os limites dessa organização para cumprir o papel que seus fundadores oficialmente propuseram para ela no momento de ruptura com o PT e o PSTU.

Além dessas razões práticas, este trabalho se justifica pelo fato de explorar um objeto que permanece praticamente ignorado no campo das ciências acadêmicas. Se o PT desde seu nascimento chamou a atenção da intelectualidade brasileira que o apresentou como uma grande novidade, o PSOL ainda carece de estudos. Para isto, contribui o fato de que o nascimento do partido não teve o mesmo impacto social e político: o PSOL não nasceu de nenhum movimento operário de massas, mas de um aparente pequeno racha parlamentar. Contudo, embora o cenário político e social no país não seja muito favorável para um rápido desenvolvimento de uma alternativa partidária à esquerda do PT, consideramos que a tarefa de compreender este novo partido pode ter implicações muito mais importantes do que o estudo de um partido periférico no sistema partidário brasileiro (o que por si só já poderia

trazer descobertas interessantes já que existe uma tendência absolutamente natural de que sejam priorizadas apenas as grandes organizações). Conforme as observações feitas anteriormente, este estudo do PSOL pode ter um significado mais amplo que é o de contribuir para compreender esse campo político que chamamos aqui de nova esquerda radical e que se apresenta como um fenômeno mundial cujo alcance ainda é cedo para ser pressentido.

Quanto à metodologia adotada, vale observar que, em primeiro lugar, por se tratar de um objeto dinâmico e de uma problemática que visa capturar configurações, o método histórico se impõe como o mais apropriado. As fontes principais para esta investigação são os raríssimos estudos sobre o PSOL e uma série de documentos disponibilizados no site do partido e das suas tendências internas, fundamentalmente as resoluções das tendências e dos Congressos, Encontros, Conferências, Diretório Nacional e Comissão Executiva Nacional do PSOL e Notas públicas de seus dirigentes e suas frações. Em relação às fontes secundárias destaque para o material sobre o partido divulgado na imprensa on-line e no site de outros partidos que disputam a mesma base social que o PSOL.

Para investigar a ordem organizativa o método utilizado foi a análise de conteúdo do Estatuto do PSOL em uma perspectiva comparada com os Estatutos do PT, PSTU e NPA. Para amenizar o fosso existente entre as regras formais e o modo de funcionamento prático do partido foram utilizadas fontes secundárias tais como os balancetes contábeis entregues ao TSE e o estudo jornalístico de Delmanto e Seda (2008).

Para a reconstrução da inserção do partido no ambiente externo, além da pesquisa bibliográfica e documental, utilizamos os dados eleitorais e de filiados coletados diretamente do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as informações relativas à inserção do partido nos movimentos sindicais e sociais coletadas dos sites do PSOL e das organizações sindicais que os militantes do partido participam.

Para a investigação da coalizão dirigente do partido nossa intenção era adotar a posopografia, a qual consiste em uma biografia coletiva que seve como “um recurso para organizar, a partir de um *problema sociológico*, os dados coletados de um grupo determinado e para pensar as regularidades, coincidências e especificidades que há entre os ‘atores’ conforme os contextos históricos” (Codato, 2008, p.9). Eram dois nossos principais objetivos com a adoção deste recurso: 1) coletar algumas pistas da representatividade *social* da coalizão dirigente do partido; 2) coletar informações sobre os filtros sociais de seleção organizativa para a coalizão dirigente do partido. As fontes utilizadas para a reconstrução biográfica dos atores investigados foram: o site da Câmara dos Deputados, reportagens on-line e, por fim, entrevistas por e-mail com os dirigentes partidários. Para isto elaboramos uma ficha padrão

bastante completa. Entretanto, como não foi possível coletar todas as informações pretendidas, reduzimos a investigação para uma coleta de dados biográficos mais simples, investigando apenas carreira política, ocupação, participação em movimentos sociais e sindicais e formação escolar. O quadro com as informações coletadas segue em anexo.

Na interpretação dos documentos, para melhor e para pior, contamos com a posição de observador privilegiado: o pesquisador faz parte do objeto. Este fato levanta uma série de questões epistemológicas que não temos condições de solucionar aqui. Mas, consideramos útil esclarecer o fato de que, ao mesmo tempo, em oposição à perspectiva positivista e à pós-moderna, defendemos a perspectiva leninista de Zizek: “a verdade universal e o partidarismo, o gesto de defender um lado, não apenas não são mutuamente excludentes, como condicionam uma à outra: (...) a verdade é, por definição, unilateral” (p.185, 2005). Se partimos da impossibilidade da separação absoluta entre sujeito e objeto, nem por isso confundimos ciência com a pura opinião. As afirmações aqui presentes estão ancoradas em fontes e não na experiência pessoal. Esta última serviu tão somente como um elemento facilitador da interpretação. Qualquer desvio neste critério que por acaso seja possível identificar, deve-se a falhas do pesquisador e não da metodologia adotada

A dissertação está dividida em cinco capítulos¹¹. O primeiro estabelece a origem do partido, apresentando os elementos históricos que vão confluír para um determinado tipo de organização. O segundo capítulo investiga a ordem organizativa do PSOL – a partir dos critérios estabelecidos por Duverger (1970) – apresentando as conseqüências desta para a formação de um determinado tipo de sistema de incentivos (Panebianco, 2005). O terceiro capítulo estabelece os traços gerais do ambiente externo com o qual o partido se relaciona, apresentando o modo de inserção do partido nas diferentes arenas. O quarto capítulo procura destacar a questão do poder organizativo, apresentando seus personagens individuais e coletivos e o papel que estes representam. Por fim, investiga-se o desenvolvimento organizativo através da análise do processo de formação e transformação da coalizão dirigente do partido e seus desdobramentos em termos de linha política.

¹¹ Por critérios estilísticos não redigimos um capítulo teórico. Para quem sentir a necessidade de visualizar o quadro teórico utilizado concentrado em um só lugar, remetemos para nosso artigo “Estratégia e organização: os dilemas organizativos da nova esquerda radical”, publicado na Revista Eletrônica de Ciência Política.

Capítulo 1: Modelo originário

O PSOL, como fundamos, nega-se a cometer os mesmos erros do PT, mas também nega-se intransigentemente a cometer os mesmos erros do PSTU.

Edilson Silva

Como observa Panebianco, “o modo pelo qual a organização nasce e se consolida tem incidência muito forte sobre seu ‘estado’ organizativo posterior”. Por esta razão, “a análise dos partidos [...] deve necessariamente retroceder à fase formadora do partido, deve reintroduzir na posição central e não marginal, a dimensão histórica” (Panebianco, 2005, p. 311). Segundo o autor, até então poucos estudiosos haviam chamado atenção sobre a questão da influência das modalidades da origem do partido sobre seu modo de organização posterior. Uma exceção teria sido Duverger com sua distinção entre “partidos de criação interna (parlamentar) e partidos de criação externa” (Idem, p.93). O primeiro seria típico dos “partidos de quadros” e o segundo típico dos “partidos de massa” (Duverger, 1970). Apesar de úteis, estes dois conceitos tornados clássicos na ciência política podem se prestar a confusões quando inseridos dentro da problemática marxista: eles nada dizem respeito à polêmica entre as concepções de partido de Lênin e Rosa. Como a defesa leninista de partido de vanguarda implica em condições mais rigorosas para o recrutamento, especialmente devido às condições políticas de enfrentamento do absolutismo czarista, Rosa aparece como um contraponto com a defesa de um partido de massas aberto a toda classe. Diferente desta polêmica em que o critério numérico é o utilizado para a distinção entre dois tipos de partido, Duverger observa que sua classificação “não assenta em sua dimensão, no número de seus membros: não se trata de uma diferença de talhe, porém de estrutura” (Duverger, 1970, p.99).

Para Duverger (1970), os partidos de massa são aqueles que possuem nas classes populares a própria razão de existência, pois a realização dos seus objetivos implica no enquadramento destas em uma determinada direção. Para isto, estes partidos procuram preservar certo grau de autonomia de classe, o que os leva a retirar as condições de sua sobrevivência não de recursos provenientes da classe dominante, mas da própria participação política e material de seus adeptos recrutados entre a massa. Os partidos de quadro, por sua vez, são aqueles que não dependem de uma adesão da massa para sua sobrevivência, mas da conquista de pessoas influentes e ilustres que permitam tanto por seu nome quanto pelo seu conhecimento técnico ou quantidade de dinheiro, ampliar a força eleitoral do partido. “Assim

se explica que a distinção entre os partidos de quadros e os partidos de massa corresponde quase que do mesmo modo à da direita e da esquerda, dos ‘partidos burgueses’ e dos partidos ‘proletários’” (Idem, p. 103).

Assim, a fórmula lenineana de partido de vanguarda nos remete para um determinado tipo de partido de massa em que a função de enquadramento das classes populares é considerada mais importante do que o próprio tamanho numérico da organização. Ou seja, por mais paradoxal que isto possa parecer, os partidos de vanguarda da extrema-esquerda se aproximam do tipo ideal de partidos de massa (embora nele não se encaixe plenamente). Inclusive, a fragilidade destes deve ser entendida como produto da fragilidade em conquistar a massa para seu projeto. Se o não compromisso por princípio com a classe antagonista inviabiliza qualquer outro tipo de crescimento, a “pequenez” dos partidos de extrema esquerda decorre do fato de que é pequena a parcela da massa conquistada para um projeto elaborado, ao menos no plano das intenções, para ela. Este é o motivo pelo qual, ao invés de partidos de quadros, estes são melhores entendidos a partir da noção de seita, a qual nos remete para uma postura intransigente e para o isolamento decorrente desta, elementos estes que caracterizam a vida destes pequenos partidos extremistas.

Embora úteis, os critérios de Duverger para investigar a influência da origem sobre a organização apresenta algumas deficiências. Como observa Panebianco: “A partir de uma origem parlamentar é possível uma pluralidade de resultados. E, analogamente os partidos nascidos fora do parlamento [...] apresentam enormes diferenças entre si”. O autor vai ainda mais longe assinalando que “pode ocorrer, às vezes, que partidos de criação parlamentar apresentem mais semelhanças organizativas com partidos de criação externa do que com os de sua mesma origem” (Panebianco, 2005, p.93). Diante disso, aponta a necessidade de indicar outros critérios universalmente válidos para além “das inevitáveis especificidades que fazem do modelo originário de um partido um *unicum* histórico” (Idem, p. 94): 1) dispersão ou penetração territorial que diferencia os partidos de “coalizão dominante” dividida e coesa; 2) presença ou ausência de uma instituição externa patrocinadora que diferencia os partidos de legitimação interna e externa; 3) presença ou ausência do caráter carismático que diferencia os partidos carismáticos dos demais.

Este capítulo visa compreender a origem dentro desses critérios universalmente válidos como também as especificidades do PSOL que decorrem das próprias características da esquerda no Brasil. Além disso, apesar do objetivo prioritariamente analítico, consideramos necessário apresentar uma síntese narrativa do processo de formação do PSOL,

uma vez que, como indicamos na introdução, praticamente inexistem estudos do PSOL e estamos conscientes da tarefa informativa que nos foi legada por tal fato.

1.1. Antecedentes históricos

A origem das forças políticas que irão confluír ao PSOL nos remete ao processo de fragmentação da esquerda revolucionária brasileira em decorrência de dois elementos complementares: o ambiente institucional de perseguição política às organizações da esquerda revolucionária no período da ditadura militar e a ressonância no Brasil do fracionamento da IV Internacional. Devido nossos objetivos, consideramos que não seria produtivo reconstituir esses processos em sua complexidade, mas apenas assinalar que a hostilidade ambiental tanto em um quanto em outro caso foram responsáveis pela produção de um círculo vicioso de sectarismo que impediu que a extrema-esquerda se consolidasse dentro de uma única tradição comum.

A esquerda na Europa possui um desenvolvimento histórico que podemos sumarizar do seguinte modo típico-ideal: da constituição de um forte movimento operário à emergência de partidos socialistas de massa (período da II Internacional); ruptura da ala esquerda desses partidos e transformação desta em partidos comunistas sob influência da Revolução Russa de 1917 (período da III Internacional); consolidação nos partidos socialistas de uma plataforma de simples reforma do capitalismo (social-democracia) e burocratização dos comunistas sob impulso da stalinização da Internacional Comunista; ruptura da ala esquerda dos partidos comunistas e sociais democratas para a formação de uma diversidade de organizações de extrema-esquerda (período da fundação da IV Internacional); crise dos partidos comunistas em decorrência da falência do chamado “socialismo real” e adesão da social-democracia ao projeto neoliberal (social-liberalismo); formação de uma nova esquerda radical a partir da unificação de diversos setores da extrema-esquerda com rupturas da ala esquerda dos comunistas e dos sociais democratas.

O fato de que o Brasil se industrializou muito mais tarde produziu um contexto histórico muito diferente para o desenvolvimento da esquerda socialista. Antes mesmo de se consolidar um movimento operário de massas, o Estado dirigido por líderes provenientes das classes superiores assumiu a tarefa de reformar o capitalismo trazendo alguns benefícios para os trabalhadores ao mesmo tempo em que coagia as organizações independentes do proletariado (período de 1930-1945), o que obstaculizou a formação de um partido socialista de massas. A organização política que mais se aproximou disto foi o Partido Trabalhista do

Brasil (PTB), mas o simples fato deste ter sido gestado no seio do aparelho estatal já o diferencia imensamente da experiência social-democrata europeia. O Partido Comunista do Brasil (PCB), por sua vez, nasceu prematuramente em 1922 como produto da iniciativa da III Internacional de constituir partidos em todos os países do mundo vislumbrando uma eminente revolução mundial. Apesar da grande hostilidade ambiental decorrente da força do trabalhismo no seio da classe trabalhadora e da pesada repressão estatal que colocou o partido na maior parte do tempo na ilegalidade, o PCB conseguiu manter em seu interior durante muito tempo a quase totalidade da esquerda socialista. A exceção que se resumia praticamente a pequenos agrupamentos trotskistas começou a se tornar maior após três acontecimentos: 1) a denúncia de Krushev dos crimes de Stalin em 1957 que abalou a autoridade moral até então quase incontestada do stalinismo sobre o conjunto dos militantes socialistas brasileiros; 2) o êxito da Revolução Chinesa e da Revolução Cubana que produziram a emergência de outras “hipóteses estratégicas” para além da “greve geral insurrecional” do modelo russo tais como a “guerra popular prolongada” (maoísmo) e a “guerra de guerrilhas” (guevarismo); 3) o descontentamento de setores da esquerda do partido na década de 60 em decorrência da adoção de uma linha política de alianças de classes na qual se procurou a coalizão com o PTB para pressionar o governo no sentido de reformas de caráter popular e nacionalista. O golpe final que abateu o partido foi a derrota desta linha política com a implementação da ditadura militar em 1964, o que contribuiu para que os militantes da esquerda socialista procurassem diferentes alternativas estratégicas, em especial, aquelas que apelavam ao conflito armado.

O contexto ditatorial foi responsável tanto por uma dificuldade de coordenação nacional entre os diversos agrupamentos que procuravam se constituir como alternativa, quanto pela produção do círculo vicioso de sectarismo no interior de cada um deles. Cada pequeno grupo revolucionário considerava-se a si próprio o detentor do conhecimento da melhor alternativa estratégica. Deparando-se com um ambiente hostil em que nenhuma desses conseguiu obter maiores resultados concretos, a falta de exemplos práticos bem-sucedidos impediu a hegemonia de um grupo sobre os demais. Isto não apenas inviabilizou a unificação das diversas organizações, como produziu fragmentações e novas fragmentações nos agrupamentos existentes, de tal modo que no fim da década de 1970 a esquerda socialista contava com dezenas de siglas de pequenos partidos (Ridenti, 1983).

Além destas particularidades do contexto nacional, outro elemento que explica a fragmentação da esquerda brasileira está no contexto geral de desenvolvimento da extrema esquerda mundial, notadamente a de referência trotskista. Esta tradição se diferencia da stalinista e da social-democrata por duas razões em especial: 1) apresentar um diálogo crítico

com a Revolução Russa, considerando que o stalinismo significou um processo de contra-revolução burocrática e não como um desdobramento inevitável desta; 2) apresentar a necessidade de um programa de transição ao socialismo. Partindo da compreensão de que uma consciência revolucionária não se desenvolve nem espontaneamente, nem através da simples divulgação da doutrina partidária, mas a partir da própria experiência das massas, os trotskistas defendem um programa que estabelece objetivos que são percebidos pelas massas como imediatamente necessários, “mas irrealizáveis no quadro do funcionamento normal do regime capitalista, quer dizer, desembocando numa situação pré-revolucionária” (Mandel, 1978, p.14).

Como “estratégia da adaptação”, a social-democracia sempre caminhou a favor da corrente, contando muitas vezes inclusive com a condescendência da classe antagônica. O stalinismo, por sua vez, além de poder ser lido como uma variante da estratégia social-democrata, contou para seu desenvolvimento com a autoridade moral e o apoio material da chamada “pátria-mãe socialista”. Posição muito diferente se encontrou o trotskismo ao enfrentar esses dois gigantes no mesmo território de caça, atraindo para si além da ira do inimigo de classe por seu radicalismo, o ódio de seus adversários do campo da esquerda. A própria alcunha de “trotskismo” foi cunhada por estes com uma conotação pejorativa (os “trotskistas” preferiam se autodenominar de “bolcheviques leninistas”, “marxistas revolucionários”, “comunistas internacionalistas” e outras redundâncias tornadas necessárias para se diferenciar stalinismo) e os expurgos políticos stalinistas atingiram, sobretudo, os acusados de cometerem este pecado. O próprio Trotski foi assassinado em seu refúgio no México por um agente de Stalin. Como corrente minoritária, o trotskismo procurou expandir sua influência se organizando no interior das organizações já existentes. A tática de “entrismo” nas organizações sociais-democratas ou stalinistas não obteve maiores sucessos, sendo vítimas freqüentes de expulsão pelas direções conservadoras destas. Condenado ao isolamento político, o trotskismo se expôs ao círculo vicioso do sectarismo. Como observa Bensaïd: “Uma existência minoritária tão longa [...] está cheia de patologias grupusculares. Os hábitos da luta a contra-corrente podem virar para o sectarismo” (Bensaïd, 2007, p.17). De tal modo que “está agarrada ao trotskismo uma imagem de divisões e de cisões, na qual os seus adversários encontraram com frequência matéria para sarcasmo¹²” (Idem, p.16). A história da organização fundada por Trotski em 1938 é a história de rachas e fragmentações de

¹² Ainda hoje, entre os estudantes da UFPR, por exemplo, costuma circular algumas piadas tais como: “um trotskista incomoda muita gente, dois trotskistas incomodam muito mais, três trotskistas... ih, rachou!”; “Como saber a diferença entre uma organização trotskista e um tijolo? É só jogar os dois na parede, aquele que rachar em mais pedaço é trotskista”; etc.

tal modo que hoje uma pluralidade de organizações internacionais reivindica para si o título de IV Internacional.

O trotskismo surgiu muito cedo no Brasil como produto das dissidências do PCB que se opuseram à stalinização do partido no final da década de 1920. O nome de Mário Pedrosa, por exemplo, aparece entre os dirigentes que fundaram a IV Internacional. Apesar disto, o trotskismo no Brasil não fugiu da mesma condição de corrente minoritária do movimento socialista vitimada por uma fragmentação crônica: “é inquestionável que esta realidade [de fragmentação da IV Internacional] também influi diretamente sobre a atuação prática e as formulações teóricas dos trotskistas brasileiros” (Silva, 2001b). Como produto desta história, se desenvolveu uma pluralidade de correntes trotskistas, cada qual ligada a um fragmento diferente da IV Internacional.

Na década de 70, período decisivo de conformação dos atuais grupos trotskistas, esta corrente se caracterizou pelo fato de que – embora compartilhasse com a “esquerda armada” a compreensão de que o elemento que “emperraria o processo revolucionário seria a indecisão e o burocratismo de uma direção comunista que se tornara inoperante” (Ridenti, 1997, p. 94) – permaneceu ligada a hipótese estratégica da Revolução Russa. “É compreensível o distanciamento mantido por grupos trotskistas da esquerda armada; afinal, viam nela fortes elementos de terrorismo, desprezo pela luta de massas e pela organização dos trabalhadores, posições que a distanciavam do legado de Trotsky” (Ridenti, 1997, p.94). Apesar destas diferenças, as organizações trotskistas e da esquerda armada compartilharam um destino de repressão policial e de isolamento político. Apenas a retomada do movimento de massas expresso no “novo sindicalismo” permitiu a confluência desses diversos setores autodenominados revolucionários, de tal modo que “a maioria das [...] organizações de esquerda incorporam-se, progressivamente, ao Movimento Pró-PT ou diretamente ao PT” (Petit, 2006, p.192). É revelador o fato de que as principais exceções dessa movimentação em direção ao PT foram justamente as maiores organizações da esquerda no período: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e MR8. Foi principalmente para os pequenos agrupamentos que a fundação do PT se vislumbrou como uma possibilidade de sair do isolamento político que até então haviam experimentado.

O fato do surgimento do PT ter permitido a confluência dessa pluralidade de organizações que constituem os mosaicos chamados de “esquerda armada” e “trotskismo” não foi forte o suficiente para apagar a tradição de fragmentação e sectarismo da esquerda brasileira. Conforme aponta Petit, a maior parte das organizações de extrema-esquerda que aderiram ao PT o via com desconfiança, considerando-o apenas como “um *partido tático*” no

qual a participação no seu interior permitiria “o acúmulo de forças para construir, nos moldes leninistas, o partido de vanguarda da classe operária” (Petit, 2006, p. 193). A presença dessas organizações no interior do PT, por um lado, conferiu ao partido um acentuado pluralismo no qual a nova esquerda radical busca fonte de inspiração. Por outro lado, isto colocou sérios obstáculos para manter a unidade partidária.

A presença de diversas correntes ideológicas e de militantes das organizações de esquerda enriqueceu o partido e representa uma novidade na história da esquerda brasileira [diríamos mundial]. Contudo, muitos foram os problemas decorrentes da atuação pública dessas organizações que freqüentemente não correspondiam às orientações aprovadas nos Encontros e Diretórios do PT. O motivo principal de a disputa interna no Partido dos Trabalhadores não ter provocado cisões internas de grande importância, além da crescente importância político-eleitoral do partido, foi a hegemonia que sempre mantiveram os setores que defendiam seu caráter estratégico, parte dos quais fundaram, em 1983, a tendência Articulação Nacional (Petit, 2006, p.193).

A hegemonia deste campo que se formou como antítese das organizações revolucionárias foi o elemento responsável pela unidade experimentada pelo partido apesar de toda sua diversidade. Combatendo as tendências revolucionárias organizadas no partido, esse campo inicialmente sequer se considerava “como uma das Tendências do partido” se colocando como o único setor “autenticamente petista – os outros seriam os que usavam duas camisas” (Silva, 2 de mai. de 2010). Para evitar confusões sobre o caráter dessas organizações revolucionárias é mister esclarecer, desde já, que elas possuíam (ou adquiriram ao longo da sua trajetória), em maior ou menor medida, uma forte penetração no movimento operário e nos movimentos populares urbanos. O posicionamento da Articulação, portanto, revela-se mais como uma retórica para a disputa partidária do que algo com fundamento concreto (Idem). Mais do que isto, a rejeição deste campo às organizações revolucionárias lhe imprimiu a marca de uma ausência de centralismo na sua própria estrutura organizativa, privando a base desta tendência de quaisquer mecanismos de controle de sua direção. Com isso, se desenvolveu historicamente no campo majoritário “uma disparidade entre a cúpula e a base (em termos de recursos, acesso às informações, formação política, etc.). A base não participa da formulação política, apenas ratifica e lhe dá sustentação” (Idem). Se a dispersão organizativa leva a uma tendência irresistível a adaptação ambiental e a oligarquização, não foi por acaso que esse campo pode ser considerado como o principal responsável pelo processo de articulação de fins pelo qual passou o PT.

1.2. A formação do Partido Socialismo e Liberdade

A capa da revista Veja nº 1774 – publicada em 23 de outubro de 2002 – cuja manchete foi “O que querem os radicais do PT”, apresenta uma charge em que uma coleira tenta conter uma besta diabólica de três cabeças representando Marx, Lênin e Trótski¹³. Uma das cabeças baba, outra possui dentes afiados, todas estão prestes a devorar os que estão em sua frente: são “bolcheviques que comem criancinhas na hora do jantar”. A imagem é rica de significados: conseguiria o provável candidato eleito, Luís Inácio Lula da Silva, honrar os compromissos assumidos com o grande capital na “Carta ao Povo Brasileiro¹⁴” apesar da pressão de importantes setores do seu próprio partido para a tomada de posições no sentido contrário? Conseguiria o agora moderado Partido dos Trabalhadores controlar a ameaça à ordem capitalista representada por sua ala revolucionária?

O PT nasceu como um produto das mobilizações das classes populares contra a ditadura militar no final dos anos 70. Meneguello (1989) observa que a criação do partido resultou da confluência do novo sindicalismo¹⁵ com alguns políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), intelectuais, organizações da esquerda marxista e militantes dos novos movimentos populares urbanos. O PT se apresentou inicialmente na cena política com um inquestionável caráter classista. Além disso, as organizações da esquerda marxista através da autonomia política que possuíam conseguiram exercer uma enorme influência sobre o conjunto do partido. Em reação a essa influência, intelectuais e militantes do novo sindicalismo próximos a Lula constituíram a Articulação dos 113, reivindicando para si a legítima autonomia do movimento operário contra uma *suposta* heteronomia de projeto que as organizações de vanguarda tentariam impor ao conjunto da classe (Silva, 2010). Em 1987, após intensos debates no interior do partido, a coalizão dirigente do PT que se formou em torno do campo majoritário¹⁶ passou finalmente a admitir a existência de tendências internas (e se reconhecer como tal), colocando como contrapartida diversas limitações institucionais à autonomia até então exercida por essas organizações revolucionárias como forma de

¹³ Ver: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/231002/capa.html>. Acesso em 23 de abr. de 2010.

¹⁴ Nesta carta “são assumidos diversos compromissos com o ‘povo’ brasileiro, entre eles a continuidade das obrigações financeiras e a busca de equilíbrio fiscal, desoneração do capital, combate à inflação, aumento das exportações, crescimento sustentável etc” (Pompêo, 2007).

¹⁵ Entre as características deste novo sindicalismo que opõe ao velho sindicalismo corporativista destacamos: uma tendência a organizar-se de baixo para cima tomando suas decisões políticas em grandes assembleias de trabalhadores, uma forma de conflito com o capital de forma mais direta e menos intermediada pelo Estado, a consciência de que o papel dos sindicatos é promover a luta dos trabalhadores e não prestar assistência social, etc.

¹⁶ O campo majoritário se formou em 1995 em reação à esquerda petista que havia assumido a direção do partido em 1995. Como esse campo é sucessor da Articulação e mudou várias vezes de nome, para facilitar a compreensão de que estamos falando do mesmo grupo o chamaremos apenas de campo majoritário a partir de agora.

discipliná-las (Angelo, 2007, pp.115-116). Apesar desta oposição frontal às organizações revolucionárias, é importante dizer que existia um importante núcleo de intelectuais e militantes marxistas no interior do campo majoritário que defendiam a necessidade da afirmação do PT como um partido socialista. É apenas na década de 90 que o campo majoritário passa a defender com êxito um caráter progressivamente moderado ao partido (Silva, 2010) e é somente com a eleição de Lula em 2002 que se completou o processo de social-liberalização do PT. Como observa João Machado:

Embora, a evolução do PT em direção à assimilação de idéias liberais tenha sido contínua, ela não foi nem linear, nem coerente, nem isenta de contradições. Os setores mais social-liberais do “campo majoritário”, embora constituíssem o núcleo de direção de todo o PT, não puderam formalizar uma mudança político-programática clara do partido (...). Assim, no Encontro Nacional de dezembro de 2001, o PT ainda se colocou oficialmente, como partido, à esquerda, e aprovou um documento de Concepção e Diretrizes para o programa de governo que destacava a necessidade de ruptura com o modelo econômico vigente. A diferença entre a defesa anterior por parte do PT de posições de esquerda (por exemplo, a oposição a reformas neoliberais) e sua prática de governo não pode tampouco ser identificada com o fenômeno trivial de que um partido social-democrata – ou qualquer partido reformista – costuma apresentar, quando na oposição, posições mais à esquerda do que no governo. No caso do PT, o que havia era um divórcio profundo entre a natureza política de suas posições oficiais (que resultavam de uma dada correlação de forças interna num contexto político preciso) e as convicções de seu grupo dirigente (...) Com a eleição de Lula à Presidência, consolidou-se ainda uma mudança drástica na correlação de forças no campo da esquerda brasileira, e em particular no interior do PT: os setores que resistiam ao abandono de um projeto socialista perderam força, as pressões para a adaptação à ordem cresceram enormemente (...) Era inevitável, portanto, que a chegada de Lula à Presidência e a grande mudança na correlação de forças na esquerda brasileira decorrente dela levassem ao abandono oficial dessas posições. E o PT, que antes de 2002 ainda era um partido socialista, tornou-se um partido social-liberal, como são hoje, em geral, os partidos social-democratas (Machado, 2010).

Muitas são as causas apontadas para o deslocamento do PT ao centro do espectro político do sistema partidário nacional: necessidade de moderar o programa para aumentar a viabilidade eleitoral (Amaral, 2002); reflexo do declínio de consciência da classe trabalhadora decorrente da reestruturação produtiva (Iasi, 2006); ausência de uma teleologia revolucionária (Lagoa, 2004), etc¹⁷. Independente das causas determinantes, que fogem ao escopo desse trabalho, o fundamental é reter que todos esses estudos são unânimes na afirmação de que o

¹⁷ Como bem observa Pompêo (2006) “Não são raros, porém, os analistas políticos que vêem nas transformações petistas uma ilustração clássica da lei de ferro da oligarquia, prevista pelo teórico elitista Robert Michels na obra ‘Sociologia dos partidos políticos’, escrita ainda em 1911, ou então uma ilustração do processo de pragmatismo eleitoral calculado pelo (então) marxista analítico Adam Przeworski no já clássico ‘Capitalismo e Social-Democracia’, de 1985”. Outra interpretação possível, seria a de associar as mudanças organizativas do PT à tendência histórica dos partidos classistas e confessionais europeus se converterem em partidos “pega-tudo” conforme o modelo proposto por Kirchheimer ou como a passagem do “partido burocrático de massa” ao “partido profissional eleitoral” conforme o modelo de Panebianco.

PT que chegou ao poder executivo nacional já era um partido bastante diferente. Como bem resume a fórmula de Ricardo Antunes, “o PT também acabou por converter-se num partido da ordem. Exauriu-se como partido de esquerda, capaz de transformar a ordem societal, para se qualificar como gestor dos interesses dominantes no país” (2005, p.126). A experiência de “transformismo” do PT condensa em um período de um pouco mais de 30 anos a experiência secular dos partidos socialistas de massa europeus: um partido que nasce diretamente do movimento operário, mas que gradativamente abranda sua linha política de oposição à ordem capitalista tornando-se, por fim, um partido social-liberal (Antunes, 2005, p.126).

Já em 2002 a aliança com o Partido Liberal que colocou o empresário José Alencar de vice demonstrou que o PT havia perdido seu caráter classista. Quando Lula assumiu a Presidência da República em 2003, um dos primeiros atos do governo foi nomear o banqueiro Henrique Meirelles para o Banco Central, deixando claro que a política econômica que desenvolveria seria de continuidade com a dos governos anteriores. Neste mesmo momento se articulou no interior do PT um grupo de parlamentares que começou a defender a idéia de que o governo Lula seria marcado por profundas contradições. Ao invés de defender o governo do seu partido, eles defendiam que este estaria em disputa, devendo ser derrotado em seus aspectos mais conservadores. Este grupo que ficaria conhecido como “radicais do PT” era composto, salvo algumas exceções, por representantes das tendências internas oriundas das organizações revolucionárias que estiveram presentes no momento da fundação do PT.

Em seguida o governo propôs uma reforma previdenciária de caráter privatista que retirava direitos dos funcionários públicos¹⁸. Os “radicais do PT” se opuseram ao projeto e aprofundaram o grau de divergência em relação ao governo. Temendo retaliações (ou visando à manutenção da governabilidade), oito deputados desse grupo preferiram abster no primeiro turno da votação da reforma: Walter Pinheiro, João Alfredo e Orlando Fantazzini da tendência Democracia Socialista (DS), Ivan Valente e Maninha da tendência Força Socialista (futura Ação Popular Socialista), além dos deputados sem tendência (independentes) Chico Alencar, Paulo Rubem Santiago e Mauro Passos¹⁹. Quatro parlamentares preferiram enfrentar as ameaças da coalizão majoritária do partido votando contra o projeto: a senadora Heloísa Helena da DS e os deputados federais Babá da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), Luciana Genro do Movimento Esquerda Socialista (MES) e o independente João Fontes

¹⁸ “Os novos servidores perderam o direito à aposentadoria com vencimento integral e seus benefícios deixaram de ser reajustados na mesma proporção que os salários dos servidores ativos. Os critérios para a aposentadoria dos servidores já em exercício tornaram-se mais rígidos, de modo a dificultar-se a obtenção da aposentadoria integral. A perda sofrida no valor da aposentadoria seria supostamente compensada pela expansão dos fundos de pensão, destinados a assegurar uma aposentadoria complementar”. (Boito Jr., Galvão e Marcelino, p.47)

¹⁹ Desses, apenas Walter Pinheiro, Paulo Rubem Santiago e Mauro Passos não iriam aderir ao PSOL.

(Pompêo, 2007). Estes quatro parlamentares já estavam sob processo disciplinar antes mesmo da votação. O processo contra os três primeiros havia sido aberto durante a reunião da executiva no mês de maio de 2003. Segundo reportagem da Folha de São Paulo, Luciana Genro e Babá seriam julgados por terem organizado manifestações contra a reforma da previdência enquanto Heloísa Helena por ter movido ação judicial contra as propagandas do governo²⁰. Mais tarde, “por exibir a jornalistas imagens antigas de Lula em discurso contra a reforma, João Fontes é incluído entre os radicais passíveis de expulsão” (Pompêo, 2007).

Após votarem contra o projeto de reforma previdenciária, a expulsão desses quatro parlamentares foi confirmada na reunião do Diretório Nacional realizada nos dias 13 e 14 de dezembro (Pompêo, 2007). As tendências CST e MES se consideraram automaticamente expulsas do partido. Já a DS optou por permanecer no PT. Apesar disto, Heloísa Helena e muitos militantes de base da tendência preferiram se engajar em um movimento para a construção de um novo partido em conjunto com os demais parlamentares expulsos. É importante observar aqui que as tendências MES e CST já realizavam movimentações em torno de um novo partido antes mesmo da expulsão dos chamados “parlamentares radicais”, de tal modo que seria equivocado atribuir o nascimento do PSOL a esse episódio isolado.

Este não foi o primeiro processo de depuração da esquerda revolucionária encaminhada pela coalizão dirigente do PT. Em 25 de maio de 1992, a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores ratificou as decisões do Diretório Nacional²¹ que cassou os direitos da Convergência Socialista (CS) sob acusação desta não se enquadrar à regulamentação sobre tendências funcionando como um partido dentro de um partido, mantendo inclusive comunicação externa e sedes próprias (Martuscelli, 2005, pp. 91-92). Em julho de 1992, por iniciativa da CS se constituiu uma Frente Revolucionária “que buscava unir organizações, grupos e ativistas revolucionários no Movimento Pró-PSTU” (Conceição, 2006, p.96). Em julho de 1994 finalmente ocorreu o congresso de fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), o qual na realidade se constituiu tendo apenas a CS como organização relevante (Silva, 2001). A organização Causa Operária, que também foi expulsa do PT no mesmo período por não respeitar a regulamentação sobre tendências, havia inicialmente aderido ao Movimento pró-PSTU. Contudo, as negociações com a CS não foram em frente devido ao veto desta. Em 1995 ocorreu o congresso de fundação do Partido da Causa Operária (Conceição, 2006, p.96).

²⁰ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u48967.shtml>. Acesso em 25 de abr. de 2010.

²¹ “Em 9 de maio, o DN, reunido em São Paulo, acolheu a representação contra a CS e anulou a sua condição de tendência interna do partido (...) A resolução do DN concedeu um prazo de 15 dias para a CS enquadrar-se, caso contrário, seria automaticamente considerada fora do PT” (Silva 2001).

Desde sua fundação, o PSTU sempre procurou atrair o campo de esquerda do PT para seu projeto. Embora tenha tido pouco êxito nessa tentativa, a crise que se abriu no PT com a expulsão dos parlamentares apresentou-se como um momento oportuno para que pudesse sair do isolamento político que até então estivera confinado. Já em 2002, o partido lançou um vago chamamento para a esquerda petista para a construção de um novo partido. Em 2003, logo quando ocorreram os primeiros sinais da crise do PT, a direção do partido realizou conversas nesse sentido com os dirigentes do MES e da CST (Pompêo, 2007). No mês de novembro, durante o Fórum Social Brasileiro em Belo Horizonte, o PSTU lançou unilateralmente o “Movimento por um Novo Partido Socialista” (MNPS), o qual se apresentou no manifesto “Carta de Belo Horizonte” como um movimento “amplo, sem centralismo, aberto à todos que queiram, a qualquer tempo, se somar à essa construção”. O MNPS colocou a necessidade de envolver toda a base para discutir e tomar a decisão sobre o “caráter, programa, funcionamento, bases teóricas e princípios do novo Partido²²”. Quando foi confirmada a expulsão dos “radicais”, a direção do PSTU fez um chamamento para que estes se integrassem no MNPS²³. Estes não atenderam ao chamado e preferiram lançar seu próprio movimento por um novo partido.

Além de não conseguir aproveitar o momento, o PSTU saiu ainda mais fragilizado. Embora o partido não admita a existência de tendências permanentes no seu interior, estas podem se organizar provisoriamente nos momentos congressuais. No período do congresso do partido realizado em outubro de 2003 foi reeditada uma tendência chamada “Socialismo e Liberdade” formada principalmente por líderes sindicais dos servidores públicos²⁴. Esta rompeu com o partido antes mesmo da realização congresso levando consigo setenta militantes, sendo que sete desses eram membros do Comitê Central do PSTU composto por 24 pessoas. Esse grupo se ampliou dando origem ao Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), o qual passou a se articular com o MES e a CST no projeto de um novo partido (Pompêo, 2007).

Em 19 de janeiro de 2004, em uma reunião no Rio de Janeiro foi lançado o manifesto “Esquerda Socialista e Democrática” do qual são signatários os parlamentares expulsos do PT, dirigentes do MES, CST, Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e de correntes menores como o Socialismo e Revolução (SR), além de muitos intelectuais de renome como

²² Disponível em http://www.pstu.org.br/campanha_fsb_materia.asp?id=1454&ida=0. Acesso em 27 de abr. de 2010.

²³ “Carta aberta a Heloísa Helena e aos deputados ‘radicais’”. Disponível em: http://socialismo-obarbarie.org/brasil/brasil_031213_pstu_carta_a_heloisa_helena.htm. Acesso em 29 de abr. de 2009.

²⁴ Informação coletada através de conversa com Bernardo Pilotto, dirigente do CSOL-PR.

Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Este manifesto marcou o início das atividades do movimento de Esquerda Socialista e Democrática (ESD) propondo a construção de uma:

alternativa partidária de luta, contra o modelo neoliberal e o governo que o aplica, de defesa das reivindicações e das bandeiras da classe trabalhadora; que seja *democrática e plural*, de massas e internacionalista, *liberta de qualquer doutrinário e espírito de seita*, com mecanismos que garantam a participação ativa da militância, *com pleno direito de tendência e profundo respeito às minorias e ao direito de opinião* (Manifesto Esquerda Socialista e Democrática²⁵).

O MNPS não foi convidado para a atividade gerando protestos da direção do PSTU. A edição nº 164 (03 de dezembro de 2003 a 28 de janeiro de 2004) do jornal “Opinião Socialista” (órgão de imprensa do PSTU) apresentou uma coluna redigida pelo presidente do partido Zé Maria em que este acusa o ESD de divisionismo por não levar em consideração a existência do MNPS se negando “a participar de um esforço unitário e de uma discussão democrática, envolvendo toda a militância e todas as opiniões (...) e querem lançar já um partido” em que o “programa e a concepção de partido” já teriam sido definidos “pelos parlamentares e suas organizações”. No dia 23 de janeiro, o MNPS lança uma carta²⁶ apontando que o ESD teria cometido os seguintes erros: 1) excluir “setores da esquerda que querem participar”; 2) “decidir numa reunião de 30 pessoas o funcionamento do partido e ainda transformar tal decisão em ‘cláusula pétrea’”; 3) “fingir desconhecer que um processo de debates já estava aberto, desde meado do ano passado”.

No centro da polêmica temos a questão organizativa. Uma “discussão democrática” pela base significaria naquele momento a aprovação de uma concepção de partido tal como a defendida pelo PSTU: enquanto este era uma sólida organização existente como partido desde 1994, o ESD era formado basicamente por setores muito minoritários que haviam rompido recentemente com o PT. De onde o direito de organizar tendências permanentes aparecia como cláusula pétrea para os futuros fundadores do PSOL. Somente através dele poderiam ter garantias que o novo partido seria algo realmente novo e não um PSTU ampliado. Se o PSTU adotou a tática de chamar a construção de um novo partido ao invés de simplesmente convidar os militantes que romperam com o PT para ingressarem na sua organização, na prática sua proposta de “discussão democrática” implicaria que o novo partido não fosse muito distinto

²⁵ Disponível em: www.espacoacademico.com.br/033/33mov_social.htm. Acesso em 29 de abr. de 2009. Os itálicos são nossos e destacam os elementos que estariam no centro da polêmica com o PSTU que apresentamos abaixo.

²⁶ Disponível em http://www.pstu.org.br/nacional_materia.asp?id=1614&ida=0. Acesso em 29 de abr. de 2010.

do que hoje é o PSTU²⁷. Por esta razão, muitos dos envolvidos no projeto de um novo partido vetaram a participação do PSTU no movimento. Em uma reunião do ESD em fevereiro de 2004 em que participou uma delegação enviada pelo PSTU para interferir na discussão, o veto ao partido foi “mantido pelo MTL, MES, CST e o ex-deputado Milton Temer” (Delmanto & Seda, 2008, p. 24). O veto ao PSTU significou o veto à proposta de que o partido se organizasse através do centralismo democrático, pois para os fundadores do PSOL “o centralismo impediria uma organização mais ampla, que trabalhasse no sentido de evitar uma fragmentação da esquerda desiludida com o Partido dos Trabalhadores” (Idem, p.23). No centro da divergência temos, portanto, a distinção entre um projeto de um partido da nova esquerda radical com o tradicional projeto de partido da extrema esquerda.

“O P-SOL foi fundado por 750 representantes vindos de 22 estados do país e reunidos em Brasília nos dias 5 e 6 de junho²⁸”. Assim inicia o texto das resoluções do I Encontro do novo partido da esquerda radical brasileira fundado em 2004. Os delegados presentes no evento que fundou o partido foram responsáveis pela escolha do nome, da direção e da executiva nacional, além do programa e do estatuto do partido. Os dois últimos são apresentados como expressão do “caráter anticapitalista, antiimperialista e democrático do partido, cujo objetivo é a construção de uma sociedade socialista, com democracia, liberdade, respeito aos direitos humanos, aos direitos civis e a natureza”. Além disso, as resoluções apresentam orgulhosas que assinam a ata de fundação do partido “o melhor da intelectualidade brasileira de esquerda”: Chico Oliveira, Paulo Arantes, Ricardo Antunes, Carlos Nelson Coutinho, Milton Temer e Leandro Konder. Mas, o verdadeiro caráter organizativo do partido está realmente impresso na composição da “direção nacional e a executiva partidária (...) eleitas por aclamação do plenário” (Resolução I Encontro Nacional²⁹). Não houve disputa no Encontro porque estas já haviam sido decididas nos bastidores. O que não foi nenhuma surpresa, pois este era o método mais apropriado para manter a unidade necessária para a construção de um partido que foi o resultado do agrupamento das mais diversas tendências que romperam com o PT ou que se formaram no

²⁷ Paulo Pasin, militante que rompeu com o PSTU durante esse processo, deu a seguinte declaração a respeito: “Eles [PSTU] tiveram a política de chamar um novo partido como uma forma de tentar impedir e dividir o PSOL. E teve alguns setores minoritários que acabaram indo, mas o resultado foi que seguiu sendo o PSTU. Nós chegamos a fazer reuniões juntas até com a Heloísa e com o PSTU pra ver se havia alguma disposição de realmente abrir um processo de um partido amplo... e nele inclusive o PSTU tenderia a ser a corrente mais organizada de todas as outras, que embora com figuras públicas mais conhecidas eram pequenos agrupamentos”. (Apud Delmanto & Seda, 2008, p.35).

²⁸ Resoluções do I Encontro Nacional do Partido Socialismo e Liberdade. Disponível em: www.psol-nacional.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16:i-encontro-nacional-nasce-o-partido-socialismo-e-liberdade&catid=51:encontro-nacional&Itemid=64. Acesso em 30 de abr. de 2010

²⁹ Disponível em: http://www.psol-nacional.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16:i-encontro-nacional-nasce-o-partido-socialismo-e-liberdade&catid=51:encontro-nacional&Itemid=64. Acesso em 23 de abr. de 2010.

processo de sua construção e que possuem visões e tradições políticas muito distintas entre si. A primeira Comissão Executiva assim constituída possuía os seguintes membros³⁰: Edilson Silva, Luciana Genro, Mário Agra e Roberto Robaina (MES); Marcelo Badaró e Milton Temer (independentes); André Ferrari (SR); Babá e Silvia Santos (CST); Gilberto Cunha³¹ e Martiniano Cavalcante (MTL); Fernando Silva e Junia Gouvêa (CSOL); João Machado e Heloísa Helena (Liberdade Vermelha³²). Esta última foi aclamada presidente do partido.

O primeiro desafio enfrentado pelo PSOL foi coletar as assinaturas exigidas pelo TSE para a legalização do partido em tempo hábil para disputar as eleições gerais de 2006. Se isto não ocorresse, o partido se tornaria pouco atrativo para novos setores descontentes com o rumo do PT. As atas do II Encontro Nacional do PSOL realizado em Porto Alegre no dia 29 de janeiro de 2005, entretanto, apresentam a seguinte resolução sobre o registro legal do partido: “O P-SOL conseguiu até o dia 14 de dezembro, as 438 mil assinaturas exigidas pelo TSE, fruto de uma forte e abnegada atividade da militância do Partido e da extraordinária solidariedade e apoio recebido de setores da população no país inteiro³³” (Resoluções II Encontro Nacional). Por fim, após conseguir “quase 700 mil assinaturas, o PSOL obteve o registro definitivo na Justiça Eleitoral, em 15 de setembro de 2005, adotando o número 50 como representação” (PSOL, sua história³⁴).

As novas rupturas com o PT, como previsto, não tardaram em acontecer. Já em janeiro de 2005, cerca de 100 filiados do PT, entre os quais Plínio Arruda Sampaio Jr., aproveitaram o Fórum Social Mundial em Porto Alegre para anunciar sua desfiliação do partido³⁵. Também um pequeno grupo de militantes da DS aproveitou a oportunidade para anunciar a mesma decisão³⁶. Mas, as rupturas realmente importantes ainda estavam em gestação.

No ano de 2005 ocorreu um Processo de Eleição Direta (PED) que escolheu a nova direção do PT em pleno ápice da crise do “mensalão” na qual o governo petista era acusado de um “esquema sistemático de compra de votos de deputados e senadores” (Delmanto & Seda, 2008, p.27). Os principais candidatos à Presidente Nacional do PT apresentados pelo

³⁰ Apenas a pequena tendência Revolutas e grupos locais não tiveram direito a um representante.

³¹ No período posterior, Cunha rompeu com o MTL passando a militar no MES.

³² Os militantes que romperam com a DS formaram duas organizações distintas devido à divergência a respeito da relação com a IV Internacional que ainda possuía a DS como seção oficial: o Marxismo Revolucionário Atual (MRA) e a Liberdade Vermelha (LV). Mais tarde se unificariam formando a tendência Liberdade e Revolução..

³³ Disponível em <http://www.psol.org.br/nacional/encontros/190-ii-encontro-nacional-resolus>. Acesso em 1 de mai. de 2010.

³⁴ Disponível em: www.liderancapsol.org.br/psol-sua-historia.html. Acesso em 11 de set. de 2010.

³⁵ Ver: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/01/305491.shtml>. Acesso em 4 de mai. de 2010.

³⁶ Ver manifesto “A estrela não brilha mais”. Disponível em:

http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=2. Acesso em 4 de mai. de 2010.

heterogêneo grupo da chamada esquerda petista foram Valter Pomar (Articulação de Esquerda), Raul Pont (DS) e Plínio Arruda Sampaio (apoiado pela Ação Popular Socialista e por setores da AE e da DS que estavam em processo de ruptura com suas tendências). Embora todas essas candidaturas tenham apresentado duras críticas aos rumos do governo Lula e à direção do partido, apenas a terceira aglutinou os setores que não aderiram às teses de “golpe das elites e governo em disputa” em que a crise do mensalão é vista como uma tentativa das elites deslegitimarem um governo popular (Pompêo, 2006). Por seu grau de radicalidade, a candidatura de Plínio foi acusada “pelas próprias correntes de ‘esquerda’ dos outros candidatos, de que romperia com o partido caso perdesse o pleito” (Pompêo, 2007). Independente da veracidade destas acusações, o fato é que durante o PED, apesar dos de uma vitoriosa campanha que obteve 39.342 votos (13,4% do total) para presidente do partido³⁷, parte dos apoiadores de Plínio chegou à conclusão da inviabilidade de disputa de projeto no interior do PT devido o caráter burocrático que havia tomado a organização. Em entrevista, Plínio fez a seguinte declaração sobre este assunto: “constatei (...) que o partido está totalmente modificado, porque ele tem um grupo de militantes e ele tem uma enorme massa de filiados que são clientelas dos caciques eleitorais, dos caciques políticos que vivem dentro do PT” (Apud Delmanto & Seda, 2008, p.29). Maringoni (ex-AE) declarou no mesmo sentido que: “Fui um dos coordenadores daquela campanha, a gente fez uma campanha memorável (...) Terminado o PED, no segundo turno, a gente continua a ver que aquilo continuava sendo um jogo de cartas marcadas” (Apud Idem, p.29). O site de Ivan Valente apresenta a seguinte justificativa para sua saída do PT: “Predominou nas eleições internas o voto de cabresto, as máquinas de prefeituras, do governo e dos mandatos condicionaram o voto de parte expressiva dos filiados petistas³⁸”.

A data das anunciadas rupturas foi determinada pelo calendário eleitoral. Para concorrer ao pleito de 2006, o candidato precisava estar filiado ao partido até 30 de setembro de 2005. O primeiro nome a anunciar a ruptura durante esse processo foi o deputado federal cearense João Alfredo (DS). No dia 20 de setembro de 2005, ele divulgou uma carta explicando os motivos da sua desfiliação do PT e as razões para o futuro ingresso ao PSOL no dia 24 de setembro. Entre elas, destacamos o abandono da tese de governo em disputa (“perdemos quase todas as disputas do chamado ‘governo em disputa’”) e a sua crítica ao caráter organizativo assumido pelo PT através da afirmação de que “seu processo de

³⁷ Fonte: Secretaria de organização – Diretório Nacional do PT.

³⁸ Disponível em: http://www.ivanvalente.com.br/?page_id=5776. Acesso em 12 de jul. de 2010.

institucionalização e burocratização autoritária levou sua direção a utilizar os métodos mais condenáveis da prática política” (Carta de despedida do PT³⁹).

Nos dias 24 e 25 de setembro ocorreu um Encontro Nacional Extraordinário da Ação Popular Socialista (APS) que referendou a decisão da sua coordenação nacional de romper com o PT para ingressar no PSOL. A apertada votação na coordenação nacional encontrou amplo respaldo na base: “Ainda assim, não foi consenso. Foi um consenso construído, se se pode falar assim, com 83% a 85% com voto em favor da ruptura com o PT para entrar no PSOL e participar mais ativamente da construção de uma alternativa” (Valente apud Delmanto & Seda, 2008, p.32). Além de inúmeros militantes dos movimentos sociais e sindicais, essa decisão trouxe para o PSOL os deputados federais Ivan Valente (SP) e Maninha (DF), quatro deputados estaduais e dezenas de vereadores.

Também nos dias 24 e 25, durante a “Assembléia Nacional Popular e de Esquerda”, 400 militantes do PT, entre os quais importantes nomes do sindicalismo da CUT, anunciam seu ingresso ao PSOL. A maior parte era constituída de membros da DS e da AE que apoiaram a candidatura de Plínio durante o PED. O próprio Plínio anuncia sua decisão de ingressar ao PSOL durante essa atividade. No dia 26 de setembro, finalmente, é a vez dos deputados federais Chico Alencar (RJ) e Orlando Fantazzini (SP) comunicarem a adesão ao projeto do PSOL.

Considerando que o senador Geraldo Mesquita Junior teve uma passagem bastante curta no PSOL de tal modo que podemos ignorá-la. Considerando também o fato de que João Fontes havia ingressado no Partido Democrático Trabalhista (PDT) antes mesmo da fundação do PSOL por considerá-lo de pouca viabilidade eleitoral. Com todas essas rupturas do PT o PSOL passou a contar com uma bancada de sete deputados federais e uma senadora. Apesar de expressivo, este número revela que o PSOL não conquistou para seu projeto nem mesmo a maior parte da esquerda petista, pois o grupo dos radicais era composto por 26 dos 91 deputados federais eleitos pelo PT⁴⁰. O elemento que explica este fato é que as duas maiores tendências da esquerda petista, DS e AE, acabaram por se subordinar, mesmo que de forma crítica, ao projeto do campo majoritário: “ainda que essa parcela da esquerda critique a linha da política econômica vigente e outros aspectos das políticas do governo, o fato é que ela já (...) aceitou a dominância social-liberal” (Machado, 2010). Fazendo analogia com a imagem da revista *Veja*, pode-se dizer que a coleira da coalizão dirigente do PT havia contido duas

³⁹ Disponível em: www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=258&Itemid=2. Acesso em 4 de mai. de 2010.

⁴⁰ Fonte: http://veja.abril.com.br/231002/p_038.html. Acesso em 15 de ago. de 2010.

cabeças da besta diabólica, deixando apenas uma escapar de seu controle. O número de deputados estaduais que romperam com o PT é ainda mais revelador do caráter restrito desta ruptura: dos 146 que o partido elegeu em 2002, apenas 4 ingressaram no PSOL. Além disso, se a candidatura de Plínio para presidente do PT em 2005 atingiu quase 40 mil votos, o PSOL apenas superou esse número de filiados em abril de 2010.

De qualquer modo, essa segunda onda de rupturas teve importância decisiva para o novo partido: todos os parlamentares estaduais e cinco dos oito parlamentares nacionais que o PSOL possuía até as eleições de 2006, ingressaram durante esse processo. Tamanha a transformação quantitativa e qualitativa representada por essas adesões que Ricardo Antunes qualificou como o início de “uma segunda fase” da vida do partido (Antunes apud Delmanto & Seda, 2008, p. 33).

De todas essas adesões, a maior e mais problemática foi a da APS por razões que discutiremos mais a frente. Para isto foi necessário que o Diretório Nacional (DN) do PSOL criasse a modalidade de “filiação democrática” na qual o filiado poderia disputar as eleições de 2006, mas não assumiria plenamente os direitos e deveres estatutários durante este período (Resoluções do DN, outubro de 2005⁴¹). Embora já em dezembro de 2005, o DN tenha passado a discutir os termos da adesão plena da APS⁴² (efetivada em janeiro de 2006), tal decisão aponta para o fato de que o PSOL nesse momento (embora tenha outro lado que discutiremos no último capítulo) procurava se apresentar como “um abrigo para a esquerda socialista” (Pompêo, 2007), trazendo um projeto organizativo consonante com o objetivo de se tornar o mais amplo possível, diferenciando-se assim do modelo organizativo típico das seitas revolucionárias. Tanto que a modalidade de filiação democrática foi mantida para outros filiados tais como Cesar Benjamin que concorreu ao cargo de vice-Presidente da República pelo PSOL em 2006⁴³.

Chegando a este ponto, reunimos condições para apresentar o modelo originário do PSOL. Em primeiro lugar, cabe novamente relativizar os critérios de Duverger, agora não

⁴¹ Disponível em: <http://www.psol.org.br/nacional/resolucoes/congresso/373-i-congresso-do-partido-socialismo-e-liberdade>. Acesso em 4 de mai. de 2010.

⁴² “Proposta da Executiva Nacional do PSOL para a incorporação da APS”. Disponível em: www.psol-nacional.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=507:proposta-da-executiva-nacional-do-psol-para-a-incorpora-da-aps&catid=36:dire-nacional&Itemid=63. Acesso em 4 de mai. de 2010.

⁴³ Milton Temer esclareceu em entrevista no Jornal do Brasil que “Estabelecemos a Legenda Democrática. Aqueles que estão em outros partidos, mas em consonância com alguns preceitos, não precisam ter compromisso nem com o programa nem com o estatuto. Para que tenham um ano para se solidarizar e ver se concordam com as propostas. É fundamental a Legenda Democrática para que o político possa se candidatar num partido em que se sintam bem”. Disponível em: www.psol-nacional.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=320%3Aqsem-disputa-nhemocracia&catid=46%3Aopini%C3%A3o&Itemid=63. Acesso em 4 de mai. de 2010.

somente pelas razões teóricas que apresentamos na introdução do capítulo (elas próprias elaboradas a partir de questões empíricas), mas também porque efetivamente eles podem se revelar ineficazes para a análise do PSOL se não forem esclarecidos mal-entendidos. O elemento mais visível do processo de formação do PSOL foram os chamados “parlamentares radicais” do PT. Isto poderia causar a confusão de que o partido possui uma origem parlamentar e, portanto, se refere a um típico partido de quadros. Erroneamente, associando-se esta noção a de partidos de vanguarda poderia se chegar a resultados bizarros sobre a vida partidária do PSOL. Embora, como veremos, a importância dos parlamentares no momento de constituição do partido tenha lhe conferido alguns traços importantes da vida partidária, tal como o grande peso que estes possuem na coalizão dirigente e a dependência financeira do partido em relação a eles, verificamos que são as tendências petistas o elemento fundamental do processo de construção do partido. Além disso, observamos de passagem que a base formativa destas é extra-parlamentar e conectada ao processo de formação de um partido de massas que foi o PT. Observamos também que durante o processo de construção partidária afluíram não apenas parlamentares, mas também renomados intelectuais marxistas e centenas de militantes dos movimentos sociais e sindicais. Ou seja, se o PSOL se aproxima a um destes tipos ideais quanto à origem seria ao do partido de massa. De resto, também esta definição poderia dar margem a uma subestimação da importância que os parlamentares possuem no partido assim como poderia gerar uma falsa percepção de que o PSOL já possui influência de massa quando esta ainda é restrita a alguns setores minoritários das classes populares.

Como vimos, são três os critérios universais estabelecidos por Panebianco para a investigação do modelo originário. 1) O critério da presença ou ausência de uma instituição externa não fornece grandes novidades: a própria legislação partidária proíbe a formação de partidos que sejam controlados por instituições externas. Evidente que se tratando de um partido socialista que deseja transformar a ordem social, não se pode excluir de saída ligações extra-oficiais, especialmente com organizações internacionais. Basta mencionar o fato de que distintas tendências do partido estão ligadas a uma pluralidade distinta de frações da IV Internacional. Entretanto, exatamente por isto, o PSOL como um todo tende a seguir como partido de legitimação interna enquanto não for superado o quadro atual de fragmentação do movimento socialista internacional: a adesão a esta ou aquela organização internacional comprometeria sua unidade. De qualquer modo, o PSOL mantém excelentes relações com alguns partidos e organizações da extrema-esquerda e da nova esquerda radical da América Latina e da Europa. No ano de 2009, por exemplo, o PSOL organizou um seminário internacional no qual participaram representantes de dezenas de organizações socialistas de

diferentes países americanos, europeus, africanos e da Oceania⁴⁴. Os Encontros, Conferências e Congressos do PSOL costumam contar com a presença de observadores internacionais ligados a algumas destas organizações. Durante a fundação do NPA, o PSOL enviou representantes e saudou o novo partido no seu site afirmando que o “PSOL tem um partido irmão na França!⁴⁵”. Em síntese, apesar de o PSOL manter uma atividade internacionalista, estas relações ocorrem hoje muito mais por iniciativas individuais dos partidos em questão do que um movimento de fusão efetivo de uma nova internacional. O próprio chamamento de Hugo Chávez pela V Internacional encontrou (além de certa hostilidade de setores da extrema-esquerda) uma repercussão mundial apenas tímida. O caráter de legitimação interna do PSOL, portanto, está fora de questão, até porque, ao que tudo indica, se uma nova organização internacional vier efetivamente a se constituir, terá um caráter muito mais descentralizado e pluralista do que a III Internacional, de tal modo que a influência sobre a vida partidária se daria apenas de forma secundária.

2) Em relação ao critério da presença do caráter carismático ou não no momento de sua constituição, cabe apenas desfazer uma possível impressão que analistas superficiais poderiam ter a propósito do partido. Aparentemente esse seria o caso, pois é inquestionável o grande papel desempenhado por Heloísa Helena na construção do PSOL. Contudo, se a figura pública de Heloísa foi e continua a ser um elemento importante para a visibilidade do partido (o que constitui um elemento de controle de uma importante “zona de incerteza”, a saber, as relações com o exterior), nas relações intra-partidárias o elemento preponderante consiste nas tendências internas e não esta ou aquela personalidade. Inclusive estas precisam, em maior ou menor medida, associar-se a uma tendência para ter lugar na executiva. Não é por acaso que, como veremos no último capítulo, Heloísa Helena apenas conseguiu permanecer na presidência do partido após uma ação incisiva de ameaça à unidade partidária feita pelo MES e Poder Popular durante o último congresso do PSOL. Assim, pode-se falar no máximo em carisma situacional, tendo em vista que a sua popularidade desempenhou um papel fundamental de aglutinação das diversas forças que rompiam com o PT e PSTU.

3) O critério da dispersão versus penetração territorial nos parece ser o mais revelador do caráter partidário. O PSOL se constituiu a partir de grupos pré-existentes. Sendo assim, embora tenha se originado de um centro, ele já foi constituído com uma boa dose de dispersão territorial, estando organizado desde sua origem na maioria das unidades da federação. Esta

⁴⁴ Disponível em: <http://seminariocrise.wordpress.com/>. Acesso em 17 de nov. de 2010.

⁴⁵ Disponível em: www.socialismo.org.br/portal/internacional/38-artigo/758-surge-um-novo-partido-anticapitalista-na-franca. Disponível em: 17 de nov. de 2010.

indefinição pode ser solucionada pela seguinte observação: uma origem decorrente do processo de fusão de organizações nacionais pré-existente deve ser considerada como uma “variante do nascimento por difusão” (Panebianco, 2005, p. 95). Uma origem por difusão, por sua vez, implica em “maiores probabilidades de gerar uma organização com estruturas descentralizadas e semi-autônomas e uma coalizão dominante dividida, sulcada por contínuos conflitos de liderança” (Panebianco, 2005, p.96). Essa variante produz, contudo, efeitos diversos da dispersão territorial, pois não implica necessariamente em estruturas locais autônomas, mas na grande autonomia dos grupos. Assim, um forte centralismo territorial pode se combinar com uma forte descentralização ideológica.

O PSOL é, portanto, herdeiro das organizações do pluralismo petista. Porém, diferente do PT em que as organizações revolucionárias sempre foram muito minoritárias, no PSOL elas constituem o alicerce do partido. Todas elas são herdeiras das organizações revolucionárias e não sua antítese, de tal modo que inspiradas no centralismo democrático cada uma delas procura criar em seu interior mecanismos de preservação do próprio sistema de solidariedades. Por um lado, isto faz com que as forças externas que impelem à adaptação encontrem outros elementos de resistência para além da própria organização do partido como um todo. Como vimos, a ausência de centralismo democrático no PT se combinava com a ausência de centralismo no seu campo majoritário, tornando as forças de adaptação irresistíveis. No PSOL, o modo como se organizam as tendências serve como uma compensação à ausência de centralismo democrático do conjunto partidário. Por outro lado, isto contribui igualmente para a fraca coesão partidária ao tornar o sistema de solidariedades das tendências mais forte do que a do próprio partido. Não seria exagero dizer que o princípio de unidade estabelecido no Estatuto do PSOL se apresenta quase como uma simples figura de retórica diante da realidade das relações que as tendências do partido estabelecem entre si.

Um último elemento a considerar aqui é que o termo *tendências se refere efetivamente a frações partidárias com organização própria e não simples correntes de pensamento*. É preciso ter sempre isto em mente para a compreensão das análises que se seguem. De qualquer modo, não entraremos no debate sobre as definições de tendências, frações, facções, etc. Por razões de descrição empírica, manteremos a denominação de tendência a estes agrupamentos.

Capítulo 2: A ordem organizativa

A forma partido, quer em sua variante socialdemocrata, quer naquela assumida pelos partidos comunistas tradicionais, está falida. Como, então, estruturar um partido distinto, de classe em seu sentido contemporâneo, que expresse, ao mesmo tempo, uma forte participação da base, capaz de aglutinar e empolgar as forças sociais que hoje se encontram à margem da representação política radical e que recuse a prevalência da ação institucional, parlamentar, sustentando-se na política radical?

Ricardo Antunes

Para Panebianco, a análise do Estatuto é “apenas um pálido esboço, muito inconstante e impreciso, pouco mais do que um ponto de partida para a análise organizativa de um partido” (2005, p.69). Argumento que discordamos pelas seguintes razões expostas por Ribeiro (2008): 1) as regras estatutárias regulam toda a dinâmica interna do partido; 2) o Estatuto constitui um ponto de referência para o cotejamento com o funcionamento real do partido; 3) o Estatuto é uma base empírica sólida por estar sempre disponível ao pesquisador, o que permite fazer comparações tanto com outros partidos como uma análise diacrônica da vida organizativa de uma mesma organização; 4) o Estatuto possui grande importância na vida partidária como atesta o fato de que as regras formais são objetos de constantes disputas intrapartidárias. Por isto, a opção de adotar a análise de conteúdo do Estatuto do PSOL como o centro desta investigação. De qualquer modo, como se verá ao longo da análise, não se limitamos a ela. Pelo contrário, procuramos complementá-la com outros elementos empíricos que possam aproximar-nos mais da realidade organizativa do partido.

A análise de conteúdo que realizamos enfocou a última versão do Estatuto do PSOL, a qual foi aprovada no dia 14 de setembro de 2010 pelo TSE e conta com as alterações deliberadas no II Congresso. Entretanto, as modificações que esta versão possui em relação às anteriores serão apresentadas quando expressarem efetivas alterações na estrutura partidária.

Nosso objetivo com esta análise foi apreender as implicações da estrutura partidária para o sistema de interesses do partido (Panebianco, 2005). Para realizá-la, dividimos o texto de acordo com os seguintes critérios desenvolvidos por Duverger (1970) para a compreensão da estrutura partidária: organismos de base (estrutura e função) e articulação geral (ligações horizontais e verticais e grau de centralização). Adotamos também uma perspectiva comparativa com o propósito de controlar os critérios para investigar as principais lacunas e novidades apresentadas pelo PSOL no que se refere à construção de mecanismos que visam

preservar o sistema de solidariedade. Para esta tarefa, escolhemos os seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Novo Partido Anticapitalista (NPA). Os dois primeiros devido ao fato de serem os partidos dos quais a proposta organizativa do PSOL procura diretamente se afastar. No caso do PT que sofreu transformações estatutárias em 2007, adotaremos para esta análise comparativa o Estatuto anterior (aprovado pelo TSE em 2001) pela seguinte razão metodológica: o que queremos saber são as inovações organizativas em relação ao PT com o qual o PSOL representa uma ruptura. Já o NPA foi escolhido pelo fato de que ele constitui o partido da nova esquerda radical que apresenta o maior número de inovações organizativas entre aqueles que configuram o campo político da nova esquerda radical. Em relação ao PSTU sabemos que esta escolha possui limites já que, como partido revolucionário leninista, sua vida interna talvez não seja regulada Estatuto oficial registrado no TSE. Nem por isto este Estatuto deixa de fornecer interessantes elementos da vida desta organização partidária.

2.1. Órgão de base

Duverger distingue quatro tipos de elementos de base: o comitê, a seção, a célula e a milícia. Considerando que a milícia é típica dos partidos fascistas e dos partidos anti-sistema em períodos revolucionários (o que não se vislumbra em um horizonte próximo), nos deteremos a apresentar teoricamente unicamente os três primeiros tipos, a começar pelo comitê. Este é típico dos partidos de quadros constituindo-se em um “agrupamento de pessoas importantes escolhidas em razão de sua influência” (Idem, p.53), não possuindo nenhum interesse em seu crescimento quantitativo. A atividade nos comitês se intensifica enormemente nos períodos eleitorais, tendo em vista que esta é sua função quase exclusiva. O grau de autonomia deles é, também por esta razão, extremamente elevado, o que confere um elevado grau de descentralização a estes partidos.

A seção, pelo contrário, é típica dos partidos socialistas de massa e sua preocupação essencial é com o crescimento quantitativo do partido procurando atrair para si o maior número de membros. Para manter esse contato com as massas, a organização das células ocorre tendo por base a divisão geográfica do país assim como os comitês. Nas cidades maiores pode ocorrer uma multiplicação das seções tendo por base a divisão por bairros ou regiões. Mas, de qualquer modo, permanecem como organizadoras de amplas massas, de onde decorre uma organização interior muito mais aperfeiçoada do que os comitês. Além disso, a seção faz parte do todo organizativo, o que lhe confere uma autonomia menor do que a dos

comitês, os quais podem ser concebidos como uma vida isolada. Outra diferença importante é que, embora sua atividade se intensifique nos períodos eleitorais, a seção mantém um nível de atividade intermediário nos períodos de intervalo, pois sua função “não se trata apenas de tática eleitoral, mas também de educação política” (Idem, p. 59).

Se “as seções foram uma invenção socialista, as células são uma invenção comunista” (Idem, p.66). Embora se constituam como um elemento de organização das massas, as células distinguem-se das seções por duas características fundamentais: o tamanho e a base do agrupamento. A organização da célula repousa, de um modo geral, em uma base profissional, o que reforça o caráter classista destes organismos. Não que inexistam células organizadas em função da divisão territorial, mas estas guardam sempre uma divisão mais restrita (do bairro, da vila, da rua, etc.) e uma importância apenas secundária em relação às células organizadas por local de trabalho. Em termos de tamanho, a célula se caracteriza por organizar um número menor de partidários. Ao invés destes serem contados a centenas, se reduzem a poucas dezenas ou menos. A base profissional e a dimensão reduzida das células permitem uma maior integração de seus membros reforçando a solidariedade partidária. Assim, elas conseguem estabelecer um grau de atividade maior garantindo um funcionamento permanente que amplia ao máximo o número de atividades extra-institucionais, o que torna os partidos organizados em células algo muito distinto de uma máquina eleitoral.

A existência das células nos remete ao processo de generalização da experiência do partido bolchevique no período posterior à Revolução Russa de 1917. A caracterização do período como revolucionário exigia a organização de partidos organizados em função de tal objetivo. Por esta razão, entre as exigências para a adesão dos partidos socialistas nacionais a III Internacional estava a transformação efetiva destes em um novo tipo de organização. Porém, tanto quanto a exigência do centro internacional, a eficácia comprovada da concepção leninista de organização foi o elemento que conduziu a ala esquerda do movimento operário, mesmo contra as naturais resistências à inovação, a aderir ao modelo organizativo inspirado em células.

As diferentes funções entre comitê, seção e célula são bem explicitadas nessa passagem de Duverger que vale a pena citar longamente:

A seção permite apenas um enquadramento frouxo, superficial, intermitente; a célula, ao contrário, por causa das suas dimensões e da sua permanência, assegura um enquadramento regular, compacto e profundo. Que o trabalho das células desagrade a numerosos adeptos, que preferem a êle às conversas das seções, é certo, mas aqueles são os menos bons, os menos sinceros, os menos sólidos. Os outros encontram, ao contrário, na célula um meio de ação imediata, exata e séria, ao

mesmo tempo em um centro de formação. O sistema de células constitui certamente um elemento de força dos partidos comunistas. Mas, se poderá observar que isso acarretará o deslocamento do centro de ação política. O comitê é essencialmente um organismo eleitoral e parlamentar, um instrumento adequado à conquista de eleitores e à pressão sobre os eleitos: permite organizar um escrutínio e pôr os cidadãos em contato com o seu deputado. Na seção, esse aspecto já se atenua sensivelmente: suas reuniões permitem uma educação dos membros. Ela não procura apenas obter êxitos eleitorais, porém, proporcionar a seus adeptos uma formação política, e a constituir assim uma elite diretamente oriunda da massa e capaz de atuar em seu nome. Apesar de tudo, as preocupações eleitorais e parlamentares continuam predominantes. Ao contrário, na célula elas se tornam inteiramente secundárias. Pelo seu quadro e suas dimensões, a célula não passa de um instrumento adaptado à luta eleitoral: ela não coincide mais com uma circunscrição ou com uma subdivisão de circunscrição; é concebida pela ação no âmbito de uma empresa, e não pela participação num escrutínio político. Por certo, a agitação a cabo nas células pode servir a campanhas eleitorais, porém de uma forma indireta e difusa: aquelas devem ser conduzidas por outros organismos.

A escolha da célula como base de organização ocasiona, portanto, uma evolução profunda na própria noção de partido político. Em vez de um órgão destinado à conquista de sufrágio, à união dos eleitores e à manutenção do contato entre eles e os seus eleitores, este se torna um instrumento de agitação, de propaganda, de enquadramento, e eventualmente de ação clandestina, para o qual as eleições e os debates parlamentares não passam de um meio de ação entre outros, e mesmo um meio secundário (Duverger, 1970, pp.70-71).

A organização básica da vida partidária prevista pelo Estatuto do PSOL são os núcleos de base, os quais se organizam em “função de regiões geográficas, questões de gênero, atividades profissionais, estudo ou trabalho, atuação nos movimentos sociais” (art. 60). Apesar dessa liberdade na organização dos núcleos, eles não devem ser confundidos com as seções socialistas. O Estatuto não define o número de membros dos núcleos, de qualquer modo, existem outros incentivos que os conduzem a um tamanho reduzido. Além disso, sua função, assim como a das células, é o de assegurar o caráter militante do partido ao garantir uma presença mais orgânica dos filiados na vida partidária e permitir um contato constante com as lutas populares, sendo canal de permanente comunicação do partido com as atividades contestatórias desenvolvidas pelos trabalhadores. Desse modo, mesmo quando organizado em base territorial, os núcleos se diferenciam das seções devido ao fato de que seu objetivo primordial é organizar a intervenção partidária na luta social e não pura e simplesmente o crescimento quantitativo do partido.

Os núcleos, portanto, podem ser encarados como espécies de células comunistas. Mas, diferente dessas em que o local de trabalho possui evidente preponderância, os núcleos de base procuram dar conta de uma classe trabalhadora heterogênea cujo fundamento de militância ultrapassa a questão trabalhista podendo envolver uma grande gama de atividades da vida social: opressão de raça, de gênero, de orientação sexual, de geração, etc.; falta de

moradia, de terra para plantar, de infra-estrutura urbana, etc.; questão ecológica, pacifista, democratização dos meios de comunicação, etc.

Para garantir a participação da militância na vida orgânica do partido, o Estatuto do PSOL prevê a obrigatoriedade de participação nos núcleos de base. Tal elemento é fundamental para se pensar na manutenção do sistema de solidariedades do partido: a participação nos núcleos se realiza, sobretudo, em função dos incentivos coletivos e a sua busca estes tende a reforçar. Para isto, a regulamentação estatutária dos núcleos prevê atividades que promovem o interesse por este tipo de incentivo como a realização de debates e de formação política para a militância. Soma-se a isto o fato de que os resultados que são mais facilmente obtidos em uma esfera de atividade limitada tornam aguda a percepção da importância individual no engajamento na ação coletiva.

Além disso, os núcleos constituem em um eficaz instrumento de democracia partidária ao funcionar como um caminho de comunicação da base partidária com sua direção. Se “o poder é relacional, assimétrico, mas *recíproco*” (Panebianco, 2005, p.45), o núcleo de base é o instrumento que garante a reciprocidade de poder da base em relação à coalizão dirigente. Quanto mais amplos forem os poderes a ele atribuídos, maior a capacidade de intervenção da base nas decisões partidárias.

Esta concepção dos núcleos como tal instrumento foi herdado pelo PSOL apenas indiretamente da tradição bolchevique, seu legado mais direto é o “PT das origens”. Conforme observa Lagoa (2004), o PT nasce renegando todo o legado de experiências do Partido Comunista. Sendo assim, parece natural que o partido não adotasse a noção de células como princípio de organização. Porém, como assinala Meneguello (1989), tanto o novo sindicalismo quanto as comunidades eclesiais de base, exatamente por sua aversão às chamadas vanguardas, tinham como princípio a organização pela base. Ou seja, apesar de ter o espontaneísmo na sua raiz, as organizações de base que conformariam o Partido dos Trabalhadores no momento de sua formação acabaram por aproximá-lo da forma organizativa do velho bolchevismo. Tanto assim, que uma organização trotskista tradicional tal como o PSTU adotará os núcleos em sua estrutura organizativa. Afinal, o importante não é o nome, mas a função. E os núcleos de base constituíam de fato mecanismos tais como as células bolcheviques. De passagem, vale registrar que o NPA chama seus organismos de base de “comité”, o que poderia passar a falsa impressão de estarmos em frente de um partido de quadros. Mas, quando olhamos para a função e esfera de ação desse organismo, o que observamos é a semelhança absoluta com a forma organizativa dos núcleos de base.

É importante dizer que a simples existência de um determinado tipo de organismo não é suficiente para assegurar o caráter de um determinado partido. No processo de stalinização dos PC's, por exemplo, se verificou um esvaziamento do poder decisório das células em função do ultra-centralismo e do predomínio unilateral das ligações verticais. Do mesmo modo, apesar de originalmente e ainda oficialmente os núcleos possuíam centralidade na estrutura organizativa do PT, o processo de “transformismo” do partido coincidiu com o processo de esvaziamento da atividade destes. Com a transformação do PT em uma máquina eleitoral verificou-se uma “sensível queda no número de núcleos de base” e naqueles ainda existentes passou a predominar uma “dinâmica interna muito diferente do que costumava ser nos primeiros anos do PT, pois a maioria atuava apenas em épocas eleitorais ou em momentos para elegerem delegados” (Lagoa, 2004, pp.110-111). Esse processo de esvaziamento dos núcleos no PT é um dos elementos mais nítidos que demonstram a passagem da predominância do “sistema de solidariedades” ao “sistema de interesses” e, conseqüentemente, da participação tipo movimento social para a participação do tipo profissional. De tal modo que “é pouco provável que se encontre hoje em dia alguém integrando as ‘atividades orgânicas’ do partido que não esteja liberado e/ou profissionalizado, direta ou indiretamente, para exercer essa atividade” (Iasi, 2006, p562).

No momento da fundação do PSOL usava-se muito a “idéia de ‘partido de novo tipo’, orientado por núcleos de base fortes e atuantes” (Pompêo, 2007). Tratava-se na proposta organizativa do PSOL não apenas de voltar ao PT das origens, mas de avançar ainda mais no papel dos núcleos para a construção de um partido militante e democrático. Assim, são estabelecidos ao longo do Estatuto alguns poderes formais aos núcleos que marcam a originalidade do PSOL. Entre eles, a observação de que os delegados para os congressos do partido serão “eleitos nas plenárias de Núcleos de Base ou reuniões de Núcleos de Base” (art.34), algo que o próprio partido apresenta em uma reportagem no seu site como sendo “sem paralelo na esquerda brasileira” (I Congresso avança na consolidação do PSOL⁴⁶). Além disso, o Estatuto estabelece que “deverão ser realizadas plenárias de Núcleos de Base nos municípios, previamente à realização das reuniões do Diretório Nacional, que deverão ser convocadas pelos respectivos Diretórios municipais” (art. 60). Apesar de uma regulamentação parecida poder ser encontrada no Estatuto provisório do NPA, o fato de que nada assim existia no Estatuto da LCR⁴⁷ comprova a originalidade do PSOL neste ponto.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.psol.org.br/nacional/jornal/925>. Acesso em 21 de mai. de 2010.

⁴⁷ Disponível em: www.lcr-rouge.org/spip.php?article465. Acesso em 27 de nov. de 2010.

Contudo, esses poderes formais, apesar da sua originalidade, tem se apresentado apenas um pouco mais do que uma mera formalidade. As reuniões dos núcleos antecedendo as do Diretório Nacional não saíram do papel e a escolha dos delegados congressuais diretamente pelos núcleos foi praticamente suprimida. O regulamento do I Congresso previa uma relação de 10 militantes da base por um delegado, de tal modo que os núcleos maiores conseguiam efetivamente garantir uma vaga. Com a ampliação da relação para 30 por um no II Congresso, todos os delegados acabaram sendo escolhidos em Plenárias municipais ou intermunicipais. O mais grave, contudo, é o fato de que os problemas de esvaziamento dos núcleos no PT repercutem no PSOL, seu herdeiro. Delmanto e Seda fazem o seguinte e duro prognóstico da realidade dos núcleos no PSOL:

Os núcleos são considerados, por diversos militantes e grupos, como fundamentais para o funcionamento e democracia do partido mas o discurso não corresponde à realidade. Apesar da reivindicação de alguns setores, o I Congresso não discutiu nem regulamentou a participação efetiva e constante dos núcleos nas decisões do partido. Na prática, acabam servindo apenas para tiragem de delegados em encontros, congressos e conferências. No entanto, como esses delegados podem ser escolhidos também por plenárias e outros tipos de reunião, nem a exclusividade na eleição dos delegados os núcleos detém (Delmanto e Seda, 2008, p. 69).

Parte da explicação para isto se encontra em raízes objetivas da conjuntura concreta da luta de classes no país. Os núcleos foram criações, mais ou menos espontâneas, que tiveram todo seu potencial expresso na vida do PT no momento de ápice do movimento operário e dos novos movimentos sociais que confluíram para o partido. Com o descenso dos movimentos na década de 1990 e a crescente institucionalização do PT, os núcleos experimentaram um progressivo processo de esvaziamento que a esquerda petista não foi – nem mesmo durante o tempo em que assumiu a maioria da direção do partido (1993-1995) – capaz de reverter. Diante dessas dificuldades, mesmo um defensor de um PSOL fundamentado em núcleos como Gilberto Maringoni (ENLACE) se coloca em posição crítica em relação aos setores mais esquerdistas do partido afirmando que atualmente “não tem gente disposta a fazer núcleo em toda parte, não basta criar por decreto, tem que ter gente afim de fazer” (Apud Delmanto e Seda, 2008, p. 71). Para estes setores criticados, contudo, a não centralidade organizativa do núcleo revelaria uma crise organizativa muito séria. Tostão (CSOL) chegou a considerar o I Congresso do PSOL como um grande retrocesso por não ter dado “um passo sequer para a consolidação de um partido de instâncias e núcleos de base regulares” (Apud Idem).

Ambos os pontos de vista tem sua dose de razão. Por um lado, se o ambiente externo condiciona a luta interna no partido, o menor papel dos núcleos e, portanto, da base partidária,

certamente decorre da atual conjuntura de descenso dos movimentos sociais (ver seção 3.1). Se a exigência estatutária de obrigação da participação dos militantes em núcleos fosse levada ao pé da letra, o PSOL encontraria ainda mais dificuldades em sua luta para se tornar um partido de massas. Por outro lado, é igualmente verdadeiro que escolhas políticas deliberadas tem contribuído para agravar a situação.

Duverger já havia observado que a organização em células exigia um contínuo esforço dos líderes para que se tornasse uma realidade efetiva. Pela proximidade dos núcleos dessa forma organizativa, mesmo que a conjuntura fosse favorável (o que não é) sua efetividade dependeria da mobilização dos dirigentes neste sentido. Entretanto, em momento algum as lideranças do partido colocaram a tarefa de organizar núcleos como algo central. Pelo contrário, ela sempre foi deixada à espontaneidade das bases. Um exemplo disto é que não existe nenhuma deliberação da Comissão Executiva ou do Diretório Nacional a respeito da organização dos núcleos. Além disso, o partido nacionalmente não tem nenhum controle efetivo de quantos núcleos existem e sobre quais bases se organizam. Oficialmente a tarefa de acompanhar e impulsionar a criação e o funcionamento dos núcleos cabe a Secretaria de Organização. Ora, para isto esta secretaria deveria exigir seu reforço e o empenho de todo o corpo partidário neste sentido. Efetivamente nada disso ocorre, o que acaba por ampliar o hiato existente entre o papel dos núcleos previsto pelo Estatuto e o papel que eles efetivamente desempenham.

2.2. Articulação geral

Segundo Duverger, a articulação das instâncias partidárias pode ser distinta entre forte e fraca (podendo ser ainda medido diversos graus de intensidade) de acordo com a maior ou menor precisão em que são estabelecidas as ligações entre elas. Enquanto os partidos fracamente articulados se caracterizam por constituírem em um aglomerado incoerente de elementos reunidos em limites não definidos, os partidos de articulação forte regulamentam minuciosamente o modo de participação de cada um dos seus elementos na vida partidária global. Esta articulação ocorre a partir de ligações verticais e horizontais: a primeira refere-se “a que une dois organismos um subordinado ao outro” e a segunda a que liga “dois organismos situados no mesmo nível” (Duverger, 1970, p. 83). Evidentemente que em toda organização partidária prevalecem as ligações verticais, de tal modo que os partidos se distinguem apenas entre partidos de ligações mistas e partidos de ligações verticais, sendo estes últimos aqueles que não admitem nenhuma forma de ligação horizontal. Nos partidos de

articulação forte as ligações horizontais tendem a guardar um caráter puramente excepcional ao ponto que nos partidos de articulação fraca estas ganham expressão máxima.

A relação entre o sistema de solidariedades e o tipo de articulação geral é complexa e não pode ser reduzida a uma fórmula evasiva geral, embora a questão da democracia que garante a reciprocidade do poder da base seja um elemento chave.

O caráter forte e fraco da articulação relaciona-se com a democracia apenas de modo negativo: uma articulação fraca não é democrática, pois não permite nenhum controle efetivo da base sobre “os pequenos grupos oligárquicos” (Idem, p.79). Entretanto, o inverso não é verdadeiro, uma articulação forte pode significar tanto uma maior reciprocidade de poder da base como um meio de reforçar o controle da direção sobre ela.

As ligações horizontais se relacionam positivamente com a democracia, pois permitem que o contato entre os militantes se realize de forma direta, isto é, sem o controle da direção. Porém, quando elas se tornam o elemento essencial da vida partidária acabam por conferir um caráter de articulação fraca ao partido e, portanto, em contradição com a democracia. Além disso, mesmo o elemento democrático destas ligações está carregado de contradições internas. Isto decorre do fato de que, em condições tão adversas (fetichismo da mercadoria, alienação, hegemonia burguesa, etc.), uma consciência ético-política apenas pode ser vivida, em um primeiro momento, em uma minoria. Ao não permitirem a transmissão de saberes e experiências entre direção e base, as ligações horizontais não constituem um mecanismo eficaz para disseminar esta consciência na mais ampla massa. A substituição de alguns elementos de ligação verticais por outros de ligação horizontais pode contribuir para facilitar a manipulação da base partidária pelos pequenos grupos oligárquicos.

Já as ligações verticais, constituem em “um meio admirável de manter a unidade e homogeneidade do partido” (Idem, p. 85). Embora concebidas para reduzir o pluralismo partidário, só estão em relação de total oposição com a democracia em condições em que ela se combina com um centralismo unidirecional do centro para a base. Afinal, essas ligações podem funcionar não apenas como um instrumento de manipulação da base pela direção nacional, mas também como um mecanismo eficaz de transmissão da vontade e opinião da base até o centro. Além disso, os ganhos em efetividade certamente superam em muito as perdas em termos de democracia.

O PSOL, estatutariamente, está organizado hierarquicamente do seguinte modo: Congresso Nacional, Convenção Nacional, Diretório Nacional (DN), Comissão Executiva Nacional (CEN), Convenção Estadual, Diretório Estadual (DE), Comissão Executiva Estadual (CEE), Convenção Municipal, Diretório Municipal (DM), Comissão Executiva Municipal

(CEM), Zonais, Núcleos de base. O poder supremo do partido, portanto, compete a mais democrática de suas instâncias garantindo uma forte reciprocidade de poder.

O Congresso tem acontecido desde 2007 a cada dois anos tal como prevê o Estatuto. No I Congresso os delegados foram eleitos diretamente pelos núcleos ou em plenárias. Os militantes apenas eram contados para o quórum após a participação de três reuniões convocadas para debater o congresso⁴⁸. No II Congresso elas foram relativizadas. Nesta oportunidade, os delegados foram eleitos a partir da participação dos militantes em uma plenária municipal ou intermunicipal convocada para este fim⁴⁹. Desse modo, os filiados participaram apenas de um debate em um fórum maior, no qual a possibilidade de intervenções individuais se torna mais reduzido.

Ainda assim, o Congresso permanece como uma instância fundamental de expressão da soberania dos filiados. Pois, nele todos têm a oportunidade garantida de expressar suas opiniões, apresentar contribuições sobre a linha política, sugerir alterações programáticas e estatutárias, etc. Neste sentido o Estatuto do PSOL apresenta uma importante inovação ao estabelecer que: “Não será exigida obediência a nenhuma deliberação do Diretório Nacional que se contraponha às resoluções do Congresso Nacional ou da Convenção Nacional” (art. 25, § 2º). Tendo em vista que nada assim existe nos estatutos do PT, PSTU e NPA não é arriscado afirmar que esta regra decorre da experiência vivida no interior do PT. Ao votarem contra a reforma da previdência, os parlamentares expulsos haviam agido de acordo com as decisões do último Encontro Nacional e dos próprios princípios programáticos do PT. De onde se apresentou como uma necessidade pensar em regras que criem obstáculos para que as decisões das instâncias máximas do partido que expressam a “soberania dos filiados” não sejam violadas pela coalizão dirigente.

O mandato dos delegados no Congresso não é imperativo. O que parece ser um mecanismo contrário ao sistema de solidariedades, pois permite o descolamento dos representantes dos representados. Porém, visto por outro ângulo, essa não imperatividade pode ser vista como uma garantia contra o espírito paroquial, permitindo formar uma vontade coletiva nacional. Na prática, contudo, o que tem ocorrido é que as grandes questões deliberativas originam sempre no interior das tendências partidárias. Independente da não imperatividade, os delegados eleitos tendem a expressar os interesses desta ou daquela tendência com a qual se comprometeram no momento de sua eleição. Assim, ao invés da formação de uma grande vontade coletiva nacional, os congressos têm sido marcados pela

⁴⁸ <http://psol50.org.br/blog/2007/02/06/convocatoria-ao-i-congresso-nacional-do-psol/>

⁴⁹ <http://psol50.org.br/blog/2009/05/16/informativo-01-2%C2%B0-congresso-do-psol/>

intensa disputa entre as tendências e os blocos de tendências, cabendo aos militantes individuais independentes e aos grupos regionais um papel de simples coadjuvantes dentro daquele espetáculo.

A Convenção Nacional ocorre a cada dois anos de modo intercalado aos dos congressos. Sua função deveria ser a escolha de candidatos e da linha política eleitoral assim como a verificação da aplicação das deliberações congressuais e uma atualização da política partidária em face das transformações da conjuntura política. Portanto, esta seria um mecanismo intermediário de reciprocidade do poder da base. Os delegados seriam eleitos pelas convenções estaduais e pelo Diretório Nacional. Em número menor do que os delegados do Congresso, a representatividade destes é menor, mas nem por isso não significativa. Porém, concretamente, como esta ocorre apenas em anos eleitorais, tem se limitado a apenas oficializar o que uma instância criada extra-oficialmente tem decidido. O PSOL desde 2006 tem realizado Conferências Eleitorais em que se decide m os candidatos, as alianças possíveis, a linha política durante as eleições, etc. Embora com representatividade maior do que aquela prevista pela Convenção, o foco na disputa eleitoral destas conferências faz com que esta disputa ganhe um espaço muito maior do que aquele que formalmente deveria possuir.

O último congresso deliberou que a decisão de alianças caberia ao DN. O que parece ser um passo atrás na democracia partidária se revela apenas como uma oficialização do que já ocorria na prática. Como a Conferência sempre ocorre em um período em que as negociações partidárias estão sempre em andamento, tanto na II como na III Conferência, este poder já havia sido delegado ao DN.

O DN é eleito no Congresso, assim formalmente guarda um grau de representatividade muito próxima à da instância máxima do partido. Concretamente, entretanto, o DN tem apresentado dificuldades em se reunir. Desse modo, a maior parte das decisões cotidianas da vida partidária acaba competindo a uma instância de representatividade ainda mais limitada, a CEN, o que confere certa oligarquização ao partido.

Os DEs e DMs, por sua vez, são eleitos ordinariamente nos períodos congressuais e não de convenção. Assim, embora isto escape a regra estatutária, acaba reforçando o caráter de articulação forte, pois as instâncias municipais e estaduais reproduzem a mesma dinâmica da vida partidária nacional. Este caráter de articulação forte do PSOL é também garantido por sólidas ligações verticais que estabelecem a máxima coerência entre seus subsistemas internos. De qualquer modo, as ligações horizontais não são proibidas, antes estão previstas e estimuladas estatutariamente. São três os principais mecanismos em que estas ligações estão presentes: instrumentos de participação direta, as Plenárias Internúcleos e os Setoriais. As

Plenárias Internúcleos deveriam ocorrer periodicamente entre núcleos com áreas de atividades afins e quando convocadas pelas direções para contribuir politicamente com as reuniões do DN. Já os mecanismos de participação direta previstos são as consultas e plebiscitos a serem deliberados pelo DN e plenárias convocadas pelos DEs ou DMs com periodicidade de três meses para o debate político na respectiva instância. Todas essas formas apresentam enormes ganhos em termos de democracia sem, necessariamente, entrarem em contradição com as ligações verticais que permitem a assimilação dos elementos mais atrasados aos mais conscientes. Porém, nenhuma delas ganhou realidade efetiva. O partido não realizou nenhuma consulta ou plebiscito e as plenárias quando ocorrem é apenas devido a espontaneidade das bases e sem quaisquer periodicidade. Os Setoriais, por sua, se tornaram instâncias do partido apenas no I Congresso e até o congresso seguinte permaneciam sem qualquer regulamentação. Não obstante, foram os únicos destes mecanismos de ligação horizontal a serem estimulados pelas lideranças, tanto que o II Congresso aprovou uma resolução detalhada para que estes se tornassem uma realidade efetiva.

Os setoriais relacionam de modo positivo com o sistema de solidariedade por ter como fundamento a intervenção unificada e qualificada dos militantes do partido nos movimentos sociais. Eles podem ter por base o município, a unidade da federação ou a nação. Nestes últimos casos, são estabelecidos mecanismo de ligações verticais, de tal modo que o setor municipal encontra-se articulado ao estadual e este ao nacional. Além disso, os setoriais apresentam-se vinculados à Secretaria de Movimentos Sociais, o que lhes reduz a margem de autonomia. Mas, nem por isso, os setoriais deixam de ser mecanismos de ligações horizontais, pois estabelecem o contato entre os militantes da mesma área de atuação de forma independente à da hierarquia geral do partido.

Apesar de todos estes mecanismos, em uma análise comparativa o PSOL não é aquele partido em que as ligações horizontais são estabelecidas de modo mais forte. Este privilégio cabe ao PT. Em primeiro lugar, vale assinalar que todos esses mecanismos são apenas heranças organizativas do PT. Além disso, neste último existe outro mecanismo que está ausente no PSOL. Trata-se do Processo de Eleição Direta (PED). Aparentemente mais democrático que a eleição indireta no Congresso, o PED se revelou, contudo, como um mecanismo de ampliação do poder da coalizão majoritária. Ao se estabelecer um processo mais horizontalizado de escolha de direção, o poder financeiro e o peso político das grandes personalidades prevaleceram sobre o debate político. A formação de uma vontade coletiva a partir de sínteses realizadas dentro de uma lógica de busca pelo consenso foi substituída pelo despotismo da maioria formada dentro de uma lógica eleitoral em que prevalece o poder

político e financeiro dos quadros partidários, obscurecendo o caráter de partido de massas do PT.

O PED representou a consolidação da estratégia de esvaziamento dos Encontros, levada a cabo já nos anos noventa. Potencializar a ascendência dos líderes mais populares sobre a massa de filiados era um dos objetivos embutidos por trás do PED. Tratava-se de, definitivamente, isolar a esquerda e consolidar a hegemonia interna. Outro objetivo, mais importante, era conceder maior autonomia à direção, extinguindo os principais contrapesos internos ao poder dos líderes. Destituídos das atribuições eleitorais, de efetividade na construção de resoluções e diretrizes, e de poder real numa estrutura dominada pelas Executivas, os Encontros se tornaram figuras decorativas no PT. Sem eles, os dirigentes ganharam em liberdade de ação, enquanto a base perdeu seus principais canais de pressão e accountability interno. Com o PED, o arcabouço institucional petista se tornou plebiscitário e pouco representativo, ou seja: menos democrático. Além disso, uma das características distintivas da estrutura petista foi minada: a forte articulação orgânica interna (Floriano, 2009, p.268).

Ou seja, o único mecanismo de ligação horizontal que o PSOL não herdou do PT é justamente o único deles que fragiliza o sistema de solidariedades. Assim, poderíamos dizer que o PSOL em relação aos partidos com que estamos comparando nesta análise é aquele com a articulação geral com maiores garantias de preservação do seu sistema de solidariedades. Entretanto, até agora ignoramos um elemento da articulação que por sua importância fundamental deixamos para analisar em uma seção à parte: o grau de centralização partidária.

2.3. Centralização

Quando falamos em centralização é importante não confundi-la com ligações verticais, nem descentralização com ligações horizontais, embora sejam muitos os pontos de contatos entre elas: “Ligações verticais e ligações horizontais definem modalidades de coordenação dos elementos de base que compõe o partido; centralização e descentralização referem-se à repartição dos poderes entre os escalões de direção” (Duverger, 1970, p. 88). Um partido é centralizado se o centro nacional tem o poder de decidir o conjunto da política partidária dando pouca autonomia para as direções locais. Um partido é descentralizado se as direções locais têm um amplo leque de poderes, mesmo que esteja proibida estatutariamente qualquer forma de articulação com outras instâncias da mesma esfera.

O grau de centralização, contudo, não deve se medida apenas no plano local, mas por quatro critérios distintos entre si: local, ideológica, social e federal. A centralização local é aquela característica da noção geral que se tem desse termo e se refere ao controle exercido sobre o centro nacional sobre as direções locais. A centralização ideológica, por sua vez,

remete ao grau de autonomia que as tendências e frações possuem para funcionar como organizações separadas. A centralização social é uma questão que diz respeito somente aos partidos pluri-classistas que levam esta heterogeneidade no plano organizativo (ex. partidos confessionais) de tal modo que podem ser desconsiderada aqui. A descentralização federal diz respeito à autonomia das unidades das federações nacionais, o que é o caso do Brasil. De qualquer modo, consideramos útil agrupá-la com a descentralização local em um novo rótulo. Desse modo, podemos reduzir os critérios para medir o grau de centralização dos partidos de esquerda à apenas dois: descentralização territorial e descentralização ideológica.

O debate centralização versus descentralização sempre ocupou um espaço importante na esquerda socialista. Uma tradição anti-leninista tende a considerar a fórmula do centralismo democrático como um método organizativo autoritário que conduz necessariamente à oligarquização e burocratização do partido. A tradição leninista, pelo contrário, tende a encarar essa fórmula organizativa como a única garantia contra a tendência à burocratização e oligarquização das organizações que necessariamente decorre da divisão social do trabalho no capitalismo⁵⁰. Em nosso entender, o primeiro ponto de vista incorre no erro de amalgamar a teoria leninista de organização com a organização efetiva dos partidos comunistas pós-stalinização, deixando de apreender justamente aquele que é o núcleo do projeto organizativo de Lênin.

É apenas através do centralismo democrático que a massa partidária pode exercer algum controle sobre os seus líderes e sobre as personalidades cuja fonte de poder provém de fontes externas ao partido, tais como os parlamentares e os dirigentes sindicais. Na fórmula lenineana, o centralismo aparece não como uma imposição de um centro à base em uma relação extremamente desigual, mas como condição mesma da democracia, para que exista uma reciprocidade de poder. Centralismo e democracia aparecem como duas faces da mesma moeda: “O que garante que a vontade da base partidária seja respeitada é a unidade do partido em torno da vontade de sua maioria. O que permite a unidade do partido, por outro lado, é a participação ativa da base partidária no processo de discussão e deliberação a respeito da estratégia e tática do partido” (Bianchi, 2010).

Assim, podemos considerar três tipos ideais de fórmulas organizativas nos partidos de esquerda: descentralização, centralismo burocrático e centralismo democrático.

O primeiro tipo se refere aos partidos sociais-democratas. Relativamente descentralizados (ou seja, em comparação com os outros tipos de partido de esquerda), o

⁵⁰ Para a compreensão deste debate a partir da perspectiva leninista, que é a nossa, ver Ernest Mandel (1976).

desenvolvimento destes partidos na Europa foi nitidamente marcado pelo crescente processo de acomodação à ordem capitalista. Originalmente de inspiração marxista ortodoxa (ou quase), estes partidos passaram por uma lenta e continua transformação na sua concepção do mundo até chegar ao completo (ou quase) abandono do seu referencial teórico.

O segundo tipo se refere aos partidos comunistas após o processo de stalinização (e, em certo sentido, ao SPD alemão). Centralizados a partir do despotismo de sua coalizão dirigente, o desenvolvimento destes partidos foi marcado pela necessidade de acomodar os interesses da burocracia partidária no qual se sustentava o poder organizativo. Desse modo, em várias ocasiões (Guerra Civil Espanhola, período pós- II Guerra Mundial, Maio de 1968 na França, etc.), estes partidos deliberadamente evitaram ações mais ofensivas para preservar estes interesses seletivos que brotam no seio da organização.

Por fim, o terceiro tipo se refere aos primeiros anos do partido bolchevique e aos partidos trotskistas. Centralizados, estes partidos se diferenciam do segundo tipo devido ao fato de procurarem manter o maior grau de reciprocidade de poder da base possível. Óbvio que esta jamais será completa. Seja em função de situações como clandestinidade, falta de recursos financeiros e tecnológicos ou experimentação de certo grau de burocratização e oligarquização como reflexo da divisão social de trabalho no capitalismo, a fórmula da centralização a partir da base será sempre um pouco mais do que um ponto de fuga.

Em linhas gerais: qual a relação entre a maior ou menor centralização e o sistema de solidariedades? O grau de centralização territorial se relaciona positivamente com a democracia partidária por permitir o controle da maioria partidária sobre o conjunto da organização. Entretanto, para isto, é necessário que a base tenha efetivamente algum poder. O que não acontece quando esta centralização se combina com a centralização ideológica. Um partido monolítico, que proíbe a formação de tendências e frações ou obstaculiza o funcionamento destas, certamente se constitui em um partido em que a democracia inexistente ou não passa de uma mera fachada para o poder efetivo da direção partidária que funciona efetivamente com uma oligarquia fechada. Sem as garantias de pluralismo, o papel da base se limita a aceitar as decisões tomadas pela cúpula, uma vez que todo o seu poder se reduz a uma genérica possibilidade de desertar (opção que só existe efetivamente quando o regime político não é uni partidário). Nessas condições até mesmo o poder de decidir entre essa ou aquela oligarquia que corresponda melhor aos seus interesses está efetivamente suprimido. Contraditoriamente, contudo, quando a descentralização ideológica é muito forte, não apenas o partido perde em efetividade como em democracia, pois o controle da base sobre o conjunto

partidário é prejudicado em função da grande autonomia concedida às frações partidárias que, por esta razão, podem atuar contra a vontade da maioria.

Portanto, podemos afirmar que a fórmula do centralismo democrático é aquela que garante com maior eficácia a preservação do sistema de solidariedade. Entretanto, ao observarmos a situação dos partidos de extrema esquerda que adotaram essa fórmula organizativa, verificamos uma situação de isolamento que coloca em questão a eficácia dessa fórmula nas democracias consolidadas. Panebianco, ao analisar a influência do tamanho do partido sobre sua organização, fez a seguinte observação que vale também citar longamente já que parece descrever plenamente a realidade vivida pelo trotskismo:

Quando um partido nasce, normalmente os líderes devem praticar uma política expansiva, porque somente expandindo a dimensão organizativa o partido pode conseguir controlar recursos suficientes para garantir sua sobrevivência. Mas é possível (...) que os esforços dos líderes para expandir a organização sejam frustrados pela existência de um ambiente hostil (...) em que os recursos humanos, simbólicos e materiais de que o partido tem necessidade já estejam em poder de organizações preexistentes (...). Nesse caso, o limite de sobrevivência poderia não ser superado (...). Estando fechado o caminho para a institucionalização, todos os esforços dos líderes deverão se voltar à manutenção das características de ‘sistema de solidariedades’ da organização. Com efeito, nessas condições, o caminho alternativo da formação de um sistema de interesses, está por definição, impedido. (...) A única chance à disposição dos líderes para fazer com que a organização perdure ao máximo no tempo é tirar proveito de toda ocasião que surgir para perseguir efetivamente e até o fim os objetivos originários. (...) uma vez que a organização faz esforços contínuos para expandir-se mediante uma tentativa efetiva de atingir os objetivos originários, a hostilidade ambiental continua a crescer: o partido já estabelecido, cuja recém-nascida organização pretende subtrair parte do território de caça do *domain*, reage com o máximo de agressividade, contribuindo para isolar ulteriormente a pequena organização. A combinação de um ambiente hostil e uma incapacidade para superar o limite de sobrevivência gera, então, um *círculo de sectarismo*: quanto mais a organização é isolada e luta para garantir uma sobrevivência precária, mais deve opor-se frontalmente aos seus adversários políticos, e deles recebendo a mesma oposição (Panebianco, 2005, pp. 375-376).

Em síntese, por se basear exclusivamente no “sistema de solidariedades”, a fórmula do centralismo democrático pode implicar em um isolamento ainda maior da organização quando o ambiente é extremamente hostil. Com isto, podemos chegar às seguintes observações analíticas. Um partido menos centralizado e baseado em seções tal como os partidos socialistas se revela mais tendencialmente adaptável a lógica política da sociedade burguesa. Um partido organizado pelo centralismo burocrático tende a mais pronunciadamente a tornar sua organização um fim em si mesmo, o que gera uma linha política de maior adaptação ambiental em decorrência do fato de que uma estratégia de predomínio significa um risco muito maior à estabilidade partidária. Um partido organizado por centralismo democrático, por sua vez, quando inserido em um ambiente hostil, pode gerar um círculo de sectarismo que

o torna cada vez mais distante de realizar os seus objetivos, ainda que estes permaneçam inalterados. Ou seja, embora o afastamento dos objetivos oficiais seja um resultado em comum para estes distintos tipos organizativos, o caminho que leva a ele é muito diferente, pois se trata em diferentes riscos que ameaçam a vida partidária.

Quadro 2.1: Tipos ideais de partidos de esquerda

Tipo	Partido Social-Democrata	Partido Comunista	Extrema-esquerda
Fórmula geral	“Descentralização”	Centralismo Burocrático	Centralismo democrático
Organismos de Base	Seção	Células	Células
Articulação geral	Forte	Forte	Forte
Ligações	Mistas ou verticais	Verticais	Mistas ou verticais
Descentralização territorial	Forte	Fraca	Fraca
Descentralização ideológica	Forte	Fraca	Intermediária
Coalizão dominante	Compartilhada entre Comitê Executivo e parlamentares/ personalidades	Comitê Executivo	Comitê executivo
Reciprocidade de poder da base	Fraca	Fraca	Forte
Incentivos predominantes	Seletivos	Seletivos	Coletivos
Linha política tendencial	Adaptação em decorrência da lógica eleitoral	Adaptação em decorrência da dinâmica de oligarquização	Círculo de sectarismo em decorrência da não ultrapassagem do limite de sobrevivência

Fonte: Elaboração própria

Se nem mesmo a fórmula do centralismo democrático significa uma garantia, a noção de partido amplo presente na nova esquerda radical aparece justamente como uma tentativa histórica de superação do limite de sobrevivência que gera o círculo de sectarismo. Por isso, estes partidos procuram estar aberto ao máximo para militantes de esquerda das distintas tradições, incluindo aí setores declaradamente reformistas. De onde a necessidade organizativa de preservar esse pluralismo. Se o centralismo democrático é a forma política mais ou menos adequada para tentar manter o sistema de solidariedade e o pluralismo é a forma política encontrada para tentar superar o círculo de sectarismo, a nova esquerda radical precisa buscar de algum modo combinar estes dois elementos que guardam certo grau de contradição entre si. O modo e o grau eficiência desta combinação, entretanto, apenas podem ser verificados empiricamente em cada estudo de caso. Apesar de o nosso interesse ser pela nova esquerda radical em geral, a complexidade que envolve esta questão é a razão pela qual tivemos de optar pelo PSOL em particular. O que nos trás de volta da teoria para a empiria.

O texto de apresentação do Estatuto provisório do PSOL destacava dois princípios organizativos que se encontravam em pleno acordo com a fórmula do centralismo: democracia e unidade. O primeiro princípio era apresentado como “o método e a garantia para que a maioria, a Base partidária, tenha a possibilidade de intervir e decidir sobre a política, os métodos e os rumos do Partido, assim como possa interferir e direcionar as atividades e seus dirigentes, parlamentares e figuras públicas”. O segundo princípio era visto como “imprescindível (...) para intervir com audácia, unidade e força na luta e na disputa política externa, imposta na realidade do dia a dia da luta de classes”. Este último princípio, contudo, apresentava-se atenuado por outro que aparece apenas implicitamente: o pluralismo. A compreensão do que seria “garantir a máxima democracia interna” estava associado ao “direito de tendência”, de tal modo que o centralismo antes de ser uma imposição é visto como o “fruto da compreensão coletiva e voluntária, e da consciência da necessidade de intervir da forma mais unificada possível”. Esta fórmula geral foi mantida apesar das alterações estatutárias decorrentes de decisões congressuais. Embora o texto de apresentação tenha sido suprimido, a regra que prevê e, ao mesmo tempo, relativiza o centralismo democrático estabelecendo que a minoria se submeta às decisões da maioria não por imposição, mas pela livre vontade (art.24), permanece inalterada⁵¹. Ou seja, as regras que definem o funcionamento partidário seguem sendo como uma combinação sincrética entre o pluralismo e o centralismo democrático.

A análise comparativa auxilia a compreensão do significado desta fórmula geral. O Estatuto do PSTU estabelece a fórmula centralizada de tomada de decisões (art.19) através da obrigação de que os militantes encaminhem a posição da maioria (art. 10). Embora o estatuto garanta o direito de liberdade de expressão nos fóruns internos do partido (art.10), o princípio do pluralismo se apresenta ausente. De qualquer modo, em seu funcionamento concreto, o partido admite que se formem tendências nos períodos congressuais, tendo estas que se dissolverem em seguida, o que confere um caráter de pluralismo apenas limitado.

O Estatuto provisório do NPA destaca explicitamente o pluralismo como parte constitutiva de sua concepção democrática e estabelece como regra o direito de formar tendências e frações. Mas, em seu funcionamento concreto estas possuem um caráter menos orgânico do que no PSOL devido seu histórico de formação. O NPA surgiu a partir de uma iniciativa de uma única organização de peso: a Liga Comunista Revolucionária (LCR). Esta, no momento de fundação do NPA, optou por se dissolver como forma de evitar uma política

⁵¹ A única alteração foi sua transformação em um artigo.

hegemonista que afastaria os militantes de outras tradições que atraiu durante o processo de construção do novo partido. Além disto, a unidade na ação não é transferida para o foro íntimo, mas estabelecida através da garantia estatutária de que as decisões e posicionamentos adotados são obrigatórios para todos os membros do partido. Com isto, a fórmula organizativa do NPA se aproxima muito mais do centralismo democrático do que a do PSOL.

O Estatuto do PT de 2001, apesar de não explicitar os princípios organizativos, apresenta regras mais consistentes que o PSOL para garantir a unidade partidária ao estabelecer o dever dos militantes cumprirem e acatarem as decisões partidárias. Além disso, as regras que garantem o pluralismo são mais brandas, uma vez que estabelecem uma pesada regulamentação sobre o funcionamento das tendências internas. Essa distinção do PT em relação aos partidos socialistas europeus não significa que o partido adotasse o centralismo democrático. Não apenas era possível observar uma disparidade regional e uma ação não unificada dos militantes das diversas tendências nos movimentos sociais (disputa de chapas no movimento sindical e estudantil, por exemplo), como os instrumentos que garantiam o centralismo eram acionados apenas nos casos em que a coalizão majoritária desejava fazer prevalecer seus interesses. Apenas a bancada petista conservava um funcionamento baseado no princípio do centralismo democrático. O caso das expulsões dos parlamentares do PT que esteve na origem do processo de formação do PSOL exemplifica as afirmações anteriores. O caráter da reforma previdência do governo, por seu caráter privatizador e de retirada de direitos dos trabalhadores (Delmanto e Seda, 2007, p. 15), estava na contramão das decisões do Encontro Nacional anterior do partido que afirmavam um programa de ruptura com o neoliberalismo. Ou seja, se houvesse centralismo democrático, o governo quem deveria ser punido. Porém, como apenas o centralismo da bancada efetivamente funcionava e sua aplicação estava sob controle da coalizão majoritária do partido, os parlamentares “rebeldes” é que foram punidos.

O abrandamento da regra de centralismo no PSOL pode ter tido como base esta experiência de ingerência do centro pela qual passaram os fundadores do partido. Assim, o Estatuto do PSOL estabelece que a obrigatoriedade “de encaminhar projeto, pronunciamento ou qualquer iniciativa votada pelo Diretório Nacional” (art. 18) está condicionada a uma maioria qualificada de 2/3. Do mesmo modo, o artigo sobre punições estabelece que as expulsões “somente poderão ser deliberadas e aplicadas pelo Congresso Nacional do Partido, ou pelo Diretório Nacional, por deliberação de 2/3 de seus membros” (art. 13). Com isto, uma medida burocrática de expulsão para preservar o poder da coalizão majoritária acaba tendo que se subordinar aos critérios da democracia partidária. Como essa regra só existe no

Estatuto do PSOL e do NPA e tendo em vista a anterioridade do partido brasileiro, é possível inferir que esta inovação organizativa deve ser a ele atribuída.

Em comparação com os demais Estatutos investigados, o PSOL é aquele que estabelece de forma mais obscura o princípio de centralismo e de forma mais clara o de pluralismo. Por um lado, as regras que garantem o pluralismo são um importante instrumento contra a transformação da coalizão dirigente em oligarquia fechada, garantindo à base ao menos a escolha entre este ou aquele grupo de oligarcas, o que por si só garante alguma dose de accountability. Por outro lado, a ausência de regras claras quanto ao controle da minoria pela maioria permite que a primeira, no caso de serem personalidades públicas e parlamentares, possa se sobressair sobre a vontade do corpo partidário. Ou seja, apesar da afirmação dos princípios do centralismo democrático, a fórmula do PSOL permanece mais próxima dos partidos socialistas do que da extrema-esquerda, apresentando muitos germes da tendência à adaptação ambiental. A comparação com o NPA nos permite inferir que essa não é necessariamente uma característica que a nova esquerda radical, o que nos revela a necessidade de evitar generalizações: diferentes combinações entre centralismo e pluralismo podem produzir diferentes resultados. Trata-se de opções políticas das coalizões dirigentes do PSOL e não um dado da natureza desse espectro político.

Em síntese, podemos dizer que este *pluralismo bastante elevado* do PSOL possui uma *relação ambígua* com o *sistema de solidariedades* do partido: *as mesmas regras que geram a defesa da minoria, dificultam o controle sobre os interesses seletivos que se desprendem no seio da organização.*

2.4. Sistema de distribuição de incentivos

O recorte analítico desse trabalho tem como objeto não a fisionomia da organização pura e simplesmente. Mas, os efeitos desta sobre os objetivos partidários. Em outras palavras, a chamada questão estratégica. Estratégia é compreendida aqui não como um caminho seguro em direção a um objetivo, mas como uma “linha política” sujeita a variações, inconsistências e eficácia apenas probabilística. Por “linha política” compreende-se a definição de Panebianco dada ao termo: “uma série de afirmações formuladas pelos líderes sobre os objetivos intermediários que o partido pretende alcançar e as modalidades de atuação”. Apesar de ser uma noção vaga, exatamente por isso ela é mais precisa que a noção de projeto que remete para “um conjunto de objetivos bem definidos e integrados”, pois vago é o conteúdo com o qual ela se relaciona (Panebianco, 2005, pp.79-80). Aliás, é o próprio autor que nos aproxima

a noção de “linha política” a de “estratégia”: “Uma linha política é, ao menos em parte, semelhante à ‘estratégia’, termo com que se entende o modo pelo qual o sistema organizativo se posiciona em relação ao ambiente” (Idem, p.80).

Se estratégia diz respeito às relações com o ambiente, ela nos remete para o seguinte dilema organizativo: predomínio versus adaptação. “Um partido que se limita a transferir para a arena política as demandas dos grupos sociais que formam sua base eleitoral” seria um exemplo de organização que se adapta ao ambiente. Já um partido que “se esforça para dominar a própria base social, para agir sobre ela, transformando-a”, seria um exemplo de organização que procura predominar sobre o ambiente (Idem, p. 22). A maneira em que cada partido procura equilibrar estes dois elementos está condicionada pelo tipo de incentivos predominante: “quantos mais prevalecem nas organizações os incentivos seletivos [...] mais a organização tenderá a se adaptar [...], quanto mais prevalecem os incentivos coletivos, mais a organização desenvolverá estratégias de predomínio” (Idem, p.26).

Segundo Panebianco (2005) é possível classificar os diversos militantes partidários em dois tipos ideais de acordo com o tipo de incentivo que explica a sua ação: “crentes” (predominantemente coletivos) e “carreiristas” (predominantemente seletivos). O predomínio político dos militantes de tipo crente implica em uma maior permanência do partido enquanto “sistema de solidariedades”. O predomínio político dos militantes de tipo carreirista implica na transformação do partido em “sistema de interesse”. Se os crentes se referem, sobretudo, à base partidária, a maior ou menor intensidade de reciprocidade de poder desta em relação à direção, à burocracia partidária, aos parlamentares e personalidades públicas, aparece como uma questão central para a preservação do sistema de solidariedades. É, por essa razão, que este controle é uma questão tão vital para o partido quanto a democracia interna.

Mas, antes de avançarmos nessa discussão é preciso investigar primeiro as formas de captação de recursos financeiros e suas conseqüências. Segundo Ribeiro, são oito fontes que um partido pode recorrer para captar dinheiro:

cotas e taxas pagas pelos filiados comuns; descontos nos salários de ocupantes de cargos públicos (eleitos ou indicados); contribuições pessoais dos candidatos a postos eletivos; grandes “patronos”, que mobilizam sua riqueza pessoal em prol do partido; investimentos, rendas de aluguel e a comercialização de publicações e materiais diversos; pequenos doadores individuais; doações de grupos de interesse e empresas privadas; recursos aportados pelo Estado (Ribeiro, 2009, pp. 33-34).

As cotas militantes e venda de publicações e materiais diversos certamente são as fontes que mais diretamente se relacionam com o sistema de solidariedade. Um partido que

sobrevivesse somente através delas teria total independência em relação ao ambiente externo e subordinaria a captação de recursos para distribuição de incentivos seletivos aos incentivos coletivos. Porém, como a quantidade destes recursos nunca é suficiente para a sobrevivência dos partidos políticos, estes sempre tem que procurar outras fontes. Algumas delas altamente prejudicial ao sistema de solidariedades de um partido socialista. A mais prejudicial de todas é a doação de grandes empresas por comprometer diretamente seu caráter de classe. Não por acaso o Estatuto do PSOL oficialmente proíbe a doação de empresas multinacionais. Contudo, embora de efeitos mais amenos, outras fontes que o partido utiliza não deixam de ter suas implicações. Como os demais modos de financiamento pouco contam no total arrecadado pelo PSOL, nos interessa aqui analisar principalmente as implicações dos descontos dos salários dos ocupantes de cargos públicos e os recursos aportados pelo Estado.

Segundo Ribeiro (2009), a nova legislação sobre partidos (Lei dos Partidos Políticos, promulgada em 19 de setembro de 1995) ao mesmo tempo em que facilitou o financiamento privado, ampliou enormemente os recursos estatais destinados às organizações partidárias. Com isto, o financiamento público se tornou, de um modo geral, a principal fonte (acrescentamos, oficial) de recursos para os partidos brasileiros.

Tabela 2.1: Fonte de captação de recursos do PT, PSTU e PSOL em 2007 e 2009⁵² (em R\$)

	PT 2007	PT 2009	PSTU 2007	PSTU 2009	PSOL 2007	PSOL 2009
Fundo partidário	23.995.607,25	27.439.497,48	827.456,73	137.097,46	1.594.273,99	2.636.609,99
Contribuição filiados	3.468.747,14	1.753.481,22	239.117,08	226.195,16	73.583,26	7.000,10
Contribuição parlamentares	2.709.145,21	3.355.897,57	-	-	38.699,00	18.514,41
Outros	10.049.777,58	12.335.652,94	234.546,13	134.393,52	830.467,00	-
Total	40.223.277,18	44.884.529,21	1.301.119,94	497.686,14	2.537.023,58	2.662.124,50

Fonte: Elaboração própria a partir dos demonstrativos de receitas e despesas entregues pelos diretórios nacionais dos partidos ao TSE.

No PSOL esta tendência aparece bastante acentuada. No balancete de 2007, o Fundo Partidário representou 62,84% do total oficialmente arrecadado pelo DN. Em 2009, a participação deste subiu para 99%. Além de uma forte dependência do Estado, estes dados revelam a fragilidade organizativa do PSOL em termos financeiros, principalmente se comparada com outros partidos. Em 2009, o valor do Fundo Partidário que o PT recebeu foi

⁵² Utilizamos estes anos como parâmetro pelas seguintes razões: 1) 2007 é o primeiro ano em que os dados estão fornecidos no TSE; 2) Em 2008 o balancete fornecido pelo PSOL estava sem informação alguma.

10,41 vezes maior do que o do PSOL. Mesmo assim, a participação do fundo no total arrecadado pelo DN do PT foi de apenas 61,13%. O PSTU, por sua vez, recebeu um fundo partidário 19,46 vezes menor do que o PSOL. No entanto, a participação do fundo representou apenas 27,55% do total arrecadado. Essa dependência do fundo partidário pressiona o PSOL para conseguir aumentar sua viabilidade eleitoral, pois a parcela que corresponde a cada partido depende de seu desempenho nas eleições para deputado federal.

Os dados oficiais das contribuições partidárias apontam também uma forte crise de arrecadação financeira no PSOL em 2009. No PT, a contribuição dos filiados representou 3,9% e a contribuição de parlamentares e ocupantes de cargos executivos 7,48% do total arrecadado em 2009. No PSTU, que não possui representação parlamentar, essa contribuição militante chegou à 45,45% do total arrecadado neste ano. No PSOL, a contribuição dos filiados (efetivamente apenas 3 indivíduos) chegou à 0,26% e a dos parlamentares à apenas 0,7%. De 2007 para 2009, a arrecadação dos filiados caiu em números absolutos em R\$55.088,85 e a dos parlamentares em R\$20.184,59. De qualquer modo, os dados relativos à contribuição dos filiados em 2009 certamente apresentam-se distorcidos, pois eles não incluem as taxas congressuais. Considerando que a representatividade do II Congresso foi de um delegado para cada trinta militantes da base que contribuíram com uma taxa de R10,00 e que foram eleitos 380 delegados, é possível supor uma contribuição militante para a realização do evento em torno de R\$114.000,00. Portanto, podemos supor que a arrecadação dos filiados em 2009 foi superior e não inferior à arrecadação de 2007. De qualquer modo, essa arrecadação “extra-oficial” financiou apenas os custos da realização do congresso. Além disso, não temos condições de avaliar por estes dados as contribuições militantes aos DMs e DEs. Mas, de qualquer modo, a verdade é que o PSOL não possui até então uma política séria de arrecadação financeira dos filiados. O Estatuto provisório do partido previa que o DN, após consultar os núcleos de base, deveria fixar anualmente os limites de contribuição. Isto nunca foi posto em prática. Assim, a versão mais recente do Estatuto limitou ao DN a tarefa de estabelecer uma tabela progressiva de contribuição, de tal modo que o encaminhamento desta tabela se tornou mais descomplicado, ampliando a probabilidade de que se torne mais efetiva nos próximos anos.

Mas, são os dados referentes à contribuição parlamentar que são preocupantes. O Estatuto do PSOL até 2009 previa uma contribuição de 30% do total de vencimentos. O II Congresso abrandou ainda mais a regra, provavelmente em função da inadimplência, estabelecendo uma contribuição de apenas 20%. Apesar disto, dos 4 parlamentares de amplitude nacional apenas um (o deputado federal Ivan Valente) contribuiu regularmente (e

em apenas 10 meses do ano) com o DN. Outro (o senador José Nery) em apenas um mês. A contribuição dos demais parlamentares nacionais sequer aparece nos dados pesquisados. Em face dessa não confirmação dos dados oficiais apresentados ao TSE com as regras estatutárias é possível especular sobre duas hipóteses não excludentes: 1) os parlamentares utilizam os salários para uso particular e para fazer caixa de campanha, o que não teria nada de anormal se não tratasse de um partido anti-sistema; 2) os parlamentares priorizam a contribuição militante para a tendência ao invés do partido. O simples fato de ser possível fazer estas especulações sugere a fragilidade de controle sobre o corpo parlamentar.

O uso particular do dinheiro recebido pelo cargo eletivo resulta da própria fragilidade da regra da contribuição dos parlamentares. Esta é uma herança do PT, partido no qual os parlamentares contribuem apenas com uma taxa diferencial em relação aos demais filiados. Tanto no PSTU quanto no NPA a regra é muito mais severa, prevê que a totalidade dos vencimentos recebidos pelo cargo eletivo pertencerá ao partido que em contrapartida fixa um salário para o ocupante do cargo. Salário que nunca excederá o salário de um operário especializado, pois o mandato não deve ser fonte de enriquecimento. O Estatuto do NPA vai ainda mais longe e apresenta uma grande novidade: “Le non-cumul des mandats est un principe absolu. Le NPA a comme règle que les élu-es ne fassent pas plus de 2 mandats consécutifs”. Em nosso entender, essas regras muito importante para a manutenção do sistema de solidariedade, pois ela obstaculiza a tendência de que a conquista de mandatos parlamentares se tornem um fim em si mesma e que os parlamentares se cristalizem como carreiristas puros. A ausência destas regras no PSOL revela uma forte fragilidade.

O controle dos parlamentares apresenta ainda outras deficiências além da financeira propriamente dita. É verdade que o Estatuto do PSOL estabelece que os parlamentares oficialmente se subordinam às instâncias de direção. Afirma também que os parlamentares não possuem nenhum direito a mais e nem um dever a menos que o restante dos militantes. Além disso, apresenta regras explícitas de obrigação de não votar contra as decisões partidárias congressuais e deixar de encaminhar as resoluções aprovadas por 2/3 do DN. Prevê severas punições em caso de indisciplina partidária. Por fim, estabelece que a assessoria parlamentar deve ser escolhida em comum acordo entre os parlamentares e a direção. Porém, estas regras se tornam bem modestas na perspectiva comparativa. Semelhantes às do PT, elas se apresentam muito aquém às do PSTU e NPA que estabelecem um controle estrito da direção sobre toda a atuação dos parlamentares, sem deixar qualquer espaço para autonomia ou paridade de direitos. Vale lembrar que no PSOL nem mesmo a regra a paridade de direitos na tarefa de nomeação de assessores é aplicada, efetivamente esta tarefa pertence

exclusivamente aos parlamentares. Assim, os parlamentares controlam o mais importante instrumento de distribuição de incentivos seletivos, mecanismo que se torna ainda mais predominante em face da fragilidade financeira do partido. Soma-se a isto o destaque que a mídia fornece ao corpo parlamentar implica em outra importante dimensão do poder organizativo que fica sobre controle destes. Tal exposição midiática possibilita que assumam o papel de porta-vozes do partido mais do que a própria direção partidária. Este controle de áreas de incerteza permite que os parlamentares, mesmo nos casos em que não estão ligados a nenhuma tendência interna do partido, consigam se constituir como uma força autônoma.

Através da construção de coletivos de mandato, a força política interna de cada parlamentar independente excede em muito o poder de algumas pequenas tendências e agrupamento regionais. Do mesmo modo, o número de parlamentares que cada tendência possui se constitui em um importante elemento na correlação de forças partidárias. Eleger parlamentares significa para cada tendência uma possibilidade efetiva de fortalecimento de sua organização interna, não apenas pelo controle de áreas de incerteza, mas também pela possibilidade de desenvolvimento do auto-sistema de incentivos seletivos e de custear as atividades próprias como formação política, conferências, reuniões das direções, etc., que fortalecem o seu auto-sistema de incentivos coletivos. Acrescenta-se a tudo isso, a possibilidade de pagar taxas congressuais para militantes de base que não possuem vontade ou consciência necessária para contribuir com a organização, elevando artificialmente o número de delegados nos Congressos e Conferências Eleitorais do partido. Contraditoriamente, tal vantagem pode significar para cada tendência uma situação de dependência para com os parlamentares.

No que se refere ao controle da burocracia e da direção, o Estatuto do PSOL apresenta lacunas ainda maiores. Assim como o Estatuto do PT, não apresenta nenhuma regra relativa aos salários e à rotatividade dos funcionários e dirigentes. O Estatuto do PSTU não vai muito mais longe, apresentando apenas uma regulamentação que limita os salários dos funcionários a serviço do partido ao de um operário qualificado. Vale registrar que essa regra aparece apenas de forma indireta no artigo que regulamenta a ajuda de custo para os parlamentares (art.26). Novamente é o Estatuto provisório do NPA que apresenta uma regulamentação mais incisiva no sentido de criar mecanismo de manutenção do sistema de solidariedade estabelecendo o “respecte donc les principes d'élection, de rotation et de révocabilité qui permettent à tous les membres de contrôler leurs représentants”. Desse modo prevê que o Estatuto definitivo a ser debatido e adotado no próximo congresso do partido deve regulamentar a “rotation de l'ensemble des directions, soit en nombre de mandats successifs

(2, 3 ou 4) soit en nombre d'années”. No que se refere aos funcionários prevê a revogabilidade e a representação proporcional destes quando se trata de cargos políticos. Contudo, de um modo geral, a regulamentação procura ser mais flexível em relação aos permanentes procurando preservar o militante que assume a tarefa. Assim, a ajuda de custo implica em nenhum rebaixamento de salário e ao invés da rotatividade estabelece a necessidade de “préparer des solutions de reclassement” e “de privilégier les temps partiels”.

Tabela 2.2: Despesas com pessoal

	PT		PSOL	
2007	R\$	6.106.668,31	R\$	63.243,41
2009	R\$	8.405.475,93	R\$	304.132,15
NOV/2010	R\$	8.416.458,32	R\$	319.489,22

Fonte: Elaboração própria a partir dos demonstrativos de receitas e despesas entregues pelos diretórios nacionais dos partidos ao TSE.

No entanto, como o PSOL ainda não possui recursos para construir uma vasta burocracia direta (ver tabela acima), estas debilidades se apresentam como um risco apenas em uma perspectiva de longo prazo. Segundo Ribeiro (1998, pp.150-151), a burocracia indireta do PT é apenas residual face à burocracia decorrente dos mandatos e assessorias. Ora, o total de gastos com pessoal no PSOL é vinte cinco vezes menor do que a do PT. Embora não tenhamos conseguido a informação de quantos funcionários liberados possui o PSOL, pelo simples total dos ordenados podemos dizer que não são muitos e nem com salário elevado. Portanto, o grande problema organizativo atual pelo qual passa o sistema de solidariedades do PSOL é a grande autonomia de que gozam seus parlamentares.

Uma explicação para esta fragilidade organizativa do PSOL poderia estar na lembrança de que ele se originou do um racha parlamentar. Entretanto, não apenas demonstramos no capítulo anterior que isto não é totalmente verdadeiro, como só foi possível constatar essa fragilidade porque adotamos uma perspectiva comparativa com a extrema-esquerda e com o partido da nova esquerda radical cuja organização mais se aproxima desta tradição. Não negamos que o grande papel assumido pelos parlamentares na origem do PSOL explica em parte esses limites. Mas, a semelhança organizativa com o PT nos permite inferir um grau de importância apenas limitado para este elemento. O “vício” de origem do PSOL não é sua origem parlamentar, mas o de ter sido um racha de um partido de massas que havia se convertido ao longo das décadas de 1990 e 2000 em um “partido profissional eleitoral” (Panebianco, 2005). Ou seja, não cabe explicar uma situação nova com um conceito construído para explicar partidos políticos nascidos no século XIX. O dilema que vive o

PSOL não é entre partido de massas e partido de quadros, mas o de tentar se constituir como um partido de massas a partir de um racha de um partido que havia perdido esta característica em nome da profissionalização eleitoral.

Por fim, cabe fazer aqui algumas observações a respeito do sistema de incentivos coletivos do partido. Como o PSOL é uma ruptura à esquerda do PT, este fato contribuirá sempre para a radicalização do partido. Apesar do transformismo do PT, sua coalizão dominante pôde apresentar a política social-liberal adotada pelo seu governo como uma ruptura com a política adotada pelos partidos mais diretamente ligados às classes dominantes do país. Não por acaso, uma das frases preferidas de Lula na presidência tenha sido “nunca antes na história desse país”. Essa sensação de que algo mudou é o que permite à coalizão dirigente do partido manter o sistema de incentivos coletivos relativamente bem estabilizado. No PSOL, pelo contrário, o incentivo coletivo apenas pode ser mantido se o partido se posicionar sempre à esquerda do PT, o que obstaculiza a sua transformação em uma simples máquina eleitoral.

Este capítulo nos permite concluir que a proposta organizativa do PSOL procurou superar as deficiências organizativas tanto do PT quanto do PSTU. Não ser como o PT implicou na proposta de construção de mecanismos que fortalecem o “sistema de solidariedades” através da expansão do poder das bases e da criação de barreiras contra o poder de ingerência da coalizão majoritária sobre o corpo partidário. Não ser como o PSTU implicou na proposta de construção de mecanismos que garantem a pluralidade política necessária para escapar do círculo do sectarismo. Esses dois elementos, mesmo que por vezes contraditórios entre si, estão combinados no Estatuto do PSOL conferindo uma originalidade do partido em relação às demais organizações da esquerda brasileira. Porém, através da adoção do método comparativo, conseguimos observar algumas lacunas importantes na proposta organizativa no que se refere à manutenção do “sistema de solidariedades” do partido, as quais enfraquecem sua capacidade de resistir ao processo de institucionalização e de adaptação ao ambiente. Principalmente se considerarmos que o pluralismo atua no sentido de amenizar o centralismo democrático, de onde a necessidade de regras mais rígidas para o fortalecimento do sistema de solidariedades é maior para os partidos da nova esquerda radical do que para os partidos da extrema-esquerda. Isto se torna ainda mais evidente devido ao fato de que foi possível constatar que a proposta organizativa do PSOL está muito aquém daquela apresentada pelo NPA: diferente do partido da nova esquerda radical francesa, o PSOL não possui nenhuma regra de rotatividade da direção e de obstrução à profissionalização dos parlamentares e do funcionalismo partidário. Além disso, foi possível constatar uma situação

de dependência em relação ao fundo partidário cujo critério para a distribuição de suas fatias é a votação para deputado federal. Isto, somado a autonomia efetiva que possui o corpo parlamentar, coloca forte pressão para a adoção de estratégias de adaptação ambiental em vista de reforçar o poder eleitoral do partido. A situação de fragilidade dos núcleos de base agrava a situação, já que são eles os principais instrumentos que poderiam contrabalançar esta situação. Em síntese, por mais que existam inovações organizativas efetivas para a preservação do sistema de solidariedade do PSOL, as lacunas sobre as quais podem desenvolver o sistema de interesses são ainda mais fortes. Se o fato de que seu sistema de incentivos coletivos foi construído tendo por referência o espectro político à esquerda do PT relativiza esta tendência (de tal modo que não cabe nenhum determinismo), nem por isto essas ameaças ao sistema de solidariedade podem ser vistas como desprezíveis. Pelo contrário, deixamos aqui um sinal de alerta funcionando a pleno vapor.

Capítulo 3: O ambiente externo: o PSOL e suas arenas

Você diz: Nossa causa vai mal. A escuridão aumenta. As forças diminuem. Agora, depois que trabalhamos tanto tempo estamos em situação pior que no início. Mas o inimigo está mais forte do que nunca. Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.

Bertolt Brecht

Eles sabem que não temos recursos! Eles sabem que não aceitamos dinheiro de empresas! Eles sabem que o PSOL é um partido em construção! Que as pessoas entram de forma generosa e voluntária! E que não é fácil fazer campanha contra o senso comum e o poder econômico!

Ivan Valente – deputado federal

Conforme observamos anteriormente, a relação com o ambiente conforma um dilema estratégico: predomínio ou adaptação. Entretanto, é necessário tomarmos dois cuidados neste ponto. 1) A oposição predomínio/ adaptação nunca pode ser tomada de modo absoluto. Por um lado, todo partido tende a desenvolver uma estratégia de predomínio para diminuir a “incerteza ambiental”. Por outro lado, uma estratégia de predomínio muito acentuada pode causar “reações violentas por parte das outras organizações” e se revelar “contraproducente” (Panebianco, p.24). Esta última observação encontra correspondente na crítica leninista ao chamado “esquerdismo”. Para Lênin, uma organização socialista será ineficaz se tentar impor sua vontade sem levar em consideração as condições objetivas (correlação de forças entre as classes sociais) e subjetivas (nível de consciência de classe) do ambiente com o qual se relaciona (Lénine, 2010). Um partido revolucionário digno desse nome, portanto, nem sempre será o partido mais à esquerda do espectro político, isto é, aquele que adota mais claramente uma estratégia de predomínio. Até porque estar permeável às reivindicações da classe é um elemento vital para um partido socialista. 2) O ambiente é composto por distintas arenas que impõe uma maior ou menor tendência à adaptação conforme suas características. Assim, um partido pode desenvolver simultaneamente uma estratégia de predomínio em algumas arenas e de adaptação em outras (Panebianco, 2005, p. 23-24). Embora seja útil a distinção analítica das distintas arenas, devido nossos objetivos, consideramos necessário não perder o ponto de vista da totalidade: para um partido socialista que visa romper com o atual modo de produção, adaptação deverá ser compreendida sempre tendo como referente a sociedade capitalista. Assim, uma estratégia de deslocamento ao centro da escala ideológica para maximizar os

votos de acordo com o modelo de Downs (1999), apesar de ser apresentada como um exemplo de estratégia de predomínio sobre a arena eleitoral (Panebianco, 2005, p.22), será lida aqui como uma estratégia de adaptação ao ambiente por se tratar efetivamente de uma adequação ao nível atual de consciência da classe guardéé.

O PSOL se relaciona fundamentalmente com dois tipos de arenas. O primeiro tipo é determinado pelo território de caça estabelecido pela concepção do mundo do partido. Como um partido socialista, o território de caça do PSOL é composto pelas arenas de auto-organização das classes subalternas, fundamentalmente os movimentos sociais e sindicais. O segundo tipo diz respeito a inserção do PSOL na legalidade democrática vigente no país, fundamentalmente a arena parlamentar e eleitoral. A inserção do PSOL nestes dois tipos de arenas forma aquilo que é conhecido como “estratégia de pinça”, Como veremos no próximo capítulo, essa estratégia possui variações entre as distintas tendências do PSOL. Mas, a combinação de luta institucional com o reforço da auto-organização dos trabalhadores é o que unifica as distintas tradições que forma esse corpo heterogêneo chamado PSOL. Assim, a análise do ambiente em que o PSOL se insere compreende estes dois tipos distintos de arenas: o território de caça e o ambiente institucional.

3.1. O território de caça

A noção de “território de caça” de Panebianco (2005) descreve a base social selecionada pela ideologia partidária. Esta noção é fundamental para nosso objetivo de correlacionar o partido como representação com a dinâmica do partido como organização, pois relaciona os partidos de esquerda e a classe trabalhadora de forma não mecânica⁵³, resguardando o espaço de autonomia da política. Nessa perspectiva, a classe trabalhadora não se liga automaticamente a um partido. Antes, pode ser concebida como um palco de luta por hegemonia entre distintas organizações que se constroem tendo a classe como referencial de identidade. O partido não é a classe, mesmo que a tenha por referencial, ele deve conquistá-la para seu projeto. Quanto maior o número e mais fortes forem os competidores no território escolhido, maior dificuldade o partido terá em se afirmar. É exatamente por esta razão que, nas democracias pluralistas consolidadas, a possibilidade de que um partido possa caminhar de minoritário para hegemônico no território de caça só ocorre em condições particulares muito excepcionais. A tendência mais comum quando um novo partido escolhe um território

⁵³ Em nosso entender, o problema de representação das classes dominantes nos remete para outra ordem de questões que não cabe desenvolver aqui tais como a lógica inerentemente burguesa das instituições democráticas capitalistas, o papel dos lobbies na dinâmica partidária, etc.

muito competitivo é que não ele supere o limite de sobrevivência, que se isole cada vez mais e que isolado as lutas entre suas frações pareçam ganhar caráter decisivo. Assim, o partido tende a se fragmentar e isolar-se cada vez mais. É por esta razão que apresentamos o contexto de desenvolvimento da nova esquerda radical européia no início desse trabalho. Os dados eleitorais desses partidos demonstram uma possibilidade inédita de desenvolvimento desse espectro político. Entretanto, como o fenômeno hoje se refere, sobretudo, à Europa, precisamos avaliar se existem no Brasil condições de desenvolvimento para este campo.

Evidente que tal empreitada ultrapassaria as possibilidades e limites desse trabalho. Por isso, nos limitaremos aqui a apresentar, após comprovar que o PSOL se define como um partido classista, reflexões muito gerais sobre a composição e a organização das classes populares nacionais e da inserção do PSOL neste território.

O Estatuto e o Programa do PSOL apresentam como território de caça do partido não apenas a classe operária tradicional, mas os diversos setores dos trabalhadores assalariados e oprimidos chegando a compreender até mesmo setores da pequena burguesia. A ausência do caráter obreirista do partido, porém, não significa necessariamente a ausência oficial do classicismo marxista e da defesa da independência de classe: “Nossa base programática não pode deixar de se pautar num princípio: o resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos. Não estamos formando um novo partido para estimular a conciliação de classes. (...) Por isso, nosso partido rejeita os governos comuns com a classe dominante” (Programa do PSOL). Assim, o programa partidário procura apresentar um claro distanciamento das alternativas stalinistas e sociais-democratas em suas versões reformistas ou liberais:

Uma alternativa global para o país deve ser construída via um intenso processo de acumulação de forças e somente pode ser conquistada com um enfrentamento *revolucionário* contra a ordem capitalista estabelecida. Nesta perspectiva é fundamental impulsionar, especialmente durante os processos de luta, o desenvolvimento de organismos de auto-organização da classe trabalhadora, verdadeiros organismos de contra-poder.

O desafio posto, portanto, é de refundar a idéia e a estratégia do socialismo no imaginário de milhões de homens e mulheres, reconstruindo a idéia elementar – mas desconstruída pelas experiências totalitárias dos regimes stalinistas e as capitulações à ordem no estilo da 3ª via social-democrata – de que o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade, da mais ampla liberdade de expressão e organização, da rejeição aos modelos de partido único (Programa do PSOL).

Coerente com essas concepções, o Estatuto do PSOL apresenta como objetivo:

organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores que

assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário (Estatuto do PSOL).

Para se constituir em tal aparelho hegemônico, o PSOL encontra, contudo, duas dificuldades enormes. Em primeiro lugar, a própria situação da classe trabalhadora no capitalismo tardio coloca desafios complementares para a mobilização coletiva dos membros das classes subalternas. A tendência à queda da taxa de lucro e a crise da experiência fordista que começaram a se impor no final da década de 1960 combinadas com a chamada terceira revolução industrial, determinaram uma reestruturação produtiva que Badaró sintetiza brilhantemente listando as seguintes características deste processo:

a) a nova fase da internacionalização do capital, cuja face mais visível é o capital financeiro especulativo, mas que é também marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grandes empresas transnacionais; b) o encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor fabril das economias de industrialização avançada (em face de uma ampliação do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais, embora em paralelo venha ocorrendo a industrialização em outras áreas do globo; c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras de mão de obra; d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho no âmbito da empresa, por meio de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade (qualidade total, círculos de controle de qualidade, etc.); e) uma mudança na composição da força de trabalho, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão de obra infantil e mesmo do trabalho compulsório, acompanhados de um quadro de precarização das relações de trabalho.

Em decorrência das novas e precárias formas de contratação, em especial as causadas pela tercerização, pelas alterações do nível de qualificação e, principalmente pelo desemprego dito estrutural, as mudanças no perfil da classe dos que vivem do próprio trabalho foram enormes (Badaró, 2009, p.127)

Não temos condições de explorar as implicações deste processo devido à imensa complexidade e quantidade de questões aqui envolvidas que extrapolariam em muito os objetivos deste trabalho. O ambiente externo nos interessa aqui apenas em seus efeitos sobre a organização e a estratégia partidária. Por isto, o único ponto que consideramos útil destacar é o de que este processo de reestruturação produtiva contribuiu para minar os laços de solidariedade de classe obstaculizando as potencialidades de um projeto calcado em fundamentos classistas. Tal fato coloca um desafio complementar para a construção e consolidação do PSOL como um partido politicamente relevante. Novamente pedimos emprestadas as palavras de Badaró para expressar esta dificuldade:

(...) o fato de a maioria da força de trabalho estar empregada nos serviços, a participação paritária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego (e entre o trabalho formal e informal, entre trabalho em tempo parcial e integral, etc.) são elementos que não podem ser desprezados do ponto de vista de uma mudança do perfil da classe, que repercute sobre suas organizações, que muitas vezes não sabem como responder a essas mudanças e continuam a tratar suas bases como se fossem as mesmas (Badaró, 2009, p.128)

Este processo se combinou com (determinando e sendo por ela determinado) a emergência do neoliberalismo colocando a classe trabalhadora em uma situação defensiva. Se os chamados “trinta anos gloriosos” foram sustentados pelo crescente endividamento do Estado, o período de crise estrutural do capitalismo que se abriu com o início da “onda larga recessiva” iniciada nos fins dos anos 60 exigia o enxugamento da máquina estatal tornada onerosa. A crise do projeto socialista em decorrência da falência do projeto stalinista simbolizado na queda do muro de Berlim possibilitou uma forte ofensiva das classes dominantes. Na ausência de um projeto de transformação global, mesmo o poder de barganha de uma representação proletária reformista se viu comprometido. Com isto, ao invés de novas conquistas, a classe trabalhadora passou a lutar tão somente para não perder os direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados no período anterior. E apesar da resistência ter se intensificado recentemente, as derrotas continuam se acumulando.

Esse processo se combinou com a transformação dos partidos sociais-democratas em partidos profissionais eleitorais comprometidos com a estabilidade da ordem capitalista. É sintomático que a reestruturação produtiva no nível das empresas tenha ocorrido com pouca resistência do movimento sindical dominado pela social-democracia e que esta uma vez instalada no governo tenha se caracterizado por uma gestão neoliberal. Tal situação somada à crescente transferência do poder estatal para organismos multilaterais e para as grandes corporações implica em uma crescente crise da representação política. Este cenário é propício para o desenvolvimento dos pânicos identitários e da xenofobia (de onde o reforço da extrema direita na Europa). Mas, também pode significar a possibilidade futura de um novo desenvolvimento do movimento socialista. Não temos condições de desenvolver este argumento aqui, mas estamos entre aqueles que consideram que a última crise econômica não é uma simples manifestação de crises periódicas e sim a manifestação desta em uma situação de crise estrutural do capital. Crise esta que somada à grave crise ambiental (cujo fenômeno mais preocupante é o crescente aquecimento global), configura um quadro de crise da civilização capitalista. O que não significa que estamos entre aqueles que defendem a inevitabilidade do socialismo, apenas estamos fazendo a constatação da abertura de uma

bifurcação histórica que pode dar margem para que o projeto socialista possa sair do longo período de obscurecimento em que ainda permanece confinado. De onde não cabe nenhum determinismo na constatação que faremos a seguir do isolamento político no qual o PSOL hoje se encontra. Mas, retomemos o fio da meada.

A segunda ordem de dificuldades diz respeito ao fato de que o PSOL tem de se defrontar com a presença de um gigante em seu território de caça. Apesar da contínua articulação dos fins visando garantir a oferta de crescentes demandas por incentivos seletivos que hoje regem a vida partidária, o PT permanece com amplo apoio das classes subalternas. Isto decorre do fato de que o PT, ao contrário da social-democracia europeia, não se encontra em crise. Se esta última foi co-responsável pelo desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social que assegurava amplos direitos aos trabalhadores, no Brasil este Estado nunca existiu. Embora tenha aplicado medidas que retiraram direitos (reforma da previdência, flexibilização da legislação trabalhista⁵⁴, etc.), não ter aplicado as políticas da social-democracia clássica (estatização, reforma agrária, redução da jornada de trabalho, expansão radical do sistema de seguridade, etc.) e ter mantido uma gestão econômica neoliberal (juros e superávit primário elevados, privatizações, parceria público e privado, etc.), o governo petista não apenas aplicou algumas medidas distributivistas paliativas para os setores mais espoliados da população (bolsa família e elevação pequena, mas real do salário mínimo), como contou com uma situação econômica favorável (beneficiada por uma política de investimentos maior do que a do governo anterior) que permitiu no último governo Lula reverter levemente à tendência de crescente precarização da classe trabalhadora.

A percepção desta situação levou o DN do PSOL a aprovar uma resolução que coloca as esperanças do desenvolvimento da base social do PSOL exatamente na possibilidade de reversão da atual situação econômica:

No que pese esta correlação de forças extremamente desfavorável em relação ao governo e à oposição de direita, acreditamos que há um importante espaço para a construção de uma alternativa de esquerda neste próximo período. Isso porque o governo Dilma Rousseff não representará nenhuma mudança progressiva em relação ao que já conhecemos dos dois governos Lula, sendo o mais provável inclusive que este governo tenha uma margem de manobra menor do que o anterior. Nesta perspectiva a oposição de direita continuará enfrentando o mesmo dilema: ser oposição sem conseguir, ou poder, diferenciar-se no essencial da política do

⁵⁴ “(...) o governo Lula (...) não interrompeu o processo de flexibilização da legislação (...) Assim, implementou algumas medidas flexibilizantes, a exemplo da contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa (a chamada “pessoa jurídica”) e da lei do Super Simples, que possibilita a redução do pagamento de alguns direitos trabalhistas para micro e pequenas empresas” (Boito Jr., Galvão e Marcelino, p.47).

governo. De nossa parte, devemos reafirmar e dar ampla ação social e institucional à nossa política de oposição programática de esquerda ao novo governo.

Um dos fatores que irão pressionar para um desgaste mais rápido do novo governo, por exemplo, é a perspectiva de desaceleração da economia em função da continuidade da crise econômica internacional, agora transvertida de guerra cambial. O que, por sua vez, exigirá novos apertos fiscais, já anunciados pela equipe de transição, e que serão concretizados por meio de cortes dos gastos sociais (saúde, educação, reforma agrária, etc.), restrição de direitos previdenciários, arrocho salarial do funcionalismo federal, entre outras medidas. A maioria que o governo obteve no senado e no congresso servirá de base para a aprovação destas medidas, ao mesmo tempo em que buscará bloquear as iniciativas de agenda progressivas vinculadas aos movimentos sociais e já defendidas pelo nosso partido (DN-PSOL, Resolução política da reunião realizada em 3 e 4 de dezembro de 2010).

De qualquer modo, até agora, apesar do caráter paliativo das políticas distributivistas do governo, elas permitiram ao PT ampliar a base social de apoio ao seu governo incorporando setores não organizados da classe que sempre se apresentaram como um desafio para a esquerda. Por outro lado, também é certo que o PT perdeu apoio entre os setores mais organizados. Um dado importante que exemplifica esta afirmação é que os números do ESEB relativos à identificação da população com o PT se alteraram entre 2002-2006, reduzindo de 23% para 18%, ao mesmo tempo em que apresentava uma mudança no seu perfil:

Antes de Lula assumir a Presidência, a maior parte dos eleitores que se identificavam com a legenda tinha escolaridade até o segundo grau. Agora, a maior parte do segmento desses eleitores é de analfabetos ou com primário incompleto. Seguindo a mesma tendência, a renda mensal dos eleitores que se identificavam com o PT em 2002 era de R\$1.349,63 e foi reduzida para R\$985,08 em 2006. Quanto à distribuição regional, o partido cresceu na região nordeste e perdeu força na região sudeste. A última alteração diz respeito à postura ideológica. Em 2002, quando perguntados sobre sua auto-localização na escala esquerda (0) - direita (10), os eleitores que se identificavam com o PT inseriam-se no ponto médio de 4,7. Em 2006, o ponto médio passou para 5,5. Essa transformação no perfil do eleitor que se identifica com o PT pode estar relacionada com a perda de parte do segmento mais ideológico e mais intelectualizado entre os simpatizantes, pois muitos seguiram os seus líderes e se transferiram também para o PSOL, e a adesão de um segmento novo do eleitorado, beneficiário dos programas sociais e das políticas de inclusão (Veiga, 2007, p. 361-362).

Dados estes que verificam, mas não permitem superestimar, as perdas. São duas razões para isto: 1) estas perdas não significaram automaticamente ganhos para o PSOL, em sua maioria, ao que tudo indica, contribuiriam majoritariamente apenas para aumentar a desilusão política; 2) o PT conseguiu preservar-se como o partido brasileiro com maiores taxas de identidade. Se os trabalhadores organizados não foram beneficiados pelo governo petista, a identificação com o partido construída no período anterior pôde ser mantida através da leve sensação, fortemente reforçada pelos discursos dos líderes do PT, de que o país está mudando para melhor. Soma-se a isto o fato de que entre 2004-2007 ocorreu um ciclo de greves em uma conjuntura econômica favorável, o que permitiu que muitas categorias

conseguissem obter ganhos salariais (Boito Jr, Galvão e Marcelino, 2009). Como essa mobilização na base se combinou com a crescente acomodação da cúpula, o ciclo de greves ficou limitado ao nível econômico-corporativo, contribuindo não para enfraquecer, mas para reforçar a identificação com o governo considerado pela base como responsável por suas próprias conquistas.

Esta acomodação da cúpula pode ser explicada em parte devido ao fato de que instalado em um executivo federal concentrador de enormes recursos, conseguindo preservar (e recentemente até ampliar) uma numerosa bancada parlamentar e generosas fatias do fundo partidário, o PT obteve um poder reforçado de distribuição de incentivos seletivos para as principais lideranças das suas bases sociais, conseguindo mantê-las sob controle. Um exemplo disto são relações do governo com o movimento sindical, o qual se acomodou em parte “graças à política de cooptação do governo. Centenas de sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais” (Boito Jr., Galvão e Marcelino, 2009, p.37). Do mesmo modo, o mais importante movimento do país, o Movimento dos Trabalhadores tem se colocado no campo de apoio crítico ao governo. Esta situação pode ser atribuída em parte à distribuição de incentivos seletivos tais como a “nomeação de políticos simpáticos ao movimento para os cargos do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e fornecimento de fundos financeiros para viabilizar os projetos educacionais do movimento” (Boito Jr., Galvão e Marcelino, 2009, p. 51). A percepção desta situação leva os líderes e militantes do PSOL a falarem constantemente em cooptação dos movimentos sociais e sindicais pelo governo. As resoluções do I Congresso, por exemplo, falam em uma situação de crise para “as forças de esquerda que não foram cooptadas pelas falaciosas benesses do aparelho de Estado; para as forças de esquerda que não se venderam nem se renderam” (Resoluções I Congresso do PSOL).

A situação de hegemonia do PT no território de caça selecionado pelos líderes do PSOL é bem exemplificada pela situação do movimento sindical. Segundo Delmanto e Seda (2008), no Brasil existem as seguintes centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) ligada majoritariamente ao PT, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) ligada ao PC do B e mais quatro centrais ligadas ao chamado peleguismo sindical (Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil). Apesar da grande quantidade delas, a CUT segue como amplamente majoritária, a tal ponto de se apresentar no seu histórico como “a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a quinta maior do mundo, com 3.299 entidades

filiadas, 7.116.278 trabalhadoras e trabalhadores associados e 21.092.160 trabalhadoras e trabalhadores na base⁵⁵”. Número muito superior ao da Força Sindical que apresenta em seu histórico a marca de aproximadamente 2.105 sindicatos filiados e 8.259.000 trabalhadores na base⁵⁶.

Esse predomínio da CUT em relação ao sindicalismo pelego não significa que a classe trabalhadora brasileira esteja em uma situação distinta da europeia que hoje se encontra em um estado de fragmentação e de defensiva. Isto porque a CUT enfrenta um processo de oligarquização e articulação de fins que se combina e, em certo sentido, até mesmo antecede ao do PT. Segundo Badaró, já em 1988 a CUT havia aprovado uma mudança estatutária diminuindo o peso das oposições. Assim, no Congresso da CUT (CONCUT) daquele ano “estiveram presentes 50,8% de delegados de base e 49,2% de dirigentes”. Em 1991, “o percentual de dirigentes havia subido a 83% contra 17% de delegados de base” (Badaró, 2009, p.137). Esse processo de oligarquização antecedeu ao processo de reestruturação produtiva que minou as bases do movimento sindical durante a década de 1990. O recuo do sindicalismo brasileiro, portanto, não pode ser atribuído apenas à fatores objetivos, mas também à escolha do líderes cutistas durante este período. Se a Força Sindical já nasce reivindicando um sindicalismo de resultados pautados mais na negociação com o patronato do que no conflito, a maior parte dos dirigentes cutistas, mais cedo ou mais tarde, aderiu a tal posicionamento. Encarando a reestruturação produtiva como uma fatalidade introduziu-se uma nova “palavra-chave: negociação” (Idem, p.139). Ao invés de enfrentar o processo de reestruturação produtiva, a alternativa escolhida pelos dirigentes cutistas foi a de tentar negociar para amenizar os efeitos de uma situação de modernização considerada inevitável. O que, segundo Badaró, apenas contribuiu para aprofundar os seus resultados perversos para o conjunto da classe trabalhadora.

De qualquer modo, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, a CUT manteve-se na oposição às políticas neoliberais implementadas pelo governo enquanto a Força Sindical às defendia. Com a chegada de Lula à presidência essa linha de separação se tornou cada vez mais obscura. Tanto assim que CUT e Força Sindical (em conjunto com CTB, CGTB e Nova Central Sindical) puderam se reunir em 2010 em um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) cuja principal pauta foi a defesa da

⁵⁵ “Histórico” da CUT. Disponível em: <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>. Acesso em 17/01/2010. Em segundo lugar está a Força Sindical que, segundo seu site, possui 2105 entidades associadas

⁵⁶ “Histórico” da Força Sindical. Disponível em: www.fsindical.org.br/portal/conteudo.php?id_con=150. Acesso em 17 de jan. de 2010. O número de associados não é divulgado, o que permite especular uma representatividade ainda menor do que a da CUT.

continuidade do governo petista nas eleições presidenciais que estavam por vir. Diante deste quadro de crise de combatividade da CUT, os sindicalistas radicais romperam com ela e construíram duas entidades distintas: Conlutas e Intersindical.

A Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) nasceu em maio de 2006 após a ruptura do braço sindical do PSTU (Movimento por uma Tendência Socialista) com a CUT. A grande novidade da nova organização foi a de não se constituir como uma central sindical, mas como uma coordenação de lutas dos movimentos estudantis, sociais, populares e sindicais que se colocavam em uma postura de oposição ao neoliberalismo e ao governo Lula⁵⁷. Porém, a hegemonia que o PSTU possuía sobre esta entidade afastou diversos setores que estavam em processo de ruptura à esquerda com a CUT. Estes optaram por formar em maio de 2007 uma fração sindical chamada Intersindical. O objetivo desta era preparar o terreno para a formação de uma nova central, procurando unificar os diversos militantes e dirigentes sindicais, organizados dentro da CUT ou que já haviam rompido com ela, em um instrumento de classe independente dos patrões, dos partidos e do governo⁵⁸.

Os militantes do PSOL se dividiram entre os dois projetos. MES, CST, Poder Popular e alguns agrupamentos menores optaram pela Conlutas, enquanto APS, Enlace e CSOL pela Intersindical. No I Congresso do partido em 2007, foi aprovada por ligeira maioria uma resolução que encaminhava a unificação das duas entidades. Foi aprovada também, por unanimidade, a realização de uma Conferência Sindical procurando unificar o partido neste processo. Realizada em maio de 2008, esta Conferência aprovou de forma unânime a “construção de uma *Nova Central*, ampla, plural, classista, democrática, que seja livre, independente e autônoma, frente aos patrões, ao Estado e aos partidos políticos” (Resolução da I Conferência Nacional Sindical). Apesar da unidade nesse ponto, no interior do partido permaneceram “diferenças sobre o caráter que ela deveria ter: se sindical ou se sindical e popular” (Idem). MES, CSOL, MTL e agrupamentos menores defenderam que diante do atual quadro de precarização da classe trabalhadora, esta deveria englobar os movimentos populares. Enlace, APS e CST, pelo contrário, defenderam que para a preservação do caráter de classe da nova central, esta deveria ser puramente sindical (Delmanto e Seda, 2008, p.172). Estas divergências, porém, não foram consideradas como obstáculo para que o partido adotasse como linha política a recomendação de que sua “militância dentro da Conlutas, dentro da Intersindical, e mesmo aqueles/aquelas que não estão ainda dentro de nenhuma

⁵⁷ Informações disponíveis em: <http://www.conlutas.org.br/site1/historia.asp>. Acesso em 19 de jan. de 2010.

⁵⁸ Informações disponíveis em: <http://intersindical.inf.br/index.php?id=apresentacao> Acesso em 19 de jan. de 2010

dessas alternativas” começasse imediatamente o trabalho de construção dessa nova central (Resolução da I Conferência Nacional Sindical). Acreditava-se que a divergência poderia ser solucionada democraticamente a partir do trabalho de consulta às bases.

Esta proposta foi levada em frente pela militância do PSOL ao II Encontro Nacional da Intersindical realizado em abril de 2008. Entretanto, o braço sindical do PCB (Corrente Sindical Classista) não acatou a proposta. O impasse resultou em duas organizações distintas que reivindicam igualmente o nome da Intersindical (Delmanto e Seda, 2008, pp. 177-182). Três meses depois, no I Congresso da Conlutas novos problemas. O Poder Popular (atuando no movimento como MTL), o MES e o Movimento Avançado Sindical (MAS, formado por militantes sem nenhum partido) decidem romper com a entidade considerando que esta estaria sendo instrumentalizada pelo PSTU. Um dos argumentos utilizados foi o de que o PSTU estaria utilizando do movimento estudantil para forjar uma falsa maioria e, através desta, estaria impondo sua vontade através de uma prática hegemônica, de tal modo que não haveria mais espaço para a disputa no interior da entidade. Os dirigentes da CST, por sua vez, defendiam que este espaço ainda existia. Apesar disto, viram sua proposta de uma central puramente sindical sendo derrotada. A Conlutas fechou questão em torno da defesa de uma central sindical e popular (Idem, pp.182-185).

Após acordos entre a fração da Intersindical ligada ao PSOL com a Conlutas ficou acertado que a unificação dessas organizações em uma nova central ocorreria em CONCLAT que seria realizado em junho de 2010 (Idem). A primeira dificuldade que enfrentaram foi o fato de que as centrais mais poderosas resolveram organizar um evento similar para uma data muito próxima⁵⁹. De qualquer modo, o evento acabou contando com a participação de organizações importantes tais como a Pastoral Operária de São Paulo e o mais importante movimento de luta pela moradia no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Além disso, segundo reportagem da revista Caros Amigos eletrônica, o Conclat da esquerda radical contou com a expressiva participação de aproximadamente 4 mil militantes sindicais, destes 3.180 delegados representando mais de 3 milhões de trabalhadores na base (“Conclat termina em impasse entre Intersindical e Conlutas⁶⁰”).

Apesar da grande expectativa em torno do evento, este acabou em um impasse. Os dirigentes da Intersindical defendiam o nome “Central Classista dos Trabalhadores”. Já os dirigentes da Conlutas, em maioria, defendiam o nome “Conlutas/Intersindical – Central

⁵⁹ O que sugere fortemente que a motivação desta decisão foi obstruir a agitação entre as bases pela esquerda radical.

⁶⁰ http://carosamigos.terra.com.br/index_site.php?pag=revista&id=142&iditens=614. Acesso em 2 de jan. de 2011.

Sindical e Popular”. Após a votação do nome da nova central, os militantes da Intersindical, MES, MAS, CST e pequenos agrupamentos se retiram do congresso (Idem⁶¹). Apesar do impasse, foi dado o prosseguimento ao evento com os 1800 delegados que permaneceram no local. Estes aprovaram de cima a baixo a pauta da Conlutas. Após o Conclat, tudo que restou de unidade foram declarações de ambos os lados do desejo de re-estabelecer as negociações em torno dela (Idem). O que até o final da redação desta dissertação ainda parece como algo isento de garantias de que irá se concretizar.

Apesar da ruptura da CST com a Conlutas, as grandes tendências do PSOL não atuaram de forma unitária. Isto porque o MTL foi um grande aliado da Conlutas na luta contra os setores revoltosos do PSOL (Idem). O que demonstra a fragilidade do funcionamento organizativo do PSOL para se tornar hegemônico no seu território de caça. Não apenas porque o gigantismo do PT o coloca em posição de isolamento. Mas, também porque sua falta de unidade permite que um partido com menor expressão eleitoral o derrote em ocasiões como esta⁶².

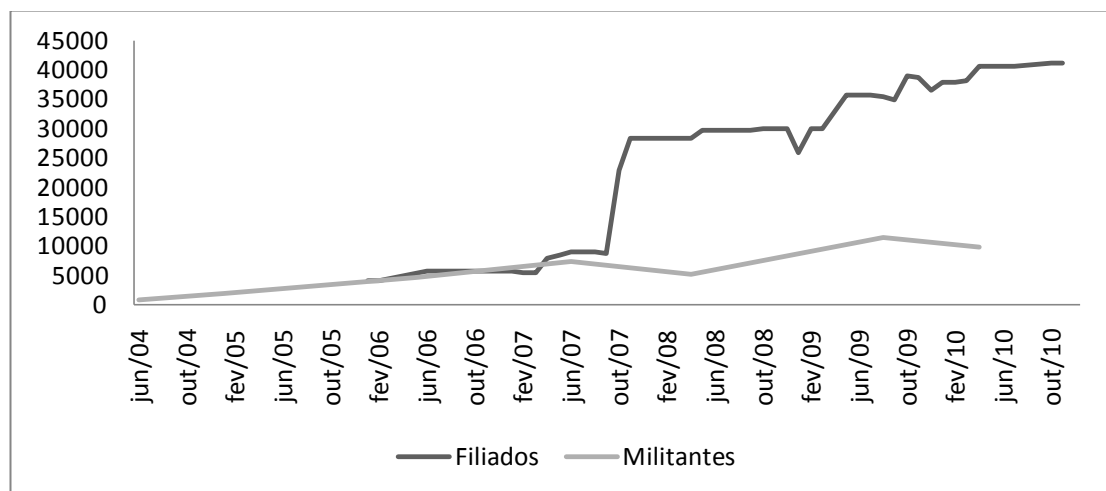
Outro dado que corrobora a tese do pouco enraizamento social do partido está na grande dificuldade apresentada pelo PSOL para se tornar sequer um esboço de partido de massa. Segundo Duverger (1970) a comunidade partidária é formada pelos seguintes

⁶¹ Em nosso entendimento pessoal, o impasse gerado em torno do nome representou apenas a manifestação mais superficial de divergências mais profundas quanto o caráter da nova central. A imposição da permanência do nome Conlutas foi considerada um desrespeito com a minoria, a demonstração de que a maioria estava disposta a impor toda sua vontade através do método do rolo compressor. A Intersindical defendeu uma central sindical e popular, desde que o caráter classista desta não ficasse comprometido. Para que esta proposta se efetivasse, contudo, seria necessário que a Conlutas estivesse disposta a admitir a não participação de setores da opressão específica e do movimento estudantil. Em nosso entender, tanto quanto a declarada questão classista, a preocupação dos dissidentes do Conclat estava no fato de que as organizações e a representatividade destes setores podem ser criadas artificialmente, forjando falsas maiorias. Se esta era a questão central, então porque o nome ganhou importância decisiva? Para os militantes da Intersindical não fazia sentido manter os antigos nomes das entidades, de onde a exigência de que estes não fossem incluídos.

⁶² Vejamos mais detalhadamente os dados do Conclat apresentados pela Caros Amigos. Se permaneceram 1800 delegados, significa que os militantes revoltosos não representavam mais do que 1380 delegados. Não temos dados do número de militantes do PSOL que permaneceram no evento, mas tudo nos faz supor que descontados dos 1800 e somados aos 1380 ainda assim o campo de influência do PSOL permaneceria em minoria. Vale registrar que esta maioria não é formada apenas por militantes do PSTU ou do seu campo de influência. Partidos menores da extrema esquerda que sequer são registrados no TSE contribuíram para sua formação. Ora, mas em contraste com a hegemonia eleitoral do PSOL no campo da esquerda radical que demonstraremos no próximo capítulo, estes números revelam o pouco enraizamento social do partido. Uma das possíveis explicações para os frágeis números do PSOL neste Conclat está no fato de que, diferente do PSTU, grande parte da militância do partido possuía uma atuação no campo sindical e popular dissolvida entre os demais militantes petistas. Portanto, os custos arcados pela ruptura com a CUT foram muito maiores. Se o PSTU devia concentrar suas forças para ganhar esta ou aquela direção sindical como forma de ampliar sua base social, para as tendências que iriam formar o PSOL e ainda não vislumbravam a ruptura com o PT, esta ampliação implicava em assumir uma parte do maior número possível de direções compartilhadas com esta ou aquela força petista de acordo com a especificidade local ou conveniência. Alianças que se dissiparam após a ruptura com o PT. Em poucas palavras, se a herança petista se traduz na sua força eleitoral em relação aos demais partidos da esquerda radical, nas arenas do território de caça esta mesma herança deixou uma fragilidade.

elementos: eleitores, simpatizantes, filiados e militantes. Os dados eleitorais serão fornecidos na próxima seção. Devido ao pequeno tamanho do PSOL não temos dados confiáveis para medir o número de simpatizantes que nunca ultrapassam a margem de erro. Para medir o número de filiados, consideramos que exatamente esta pequenez do PSOL torna os dados do TSE uma fonte confiável, pois torna o controle mais fácil diminuindo as distorções. Para medir os militantes utilizamos uma projeção a partir da multiplicação do número de delegados nos Encontros, Congressos e Conferências nacionais pela taxa de representatividade do respectivo evento. Também aqui consideramos que as distorções são pouco representativas, pois os incentivos que levam uma pessoa a participar de um dia de debates políticos em um partido pequeno não são muito maiores do que aqueles que levam o militante a efetivamente participar da organização.

Gráfico 3.1: Filiados e militantes do PSOL



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE e do site do PSOL.

Os dados acima demonstram que o crescimento do número de filiados do PSOL tem ocorrido em um ritmo muito lento. A única elevação mais acentuada foi registrada no fim 2007, saltando de 8.763 em setembro para 22.764 em outubro e 28.285 de novembro. As hipóteses que podem explicar este fato estão associadas ao processo de preparação para as eleições municipais de 2008: 1) a necessidade de uma maior penetração territorial para conseguir uma maior visibilidade nas eleições municipais⁶³; 2) a ampliação do poder de atração do partido com a chegada do calendário eleitoral, pois para concorrer nas eleições de

⁶³ A comprovação desta hipótese exigiria dados relativos ao número de município em que o partido estava organizado, algo que não conseguimos coletar.

2008, o candidato deveria estar filiado até o mês de outubro de 2007; 3) a necessidade de oficializar as filiações partidárias que até então se mantinham em grande medida na informalidade. Como esta conjunção de fatores jamais se repetiu, o restante da série mostra uma evolução numérica muito mais tímida.

O número de militantes também apresenta um crescimento muito moderado atingindo um pico de apenas 11.400 pessoas, o que representava na ocasião um pouco menos de 1/3 do número de filiados. O interessante é que os picos ocorreram nos congressos. As conferências eleitorais apresentaram uma representação menor. Isto parece indicar que a base partidária e a direção das tendências, de um modo geral, se mobilizam mais para a disputa da direção e da linha política em geral do que para a disputa da linha política eleitoral e para a defesa de candidaturas. O que é um indício importante de que as eleições não são um espaço tão central na vida do PSOL quanto se poderia supor. O que não elimina, antes reforça nosso argumento da fragilidade do partido em decorrência de sua pouca inserção social.

Os dados referentes à inserção do PSOL, portanto, não nos permite projetá-lo a curto ou médio prazo como um partido muito distinto das seitas revolucionárias. Embora a reunião da CEN de janeiro de 2011 tenha aprovado uma resolução encaminhando uma agressiva campanha de filiação visando ampliar o enraizamento social do partido, a perspectiva de transformação do PSOL (ou qualquer outro partido que a esquerda radical vier construir) em um partido de massas, para não dizermos que depende da pura sorte, apenas poderá contar com o acerto da previsão marxista de que o capitalismo encontra em si mesmo o próprio limite.

3.2. As arenas institucionais

Panebianco define o conceito de partido político a partir da distinção que esta organização possui em relação às demais: somente ela atua na “arena eleitoral disputando votos” (2005, p.11). Mas, se tratando de um partido anti-sistema, o problema não pode ser posto assim de forma tão clara. O boicote às instituições de poder político da sociedade capitalista é sempre uma estratégia passível de ser considerada. Com a institucionalização do PT, o debate sobre participação ou não das eleições entrou em pauta. A Consulta Popular, por exemplo, optou por se ausentar da disputa eleitoral por considerar que esta tática “se revelou ineficaz e nos desarmou ante a imensa força de cooptação do regime democrático liberal⁶⁴”. O

⁶⁴ Trecho do documento “Acumular forças para Construção de um Projeto Popular de Transformações na Nossa Sociedade” citado por Delmanto e Seda, 2008, p.237.

PSOL, pelo contrário, optou claramente por uma linha política que não se furta a essa disputa. Como observam Delmanto e Seda, o “fato de a primeira mobilização do partido ter sido em busca do registro legal, que o credenciaria a disputar as eleições, demonstra que o PSOL deu, desde seu início, grande importância à disputa institucional” (2008, p.97). Vale lembrar que o PSOL “emerge como partido legal em 2005 já de posse de diversos mandatos parlamentares, nos níveis municipal, estadual e federal” (Lacerda e Moura, 2010, p. 18). Registramos ainda que a data de adesão de novos setores ao partido em 2005 foi determinada pelo calendário eleitoral (seção 1.2). Esta opção faz com que o partido acabe por se confrontar com o seguinte dilema:

A disputa eleitoral é tida como útil e até necessária para os objetivos do partido. No entanto, a preocupação em demasia com a conquista do voto acaba por contribuir para o esvaziamento do conteúdo programático, o que resulta no seguinte paradoxo: de um lado, a conquista do voto é necessária para validar as metas e a ideologia do partido; de outro, quando é uma preocupação essencial, acaba por comprometer o programa e princípios ideológicos.

(...) os partidos de esquerda, ao se submeterem à lógica ditada pelas instituições capitalistas, seja por meio da preocupação excessiva com a conquista do voto, seja por meio da adequação ao funcionamento da instituição parlamentar, acabam por contradizer seu programa e objetivos, dando origem a diversos dilemas que estarão presentes em sua trajetória (Cruz, 2002).

Em comparação com os demais partidos da esquerda radical, o PSOL é aquele que se coloca mais dentro de uma perspectiva “eleitoralista” (Lacerda e Moura, 2010, p.18). Entretanto, apesar desta importância atribuída ao processo eleitoral, o fato de diversos setores terem se desligado do PT para constituir uma legenda com viabilidade eleitoral extremamente inferior, demonstra que o partido está longe de se constituir como uma simples máquina eleitoral do modelo de Downs (1999). Conforme demonstra a tabela abaixo, o aparecimento do PSOL na cena política em 2006 incrementou a votação total deste espectro político, mas os números permanecem como muito pouco significativos.

Tabela 3.1: Desempenho eleitoral da esquerda radical brasileira no período 1994-2006 (em porcentagem de votos válidos).

Eleições	Presidente	Governador	Senador	Deputado Federal	Deputado Estadual
1994		0,3	0,7	0,2	0,1
1998	0,3	0,4	0,6	0,4	0,2
2002	0,5	0,2	0,5	0,3	0,2
2006	6,8	1,5	0,7	1,4	1,1

Fonte: Lacerda e Moura (2010, p.5)

É verdade que o resultado eleitoral obtido na campanha presidencial de 2006 foi muito positivo. Heloísa Helena recebeu 6.575.393 votos, o que corresponde a uma expressiva marca de 6,85% dos votos válidos. O resultado das eleições presidenciais, entretanto, precisa ser relativizado em função do fato de que os votos dados a Heloísa não se transferiram automaticamente para o conjunto do partido. De onde os resultados muito mais modestos nas demais modalidades das eleições gerais são indicadores da fragilidade eleitoral do novo partido. A eleição para deputado federal é um bom indício disso: devido à cláusula de barreira possuía tanta importância quanto a eleição presidencial para a afirmação do partido (ver seção 5.1). Contudo, o resultado atingido foi muito inferior ao necessário para superar os 5% da cláusula. Nacionalmente o partido obteve 1.149.619 votos, o que corresponde a apenas 1,226% dos votos válidos. O resultado apenas não foi ainda mais negativo devido à votação dos sete deputados federais herdados do PT que concorreram à reeleição pelo PSOL.

Tabela 3.2: Votação dos Deputados Federais do PSOL candidatos à reeleição em 2006

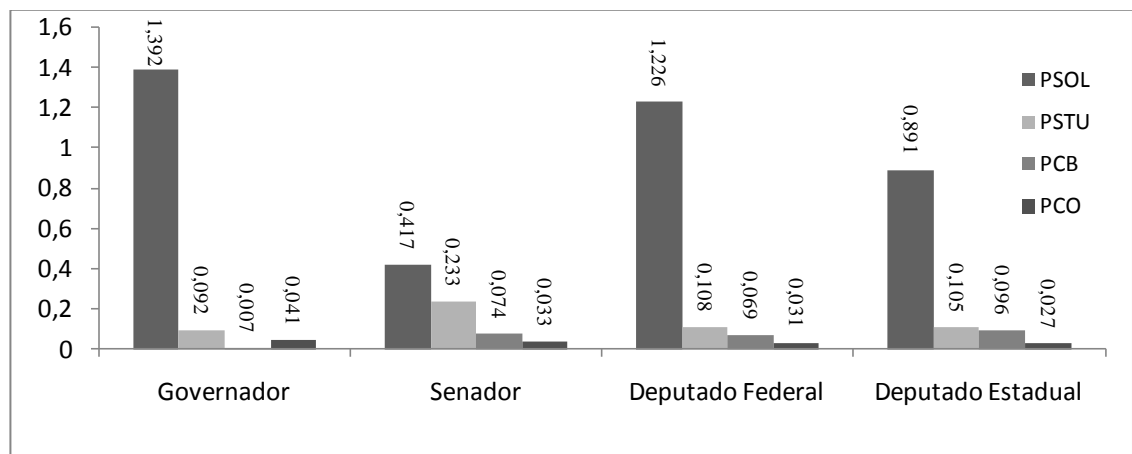
Deputados Federais	UF	2002	2006	2006/2002%
Babá	PA/RJ	57.136	27.367	47,898
Chico Alencar	RJ	169.131	119.069	70,400
Ivan Valente	SP	110.034	83.719	76,085
João Alfredo	CE	112.144	59.961	53,468
Luciana Genro	RS	99.629	185.071	185,760
Maninha	DF	98.049	46.090	47,007
Orlando Fantazzini	SP	123.163	24.843	20,171
Total	BR	769.286	546.120	70,991

Fonte: TSE

Somados, os votos dos postulantes à reeleição correspondeu à 47,50% do total de votos que o PSOL obteve para deputado federal. Considerando apenas os votos nominais esta marca chega a 65,73%. De qualquer modo, os dados da tabela acima revelam uma queda do número de votos obtidos por estes candidatos em relação à eleição anterior. Juntos, obtiveram no PSOL apenas 70,99% dos votos que haviam obtido no PT. Evidente que para evitar conclusões precipitadas é preciso considerar que 2002 foi um ano eleitoral altamente positivo para o PT. Mas, o fato de que apenas três dos sete deputados foram reeleitos é um indício importante de que a opção de sair do PT teve um custo alto e não pode ser explicada somente pelo critério da racionalidade eleitoral. Ou seja, seria um erro incluir esses deputados dentro da tipologia dos carreiristas puros.

Uma análise mais detida da tabela 3.2 requer a diferenciação entre os deputados da “primeira leva” (2003) e os deputados da “segunda leva” (2005) de ruptura com o PT. Foram estes últimos apenas que apresentaram um quadro incontestante de queda: todos individualmente tiveram uma votação reduzida e em conjunto atingiram apenas 54,48% dos votos da eleição anterior. Em contrapartida, Luciana Genro que fez parte da primeira leva obteve uma votação superior atingindo em 2006 a marca de 185,76% dos votos de 2002! Uma das explicações para isto está no fato de que o primeiro processo de ruptura gerou um apelo midiático muito maior do que o segundo. Embora Heloísa fosse o nome de maior destaque, Luciana Genro e Babá também tiveram sua popularidade enormemente ampliada por conta dos acontecimentos que levaram à expulsão deles pela coalizão dirigente petista. Tanto que a mais provável explicação pela não reeleição de Babá esteja no fato de que ele tenha exagerado na percepção deste fato se desenraizando de seu estado para concorrer no Rio de Janeiro. Assim, por exemplo, em 2008, quando sua popularidade já havia esfriado, atingiu apenas 8.010 votos para vereador, ficando apenas com a suplência. O que nos permite aferir que parte da explicação da queda dos deputados da segunda leva pode ser encontrada no período de indecisão que fez com que perdessem a oportunidade de romper com o PT em um momento de visibilidade muito maior.

Gráfico 3.2: Votação da esquerda radical nas eleições gerais de 2006 (em % dos votos válidos).



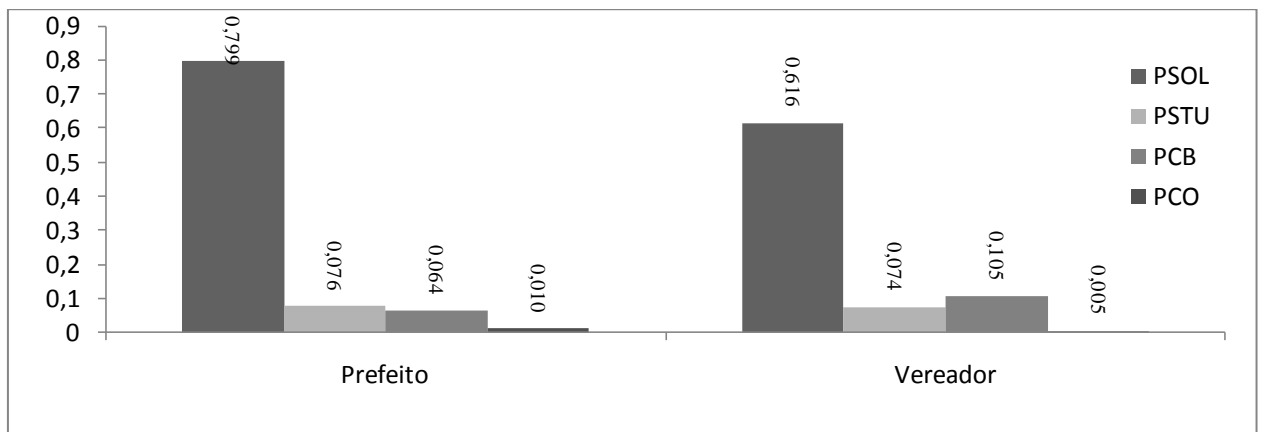
Fonte: TSE

Outro elemento importante a se destacar nessas eleições é que elas apresentaram uma clara hegemonia do PSOL no seio da esquerda radical. Os partidos da Frente de Esquerda apresentaram 32 candidaturas ao governo estadual, sendo 5 do PSTU, 3 do PCB e 24 do

PSOL (75%). Do total dos votos da Frente de Esquerda (1.391.283), nada menos do que 93,33% (1.298.590 votos) foram recebidos por candidatos do PSOL. Além disso, ele conseguiu eleger três deputados federais e três deputados estaduais contra apenas um deputado estadual do PCB e nenhum dos demais.

As eleições municipais de 2008, apesar de todas suas particularidades que impedem uma análise mais global, confirmam as tendências apresentadas na eleição anterior: ao mesmo tempo em que o PSOL afirmou a sua hegemonia na esquerda radical, os resultados se apresentam de modo geral muito aquém das eleições presidenciais de 2006 e com exceções que nos remetem às grandes personalidades públicas. O PSOL foi responsável por 84% dos votos da esquerda radical à prefeito e 77% dos votos à vereador (incluindo o PCO). O PSOL elegeu 25 vereadores, contra 13 do PCB e nenhum dos demais partidos da esquerda radical, sendo dez destes eleitos em cidades acima de 200 mil eleitores: João Alfredo em Fortaleza; Fernanda Melchiona e Pedro Ruas em Porto Alegre; Heloísa Helena e Ricardo Barbosa em Maceió; Eliomar Coelho no Rio de Janeiro; Clécio Luz em Macapá; Elias Vaz em Goiânia; Renatinho em Niterói; e Pedro Roberto em São José do Rio Preto. Destaque para João Alfredo e Heloísa Helena, respectivamente os mais votados de Fortaleza (1,24% dos votos válidos) e Maceió (7,40% dos votos válidos). Contudo, entre o total do eleitorado, a votação para vereador representa apenas 0,799% dos votos válidos para prefeito e 0,616% para vereador.

Gráfico 3.3: Votação da esquerda radical nas eleições municipais de 2008 (em % dos votos válidos).



Fonte: TSE

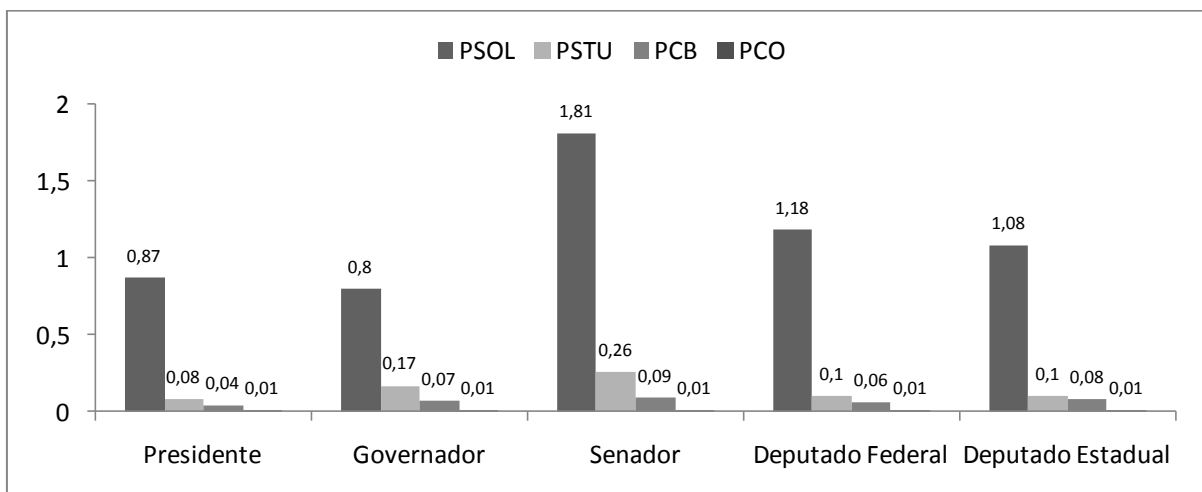
As eleições gerais de 2010 reforçam estas percepções. A campanha de 2006 teve ares plebiscitários (continuidade do governo Lula ou volta ao governo do Partido Social

Democrata Brasileiro). Devido ao fato de Heloísa estar no ápice da sua popularidade (ver seção 5.1.), a qual superava em muito a de Cristovão Buarque (PDT), a candidatura da Frente de Esquerda conseguiu se apresentar como a principal alternativa ao caráter “plebiscitário” da eleição. Diferente foi o caso de 2010 em que o PSOL teve de defrontar-se com condições *particularmente desfavoráveis*. Em primeiro lugar, Heloísa resolveu sair para o Senado, de tal modo que o PSOL teve de apresentar uma candidatura muito menos expressiva eleitoralmente. Em segundo lugar, a ampla aprovação do governo Lula que segundo a pesquisa Ibope realizada alguns dias antes da eleição de 3 de outubro (29 de setembro) atingiu a marca de 89%! Ora, este índice de aprovação do governo petista significa, por ora, o isolamento político para o PSOL. Vale lembrar que o crescimento da nova esquerda radical européia ocorreu justamente nos interstícios deixados pelos partidos socialistas. A aprovação de Lula significa a garantia do predomínio do PT no território de caça que o PSOL procura conquistar. Em terceiro lugar, a eleição de 2010 foi marcada pela construção por parte de setores das classes dominantes de uma sólida alternativa ao caráter plebiscitário. Apresentando um caráter conservador no qual se afirmava a continuidade da política econômica assumida pelos governos anteriores, Marina Silva do Partido Verde (PV) conseguiu atingir setores que Heloísa era incapaz de atingir em 2006 por estar associada a uma imagem de combatividade. O sucesso da candidatura de Marina foi tão surpreendente que até mesmo a eleição de Dilma (PT) no primeiro turno que era tida como certa (em face à aprovação de Lula) acabou não se confirmando. Se a pauta da educação apresentada por Buarque na eleição anterior não foi capaz de conquistar mais do que 2,65% do eleitorado, a pauta ambiental levantada por Marina Silva atingiu a expressiva marca de 19,33% dos votos válidos, quase não deixando nenhum espaço para que se desenvolvessem outras candidaturas nos interstícios deixados pelo PT e PSDB.

Apesar das condições adversas, o saldo eleitoral do PSOL foi positivo. O partido conseguiu não apenas confirmar sua hegemonia incontestada no seio do eleitorado propenso ao espectro político da esquerda radical (gráfico 3.4) como manter sua bancada de três deputados federais e expandir para dois sua bancada no Senado e para quatro nas Assembleias Legislativas. Entre os partidos da esquerda radical, somente o PSOL teve candidatos eleitos. Além disso, o partido foi responsável por 86,71% do total dos votos recebidos pela esquerda radical (incluindo o PCO) para candidato à Presidente, 75,92% para Governador, 83,43% para Senador, 87,39% para Deputado Federal e 85,52% para Deputado Estadual. A não formação da Frente de Esquerda se revelou profundamente prejudicial para o PCB e o PSTU. O pouco espaço da esquerda radical na campanha presidencial foi quase todo preenchido por Plínio

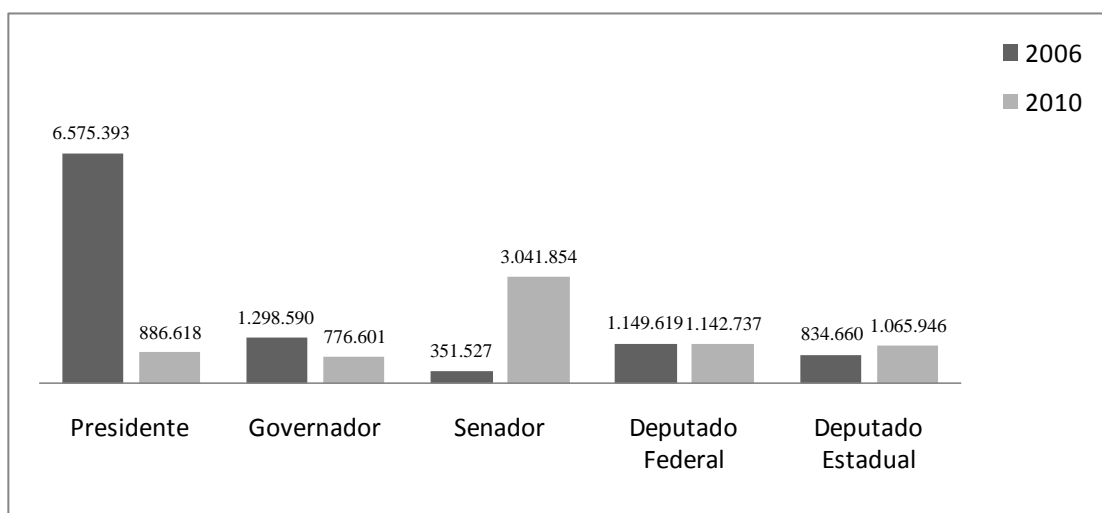
que apresentou uma linha política bastante radicalizada. Devido ao fato de apenas o PSOL possuir representação no Parlamento Nacional, a legislação garantiu ao candidato do PSOL a participação nos debates dando a Plínio uma visibilidade que os demais não tiveram oportunidade. Embora com uma votação muito inferior àquela conquistada por Heloísa em 2006, a campanha de Plínio cumpriu um papel importante na distribuição de incentivos coletivos para os militantes e eleitorado fiel do partido consolidando a hegemonia do PSOL no seio da esquerda radical.

Gráfico 3.4: Votação dos candidatos da Frente de Esquerda nas eleições gerais de 2010.



Fonte: TSE

Gráfico 3.5: Histórico de votação do PSOL nas eleições gerais (em números absolutos)



Fonte: TSE

O histórico do PSOL revela, além da previsível queda drástica dos votos para Presidente, uma elevação dos votos ao Senado. A explicação para isto está no fato de que essas eleições elegeram dois senadores. Assim, diferente de 2006, personalidades importantes do partido optaram por concorrer uma vaga no Senado. Tanto que o PSOL, que ainda não havia eleito senadores, conquistou duas vagas ao Senado nessas eleições. Mas, esse dado precisa ser relativizado. A candidata eleita no Pará conquistou a vaga em função da cassação das candidaturas de Paulo Roberto Galvão da Rocha (Partido Republicano Brasileiro) e Jader Barbalho (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Além disso, Heloísa Helena que liderava a pesquisa do IBOPE para o Senado de Alagoas com 44% das intenções em 25 de agosto de 2010⁶⁵, acabou não se elegendo. A surpresa foi a votação de Randolfe Rodrigues no Amapá (38,945% dos votos válidos), se elegendo como o senador mais votado no estado. Porém, como veremos mais tarde (seção 5.5), esta ocorreu em condições que debilitam fortemente o sistema de solidariedade do partido. Os dados relativos à disputa para deputados federais também escondem elementos importantes da análise. A eleição do mesmo número de parlamentares não significou a reeleição de toda a bancada. Luciana Genro (RS) teve de amargar o fato de ter sido a deputada federal não eleita com o maior número de votos no Brasil (129.501 votos). Candidaturas com potencial como a de Renato Roseno (Enlace-CE) não foram bem sucedidas. Em contrapartida, a expressiva votação de Chico Alencar (240.724 votos) garantiu a eleição do ex-Big Brother Jean Wyllys com modestos 13.018 votos. Do mesmo modo, a não reeleição do deputado estadual Raul Marcelo em São Paulo foi contrabalançada pela eleição do ex-prefeito de Belém Edmilson Rodrigues (PA) e pela estupenda votação de Marcelo Freixo no Rio de Janeiro que elevou sua votação de 13.547 em 2006 para 177.253 em 2010, o que garantiu o quociente eleitoral para eleger Janira Rocha com apenas 6.442 votos.

Os dados do gráfico 3.5. são reveladores da persistência da marginalidade eleitoral do partido, o que possui importantes efeitos sobre a vida partidária. Um interessante estudo de Lacerda e Moura sobre a participação da esquerda radical brasileira no processo eleitoral, apesar de estar em fase inicial sugere que a aceitação dos fracos resultados eleitorais por parte desse espectro político pode ser em decorrência da predominância dos militantes do tipo “crentes” ao invés dos “carreiristas”, o que indica o predomínio dos incentivos coletivos sobre os seletivos.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/politica/5612238/pesquisa-ibope-para-o-senado-heloisa-tem-44-e-renan-42>. Acesso em 12 de jan. de 2011.

Os crentes são responsáveis por certa rigidez ideológica da organização, na medida em que podem, por exemplo, rejeitar alianças eleitorais proveitosas para o partido, mas deletérias à identidade do grupo. Panebianco sustenta que tais militantes constituem um limite a estratégias estritamente eleitorais por parte dos líderes partidários. No mínimo, o crente pode punir a organização retirando-se dela ao detectar afastamentos dos objetivos oficiais do partido. Os afastamentos podem ocorrer seja na forma de alianças ideologicamente heterodoxas seja na forma de plataformas eleitorais distantes do perfil ideológico oficial da agremiação.

Já os militantes carreiristas toleram tais afastamentos com maior desenvoltura, pois sua conduta é mais orientada em direção à retenção de postos de poder tipicamente obtidos através da disputa eleitoral. O sucesso do partido nas urnas torna o partido financeiramente mais capaz de prover posições de assessor parlamentar e mesmo de dirigente assalariado a militantes ambiciosos. Até posições não-assalariadas de direção podem ser bastante atrativas, dado o status e poder que proporcionam a tais ativistas (Lacerda e Moura, 2010, p.9).

No caso do PSOL, sendo o partido da esquerda radical que mais ênfase confere ao processo eleitoral, os fracos resultados podem atuar no sentido de uma pressão pela maior moderação do partido. As eleições acabam impondo uma forte tendência à adaptação ambiental tendo em vista a necessidade de melhores resultados. Mesmo assim, a continuidade do partido como pertencente à esquerda radical mesmo em face da má votação demonstra que hoje os incentivos coletivos seguem como predominante. O partido tem se apresentado com características distintas do quadro de profissionalização política eleitoral que atingiu todos os demais partidos com representação parlamentar. A campanha militante tem sido a tônica da forma do PSOL fazer a disputa institucional. Campanha esta bem simbolizada pelo slogan dos militantes cariocas em 2010 que afirmava: “não ganho nem um real, trabalho por ideal”.

Porém, vale assinalar aqui que nem mesmo a arena parlamentar revela sinais claros de um processo de adaptação ambiental do partido. Apesar do poderio que os parlamentares possuem na estrutura partidária (ver seção 2.4), a atuação deles quase não tem sofrido críticas. Pelo contrário, os parlamentares do partido se destacaram com uma atuação que reforçam os laços de identidade partidária tais como a luta contra a reforma do Código Florestal, contra a transposição do rio São Francisco, pela redução da jornada de trabalho e pela erradicação do trabalho escravo, a defesa da lei “ficha limpa” e de um reajuste maior do salário mínimo, o projeto para taxar as grandes fortunas, etc. São mandatos diretamente associados aos movimentos sociais e sindicais e que até agora tem apresentado uma atuação pautada na ética política e na defesa de medidas em favor de uma distribuição de renda mais igualitária. O reconhecimento desta atuação parlamentar é um instrumento de força partidária pois a influência da bancada de deputados federais do partido excede em muito ao seu pequeno tamanho. Basta lembrar que os nomes do Senador José Ney e do deputado federal Chico Alencar estiveram continuamente nas listas dos cem parlamentares mais influentes da legislatura 2007-2010 elaboradas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

(DIAP), enquanto o deputado federal Ivan Valente foi incluído na lista de parlamentar em ascensão em 2010 (Fonte: diap.org.br). Além disso, o site “Congresso Em Foco”, através da votação de jornalistas e internautas, colocou todos os deputados do PSOL na lista dos cinco melhores: Alencar em primeiro, Luciana em terceiro e Ivan em quarto⁶⁶.

O pequeno tamanho do partido o isenta de quaisquer responsabilidades por governabilidade, de onde os parlamentares do PSOL podem apresentar uma linha política de defesa intransigente dos objetivos partidários. Assim, os efeitos das arenas eleitorais e parlamentares sobre o corpo partidário não podem, ao menos por enquanto, serem avaliados como o de simples moderação. A conquista de mandatos parlamentares tem se revelado, também, um elemento gerador de solidariedades internas e um trunfo do partido na luta com outros partidos da esquerda radical com os quais disputa o mesmo território de caça.

Mas, o partido não está imune à pressão ambiental pela profissionalização eleitoral. Basta mencionar aqui alguns exemplos que desenvolveremos melhor no último capítulo: 1) a aceitação do dinheiro da Gerdau na campanha para prefeito de Porto Alegre em 2008 apesar de que a contribuição de pessoas jurídicas esteja proibida estatutariamente; 2) A aliança com o PV nesta mesma eleição à prefeitura de Porto Alegre; 3) o flerte com a candidatura presidencial de Marina Silva no período pré-eleitoral; 4) a defesa de alguns setores do partido de uma linha política de maior apelo midiático e centrada no tema da corrupção; 5) a não candidatura de Heloísa Helena para presidente tendo em vista a grande possibilidade que se vislumbrava para sua eleição para o Senado; 6) a eleição de Randolfe Rodrigues em uma chapa branca com o direitista Partido Trabalhista Brasileiro; etc.

Em síntese, se o pequeno tamanho do partido na arena parlamentar tem contribuído para a manutenção do sistema de solidariedade do partido, contraditoriamente esta mesma pequenez contribui para uma forte pressão para sua profissionalização eleitoral em vista de melhores resultados eleitorais que supostamente o aproximariam de seus objetivos de constituir-se como hegemônico. O dilema estratégico pelo qual passa o PSOL pode ser sintetizado do seguinte modo: ou se conforma em ser por muito tempo um partido eleitoralmente frágil investindo todas suas fichas nas arenas do território de caça em vista de uma lenta (e isenta de garantias) transformação ambiental ou se converte em um partido político profissional arcando com todas as implicações organizativas desta transformação no sentido da crescente articulação de fins.

⁶⁶ Fonte: <http://www.premiocongressoemfoco.com.br/DetBoletim.aspx?id=78>. Acesso em 30 de jan. de 2011.

Capítulo 4: Coalizão dirigente e grupos internos

De nada valem as idéias sem homens que possam pô-las em prática.

Karl Marx

Este capítulo tem como objetivo analisar o elemento subjetivo da organização partidária. Contra o determinismo sociológico, defendemos que a luta pelo poder reveste-se de conteúdos concretos e que o desenvolvimento organizativo não é indiferente às escolhas dos agentes. De onde a análise dos sujeitos coletivos e individuais que ocupam espaços decisivos de poder no seio da organização cumpre um papel central nessa análise.

O capítulo divide-se em duas partes. Na primeira traçamos um mapa político dos principais sujeitos coletivos que compõe o partido com o objetivo de investigar o conteúdo que se reveste a disputa partidária. Na segunda parte, traçamos um perfil sociológico da coalizão dirigente do PSOL procurando apresentar indícios da representatividade e do nível de oligarquização do partido.

4.1. O PSOL e suas tendências

Apesar de o PSOL possuir “incontáveis tendências: de pequenos agrupamentos regionais a grupos nacionalmente estruturados” (Pompêo, 2007), é possível ordená-las a partir do critério ideológico em três grandes blocos de acordo com o posicionamento em relação ao dilema predomínio versus adaptação ambiental. Assim, classificamos como sendo de direita aqueles setores do partido que defendem uma linha política de pragmatismo eleitoral mais exacerbado do que os setores classificados como sendo de centro ou esquerda.

O PSOL é um partido da esquerda radical, por isto em sua totalidade e em cada uma de suas partes se posiciona à esquerda no espectro político em geral. A noção de direita e esquerda que apresentamos aqui é, como toda divisão deste tipo, relativa e serve apenas para ordenar o posicionamento político das tendências no interior do partido como modo de compreender as suas lutas internas.

4.1.1. Bloco de esquerda

Formado pelos setores do partido que defendem uma nuance da “estratégia de pinça” com menor peso do elemento institucional e uma linha política de menor adaptação ao ambiente. Apesar de contar com inúmeras organizações é o menor bloco do partido. Suas principais tendências são:

Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST): A origem da tendência nos remete à Liga Operária (LO), organização fundada em 1973 por quatro militantes brasileiros na Argentina com o apoio do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), partido do histórico dirigente da fração trotskista Liga Internacionalista dos Trabalhadores (LIT) Nahuel Moreno. Segundo Mermelstein, a LO passou a atuar no Brasil em 1974 e conseguiu um rápido crescimento aproveitando o “vazio político” existente em decorrência do fato do PCB estar “desprestigiado” e as organizações guerrilheiras “duramente golpeadas” (Mermelstein, 2009). Contou para isto também com a desagregação da maior organização trotskista do Brasil até então: o Partido Operário Revolucionário (POR) que era ligado à fração de J. Posadas, o qual havia sido fortemente abatido pela ditadura militar, dando origem a diversas frações e abrindo espaço para o desenvolvimento de outras correntes trotskistas. Entre as frações do POR, destaque para a Fração Bolchevique dos Trabalhadores (FBT), organização da qual pertencia um importante grupo de militantes que se unificou com a LO em meados da década de 1970 (Ridenti, 1997).

Em 1978, avaliando o momento do país como positivo para a construção de um partido socialista, a LO toma a iniciativa de criar um movimento com esse objetivo: a Convergência Socialista (CS). A LO decide também mudar o nome para PST. Atuando dentro da CS, a organização consegue atrair alguns militantes socialistas para o projeto, mas não os remanescentes das organizações armadas, a tal ponto que em 1980 o PST deixaria de existir como organização separada.

Diante da dificuldade encontrada para a construção de um partido socialista, a organização acata a sugestão de Nahuel Moreno e passa para a estratégia de construir um partido dos trabalhadores mais amplo. Em janeiro de 1979, durante o X Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo um ativista do sindicato de Santo André e militante da PST chamado José Maria de Almeida apresenta uma moção "todos os trabalhadores brasileiros a unir-se na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores". A aprovação desta moção foi um dos marcos iniciais do movimento que daria origem ao PT. Contudo, apesar de constituir uma das impulsionadoras do movimento-PT, diferentes das outras organizações trotskistas (como a Democracia Socialista e O Trabalho) que aderiram ao PT como partido estratégico, a CS julgava que “o PT e sua direção eram, do ponto de vista

histórico, um obstáculo para o processo revolucionário e que era necessário manter a independência política e organizativa ao trabalhar no seu interior” (Mermelstein, 2009).

Acusada de fracionismo pela direção do PT, a CS foi expulsa em 1992 passando a organizar a Frente Revolucionária por um novo partido. Neste mesmo ano, um importante setor da organização iniciou um processo de ruptura com a CS e com a LIT em decorrência de discordâncias em relação à conjuntura nacional e internacional (Pompêo, 2007). Em 1993, esse setor pede o retorno ao PT passando a se organizar dentro do partido como Corrente Socialista dos Trabalhadores⁶⁷ (CST). Internacionalmente, por sua vez, passou a se articular com a Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT), fração morenista da IV Internacional que surgiu da crise que abateu a LIT após a desagregação de sua principal seção, o argentino Movimento ao Socialismo (MAS). Apesar de atuar dentro do PT com menor autonomia do que sua antecessora, a CST manteve a defesa de uma linha política bastante discordante da coalizão majoritária do partido. A postura de oposição a direção petista se ampliou após a vitória de Lula nas eleições de 2002. Logo no primeiro ano do governo, a CST passou a articular com o MES a saída do PT, a qual se concretiza após a expulsão dos parlamentares que votaram contra a reforma da previdência, entre eles, a principal personalidade pública da tendência: o então deputado federal Babá.

Apesar da atuação unificada com o MES no momento da fundação do PSOL, a CST tem mantido a defesa de uma linha política muito distinta do seu ex-aliado. Para a CST as eleições não são o centro estratégico, mas apenas “um momento de politização da população” (Delmanto & Seda, 2008, p.37). De onde a defesa uma linha política que “assinala o caminho da luta e da ação direta como fundamental” (Uma proposta de esquerda, coerente com o PSOL que fundamos!⁶⁸). Entre as grandes tendências do PSOL é aquela que está mais à esquerda indicando uma clara preferência pelo primeiro elemento no dilema predomínio/adaptação ao ambiente. Como afirma um documento da tendência: “Quando a correlação de forças e a consciência das massas não estão de acordo com nossa proposta, faremos todo o possível para mudá-la” (Idem). Essa posição extrema tem conduzido a CST a certo isolamento no interior do partido. Assim, seus aliados menos episódicos tem se restringido a algumas das tendências menores.

⁶⁷ Ver entrevista de Babá ao jornal Opção de 23 de fevereiro a 1º de março de 2003. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Destaques2&idjorna=15>. Acesso em 9 de jul. de 2010.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.thiagolpc.com.br/viewnoticia.asp?ID=105>. Acesso em 9 de jul. de 2010.

Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL): Mais uma tendência que nos remete à tradição da CS. Como vimos (seção 1.2.), esta organização se originou de um racha do PSTU em 2003.

Através da revista “Debate Socialista”, o CSOL se articula com renomados intelectuais independentes e coletivos regionais, entre eles o Rosa do Povo de Campinas, grupo de apoio do ex-deputado estadual Raul Marcelo. Embora o campo de influência da tendência tenha nomes como o de intelectuais renomados como Ricardo Antunes, Plínio Arruda Sampaio Jr., Roberto Leher, Marcelo Badaró e o ex-deputado federal Plínio Arruda Sampaio, o CSOL não possui nenhuma grande personalidade entre seus quadros. Seus nomes mais conhecidos são os dos sindicalistas Junia Gouvêa, Jorginho e Fernando Silva (Tostão).

Em termos de linha política o CSOL se destaca pela crítica ao Programa Democrático Popular elaborado pelo PT em meados da década de 80. Para a tendência “as instituições burguesas não abrem espaço para a transformação social, por isso a prioridade deve ser dada as lutas fora da institucionalidade” (Delmanto e Seda, 2008, p.36). A partir dessa avaliação, os militantes da corrente defendem a “necessidade de ruptura com a ordem econômica-social-institucional, sem que haja uma etapa intermediária entre o capitalismo atual e o socialismo” (Idem).

Apesar dessas posições que situam claramente o CSOL no espectro da esquerda do partido, sua prática de construção partidária e nos movimentos sociais tem a aproximado das tendências mais ao centro.

Pequenos agrupamentos de extrema esquerda: Entre as inúmeras organizações que podem ser classificadas nesta categoria destacamos: Revolutas (trotskista ligada à Tendência Socialista Internacional⁶⁹), Trabalhadores na Luta Socialista (TLS) e Bloco de Resistência Socialista (BRS) composto pelas tendências Liberdade Socialismo e Revolução⁷⁰ (LSR/ trotskista ligada ao Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores), Alternativa Socialista (AS/ racha do MES), Alternativa Revolucionária Socialista (ARS), Reage Socialista, Movimento Nascente Socialista (MNS) e independentes. Apesar da grande quantidade delas, em conjunto expressam uma força política não muito expressiva. Além disso, vale registrar que são forças que não formam um conjunto homogêneo e que, por isso, atuam de forma mais ou menos independente no partido.

⁶⁹ Organização da qual o partido mais conhecido é o o britânico Socialist Work Party (SWP)

⁷⁰ A LSR é produto da unificação do Socialismo Revolucionário (SR) com o Coletivo Liberdade Socialista (CLS).

4.1.2. Bloco de direita

Formado pelos setores do partido que defendem uma nuance da “estratégia de pinça” com maior peso do elemento institucional e uma linha política de maior adaptação ambiental visando aumentar a viabilidade eleitoral do partido. Apesar de ser o maior bloco do partido, não consiste no setor hegemônico tendo em vista que é posto em minoria quando ocorre a aliança do centro com setores da esquerda partidária. As principais forças que o compõem são as seguintes tendências:

Movimento Esquerda Socialista (MES): A principal figura pública do MES é a ex-deputada federal Luciana Genro (RS). Nas eleições municipais de 2008 elegeu três vereadores: Fernanda Melchionna e Pedro Ruas em Porto Alegre e Ricardo Barbosa em Maceió. Além disso, Heloísa Helena, antes mesmo de se desligar do Enlace, passou a estabelecer uma relação cada vez mais próxima com a tendência.

A tendência surgiu do processo de fracionamento da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) no ano de 1999: uma maioria cujo principal reduto era o Rio Grande do Sul e uma minoria cujo principal reduto era o Pará. Diante do agravamento do impasse que envolvia diferentes leituras da situação nacional e internacional, a fração majoritária optou em formar uma nova tendência: o Movimento de Esquerda Socialista. Apesar de se posicionar à direita da organização que lhe deu origem, o MES foi uma das tendências mais à esquerda do PT e a organização política mais significativa do processo de ruptura que deu origem ao PSOL.

O processo de ruptura do MES com a CST significou também a ruptura com a UIT-QI. Com isto, a tendência passou inicialmente a se referenciar “internacionalmente na Corrente Movimento, com quem publicava a Revista Movimento”. Em seguida, passou “a publicar, com outras organizações internacionais, a revista América” (Pompêo, 2007). Portanto, apesar de sua origem morenista, o MES não mantém nenhum contato mais orgânico com nenhuma das inúmeras frações da IV Internacional que reivindicam dessa tradição.

De qualquer modo, fiel à origem trotskista, o MES se apresenta oficialmente como defensor de uma estratégia revolucionária para o partido. Avaliando a experiência do PT como a de “um projeto que se converteu em seu contrário” (Movimento Esquerda Socialista: Um pouco do que somos e o que defendemos⁷¹), afirma que, para além das causas objetivas do processo, a explicação está no fato de que desde o início o partido se apoiou em “uma base

⁷¹ Disponível em: <http://www.lucianagenro.com.br/movimento-esquerda-socialista-um-pouco-do-que-somos-e-o-que-defendemos/>. Acesso em 1 de jul. de 2010.

teórica equivocada” que consistia em não caracterizar o caráter de classe do Estado (Idem). Assim, mesmo o chamado “Programa Democrático Popular” (PDP) aprovado V Encontro Nacional do PT realizado em 1987, apesar do seu caráter radical que apontava para a ruptura com o capitalismo, teria desconsiderado dois determinantes considerados fundamentais: “a) somente poderosas lutas sociais, confrontos de classe e o poder dos trabalhadores podem realizar um plano de emergência popular; b) a burguesia é opositora radical desse programa”. Ao desconsiderar o fato de que a aplicação desse programa necessariamente produziria uma crise revolucionária, acabou por se reforçar as “ilusões constitucionais, a idéia de viabilidade de mudanças profundas com a mera vitória eleitoral” (Idem). Segundo o MES, o esclarecimento dessa questão, permitiria hierarquizar “a disputa eleitoral presidencial como uma prioridade da política partidária” sem se desviar da “estratégia central e permanente dos marxistas revolucionários” que é a “defesa da mobilização de massas para construir outro regime político” (Idem).

Apesar do tom revolucionário, o modo concreto como o MES hierarquiza a disputa eleitoral tem o caracterizado como a tendência que defende a linha política mais moderada para o partido⁷². O que demonstra que o simples esclarecimento do caráter de classe do Estado não elimina o paradoxo que enfrenta a esquerda ao valorizar a tática eleitoral como um elemento central.

Poder Popular: A origem da tendência nos remete às dissidências do PCB no final da década de 70. Durante a greve no ABC paulista em 1978-79, o Comitê Central do PCB condenou a ação do novo sindicalismo afirmando que esta poderia levar a um fechamento do regime militar. O retorno dos dirigentes nacionais que estavam exilados em países europeus acirrou as divergências internas contra linha política de alianças de classe defendida pela maioria do Comitê Central. Até mesmo o histórico líder do partido Luis Carlos Prestes rompeu com o partido durante esse processo. Parte dos militantes que estavam alinhados com Prestes não aderiram ao seu posicionamento de que não estava na ordem do dia a construção de outro agrupamento partidário. Esses militantes organizaram o Coletivo Gregório Bezerra⁷³ (CGB) que possuía como objetivo reunir os dissidentes comunistas em torno de um novo partido revolucionário.

Ao contrário das principais organizações revolucionárias do período, o CGB não considerou o PT como tática apropriada para a construção do partido revolucionário, caminhando em raia própria. Diante disso, para concorrer às eleições municipais de 1986 e

⁷² Ver Capítulo 5.

⁷³ <http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/COLETIVO%20GREGORIO%20BEZERRA.pdf>

1990 acabou adotando a tática de entrismo no Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola. Apesar da relação com o PDT, a organização apoiou Lula em 1989, mesmo ano em que alterou seu nome para Partido da Libertação Proletária (PLP). Em 1991, em decorrência das exigências para legalizar a legenda, o nome da organização é novamente modificado, agora para Partido da Frente Socialista (PFS). No ano seguinte, coerente com o objetivo de construir um partido revolucionário no Brasil aderiu à Frente Revolucionária (FR) que culminou na criação do PSTU (Robaina, 2010). Em 2000, os militantes dessa tradição, em conjunto com um grupo de militantes da CS com os quais passaram a se articular, romperam com o PSTU por considerar sua direção autoritária e sectária.

Apesar da dissolução da organização no PSTU, os militantes do PFS mantiveram esta tradição devido a uma atuação unificada nos movimentos sociais que culminou em 2002 na criação do Movimento Terra e Liberdade (MTL) como produto da unificação do Movimento dos Trabalhadores (MT) com o MLST de Luta (Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta) e o Movimento de Luta Socialista (MLS). E é exatamente como MTL que vai se articular em 2003 com as organizações que dariam origem ao PSOL no ano seguinte. Porém, como o PSOL consegue o registro apenas em 2005, o MTL utiliza em Goiânia o recurso de filiação democrática no Partido Verde (PV) para re-eleger Elias Vaz vereador nas eleições municipais de 2004⁷⁴ (em 2000 ele havia sido o único candidato eleito pelo PSTU em uma capital).

A tendência Poder Popular foi oficialmente constituída em janeiro de 2005 em uma tentativa frustrada de desvincular o movimento social da disputa partidária: “Na prática, ainda há essa simbiose entre MTL e Poder Popular, uma vez que o segundo é chamado pelo nome do primeiro na quase totalidade das oportunidades” (Delmanto & Seda, 2008, p.39).

As principais personalidades públicas do partido são: o vereador Eliaz Vaz, a deputada estadual recém-eleita Janira Rocha e Martiniano Cavalcante, este último dirigente histórico do CGB e candidato às prévias para presidente da República derrotado por Plínio na última Conferência Eleitoral do partido.

O documento programático que deu origem à tendência Poder Popular apresenta o objetivo de ruptura revolucionária com o capitalismo para a construção da democracia socialista. Em termos estratégicos o documento afirma a necessidade de que “todas as táticas do P-SOL devem combinar a ação do movimento de massas com a luta eleitoral institucional”

⁷⁴ Ver artigo publicado no site do MTL: “PSTU usa de calúnia política como método de luta política”. Disponível em: http://www.mtl.org.br/nacional/index.php?option=com_content&view=article&id=246:pstu-usada-cal-como-mdo-de-luta-polca&catid=1:nacional&Itemid=3. Acesso em 6 de jul. de 2010.

como antídoto contra as ilusões da democracia burguesa (Texto para a formação de uma nova tendência⁷⁵). Contudo, este teor revolucionário é suavizado pela insistência na “relação concreta de forças entre as classes sociais” e no “nível de organização e de consciência do povo” (Idem), ou seja, da necessidade de adaptar-se ao ambiente. Tal posicionamento conduziu a tendência a formar um bloco compacto com o MES na defesa de uma linha política mais moderada para o PSOL visando ampliar sua viabilidade eleitoral. A unidade entre as duas tendências é tão grande que em 2007 chegou a iniciar um processo de fusão que não foi concluído⁷⁶.

Grupo do Rio: O grupo de independentes do Rio de Janeiro não é uma tendência. Mas, pela importância na dinâmica do partido é digno de registro aqui. Formado pelo deputado federal Chico Alencar, o deputado Estadual Marcelo Freixo, o vereador carioca Elimar Coelho e por grandes intelectuais como Leandro Konder, Milton Temer e o eurocomunista Carlos Nelson Coutinho.

4.1.3. Bloco de centro

Formado pelos setores do partido que defendem uma linha política intermediária entre os dois extremos. Esse é o segundo maior bloco do partido. Sua posição intermediária poderia ser um elemento facilitador de uma possível hegemonia, uma vez que permite alianças com um ou outro bloco para formar a maioria. Contudo, o fato de que forma um setor bastante heterogêneo faz com que essa possibilidade de estabelecer alianças se torne mais um elemento desagregador das suas forças. Bem diferente do bloco de direita que compõe o setor mais homogêneo do partido, o que permite na luta pela hegemonia partidária estabelecer uma ação unificada e, por isso, mais eficiente. As principais forças que compõe o centro partidário são:

Ação Popular Socialista (APS): Em 1985, remanescentes de três organizações comunistas clandestinas da época de ditadura (Movimento pela Emancipação do Proletário, Ação Popular Marxista Leninista e Aliança Vermelha) constituem no interior do PT o Movimento Comunista Revolucionário (MCR). Apegada a tradição leninista, a organização inicialmente considerava que o PT contribuía apenas de forma indireta para a construção do partido revolucionário brasileiro. Porém, em termos de linha política defendia o PDP por

⁷⁵ Disponível em: www.poderpopular.org.br/tendencia. Acesso em 6 de jul. de 2010.

⁷⁶ Ver “Manifesto Poder Popular/MES”. Disponível em: http://www.poderpopular.org.br/tendencia/index.php?option=com_content&view=article&id=7:manifesto-mes-poder-popular&catid=4:documentos&Itemid=7. Acesso em 6 de jul. de 2010.

considerar que esta estratégia enfatizava “o aspecto eleitoral, capaz de mudar a correlação de forças a favor dos trabalhadores e favorece o avanço da luta de classes na perspectiva dos trabalhadores” (Silva, 2009). Tal posicionamento levou o MCR a se aproximar do campo majoritário e a debater a possibilidade da sua dissolução para se transformar em uma tendência petista. O MCR acabou dissolvendo-se no meio do caminho. Muitos militantes aderiram ao campo majoritário, mas uma parcela importante da organização deu prosseguimento ao projeto de constituição de uma tendência dando origem à Força Socialista (FS) em 1989.

A constituição da FS sintetiza o processo evolutivo – que não foi tranqüilo ou linear – em direção à integração ao PT. A FS procura operar a transição entre sua forma organizativa leninista, uma situação de pré-partido – herança do MCR – para uma organização com caráter de tendência do PT. Tratava-se de moldar e consolidar uma cultura política diferente daquela que sedimentara sua militância desde a fase da clandestinidade, de disputar os rumos do PT, incorporando suas tensões (Silva, 2009).

Esta transformação significou uma revalorização do papel estratégico do PT ao considerar a possibilidade de transformá-lo em um partido revolucionário. Tal posicionamento levou a tendência a alinhar-se ao campo da esquerda petista para a disputa no partido. Contudo, em face do processo de institucionalização do PT, em 1998 a FS passa a defender uma linha política de disputa com o campo majoritário aberta na sociedade e não mais restrita aos espaços internos do partido. Para a FS, a eleição de Lula teve como efeito um fechamento ainda maior das possibilidades de travar a disputa de projeto no interior do PT. Em 2004, já na fase de preparação de ruptura com o partido, a FS se funde com uma série de coletivos regionais do PT constituindo uma nova tendência: a Ação Popular Socialista (APS). Com a “crise do mensalão” em 2005 este processo de ruptura se aprofunda. Nesse mesmo ano, após a disputa para a direção do PT em que sua chapa “Esperança Militante” obteve a expressiva marca de 25.158 votos (9,1% dos votos válidos)⁷⁷, decide sair do PT para entrar no PSOL.

A APS experimentou um grande crescimento ao longo da década de 90 e início de 2000 se tornando a terceira maior força da esquerda petista - apenas um pouco atrás da Democracia Socialista e Articulação de Esquerda⁷⁸ - e um relativo sucesso na disputa institucional chegando a eleger três deputados federais (Ivan Valente, Maninha e Nelson

⁷⁷ Fonte: Secretaria de organização – Diretório Nacional do PT.

⁷⁸ No PED de 2005, a chapa “Coragem de Mudar” (Democracia Socialista) e a chapa “A Esperança é Vermelha (Articulação de Esquerda) obtiveram respectivamente 12,2% e 11,8% dos votos válidos.

Pellegrino), quatro deputados estaduais (Randolfe Rodrigues, Afrânio Bopp, Brice Bragato e Araceli Lemos) e o prefeito de Belém no período de 1997-2004 (Edmilson Rodrigues). Apesar de apenas Nelson Pelegrino ter rompido com a APS antes mesmo do processo de ruptura com o PT, nas eleições de 2006 a tendência pagou o preço de optar por uma legenda com menor densidade eleitoral e conseguiu reeleger apenas o deputado federal Ivan Valente.

A APS dentro do PSOL “destaca-se por ser a maior defensora do Programa Democrático Popular elaborado pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980⁷⁹” (Delmanto e Seda, 2008, p.35). Esta linha política é uma herança da FS, a qual já encarava o PDP como próprio de um “governo tipicamente de transição” (Manifesto da Força Socialista Apud Silva, 2009). Como tal, “não é um mero programa eleitoral para disputar o governo federal”, assim como “a disputa deste não se confunde com a disputa do poder em sua totalidade” (Silva, 2009). Motivo pelo qual um documento da APS de 2006 reafirma “uma atuação que não dicotomiza a luta de massas da luta no campo institucional” (Resoluções sobre construção partidária⁸⁰), procurando manter um equilíbrio dos elementos que compõe a estratégia de pinça.

O posicionamento da APS em relação ao PDP e a construção partidária⁸¹, levou a tendência inicialmente a uma unidade com o bloco de direita visando formar uma coalizão dirigente estável na direção do partido. Porém, divergências quanto a linha política moderada adotada pelos aliados (especialmente nas eleições municipais de 2008) levou a APS a buscar aliados nos setores da esquerda partidária⁸².

Enlace: Entre as diversas tradições que confluem para dar origem ao Enlace, a principal delas é a maior e mais influente fração da IV Internacional: o Secretariado Unificado (SU, atualmente Secretariado Internacional). A Democracia Socialista (DS) foi fundada no final de 1979 a partir da fusão de duas organizações trotskistas que editavam o jornal “Em Tempo” com militantes remanescentes das organizações clandestinas da década de 70 (Angelo, 2008, p.2). A DS desde sua fundação esteve ligada ao SU e ao processo construção do PT. Diferente da maioria das organizações revolucionárias que concebiam o PT como uma

⁷⁹ O IV Encontro Nacional da APS realizado em novembro de 2007 apresentou a seguinte tática prioritária: “afirmação de uma plataforma unitária nos movimentos sociais, a fim de reafirmar o programa democrático e popular abandonado pelo lulo-petismo e por parcela dos movimentos sociais atrelados ao governismo” (“Conjuntura e tática: a esquerda e o Brasil no 2.º governo Lula”. Disponível em: http://www.acaopopularsocialista.com.br/CN02/download/dow_det.asp?id=6. Acesso em 13 de jul. de 2010).

⁸⁰ Disponível em: http://www.acaopopularsocialista.com.br/CN02/download/dow_det.asp?id=3. Acesso em 13 de jul. de 2010.

⁸¹ “Contribuir [sic] o PSOL de uma estabilidade em termos de bloco de direção partidária, a partir de uma política interna de alianças que propicie ao partido intervir de forma mais qualificada na próxima conjuntura” (Resoluções sobre construção partidária).

⁸² Ver Capítulo 5.

frente popular e a si própria com o embrião do futuro partido revolucionário, a DS concebia o novo partido como sendo de caráter estratégico. A existência de uma organização separada se justificava apenas em função do objetivo de constituir um núcleo dirigente marxista revolucionário para o PT. Por essa razão, antes mesmo de flexibilizar seu modelo leninista de organização em função da regulamentação sobre as tendências, a DS já funcionava como tal: “trabalhou pela construção do partido, mas sem adotar posições sectárias, compondo com seus setores majoritários ao mesmo tempo em que construía a si mesma, numa estratégia adotada do programa do Secretariado Unificado” (Idem, p.11). A adoção dessa linha política permitiu que a DS conquistasse uma enorme influência no partido e, conseqüentemente, na sociedade. Entretanto, ela não logrou o objetivo de construir o PT como um partido revolucionário. Na década de 90, com os primeiros sinais da moderação do PT, o objetivo da DS passou a ser muito mais limitado: unificar a esquerda petista para tentar “retomar a estratégia democrática e popular”, a qual era identificada como um programa de transição ao socialismo (Silva, 2001b). Assim, a DS foi colocada diante do seguinte dilema: “permanecer no PT e lutar pela sua transformação no partido revolucionário ou transformar a si mesma para adequar ao partido” (Angelo, 2007, p. 124). Com a eleição de Lula e o fim de qualquer perspectiva de que o PT adotaria uma linha de construção do socialismo, o dilema teve de ser finalmente equacionado.

Entre as vozes da esquerda petista que se levantaram contra os rumos do governo Lula a de maior destaque foi a de uma das principais lideranças da DS: Heloísa Helena. Nesse momento a tendência possuía oito deputados federais, duas senadoras e o Ministro de Desenvolvimento Agrário (Miguel Rosseto). Ou seja, um peso institucional muito significativo para ser simplesmente ignorada. Apesar disto, mesmo com toda a mobilização da DS contra a expulsão de um dos seus membros pela direção do PT, esta veio a ser consumada. Ao contrário da CST e do MES, a DS não se considerou automaticamente expulsa. Assim, Heloísa tomou de modo unilateral a decisão de adesão do projeto de um novo partido, levando consigo apenas um pequeno número de militantes da tendência. A maior parte desse grupo optou por constituir uma fração da DS chamada Liberdade Vermelha (LV), enquanto outra parte optou pela construção de uma nova tendência: o Marxismo Revolucionário Atual (MRA). Embora não reconhecida pela direção da DS que reafirmou o caráter da organização como tendência do PT, a LV encontrou respaldo entre dirigentes do SU e a adesão de um dos mais importantes dirigentes da tendência e do PT: o renomado economista e dirigente político João Machado.

Em dezembro de 2004, MRA e LV se unificaram para formar a tendência Liberdade e Revolução (LR), a qual tinha como proposta unificar os dissidentes da esquerda petista. Em janeiro de 2005, três destacados dirigentes do SU (Michael Löwy, Daniel Bensaïd e Francisco Louçã), enviaram uma carta para a DS que, entre outras coisas, apresentava uma dura crítica à participação de Rosseto no governo Lula e sugeria a unidade entre os militantes da organização que estavam no PT e no PSOL. Esta carta teve como efeito apenas o afastamento progressivo da DS com o SU. Neste mesmo mês, um grupo importante de militantes da tendência adere ao PSOL. Enquanto isso, outro grupo de militantes (entre os quais o dirigente da tendência José Corrêa Leite), apesar de permanecer na DS, constituem uma fração chamada “A Coisa” visando disputar novos militantes para o PSOL.

Em setembro de 2006, o Enlace é fundado em decorrência de um processo de fusão das tendências Liberdade e Revolução e Movimento de Unidade Socialista (MUS/racha do MES) com “A Coisa” e dissidentes da Articulação de Esquerda e do Fórum Socialista. Entre os militantes que aderem neste momento ao PSOL e a nova tendência, apenas dois parlamentares: os deputados federais João Alfredo (CE) e Orlando Fantazzini (SP), ambos dissidentes da DS.

Apesar de ser o candidato a deputado mais votado no Ceará nas eleições de 2002, João Alfredo não conseguiu se reeleger em 2006. Fantazzini também não obteve sucesso na sua tentativa de reeleição, terminando por abandonar o PSOL devido sua pouca viabilidade eleitoral. Além disso, Heloísa Helena abandonou a tendência dando continuidade a um processo de aproximação com o MES. Em 2008, o Enlace conseguiu eleger apenas um vereador: João Alfredo em Fortaleza. Desse modo, apesar de possuir grandes personalidades, o Enlace ficou bastante fragilizado materialmente em relação ao MES e a APS, uma vez que os mandatos parlamentares constituem a principal fonte de financiamento das tendências. Soma-se a este elemento o fato de que o caráter plural da nova tendência, que está expresso inclusive em seu nome, trouxe algumas dificuldades para uma atuação unificada nos moldes da tradição leninista. Mesmo assim, devido suas posições políticas intermediárias e sua proximidade com a APS, o Enlace possui um grande poder de influência sobre a coalizão dirigente do partido.

No interior do Enlace está organizado um Cáucus da IV Internacional que em 2010 foi finalmente reconhecido como a única seção oficial do SU no Brasil. Embora a tendência como um todo não mantenha ligações formais com essa organização internacional, a existência deste cáucus certamente a coloca politicamente e teoricamente sob influência do SU. Não é de estranhar, portanto, que o Enlace compreenda o PSOL e a si próprio apenas

como uma parte de um amplo e longo processo de recomposição de forças da esquerda revolucionária (Resoluções da II Conferência Nacional do Enlace⁸³). Formulação que podemos facilmente identificar com as teses que o SU vem desenvolvendo desde a década de 80 e que culminou na prática de construção de partidos amplos que chamamos aqui de nova esquerda radical.

Em termos de linha política o Enlace defende “uma tática de frente única antineoliberal dos assalariados e de todas as suas organizações, construída nas mobilizações sociais, no interior da luta política de massas, em conjunto com a defesa de um programa anticapitalista” (Idem). Isto implica em não desconsiderar a importância da disputa eleitoral como um importante momento de disputa política. Mas, ao mesmo tempo significa subordiná-la a este movimento mais amplo de “recomposição política da esquerda brasileira” (Idem). Tal posicionamento levou ao Enlace a manter uma independência em relação aos dois blocos (direita/maioria versus esquerda/minoria) que se formaram no I Congresso e uma tática que procurava deslocar setores de ambos não para a “construção de um novo bloco”, mas, para “recolocar os rumos do PSOL em uma nova perspectiva, alimentando a possibilidade de debates sobre pontos fundamentais do programa sem prévios blocamentos” (Idem). Mesmo sendo eficaz nessa tática ao conseguir o deslocamento da APS do bloco de direita, os desdobramentos políticos e organizativos do período seguinte levaram o Enlace a rever sua posição de independência. Tal mudança de postura decorreu da constatação de que:

ainda que, desde o seu início, o PSOL tenha no seu interior setores de militantes com posições esquerdistas e doutrinárias, o maior problema que enfrentou foi, de longe, o oposto: o grande peso de posições políticas que priorizam excessivamente as preocupações eleitorais e a busca de espaço junto à grande mídia e a setores médios. (Resoluções da II Conferência Nacional do Enlace⁸⁴).

4.2. A coalizão dirigente

Ribeiro (2008), seguindo Katz e Mair, divide o corpo partidário em três elementos: base, direção e face pública. O primeiro elemento refere-se à massa partidária, isto é, o corpo de militantes e filiados. É ele que permite a ligação entre o partido e a sociedade civil, constituindo no elemento decisivo nos chamados partidos de massas. No PSOL, como partido

⁸³ Disponível em: http://www.enlace.org.br/documentos-enlace/II_Conferencia_ENLACE.pdf. Acesso em 26 de jul. de 2010.

⁸⁴ “Resoluções da III Conferência Nacional do Enlace”. Disponível em: <http://www.enlace.org.br/documentos-enlace/resolucao-da-3a-conferencia-nacional-do-enlace-2013-sao-paulo-5-6-e-7-de-fevereiro-de-2010/>. Acesso em 26 de jul. de 2010.

com características de um partido de massas, a base partidária possui muitos instrumentos de poder. O maior deles está no Congresso e na Conferência eleitoral, momentos em que pode através de eleição de delegados interferir na linha política e na escolha de direção. O segundo elemento diz respeito aos dirigentes e funcionários (eleitos ou não) dos órgãos centrais do partido. A legitimidade de um e de outro se assenta na aprovação da base partidária. Como o PSOL não possui uma burocracia importante, este poder se concentra nos dirigentes eleitos para o DN e para a CEN. Por fim, a face pública diz respeito ao partido como participante do governo. Trata-se dos “membros eleitos para os cargos executivos e legislativos, nos níveis nacionais e sub-nacionais, e também pelos filiados nomeados para cargos de confiança” (Ribeiro, 2008, p.42). Sua legitimidade repousa mais no desempenho eleitoral do que em fatores internos. Por isto, “quanto mais forte eleitoralmente for o partido, maior a tendência de que essa face desfrute de uma posição privilegiada” (Idem). Aqui que interfere a grande importância da origem do PSOL. Como um pedacinho do PT, a relação numérica entre base e face pública parlamentar nacional dos dois partidos guardam proporções parecidas. Ou seja, se a face pública do PT detém mais poder do que no PSOL é tão somente pelo fato de que a primeira constitui também de cargos executivos. Em relação à extrema esquerda brasileira isto representa uma grande distinção: a face pública nacional do PSTU, PCB e PCO é inexistente enquanto no PSOL é relativamente ao seu tamanho bastante significativa.

Ao diferenciar estes três elementos, podemos colocar a questão: onde reside o poder efetivo do PSOL? Apesar da importância da face pública, esta não detém o poder de forma isolada. Como vimos na seção 2.4., internamente o poder desta face pública coincide com a de qualquer militante da base, seu poder reside apenas em fatores externos. Além disso, são diversos os mecanismos que permitem à direção partidária exercer algum controle sobre ela. Mas, este controle não é absoluto, de tal modo que podemos afirmar que o poder está compartilhado entre a direção e a face pública.

Mas seria mesmo toda a direção que detém o poder? Sim e não. Pois a direção possui níveis diferenciados de poder em função dos recursos organizativos de que dispõe. Panebianco denomina estes recursos organizacionais de “zonas de incerteza” localizando seis delas como fundamentais: “a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento” (Panebianco, 2005, p. 66). Em nosso entender, a escolha dessas zonas de incerteza como fundamentais possui uma grande dose de arbitrariedade, de qualquer modo ela define pistas importantes. Concretamente, precisamos investigar em cada partido concreto quais as zonas de incerteza são efetivamente relevantes. Pela ordem de cargos escolhidos pelas diferentes

chapas nos congressos PSOL, é possível ordenar quais são os cargos que controlam as zonas de incerteza consideradas mais importante: presidência, secretaria geral, tesouraria, organização e comunicação.

Em função disto seria equivocado confundir a fração da direção da coalizão dirigente do PSOL com o DN. Não apenas estes e outros recursos estão concentrados em sua CEN como muitas decisões políticas estão sendo tomadas diretamente por ela em decorrência da sua maior periodicidade de reunião. Os membros do DN nada mais representam do que sócios menores nessa coalizão, sem muita importância fundamental.

Também não seria correto limitar a coalizão dirigente aos ocupantes destes cargos principais. Todos os membros da executiva possuem algum controle, ao menos indireto, sobre estas e outras zonas de incerteza de menor destaque. Portanto, quando nos referirmos em *coalizão dirigente* estaremos falando nos *dirigentes da CEN e na face pública nacional*.

4.2.1. As comissões executivas

O PSOL até agora realizou três processos de escolhas de direção. Em 2004, no Encontro de fundação do partido, foi escolhida uma executiva provisória de 15 membros cuja composição foi acordada entre as tendências do partido levando em consideração o tamanho efetivo de cada uma delas. Mais tarde esta executiva cooptou três membros da APS no processo de incorporação desta tendência ao partido. O segundo e terceiro processos de escolha dos membros da executiva ocorreu após a disputa eleitoral de chapas nos congressos do partido que ocorreram em 2007 e 2009. No final de 2010, além da abdicação de Heloísa Helena da presidência ocorreram mais três substituições. A tabela abaixo permite visualizar a renovação da executiva do partido. A organização da ordem dos nomes objetivou esta visualização, não a importância dos cargos assumidos. Em negrito o nome daqueles que representaram uma renovação. As células com mais de um nome representam modificações na mesma gestão. Em parênteses as tendências de cada membro, foram utilizadas as siglas utilizadas ao longo do trabalho e incluída mais duas: (ENL) para Enlace e (I) para Independente.

Quadro 4.1: Membros da CEN do PSOL

2004-2007	2007-2009	2009-2011
Heloísa Helena (LR)	Heloísa Helena (I)	Heloísa Helena / José Luís Fervereiro (I)
Babá (CST)	Babá (CST)	Babá (CST)
Tostão (CSOL)	Tostão (CSOL)	Tostão (CSOL)
Edilson Silva (MES)	Edilson Silva (MES)	Edilson Silva (MES)
Mário Agra (MES)	Mário Agra (MES)	Mário Agra (MES)
Roberto Robaina (MES)	Roberto Robaina (MES)	Roberto Robaina (MES)
Luciana Genro (MES)	Israel Dutra (MES)	Pedro Fuentes (MES)
Martiniano Cavalcante (MTL)	Martiniano Cavalcante (PP)	Elias Vaz (PP)
Gilberto Cunha (MTL)	Jeferson Moura (PP)	Jeferson Moura/ Janira Rocha (PP)
João Machado (LR)	Mário Azeredo (ENL)	Francisvaldo Mendes (ENL)
Milton Temer (I)	Alcebíades Teixeira (ENL)	Fabiano Garrido (ENL)
André Ferrari (SR)	Érico Corrêa (AS)	Érico Corrêa (AS)
Silvia Santos (CST)	Rosi Messias (CST)	Leandro Recife / Aldo Josias Santos (TLS)
Luiz Araújo (APS)	Luiz Araújo (APS)	Rodrigo Pereira (APS)
Toninho (APS)	Toninho (APS)	Randolfe Rodrigues/ Miguel Carvalho/ Edmilson Rodrigues (APS)
Gesa Linhares Corrêa (APS)	Afrânio Broppé (APS)	Afrânio Broppé (APS)
Junia Gouvêa (CSOL)	Edson Miagusko (APS)	Edson Miagusko/ Antônio Almeida (APS)
Marcelo Badaró (I)		

Calculamos a partir disto a taxa de renovação simples, a qual procura responder a seguinte questão: do total dos membros da gestão quantos ocupam a vaga pela primeira vez? Para investigar a taxa de renovação, desconsideramos as renovações dentro da mesma gestão, exceto para os casos em que somente esta representou uma renovação. Atribuímos nesse caso valor meio, pois é disto que se trata. Assim, nas substituições de Randolfe por Miguel Carvalho e deste por Edmilson, embora todos os três ocupassem o cargo pela primeira vez, atribuímos apenas o valor 1, já que referiram sempre à mesma vaga. Já a substituição de Edson Miagusko por Antônio Almeida foi atribuído o valor meio, pois somente Antônio Almeida ocupou o cargo pela primeira vez. Este tipo de critério foi utilizado em função do fato de que este tipo de substituição que não é muito comum poderia obscurecer a real taxa de renovação, impedindo a comparação.

Chegamos aos seguintes resultados: 1) A gestão de 2007-2009, renovou 7 dos 17 membros da gestão, o que representa uma taxa de renovação simples de 41%. 2) A gestão de 2009-2011 substituiu 8,5 dos 17 membros da gestão, o que representa uma taxa de renovação simples de 50%. 3) Com isto, temos uma média de 46%. Por sorte, possuímos como parâmetro o estudo de Ribeiro sobre o PT em que ele demonstrou que este partido possuía em média uma taxa de renovação simples na executiva de apenas 36% (Ribeiro, 2008, p.218). Se

considerássemos natural a tendência à oligarquização, poderíamos dizer que esta taxa tende a se reduzir ao longo do tempo. Ora, o primeiro dado trazido pelo autor é o de 1984, ano em que a taxa foi de 39%. Os únicos anos em que esta taxa foi superior à que verificamos no PSOL foi em 1993 e 2005, ambas com 53%. Em 1993 foi o ano em que se verificou a vitória da esquerda petista e 2005 foi o ano da renovação pós-mensalão. Portanto, momentos de crise da coalizão dirigente⁸⁵. Estes dados permitem descartar a hipótese de que o PT é um partido de massas enquanto o PSOL é um partido de quadros. Na realidade, indicam que as possibilidades de acesso à coalizão dirigente são maiores no PSOL do que era no PT. De qualquer modo, não é um acesso fácil como veremos abaixo.

A dificuldade em coletar dados biográficos do partido nos obrigou a reduzir a intenção de fazer uma posopografia dos membros da direção para apresentar apenas alguns dados mais gerais. Elaboramos uma ficha (em anexo) em que perguntamos: 1) ano de ingresso ao PSOL; 2) tendência atual; 3) tendência anterior; 3) partidos anteriores; 4) formação escolar; 5) profissão⁸⁶; 6) unidade da Federação em que reside; 6) início da militância; 7) movimento social em que atua ou atuou; 8) direção em sindicatos; 9) mandatos; 10) assessorias; 11) secretarias de governo nos âmbitos municipais, estaduais e nacionais. Apesar disto, muitos dados não foram preenchidos

O ano de ingresso no partido revelou que todos os membros que ocuparam a executiva do partido ingressaram ou na sua fundação ou na segunda leva de 2005. A comparação entre tendências anteriores e a tendência atual revelou que praticamente todos seguiram a trajetória da sua respectiva tendência ou se mantiveram independentes. As únicas exceções foram: Heloísa Helena que rompeu com o Enlace aproximando do MES, Gilberto Cunha que rompeu com o MTL para ingressar no MES e Edilson Silva que entrou para o MES quando este incorporou o PRS. Destaca-se aqui também as diferentes trajetórias dos membros do Enlace, o que ajuda a compreender as divisões internas deste: Heloísa, João Machado seguiram a trajetória da IV Internacional, Mário e Fabiano a trajetória do MUS e Francisvaldo a trajetória da Articulação de esquerda. Não conseguimos informações sobre a trajetória de Alcebíades, a não ser que ele foi da Consulta Popular e que atualmente está no cáucus da IV.

Conseguimos dados sobre o início de militância de apenas 19 dos 38 dirigentes. Destes 6 militam há mais 30 anos e outros 12 militam há mais de 20 anos. Cruzando este três dados

⁸⁵ No PSOL, a crise da coalizão dirigente não representou nenhuma alteração das forças em si como no PT em 1993, mas uma alteração nas relações entre elas com o deslocamento da APS para a centro-esquerda. De tal modo que é previsível uma maior estabilidade dos nomes.

⁸⁶ Priorizamos a profissão atual, exceto para os profissionalizados da política já que nossa intenção com esta pergunta era conseguir alguns indícios da representatividade social.

(ingresso, tendências anteriores e tempo de militância) é possível inferir que para chegar a membro da executiva, os indivíduos precisam ter experimentado um longo tempo de militância que os permita chegar a postos elevados em suas respectivas tendências. Observa-se ainda que esta tendência torna-se mais nítida quando os dirigentes passaram a ser eleitos. Em 2004 quando o processo foi por cooptação os independentes ocupavam três vagas. Depois, se reduziu somente a Heloísa Helena, a qual só entrou por sua proximidade com o bloco de direita que a utilizou como um trunfo na disputa partidária. Depois foi substituída por Luiz Fevereiro, o qual mantém igualmente uma relação de proximidade ao bloco MES/PP. O que permite inferir a existência de um duplo filtro que se impõe aos pretendentes à cargo na executiva: o do partido e o da tendência.

Os dados sobre idade apontam no mesmo sentido. Consideramos a idade em 31 de dezembro de 2010, data em que se encerra o período desta pesquisa. Conseguimos dados de apenas 25 militantes. Dividimos estes em cinco faixas: a) de 30 anos para baixo: um militante e, ainda assim, com 27 anos; b) de 31 até 40 anos: 7 dirigentes; c) de 41 até 50 anos: 8 dirigentes; d) de 51 até 60 anos: 8 dirigentes; mais de 60 anos: um dirigente. Média de 46,68 anos e mediana em 48 anos. Este dado nos permite inferir que os dirigentes do partido possuem alguma experiência política já que se encontram na média idade. Grande parte dos dirigentes do PSOL vivenciou a experiência da queda da ditadura e da fundação, consolidação e maturidade do PT. Não são estudantes radicalizados como pressupõe um preconceito arraigado sobre a esquerda radical, mas militantes com uma vasta experiência política. Esta experiência é comprovada pela militância em partidos anteriormente ao PSOL. Todos já haviam militado em partidos de esquerda. Este dado comprova ainda que o PSOL resultou majoritariamente de um racha do PT e minoritariamente por membros que romperam com PSTU: 29 militaram por último no PT (76%) e 9 no PSTU (24%).

Os dados sobre escolaridade mostram uma seletividade bastante rigorosa. Não conseguimos informações de 6 dirigentes. Todos os demais 32 dirigentes possuíam ao menos o superior incompleto, sendo que 27 destes tinham completado o terceiro grau. Estes dados nos permitem inferir que a capacidade intelectual é um requisito muito importante no processo de seleção de líderes. A noção de partido de vanguarda de Lênin apontava para a necessidade de que este fosse dirigido por intelectuais (provenientes ou não do proletariado) com certo domínio do marxismo. É exatamente isto que estes dados nos sugerem. Entretanto, a origem social dos seus membros nos aponta para a hipótese de que está ocorrendo uma mudança nesta intelectualidade marxista. Segundo Perry Anderson (2004), os principais quadros teóricos do marxismo tiveram uma carreira intelectual forjada no interior do

movimento operário, distante da academia. Com a democratização do acesso à universidade e o declínio da contracultura operária, tudo indica que estes intelectuais marxistas de partido foram obrigados a se entrincheirar na academia. Dos 31 dirigentes que encontramos dados de escolaridade, simplesmente 18 exercem ou exerceram a profissão de professor. Pelo menos sete deles são professores universitários em áreas afins do marxismo (Ciência Política, Economia, Sociologia, História e Geografia).

Mesmo entre os não professores, temos quatro dirigentes cuja profissão está relacionada à formação marxista: dois jornalistas, um economista e um sociólogo. A segunda profissão que mais aparece entre os 32 dos quais coletamos informação é a de bancário: três aparições. Temos ainda dois servidores públicos, um técnico industrial, um agrônomo, um psicólogo, um engenheiro e apenas um pequeno empresário. Ou seja, a ampla maioria dos dirigentes que encontramos informação profissional poderia ser classificada como assalariados de colarinho branco. São duas as hipóteses não excludentes que formulamos para explicar este fato: 1) a maior estabilidade de emprego permite um maior nível de consciência e organização deste setor em relação aos trabalhadores braçais na atual conjuntura da divisão social do trabalho. O que reflete na composição da executiva de um partido socialista; 2) como a formação escolar antecede a profissional, os intelectuais marxistas formados no interior da academia acabam se inserindo em alguma modalidade de trabalho intelectual ao invés de braçal. Um dos poucos dirigentes que responderam nosso questionário completo (o que serviria para a ficha posopográfica) exemplifica bem esta segunda hipótese. André Ferrari começou a carreira profissional como metalúrgico. Após ingressar na universidade, mudou de profissão passando a atuar como professor. Já um fato que aponta para a primeira hipótese é o de que pelo menos 21 dirigentes participaram ou participam do movimento sindical de trabalhadores assalariados não manuais, sendo que 10 deles ocupam ou ocuparam cargos de direção em sindicatos. Dezoito deles ligados ao setor de serviços, sendo nove dirigentes sindicais. Ou seja, suas trajetórias políticas estão diretamente associadas ao movimento sindical dos assalariados de colarinho branco. Entretanto, estes e outros indícios que dispomos são muito fracos para que possamos confirmar qualquer uma destas hipóteses. Por esta razão, nos limitamos aqui a apresentá-las para que possam ser um ponto de partida para trabalhos posteriores sobre a composição social da executiva do PSOL.

Os dados relativos ao gênero apontam igualmente para uma seletividade rigorosa. Dos 38 dirigentes apenas 7 mulheres (18,4%). De qualquer modo, em uma perspectiva comparada não é um número tão baixo. Antes de adotar a política de cotas em 1993, a porcentagem de mulheres no PT jamais havia ultrapassado a marca de 5,6% (Fonte: Ribeiro, 2008, p.165). Se

desagregarmos os dados das três composições da executiva do PSOL, obtêm-se os seguintes resultados: a) Gestão 2004-2007: 27,8% dos cargos; b) Gestão 2007-2009: 11,8% dos cargos; c) Gestão 2009-2011: 5,9% dos cargos. Pela pequena amostra é difícil apontar que esta tendência de diminuição do espaço das mulheres é permanente. Por esta razão, também deixamos esta hipótese para trabalhos posteriores sobre o PSOL.

O mesmo pode-se dizer em relação à representatividade regional. Todos os dirigentes que passaram pela executiva residem em apenas 11 unidades da federação. Isto significa que 16 estados nunca tiveram representantes na executiva do PSOL. Os dados são os seguintes: Região Norte: 3 dirigentes, sendo 2 do Pará e 1 do Amapá; Região Centro Oeste: 3 dirigentes, sendo 2 de Goiás e 1 do Distrito Federal; Região Nordeste, sendo 2 de Alagoas, 1 de Pernambuco e 1 da Bahia; Região Sul: 6 dirigentes, sendo 5 do Rio Grande do Sul e 1 de Santa Catarina; Região Sudeste: 21 dirigentes, sendo 11 de São Paulo e 10 do Rio de Janeiro. Portanto, 55% destes dirigentes estão concentrados no eixo Rio-São Paulo. O que aponta para uma dispersão territorial bastante concentrada nos grandes centros. Outra observação importante é que os três estados com os maiores números de representante na CEN coincidem com os três estados que elegeram deputados federais em 2006 (SP, RJ e RS): 71% dos dirigentes que passaram pela executiva são de algum destes estados. O que nos aponta para a parlamentarização da direção do partido.

Os dados em relação à parlamentarização da executiva revelam que 10 dos 38 dirigentes já ocuparam cargos eletivos, o que corresponde uma significativa marca de 26%. Se somarmos estes dirigentes àqueles que verificamos terem ocupado cargos de assessor parlamentar ou secretários de governo, chegaríamos a uma marca de 16 dirigentes, o que corresponde à 42%. Este número deve ser ainda mais significativo, pois exceto dois dirigentes que responderam nosso questionário, os demais devem entrar na categoria dos sem informação.

Apesar disto, assinalamos uma forte presença do partido nos movimentos sociais, sindicais e populares. Não conseguimos nenhuma informação de 8 dirigentes. Em relação a todos os demais foi possível averiguar a presença de militância em algum destes movimentos. Pelo menos 22 deles fizeram ou fazem parte do movimento sindical, sendo que 10 assumiram cargos de direção. O segundo em importância é o movimento estudantil: pelo menos 18 dirigentes fizeram parte desse movimento. Além disso, encontramos informações referentes a militância nos seguintes movimentos: movimento popular (2) movimentos eclesiais de base (2); movimento de bairro (1); movimento de moradia (1); movimento negro (1); e, por fim, movimento de livre orientação sexual (1). Estes números estão bastante subestimados já que

as informações coletadas não apontam para a totalidade de movimentos que cada um dos dirigentes participou ou participa.

4.2.2. A face pública

A face pública do PSOL controla zonas de incerteza fundamentais. As ações parlamentares, a comunicação externa devido a atenção da mídia voltada para eles, a distribuição de incentivos seletivos via a nomeação de assessorias, etc. Deste modo, quando falamos em coalizão dominante devemos incluir os personagens que compõe este grupo.

Quadro 4.2. Parlamentares do PSOL

	Herdados do PT	Eleitos em 2006	Eleitos em 2010
Senado	Heloísa Helena (ENL) José Neri (APS)		Marinor Brito (APS) Randolfe Rodrigues (APS)
Câmara Federal	Chico Alencar (I) Luciana Genro (MES) Ivan Valente (APS) Maninha (APS) Babá (CST) João Alfredo (ENL) Fantazzini (ENL)	Chico Alencar (I) Luciana (MES) Ivan Valente (APS)	Chico Alencar (I) Jean Wyllys (I) Ivan Valente (APS)
Assembléia Legislativa	Randolfe Rodrigues (APS) Brice Bragato (APS) Araceli Lemos (APS) Afrânio Boppapé (APS)	Marcelo Freixo (I) Carlos Giannazi (I) Raul Marcelo (I)	Marcelo Freixo (I) Carlos Giannazi (I) Janira Rocha (PP) Edmilson Rodrigues (APS)

Além destes, o então deputado federal João Fontes, participou do processo de construção do partido, rompendo com ele antes mesmo da sua fundação. Por um pequeno período de tempo, o PSOL teve em seus quadros partidários o senador Geraldo Mesquita Junior. Este sofreu acusações de nepotismo e mais tarde de cobrar “mensalinho” de seus assessores. Diante da pressão da executiva do partido, acabou optando por se desligar do partido e se filiar ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Pompêo, 2007).

Pela maior estrutura de gabinete e maior visibilidade nacional, os deputados federais e Senadores estão para os deputados estaduais assim como a comissão executiva está para o diretório. Sua influência maior acaba tendo incidência apenas no âmbito estadual. Ou seja, são sócios menores nesta coalizão. De tal modo que consideramos como pertencentes à coalizão

dirigente apenas os parlamentares nacionais. De qualquer maneira, precisamos destacar aqui a atuação de Marcelo Freixo. Grande personalidade fluminense devido à ação parlamentar de combate às milícias e à criminalização da pobreza, bem como pela defesa dos direitos humanos, o parlamentar ganhou destaque nacional após a eleição de 2010 com a exibição do filme *Tropa de Elites II*. Um dos protagonistas de um dos filmes de maior audiência do cinema brasileiro, o deputado Fraga, é inspirado em Freixo. As semelhanças entre ambos torna impossível a não associação para quem conhece o deputado do PSOL, algo que os dirigentes do partido fizeram questão de divulgar através de declarações na imprensa, matérias no site e de uma edição revista da Fundação Lauro Campos (FLC) dedicada completamente a este assunto. Apesar disto, pela quantidade de recursos que dispõem o deputado “Fraga”, ele não pode ser colocado no mesmo patamar dos parlamentares nacionais. Do mesmo modo, os assessores, por sua dependência em relação ao parlamentares, não podem ser considerados como pertencentes à coalizão dirigente que investigamos aqui.

Com isto, nosso universo ficou limitado à quatro senadores (Heloísa Helena, José Nery, Randolfe Rodrigues e Marinor Brito) e oito deputados federais (Ivan Valente, Chico Alencar, Luciana Genro, Jean Wyllys, Maninha, Babá, João Alfredo e Fantazzini).

Ao contrário da direção, a fonte de legitimação da face pública é majoritariamente externa. É preciso obter votos junto a um eleitorado muito mais amplo do que os militantes, os filiados e os simpatizantes do partido. Porém, observamos um perfil muito parecido entre os membros da executiva e os parlamentares nacionais. Vejamos.

Todos os parlamentares, com exceção de Luciana Genro, possuem pelo menos curso superior completo. Do mesmo modo, a profissão declarada da maioria é a de professor: oito dos doze. Destes, quatro são professores universitários. Porém, aqui temos uma maior presença de profissionais liberais: dois advogados e uma médica. Ivan Valente, por sua vez, se encaixa na categoria de trabalhadores intelectuais, possuindo como profissões declaradas a de matemático e engenheiro.

Considerando a idade de cada um em 31 de dezembro de 2010 assim como fizemos com os membros da executiva teremos uma média de 50,88 anos e uma mediana de 51,5 anos, isto é, 4,8 a mais na média e 3,5 a mais na mediana do que a executiva. Em termos de faixa de idade a maioria está entre 50 e 60 anos (6 membros) contra a faixa de 40-50 anos da executiva. Ou seja, números um pouco acima da idade dos membros da executiva, o que significa uma experiência política apenas levemente superior.

Em termos regionais, já havíamos indicado a coincidência. De resto, basta indicar a diferença: ao contrário da executiva, os dados sobre os parlamentares nacionais demonstram

uma boa dispersão do partido. Afinal, os doze parlamentares estão bem distribuídos em cinco regiões e oito unidades da federação, a saber: Pará (3), Rio de Janeiro (2), São Paulo (2), Alagoas, Amapá, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Ceará.

Praticamente a totalidade dos parlamentares nacionais do PSOL militou por último no PT. A única exceção foi Jean Willys que iniciou sua curta trajetória política diretamente no PSOL. Todos os demais, iniciaram sua carreira parlamentar no PT. Ou seja, a face pública apresenta mais diretamente ligada à tradição petista do que a executiva já que qualquer ligação com o PSTU está ausente.

Em termos de presença feminina, a face pública do PSOL se revelou mais representativa do que a executiva, chegando exatamente a um terço do universo de parlamentares nacionais que o partido já teve. Vale lembrar que no PT a política de cotas de mulheres na executiva é exatamente de um terço.

Em síntese, apesar das pequenas diferenças que apontamos, existe uma grande semelhança entre a Comissão Executiva e a face pública. O que explicaria este fato? A parlamentarização da executiva? Ora, esta taxa chega a apenas 42%. Se considerarmos nesta conta apenas os parlamentares nacionais, a taxa não chega à 11%. Em números absolutos, apenas quatro parlamentares nacionais ocuparam vaga na executiva. Ou seja, a parlamentarização é, no máximo, uma explicação apenas parcial. Em nosso entender, outro fator explicativo está no fato de que os parlamentares do PSOL, exatamente como a direção do partido, foram ou são militantes ligados aos movimentos sociais. Vale aqui detalhar a trajetória individual de cada um deles.

Senadores: a) *Heloísa Helena:* iniciou a trajetória como vice Prefeita de Maceió em 1993. Foi eleita ao cargo de deputada estadual em 1994. Em 1999 já era Senadora da República, cargo que ocupou até 2006 quando foi derrotada nas eleições presidenciais. Em 2008 foi a candidata a vereadora mais votada de Maceió e, proporcionalmente, a mais votada do Brasil. Em 2010, porém, não conseguiu se eleger senadora. b) *José Nery:* iniciou a trajetória como vereador de Abaetetuba em 1997. Foi reeleito por duas vezes, renunciando na metade do segundo mandato para ocupar a vaga de senador da qual era suplente. Ocupou este cargo entre 2007-2010. Nas eleições deste ano concorreu para deputado estadual ficando com a primeira suplência de Edmilson Rodrigues. c) *Marinor Brito:* a senadora recém eleita iniciou sua trajetória como vereadora de Belém em 1997. Foi reeleita por duas vezes. No PSOL, é a primeira vez que conquista um cargo eletivo. d) *Randolfe Rodrigues:* Iniciou sua trajetória como deputado estadual em 1999. Foi reeleito em 2002, não conseguindo repetir a façanha em 2006 concorrendo pelo PSOL. Em 2008, foi para o segundo turno como candidato

a vice-prefeito de uma polêmica chapa com Camilo Capiberibe (Partido Socialista Brasileiro). Em 2010 foi eleito senador em uma chapa branca ainda mais polêmica com Lucas Barreto (Partido Trabalhista Brasileiro), adversário no segundo turno do governador eleito Capiberibe.

Deputados Federais: a) *Chico Alencar:* Iniciou a trajetória como vereador em 1989. Foi reeleito na eleição seguinte. Em 1998 se elegeu deputado estadual sendo também reeleito para este cargo na eleição seguinte. Em 2003, finalmente, assumiu o cargo de deputado federal. Já no PSOL, foi reeleito duas vezes. b) *Ivan Valente:* iniciou a trajetória como deputado estadual em 1988. Foi reeleito na eleição seguinte. Em 1995 foi eleito deputado federal pela primeira vez. Na eleição de 1998 ficou apenas com a vaga de suplente. Entre 2001-2002 e novamente em 2003 assumiu a vaga, a qual foi conquistada definitivamente na eleição de 2002. Já no PSOL foi reeleito por duas vezes. c) *Jean Wyllys:* a exceção da regra. Iniciou sua trajetória diretamente como deputado federal com uma modesta votação graças à votação estupenda de Chico Alencar que garantiu praticamente sozinho uma vaga a mais para a legenda do partido. d) *Luciana Genro:* iniciou a trajetória como deputada estadual em 1995, conseguindo reeleger-se na eleição seguinte. Em 2003 assumiu a vaga de deputada federal. Já no PSOL, se reelegeu em 2006 não obtendo o mesmo sucesso em 2010, ficando sem mandato. e) *Maninha:* iniciou a trajetória como deputada distrital em 1995. Reelegeu-se na eleição seguinte. Em 2003 assumiu o cargo de deputada federal. No PSOL não conseguiu nenhum mandato parlamentar. f) *Babá:* iniciou a trajetória como vereador de Belém em 1989. Em 1991 assumiu o cargo de deputado estadual, se reelegendo na eleição seguinte. Em 1998 foi eleito deputado federal, conseguindo a reeleição em 2002. No PSOL, também não conquistou mandatos. g) *João Alfredo:* iniciou a trajetória como deputado estadual em 1987. Foi duas vezes reeleito para este cargo. Em 2002 foi eleito deputado federal. No PSOL não conseguiu a reeleição. Mas, em 2008 foi o candidato a vereador mais votado de Fortaleza. h) *Orlando Fantazzini:* iniciou a trajetória como vereador em Guarulhos no ano de 1989. Foi reeleito por duas vezes. Em 1998 ficou com a vaga de suplente de deputado federal, assumindo o cargo em 2000. Em 2002 foi eleito para este cargo. Não conseguindo se reeleger pelo PSOL em 2006, mudou para o PPS para concorrer à prefeitura de Guarulhos em 2008. Atualmente encontra-se sem mandato.

Estes dados revelam trajetórias lentas e graduais, típicas de parlamentares cujo “capital político” se origina de atuações em movimentos sociais e entidades de representação de classe. Entre todos os parlamentares do PSOL, os únicos que encontramos dados de filiação política foram Luciana Genro, filha do governador gaúcho recém-eleito Tarso Genro, e Randolfe, filho de um simples sindicalista. A ausência de dados traduz a ausência de

importância política dos seus pais, de tal modo que podemos descartar a hipótese de filiação política. Do mesmo modo, os dados sobre a profissão indicam que não estamos em frente com nenhum membro das classes dominantes, de tal modo que podemos descartar a hipótese de que o capital político traduz o capital econômico destes. Vejamos então a hipótese levantada no início do parágrafo.

Quadro 4.3: Movimentos sociais e entidade de classes que os parlamentares do PSOL participam ou participaram (somente dados que conseguimos coletar)

Parlamentar	Atividades em movimentos sociais, sindicais, representativas de classe e associativas
Heloísa Helena	Movimento docente e sindical
José Nery	CEB; movimento sindical rural; movimento estudantil; educador popular; fundador da CUT; diretor do Sindicato dos Empregados em atividades Culturais Recreativas e de Assistência Social; diretor da Federação para assistência social e educacional
Marinor	Dirigente do SINTEPP; dirigente nacional da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO)
Randolfe Rodrigues	Movimento estudantil
Chico Alencar	Diretor da Juventude Estudantil Católica; Presidente de Grêmio Estudantil; Presidente de Associação de Moradores; Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro; Coordenador do Zonal Norte do SEPE
Ivan Valente	Movimento estudantil. Foi preso e torturado durante a ditadura militar por suas atividades políticas.
Luciana Genro	Movimento estudantil e movimento docente
Jean Wyllys	Movimento LGBT; Pastoral da juventude estudantil e Pastoral da Juventude do meio popular.
Maninha	Presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília; Executiva Nacional da CUT; Membro da Associação Médica de Brasília; Membro da Federação Nacional dos Médicos; Diretora da Unale.
Babá	Presidente da Associação dos Servidores; Diretor da FASUBRA; Diretor da Executiva Estadual da CUT; Membro da Executiva Nacional da CUT
João Alfredo	Assessor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Presidente e Fundador do Instituto Ambiental de Estudos e Assessoria; Presidente da Comissão de Direitos Humanos; membro da OAB-CE
Fantazzini	Fundador e membro Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Fundador e membro ANAP; Fundador e membro Centro do Trabalhador para a Defesa da Terra Paulo Canarin.

Fontes: Elaboração própria a partir de pesquisa nos seguintes sites: www.camara.gov.br; www.senado.gov.br; www.josenerly.com.br; www.marinorbrito.blogspot.com; www.duplipensar.net; www.colegioweb.com.br.

O quadro acima permite visualizar a forte inserção dos parlamentares do PSOL nas lutas sociais. A lista é ampla: movimento estudantil, movimento docente, movimento sindical, movimento em defesa dos direitos humanos, movimento anti-ditadura, movimento dos moradores, movimento dos trabalhadores sem terra, movimento pela livre orientação sexual, etc. Desse modo, podemos inferir que a proximidade de perfil entre executiva e parlamentares decorre do fato de que a coalizão dirigente do PSOL está inserida nas lutas populares. Isto nos permite verificar a seguinte característica típica de um partido de massas: a chamada “elite” partidária é recrutada entre a própria massa. Entre os recursos para este recrutamento, o mais importante demonstrou ser o chamado capital intelectual. Em nosso entender, isto decorre do fato de que todas as tendências do PSOL possuem ligações com a tradição marxista revolucionária. Assim, o conhecimento teórico apresenta-se como um critério fundamental

para que um membro se torne dirigente. Se o PSOL não pode ser assimilado à noção de partido de quadros, ele não está muito distante do que poderíamos chamar de partido de vanguarda. Algo bastante esperado em função de seu caráter radical. De qualquer modo, os dados permitem apontar a baixa representatividade do PSOL naquele setor que é a pedra angular da teoria marxista clássica: o operariado industrial. Por mais que tenha mudado a composição do proletariado, o fato é que o sistema ainda se apóia sobre a produção de mais-valia, ou seja, nos ombros do operariado. Esta fragilidade do PSOL, portanto, não é algo pouco relevante, mas um indício importante da sua baixa representatividade entre a classe que o partido afirma representar. Tanto quanto o risco do pragmatismo eleitoral, o isolamento político é um dos fantasmas a assombrar este novo partido. Por fim, esta realidade do PSOL nos lembrou a seguinte frase de Trotski sobre organização partidária escrita em 1940:

O predomínio dos intelectuais na organização é inevitável no primeiro período do desenvolvimento da organização. Ao mesmo tempo, é um grande obstáculo para a educação política dos operários mais dotados... É absolutamente necessário que (...) se introduzam tantos operários quanto seja possível nos comitês central e locais (Leon Trotski, 07 de fev. de 2011).

De fato. Se o PSOL um dia pretende caminhar para um partido de massas, torna-se fundamental problematizar os seus critérios de seleção de líderes. O baixo número de mulheres e trabalhadores manuais contrasta agudamente com o elevado grau de parlamentarização e escolaridade da coalizão dirigente do PSOL. Estes dados apontam sem sombras de dúvidas para certa oligarquização. A renovação da coalizão dirigente deve ser colocada na ordem do dia tão rápido quanto avançar possibilidade do partido sair do isolamento.

Capítulo 5: Organização, coalizão dirigente e linha política

A História não é um processo automático. Se o fosse, então para que os programas, para que os dirigentes, para que os partidos, para que as lutas teóricas?

Leon Trotski

O poder não muda as pessoas, ele as revela.
Heloísa Helena

Este capítulo tem como objetivo explicar o desenvolvimento da linha política do PSOL em função das mudanças na composição da coalizão dirigente do partido. Através da análise destes distintos períodos, demonstramos que as variações do grau de radicalidade e de pragmatismo eleitoral na linha política do PSOL podem ser explicadas em função do equilíbrio instável de forças entre os diferentes tipos de interesses que brotam no seio da organização (seletivos e coletivos). Considerando as lacunas da estrutura partidária para preservar o sistema de solidariedade (ausência de centralismo, poder das grandes personalidades, etc.), demonstramos que esta realidade se traduz em uma luta extremamente intensa entre tendências internas que ameaçam a própria unidade do partido e facilitam a prática de atitudes pragmáticas eleitorais que ferem os incentivos coletivos do corpo partidário.

5.1. A primeira coalizão dirigente

A primeira coalizão dirigente que se formou no partido apresentou o bloco MES/MTL/CST como coalizão majoritária: oito dos quinze membros da Comissão Executiva pertenciam a uma dessas tendências. Quem olha para a atual configuração partidária pode estranhar este fato: MES/MTL e CST ocupam os extremos opostos na escala “ideológica” do PSOL. Contudo, vale sempre recordar que MES e CST são provenientes da mesma tradição. Se o uso mais dogmático ou mais pragmático desta produziu um fosso entre as organizações, nem por isso deixaram de existir pontos de contatos que permitiram a aproximação entre elas. As resoluções da II Conferência do Enlace realizada em 2007 assim analisavam suas divergências com o MES e CST.

acreditamos que o MES-MTL e a CST, apesar de uma posição tática diferente no atual momento da disputa do partido, *têm, em aspectos importantes, concepções políticas semelhantes*, das quais discordamos. Avaliamos que estes setores não têm uma visão adequada da importância da democracia partidária, que tendem a ver os movimentos sociais como apêndice do partido, e que se inclinam à auto-proclamação enquanto prática política. A existência destas semelhanças, aliás, contribuiu para a construção do bloco majoritário anterior (Resolução da III Conferência do Enlace).

Certamente existe um exagero nesta aproximação da CST com o MES. Reduzir a diferença a questões táticas parece um pouco forçado. As polêmicas em torno do Programa Democrático Popular (PDP), da política de alianças ou de financiamento revelam o fato de que as divergências entre as duas tendências remetem a questões centrais. Mas, não antecipemos esta discussão, o fundamental a reter aqui é que apesar das diferenças existem pontos de aproximação entre elas. E o ponto decisivo que explica a formação desta coalizão não é outro senão a questão organizativa. A centralidade desta no momento de fundação de um partido é o elemento que condicionou a organização deste bloco para a defesa de uma concepção comum contra as posições divergentes.

Demonstramos que MES e CST iniciaram uma ação conjunta ainda no interior do PT, foram estas organizações que estiveram à frente do processo de ruptura com esse partido e da fundação do PSOL. A identidade do MES com o MTL permitiu a ampliação deste grupo que se tornou a primeira coalizão majoritária do PSOL, ou seja, aquela que determinou os traços organizativos mais importantes da construção partidária. A adesão dos novos setores de dissidentes petistas em setembro de 2005 aprofundou a coesão do grupo levando à conformação de um bloco para a defesa de sua posição dominante: “MES, MTL e CST compuseram um campo para impedir que os militantes que se filiaram ao PSOL naquele ano, exercessem direitos plenos, impondo a famigerada ‘filiação democrática’. Era a cruzada contra aqueles que queriam ‘tomar de assalto’ o PSOL” (Medeiros, 2010).

A lógica contraditória de partido originário de ruptura parlamentar e tendências forjadas num partido de massas é bem explicitada nesse processo de adesão da APS. Por um lado, ela era considerada útil por reforçar a base parlamentar e para demonstrar o caráter aberto do partido. Por outro lado, por ser uma tendência com maior expressão de massa, a APS representava uma ameaça à coalizão dirigente por minar a base do seu poder: até então esta possuía o monopólio de grandes personalidades associada a um agrupamento sólido. É verdade que Heloísa, a maior personalidade do partido, era oficialmente de fora da coalizão majoritária. Mas, a outra dimensão do poder organizativo, a força das tendências, minimizava o poder de Heloísa que pertencia a uma corrente minoritária, possuía uma prática pouco disciplinada com seu agrupamento e uma grande afinidade com o grupo de parlamentares com

o qual vivenciou a experiência de expulsão do PT. Elevada à condição próxima de liderança carismática situacional, Heloísa pairava acima das divergências do partido. Diferente era a situação dos parlamentares da APS que se reuniam em um sólido agrupamento. A contradição entre o desejo e o medo do ingresso da APS, portanto, explica a modalidade de filiação democrática. Esta apresenta sim uma abertura conforme afirmamos no primeiro capítulo, mas uma abertura apenas limitada em face da ameaça que a adesão da APS representou à coalizão dirigente do partido.

Uma resolução da direção da APS revela detalhes da negociação desta com a coalizão dirigente do partido: “Depois de um primeiro período de turbulências, a APS se incorporou de forma plena no PSOL, inclusive tendo presença nas suas instâncias de direção, mesmo que de forma diferenciada e desproporcional ao peso real de nosso agrupamento” (Sobre construção partidária). É importante lembrar que nesse período a composição das instâncias de direção do PSOL havia sido negociada nos bastidores do I Encontro levando em consideração o tamanho e peso político de cada tendência. Considerando que a APS possuía um tamanho e um peso político no interior do PT e do parlamento brasileiro que superava em muito o conjunto das tendências que formavam a coalizão majoritária do PSOL, essa resolução da APS revela que o reconhecimento da sua filiação plena implicou em uma sub-representação que impediu qualquer alteração na correlação de forças no partido. A prova disso é que foram cooptados apenas 3 membros da APS na Comissão Executiva (que nesse momento passou a contar com 18 integrantes, ou seja, a APS ficou com uma taxa de representação de 16,67% na executiva) do partido. Se a APS no momento posterior conquistou uma vaga a mais na Executiva (quatro das dezessete, ou seja, uma taxa de representação de 23,53%), é importante dizer que MES/MTL experimentaram um enorme crescimento por seu protagonismo na formação do PSOL, o que nos permite inferir uma sub-representação ainda maior da APS neste período. Através desse acordo, a posição de coalizão majoritária do bloco MES/MTL/CST ficou garantida até o congresso do partido cuja data limite estava prevista para a primeira semana de dezembro de 2005.

A data do I Congresso havia sido definida bem antes das novas adesões em setembro de 2005. Em janeiro daquele ano, prevendo a possibilidade destas, a coalizão dirigente do PSOL optou por organizar um novo Encontro Nacional (instância inexistente no Estatuto) ao invés de um Congresso como modo de ressaltar o caráter de partido em construção. Em análise logo posterior ao II Encontro Nacional, João Machado fez uma avaliação crítica que permite compreender a fragilidade organizativa do PSOL naquele momento:

(...) ainda não temos uma definição de quem somos os militantes do P-SOL, ou de quem tem o direito de se representar no Encontro. Nossas estruturas de base, até agora, são informais; a adesão é aberta, e não há registro destas adesões (...) a partir daí, não elegemos delegados ao Encontro. Todos os que quiseram se credenciar como participantes tiveram este direito. Estas limitações obrigavam a uma grande prudência para qualquer deliberação: o caráter deliberativo do Encontro teria de ser, necessariamente, limitado (Machado, 2011).

O Encontro se limitou a aprovar as seguintes resoluções: uma análise da conjuntura do período em que se lançava o nome de Heloísa Helena à pré-candidata na eleição presidencial, outra sobre o registro oficial do partido e uma terceira sobre a organização de um congresso que sanasse essas exorbitantes debilidades organizativas. Com poucos debates, até mesmo a possível aliança com um partido de centro-esquerda (Partido Democrático Trabalhista) que estava em negociação durante aquele período ficou sem resolução alguma⁸⁷.

O início de 2006 é marcado pelos debates pré-congressuais. Vários agrupamentos apresentaram suas contribuições. Em muitas, a questão organizativa aparece como uma preocupação a ser enfrentada. A contribuição do CSOL apontava para a necessidade de “garantir um processo de convivência, diálogo, confrontação de posições, mas sem a condição do estabelecimento de hegemonias e maiorias de curto prazo” (PSOL: o desafio de construir a transição de ‘abrigo da esquerda’ a partido estratégico⁸⁸). A contribuição da Revolutas constata um acirramento dos conflitos internos “com as polêmicas sobre o ingresso (...) da APS, sobre o censo partidário, a verdadeira filiação em massa ocorrida em vários estados com o propósito de intervir na correlação de forças no Congresso do partido” (Preparar o PSOL para as lutas em 2006⁸⁹). Em outra contribuição apresentada pelos dirigentes do Revolutas, mas não assinada pela tendência por pretender-se mais ampla, explicitou-se a preocupação com a “lógica dos blocos e da disputa do aparelho” que estava começando a vigorar no partido: “a construção de blocos destinados a combater outros blocos (...) não traz nada de positivo ao partido. Impede o aprofundamento do debate, amesquinha a disputa política, legítima e cristaliza uma dinâmica excludente” (PSOL: o desafio de construir a transição de ‘abrigo de esquerda’ para partido estratégico⁹⁰). A contribuição apresentada pelos militantes do Socialismo Revolucionário em conjunto com outras forças, entre as quais, o MTL de São Paulo, apresenta uma preocupação com um possível retrocesso do PSOL, por estar em

⁸⁷ “O Encontro Nacional do PSOL e a carta aberta do PSTU”. Disponível em: http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=2988&ida=22. Acesso em 27/08/2010.

⁸⁸ “Afirmar um projeto socialista para o Brasil”. Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1627>. Acesso em 27 de ago de 2010.

⁸⁹ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2006/03/07/preparar-o-p-sol-para-as-lutas-de-2006>. Acesso em 29 de ago de 2010.

⁹⁰ Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1633>. Acesso em 29 de ago. de 2010.

gestação “uma ênfase na destrutiva disputa fracional por espaço e controle do partido, em particular no processo preparatório do I Congresso (...) em que a prioridade da disputa numérica de delegados levou a um inchaço artificial de núcleos e ‘militantes’” (Não ao retrocesso – Em defesa do P-SOL democrático, classista e socialista!⁹¹). A contribuição da APS argumenta que a fragilidade organizativa do PSOL se traduz no fato de que “as maiores tendências, especialmente as que estão mais organizadas e que contam com maior estrutura, com mandatos parlamentares, acabam assumindo um papel determinante e quase exclusivo na definição das políticas partidárias” (Por um PSOL socialista, classista, democrático e pela base⁹²). É sintomático o fato de que a contribuição dos líderes do MTL sequer entrou no debate organizativo⁹³ enquanto o MES procurou justificar seu “inquestionável crescimento” como produto de uma política correta de formação de bloco: “a antecipação no diálogo com a primeira leva de construtores do P-SOL, a ousadia na construção de um bloco interno com a CST e o MTL, sempre com a política de reagrupar a esquerda socialista, são parte de uma política que se mostrou muito acertada” (Contribuição à política do PSOL⁹⁴).

Parte da explicação para a série de problemas organizativos levantados está no fato de que o partido foi construído às pressas para a disputa eleitoral de 2006. A contribuição do MES explícita este fato ao considerar um acerto a transformação do congresso no qual estas questões organizativas poderiam ser debatidas em uma simples conferência: “o partido tem que ter como centro afirmar a política eleitoral. Todo o resto passa a ser subordinado a este objetivo. Seria um engano querer fazer agora todos os debates ideológicos e políticos entre as diferentes correntes” (Idem). Segundo esta contribuição, realizar o congresso neste período “Seria priorizar o debate interno sobre a necessidade de afirmar o partido para a disputa externa”. Já a conferência permitiria restringir o “debate político ao redor do eixo da atividade central do partido: a campanha eleitoral” (Idem).

A compreensão desta centralidade da questão eleitoral era compartilhada pela maioria dos membros do partido devido ao fato de que esta colocava dois imensos desafios para o partido. Em primeiro lugar era necessário aproveitar a grande popularidade que Heloísa Helena havia conquistado para consolidar uma alternativa partidária à esquerda do PT.

Nascida em 1962, Heloísa teve uma trajetória política meteórica devido à existência de uma conjuntura política especialmente favorável aos seus traços de personalidade conforme ela revela em entrevista para o Jornal do Brasil em 03/07/2005:

⁹¹ Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1630>. Acesso em 29 de ago. de 2010.

⁹² Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1634>. Acesso em 29/08/2010.

⁹³ “O momento da mudança”. Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1627>. Acesso em 29 de ago. de 2010.

⁹⁴ Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1636>. Acesso em 29 de ago. de 2010.

Eu era militante da CUT e do movimento dos trabalhadores rurais e entrei no PT pelo seu lado social. Tinha dúvidas com relação à participação na institucionalidade, mas acabei sendo candidata a vice-prefeita de Maceió pelo PT, pra ajudar o partido, numa chapa destinada a perder. Só ganhamos a eleição por causa do impeachment do Collor. O sopro das ruas localizou na nossa candidatura a representação daquele momento político. Depois de um ano como vice-prefeita fui a primeira deputada estadual do PT. Qualquer um no meu lugar teria as condições objetivas de ascender politicamente porque era um momento conturbado em Alagoas, com uma Assembléia Legislativa vinculada ao crime organizado. Mas meu temperamento pouco civilizado talvez tenha me ajudado a fazer um bom mandato de enfrentamento⁹⁵.

Em 1998, com a popularidade já em alta, foi pressionada a retirar a candidatura de governadora de Alagoas para preservar os acordos entre a coalizão dirigente do PT nacional com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nessa mesma entrevista, Heloísa revela detalhes da negociação: “O PSB nacional disse que só apoiaria o Lula naquela eleição se resolvessem o problema de Alagoas. Que era eu. Então retirei minha candidatura à governadora em favor de Ronaldo Lessa pra poder consolidar essa aliança e passei a ser candidata ao Senado⁹⁶”. Ela foi eleita com a expressiva marca de 56% dos votos e dois anos depois já era líder do bloco de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso⁹⁷. Em 2002, despontou por sua atuação no Senado como favorita às eleições para o governo de Alagoas, mas acabou renunciando a candidatura em face de uma nova imposição da coalizão dirigente do PT nacional: “Na eleição de 2002, embora estivesse em primeiro lugar nas pesquisas, deixei novamente de ser candidata a governadora por causa da aliança do PT com o PL. Eu não queira compartilhar o mesmo palanque com a canalha do meu estado⁹⁸”. Tal imposição está na base do processo de aprofundamento das divergências de Heloísa com a coalizão dirigente do PT que resultaria na sua expulsão um ano depois. Segundo um dos dirigentes do PSOL que naquela época pertencia à mesma corrente política de Heloísa (a DS):

O caráter traumático da mudança na linha do PT foi bem exposto pelo fato de ter havido uma intervenção da direção nacional do partido em Alagoas, para implementar a aliança com o PL, não apenas contra a senadora Heloísa Helena, candidata a governadora, e a esquerda do PT, mas contra o consenso (até então) do partido no Estado (Machado, 2010).

⁹⁵ Disponível em: www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=200&Itemid=2. Acesso em 15 de ago. de 2010.

⁹⁶ Idem nota anterior.

⁹⁷ “Vai ser preciso segurar”. Disponível em: http://veja.abril.com.br/231002/p_038.html. Acesso em 15 de ago. de 2010

⁹⁸ Idem nota 88.

Após a eleição de Lula em 2002, Heloísa se tornou o personagem símbolo da oposição da esquerda petista aos rumos do governo. A sua expulsão do PT considerada por muitos como uma injustiça e sua destacada atuação nas CPI's dos casos do mensalão e sanguessuga elevaram sua popularidade ainda mais alto⁹⁹. Deste modo, já no início de 2006 despontava com uma das principais concorrentes para a disputa presidencial daquele ano¹⁰⁰.

O segundo desafio era reeleger os parlamentares herdados do PT. As eleições para deputado federal ganharam importância ainda mais decisiva devido ao fato de que uma cláusula de barreira prevista pela Lei dos Partidos Políticos de 1995 seria aplicada pela primeira vez nesta eleição. Os partidos que não obtivessem 5% do total dos votos válidos para deputados enfrentariam uma série de restrições tais como a redução do tempo de TV e rádio para apenas dois minutos por semestre e a praticamente exclusão da participação do Fundo Partidário. Teriam também comprometido o seu direito de funcionamento parlamentar no Senado e na Câmara de Deputados, perdendo o direito a líderes e estrutura de liderança. Embora essa lei tenha sido julgada como inconstitucional após as eleições, ela foi uma das grandes preocupações do partido durante o período eleitoral.

As deliberações da reunião do DN em 22/04/2006 atestam bem este conjunto de preocupações:

a afirmação do P-SOL como alternativa política (...) se materializa na viabilização dos candidatos do P-SOL na disputa político-eleitoral de 2006. Lutaremos para que o desempenho da candidatura de Heloísa Helena à presidência, de nossos candidatos a governador, a reeleição dos atuais deputados do P-SOL e a eleição de novos parlamentares expressem claramente o apoio de uma significativa parcela da sociedade ao nosso projeto. O que será fundamental, inclusive, para superar a anti-democrática e criminosa cláusula de barreira¹⁰¹ (Resolução DN, abril de 2006).

Diante de tamanha importância que se revestiu a campanha eleitoral, o enfrentamento dos problemas organizativos foi adiado para o período pós-eleitoral tal como era proposto pela contribuição apresentada pelo MES.

⁹⁹ Na reportagem “Uma onça pintada na selva de Brasília”, Ricky Goodwin assim apresenta a entrevistada: “Quem acompanha a TV Senado se encanta com uma de suas atrizes principais, sempre no papel de uma guerreira que, da tribuna, brada posições firmes, marcadas com o dedo em riste. Nas recentes transmissões de CPIs e comissões de falta de ética ela também rouba as cenas, peitando deputados e depoentes, com seu uniforme de super-heróina simples – jeans e camiseta – mas com a armadura das convicções”. Disponível em: www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=200&Itemid=2. Acesso em 15 de ago. de 2010.

¹⁰⁰ Em pesquisa realizada pelo Ibope nos entre 12 e 16 de janeiro de 2006 a porcentagem de Heloísa variava entre 5 e 10 pontos conforme o cenário da disputa. Ver: <http://www.ibope.com.br/>

¹⁰¹ Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=492>. Acesso em: 26 de ago. de 2010.

Com base no debate político e a resolução aprovada, a reunião do Diretório Nacional resolveu:

- 1) Adiar o Congresso do P-SOL para o primeiro semestre de 2007.
- 2) Convocar a Conferência Nacional do P-SOL para os dias 26, 27 e 28 de maio de 2006 em local a ser definido pela Executiva.
- 3) A pauta será: Debate político e programático em torno da campanha eleitoral; haverá um painel sobre concepção partidária, deliberará sobre os impasses que fiquem do debate sobre programa, frente e chapas e culminará em um ato público de lançamento da candidatura da Heloísa (Resolução DN, abril de 2006).

Esta resolução implicou na criação de uma instância extra-oficial: a “Conferência Nacional” (mais tarde chamada de Conferência Eleitoral) que até hoje carece de regulamentação estatutária. Desse modo, a Convenção Nacional ficou completamente destituída de suas funções, passando apenas a sancionar o que seria decidido durante o processo de conferência. Além das resoluções sobre a conferência, aprovou o nome do vice de Heloísa, os eixos programáticos e o arco de aliança.

Realizada entre os dias 26 e 28 de maio de 2006, a Conferência ocorreu num clima de tranqüilidade e de muitos consensos uma vez que serviu apenas para referendar as decisões do DN. O arco de alianças ficou limitado à Frente de Esquerda com o PCB e PSTU. Este último partido foi o que apresentou as maiores exigências para apoiar o PSOL. Apesar das divergências internas em torno da questão vista como uma agressão à autonomia dos estados, a maioria dos delegados presentes na Conferência aceitou abrir mão de algumas candidaturas importantes como modo de manter a aliança, a saber: a do governo de Minas Gerais e as do senado de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Heloísa Helena foi naturalmente aclamada candidata à presidente referendando a decisão do II Encontro Nacional. Cesar Benjamin¹⁰², na época militante da Consulta Popular que entrou no PSOL na modalidade de filiação democrática, foi lançado como vice referendando decisão do Diretório Nacional¹⁰³. Como o próprio candidato observou em uma carta para a Consulta Popular justificando sua candidatura pelo PSOL: “Não lidero nenhum grupo, não tenho votos ou esquemas, nunca me candidatei a cargo eletivo, não frequento regularmente as páginas da grande imprensa, não sou nem quero ser celebridade¹⁰⁴”. Portanto, mais do que um nome de peso, esta escolha refletiu a necessidade sentida pelas lideranças do PSOL de dialogar com setores mais amplos da sociedade. Nacional desenvolvimentista, Benjamin simbolizava a abertura do PSOL em

¹⁰² “César Benjamin é jornalista e economista. Foi militante da luta armada e preso político nos anos 1970. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, e foi coordenador da campanha de Lula em 1989. Rompeu com o PT em 1995. Integrava a Consulta Popular, da qual pediu licença para ser vice da campanha de Heloísa Helena. Saiu do PSOL logo após a campanha de 2006” (Delmanto e Seda, 2008, p.113).

¹⁰³ “Conferência do PSOL apresenta Heloísa Helena e César Benjamin”. Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1505>. Acesso em 6 de set. de 2010.

¹⁰⁴ “Carta de Cesar Benjamin à Coordenação Nacional da Consulta Popular”. Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1514>. Acesso em 6 de mai. de 2010.

direção a uma amplitude maior do espectro eleitoral do que o confinado ao da esquerda radical. Opção que, de certo modo, entrava em contradição com os eixos programáticos aprovados.

O Manifesto da Frente de Esquerda, lançado após a Convenção Nacional do PSOL realizada em 24 de julho e que contém quase integralmente os eixos programáticos aprovados na Conferência, apresentou a candidatura de Heloísa e Benjamin como “uma nova alternativa diante do bloco governista do PT e da ‘oposição’ burguesa do PSDB-PFL”. Considerando a disputa entre Lula e Geraldo Alckmin como uma simples “briga para ver quem usufrui mais dos privilégios do poder”, a Frente de Esquerda apresentou-se como a única opção contra o projeto neoliberal representado pelos favoritos ao pleito presidencial daquele ano. Este “projeto” alternativo era sintetizado nas seguintes bandeiras: 1) “Conquistar a verdadeira soberania e independência nacional, rompendo com o imperialismo e o capital financeiro”. Este ponto apresenta diversas propostas históricas da esquerda radical brasileira: realização de uma auditoria da dívida pública e a reversão do dinheiro utilizado para pagamento de juros em investimentos sociais; controle dos capitais como forma de obstaculizar a especulação financeira; ampliação dos investimentos estatais e controle popular das áreas estratégicas tais como as de telecomunicação, siderurgia, petróleo e energia. 2) “Por novas instituições realmente democráticas que signifiquem um novo poder sob controle direto dos trabalhadores e do povo”. Associando a corrupção política ao caráter burguês do Estado brasileiro, este ponto apresenta a democratização do poder como uma condição necessária para alterar o caráter de classe do Estado e permitir realizar um programa de emergência pra resolver a crise social. Entre as propostas concretas apresentadas neste sentido destacamos o financiamento público das campanhas, a democratização do horário eleitoral nos meios de comunicação, o confisco dos bens dos corruptos e corruptores, a revogabilidades dos mandatos dos eleitos que não cumprem as promessas de campanha e a mobilização popular para que as decisões mais importantes tais como a dívida pública, a reforma agrária e urbana, o estatuto da propriedade da terra, as prioridades orçamentais e o valor do salário mínimo sejam decididas diretamente pelo povo. 3) “É necessária uma nova abolição para acabar com a moderna escravatura”. Considerando a situação da classe trabalhadora como a de uma semi-escravidão pela precariedade do salário e dos direitos trabalhistas, este ponto apresenta uma série de propostas com o objetivo de reverter essa situação. Entre elas a redução da jornada de trabalho sem redução do salário; o aumento imediato do valor do salário mínimo em 100%; reforma agrária sobre controle dos trabalhadores rurais; revogação das reformas neoliberais tais como a da previdência; reestatização das empresas privatizadas e reversão da privatização parcial da

Petrobrás; tributação severa das grandes fortunas e do lucro dos bancos e das grandes empresas, etc. (Manifesto da Frente de Esquerda¹⁰⁵).

Contudo, a candidatura de Heloísa não se apresentou com o grau de radicalismo contido nestes eixos. Embora tenha ocorrido uma série de seminários programáticos, César Benjamin encarregou-se unilateralmente de redigir um programa para a campanha. O documento gerou fortes questionamentos por parte do PSTU que apresentou o seguinte posicionamento em uma coluna assinada pelo dirigente Eduardo Almeida Neto:

Todos sabem que o PSTU foi contra a candidatura de César a vice, e que nós propúnhamos José Maria, da direção da Conlutas (...). O programa proposto por César era completamente equivocado. O centro era a redução da taxa de juros, sem nenhuma proposta de ruptura com o imperialismo. Não propunha a suspensão do pagamento da dívida externa e interna, somente uma auditoria. Não apontava para a luta contra as reformas neoliberais, como a trabalhista e a previdenciária (Opinião Socialista, ed. 280, 2 a 15 de novembro de 2006¹⁰⁶).

As críticas internas ao documento não foram menos mais suaves. A tal ponto que acabou sendo tema de intensa discussão na direção do partido. Em entrevista ao Jornal do Brasil, Benjamin revelou do seguinte modo seu ponto de vista em relação a esse fato:

Escrevi um documento programático de umas 60 páginas que terminou saindo em meu nome pessoal, pois a direção do PSOL é uma rara combinação de ignorância, truculência e arrogância. Depois de uns 40 dias de debates entre eles, dos quais não participei, pois estava em outras atividades, caminhavam para fazer alterações inaceitáveis, que mutilavam o texto e o reduziam a algo inominável. Quando vi o que estava sendo gestado, dei um pulo: a partir do meu trabalho, isso não! Era um desrespeito à inteligência alheia. Daí a decisão de publicar o meu texto na íntegra, com minha assinatura pessoal, de modo a não me comprometer com nenhum besteiro¹⁰⁷.

Entretanto, apesar de não ter aprovado o programa redigido por Benjamin, a direção do partido se mostrou incapaz de determinar a linha política da campanha. Na prática esta acabou ficando a encargo das próprias candidaturas. Como revela Ricardo Antunes em uma entrevista: “a candidatura da Heloísa e do Benjamin passou a defender alguns itens de programa que não eram exatamente aqueles itens que o PSOL tinha sugerido, começou a haver um descompasso entre o programa e a campanha” (Antunes apud Delmanto e Seda, 2008, p. 114). Esta autonomia das candidaturas foi responsável inclusive pela grande disparidade das campanhas políticas eleitorais. Para ficarmos apenas no exemplo do maior

¹⁰⁵ Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1553>. Acesso em 6 de set. de 2010.

¹⁰⁶ Disponível em http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=5826&ida=22. Acesso em 7 de set. de 2010.

¹⁰⁷ Disponível em <http://quest1.jb.com.br/jb/papel/brasil/2006/10/23/jorbra20061023016.html>. Acesso em 7 de set. de 2010

estado da federação, o candidato do PSOL ao governo de São Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, apresentou uma linha política muito distinta da nacional. Se apresentando como uma “anti-campanha, falou no socialismo” (Antunes apud Delmanto e Seda, 2008, p. 118).

A linha política adotada na campanha nacional sofreu duras críticas externas e internas. Devido à centralidade do tema da corrupção, a tendência petista Democracia Socialista, adversária do PSOL em seu território de caça, julgou a campanha da ex-militante da organização como udenista em referência às campanhas eleitorais da direitista União Democrática Nacional (UDN) que no período da democracia 1945-1964 centrava toda sua crítica aos governos “populistas” na questão da corrupção (Heloísa Helena e a tática da direita¹⁰⁸). Entre os aliados, a crítica também se fez presente. Embora considerando a construção da Frente de Esquerda como um acerto e a votação de Heloísa como uma vitória, o dirigente do PSTU Eduardo Almeida Neto ponderou que “Os programas de TV tentaram amenizar a imagem ‘radical’ de Heloísa com pouco ou nenhum conteúdo programático” e que ao assumir os eixos propostos por Benjamin a candidata do PSOL “apresentou uma proposta de programa oposta à contida no Manifesto” da Frente (Opinião Socialista, ed. 277¹⁰⁹).

Internamente, a tendência LSR fez um balanço das eleições avaliando que os eixos programáticos aprovados na Conferência não foram utilizados e que a campanha possuiu um perfil personalista e moralista: “Dava-se a impressão de que os problemas tinham a ver sempre com corrupção ou má gestão” (Balanço eleitoral e tarefas para o PSOL¹¹⁰). Essa avaliação crítica em relação à linha política adotada da campanha esteve presente na maioria das teses das principais tendências apresentadas ao I Congresso do PSOL. A tese do CSOL argumentou que “a campanha nacional do ponto de vista programático foi limitadíssima e acumulou pouco para o esclarecimento à população sobre a afirmação de um projeto de ruptura com a atual ordem econômica” (Um programa socialista, classista e internacionalista para a revolução brasileira¹¹¹). A CST, por sua vez, apontou que: “Para defender um PSOL classista não podemos adotar o programa apresentado pelo candidato a Vice do PSOL, César Benjamin, de aliança com ‘supostos’ setores desenvolvimentistas e nacionalistas da burguesia ‘nacional’ e ‘produtiva’”. De onde criticou severamente o fato de que a linha política apresentada na campanha estava “mais próximas do programa de César que do votado na Conferência Nacional do PSOL” (Fortalecer a estratégia socialista, inserindo o PSOL nas

¹⁰⁸ Disponível em: www.democraciasocialista.org.br/ds/index.php?option=content&task=view&id=448. Acesso em 07 de set. de 2010.

¹⁰⁹ Disponível em http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=5773&ida=22.

¹¹⁰ Disponível em: www.lsr-cit.org/index.php?option=com_content&view=article&id=225:balanco-eleitoral-e-tarefas-para-o-psol&catid=32:eleicoes&Itemid=86. Acesso em 07 de set. de 2010.

¹¹¹ Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1651>. Acesso em 07 de set. de 2010.

lutas para derrotar o governo Lula, agente de Bush, e suas reformas neoliberais!¹¹²). A tese da APS apresentou um balanço das eleições no qual afirmava que foi possível constatar durante a campanha “as fraquezas de direção, a falta de explicitação pública de um programa capaz de galvanizar importantes setores da sociedade, a falta de foco numa disputa programática capaz de polarizar com as duas candidaturas conservadoras” (PSOL com o povo rumo ao socialismo¹¹³). Já o Enlace, na oportunidade tendência da qual Heloísa Helena fazia parte, optou por não criticar a linha política adotada na campanha limitando a se referir aos resultados positivos das eleições para o partido¹¹⁴. Contudo, as divergências em relação a ela foi um dos estopins para a ruptura da presidente do PSOL com a tendência. Não é por simples acaso que Heloísa iria se aproximar do bloco MES/MTL no período pós-eleitoral. A tese apresentada por este bloco foi a única a defender a linha política da campanha ao afirmar ter sido um acerto “escolher como centro a denúncia dos banqueiros e da corrupção” considerando que tal linha política “permitiu empalmar com um setor de massas, o que uma campanha de propaganda socialista não teria permitido” (Consolidar uma vanguarda partidária e avançar na influência de massas¹¹⁵).

Braga corrobora com as teses das tendências mais à esquerda do partido ao afirmar que as “aparições” de Heloísa “na TV e no horário eleitoral” apresentaram uma “campanha excessivamente personalista, com propostas políticas não muito articuladas e focadas predominantemente na personalidade da candidata, em detrimento dos programas dos partidos que compunham” a Frente de Esquerda (Braga, 2006).

Dois elementos são necessários reter dessas observações: 1) A campanha de Heloísa foi nitidamente marcada por uma estratégia de adaptação ambiental tal como o bloco MES/MTL passaria a defender no partido, portanto, muito maior do que os demais partidos da Frente de Esquerda e os demais setores do partido estavam dispostos a admitir. 2) Durante a eleição ocorreu um deslocamento do centro do poder organizativo da coalizão dirigente para os próprios candidatos.

5.2. O período do I Congresso

¹¹² Disponível em <http://psol50.org.br/?p=1653>. Acesso em 7 de set. de 2010.

¹¹³ Disponível em <http://psol50.org.br/?p=1652>. Acesso em 7 de set. de 2010.

¹¹⁴ “Por um Brasil socialista e sustentável”. Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1649>. Acesso em 7 de set. de 2010.

¹¹⁵ Disponível em: <http://psol50.org.br/?p=1654>. Acesso em 7 de set. de 2010.

A primeira coalizão dirigente do partido se esfacelou durante o período eleitoral de 2006. Dispondo de grande autonomia em face da fragilidade organizativa do partido no período, Heloísa Helena definiu, de forma personalista, uma linha política bastante moderada. MES e PP defenderam a linha política adotada, enquanto a CST foi uma das críticas mais severas a ela. Estava assim colocado na ordem do dia um realinhamento das forças partidárias

A APS aproveitou a situação de crise da antiga coalizão dirigente para assumir o protagonismo na recomposição partidária. Crítica da linha política adotada na campanha, a tendência avaliou que as debilidades desta deviam-se a fragilidade da direção do PSOL. Assim, sua direção deliberou a necessidade de dotar “o PSOL de uma estabilidade em termos de bloco de direção partidária, a partir de uma política interna de alianças que propicie ao partido intervir de forma mais qualificada na próxima conjuntura” (Resoluções sobre construção partidária). Tal resolução implicou na tática de composição de um bloco com o MES/PP para formar uma nova coalizão majoritária do partido que teoricamente lhe garantia a hegemonia. Porém, é necessário o cuidado de não atribuir a essa decisão um caráter puramente pragmático.

O alinhamento das forças partidárias no Congresso foi determinado principalmente pelas polêmicas pré-congressuais em torno do legado do Programa Democrático Popular (PDP) deliberado no Encontro Nacional do PT em 1987. Para o Grupo do Rio, MES, PP e APS, este programa deveria ser re-atualizado por conter uma plataforma de reformas radicais que permitiria dialogar com as massas reforçando sua consciência de classe. Sentida pelas classes populares como questões emergenciais, estas reformas encontrariam uma forte resistência das classes dominantes impulsionando um processo de crescente enfrentamento social. Deste modo, este programa serviria como uma ponte para o socialismo. Para o CSOL e os intelectuais e em seu entorno assim como para a CST e os agrupamentos menores, o PDP representaria tão somente uma re-edição da estratégia etapista que o PCB havia defendido no período em que ele era hegemônico no seio da esquerda socialista. Para a esquerda do PSOL, o PDP conteria em germe o processo de crescente moderação do PT. Ao considerar que as condições não estavam maduras para o socialismo se assumiria um programa de reformas possíveis. O problema é que diante da resistência das classes dominantes, o leque de possibilidades se tornaria cada vez mais restrito e o leque de alianças cada vez mais amplo levando crescentemente a perda da sua substância classista. Assim, estaria colocada, desde já, a necessidade de apresentar um programa diretamente socialista, sem subterfúgios. Para os setores mais moderados do partido, entretanto, este programa socialista não seria capaz de dialogar com as massas no estágio atual de consciência em que esta se encontra, o que

contribuiria para o crescente isolamento do partido tornando-o incapaz de influir na correlação de forças entre as classes sociais.

“Hegel observa alhures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem, por assim dizer, duas vezes. Mas, esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia e a outra como farsa” (Marx, 2008, p.207). Essa conhecida expressão de Marx assombrou a esquerda do PSOL durante o I Congresso realizado entre 7 e 10 Junho de 2007. Defendendo uma linha política mais moderada para o partido, o bloco APS/MES/PP e Grupo do Rio liderado por Heloísa Helena obteve uma vitória esmagadora, sendo logo apelidado de bloco majoritário em alusão ao campo majoritário petista. Verifica-se ainda como no PT uma coincidência absoluta entre a fração hegemônica da face pública com a fração hegemônica da direção. Vale recordar que nas eleições de 2006 o PSOL elegeu 3 deputados federais, 3 estaduais e herdou um senador do PT. Ora, destes apenas um deputado estadual não fazia parte do bloco majoritário.

Em oposição a este campo se formou um bloco menor reunindo as tendências esquerdistas CSOL, CST e agrupamentos menores. Com um posicionamento crítico à política moderada do bloco majoritário, porém mais favorável do que o bloco de esquerda em relação ao PDP, o Enlace se posicionou de forma independente centrando sua crítica na política de blocos levada a cabo por ambos os setores. O campo do deputado estadual Raul Marcelo, embora próximo dos posicionamentos do CSOL, também preferiu manter-se longe dos blocamentos.

Assim, concorreram quatro chapas: Bloco de direita: 467 votos (63,451%), elegendo 11 membros na CEN e 30 no DN; Bloco de esquerda: 174 votos (23,641%), elegendo 4 membros na CEN e 14 no DN; Enlace: 78 votos (10,597%) elegendo 2 na CEN e 7 no DN; por fim, o grupo de apoio de Raul Marcelo: 14 votos, elegendo 1 membro para o DN. Antes desta votação, como forma de individualizar as forças que comporiam os blocos, foi feita uma aferição de teses que teve o seguinte resultado: Tese MES/PP e Grupo do Rio: 264 votos; Tese APS: 194 votos; Tese CST: 92 votos; Tese Enlace: 83 votos; Tese CSOL: 51 votos; Tese AS: 30 votos; Tese Raul Marcelo: 14 votos. A votação menor do Enlace provavelmente deve ter sido produto de discórdia de delegados da área próxima com a posição de neutralidade assumida pela tendência. Fora isto, houve grande concordância entre os votos para as chapas e os votos para as teses, com o bloco de esquerda recebendo um voto a mais e o de direita nove, o que se explica, sobretudo, pela maior presença de votação dos delegados nesta que era considerada a mais importante das votações.

Após o Congresso, uma das suas resoluções seria ponto de grande discórdia: a alteração estatutária que estabelecia a proporcionalidade qualificada. De forma truculenta, o bloco majoritário na primeira reunião da CEN apresentou uma interpretação distorcida do significado desta para controlar todas as principais áreas de incerteza. Ao invés do método tradicional de distribuição das vagas pela proporcionalidade qualificada que consiste em definir a ordem da escolha dividindo o número de votos obtidos por cada chapa por 1, 2, 3 e assim por diante, o bloco majoritário apresentou um método nada convencional em que iria se subtraindo a proporcionalidade porcentual de cada vaga conquistada do porcentual alcançado por cada chapa. Como a CEN possui 17 vagas, a proporcionalidade de cada vaga corresponderia a 5,88% do total¹¹⁶. Vejamos a consequência de cada um dos métodos:

Método convencional

Bloco de direita		Bloco de Esquerda		Enlace	
467	1º	174	3º	78	8º
233,5	2º	87	7º	39	17º
155,7	4º	58	12º	26	
116,8	5º	43,5	15º		
93,4	6º	34,8			
77,8	9º				
66,7	10º				
58,4	11º				
51,9	13º				
46,7	14º				
42,5	16º				
38,9					

Método elaborado pelo Bloco Majoritário

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Bloco de Direita	63,451	57,571	51,691	45,811	39,931	34,051	28,171	22,291	22,291
Bloco de Esquerda	23,641	23,641	23,641	23,641	23,641	23,641	23,641	23,641	17,761
Enlace	10,597	10,597	10,597	10,597	10,597	10,597	10,597	10,597	10,597

	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º
Bloco de Direita	16,411	16,411	10,531	10,531	10,531	4,651	4,651	4,651
Bloco de Esquerda	17,761	11,881	11,881	6,001	6,001	6,001	0,121	0,121
Enlace	10,597	10,597	10,597	10,597	4,717	4,717	4,717	-1,163

¹¹⁶ <http://psol50.org.br/blog/2007/06/22/relatorio-da-reuniao-da-executiva-nacional/>. Acesso em 13 de fev. de 2011.

A diferença era brutal. Enquanto no método tradicional o bloco de esquerda teria direito a escolher já o terceiro cargo da executiva, o método elaborado pelo bloco majoritário o relegaria a escolher apenas o oitavo. Desse modo, a coalizão majoritária poderia praticamente se confundir com a coalizão dirigente, pois teria direito ao controle das sete mais importantes zonas de incerteza que a executiva tem direito. Por esta razão, a minoria liderada por João Machado (Enlace) protestou exigindo que as decisões congressuais não fossem distorcidas. O impasse foi resolvido por um conhecido método que o campo majoritário do PT costumava adotar sobre protestos da esquerda petista: o rolo compressor. Em maioria absoluta, o bloco majoritário não teve dificuldades de aprovar sua proposta mesmo com as acusações de autoritarismo dirigidas contra ela. A proposta de João Machado derrotada previa ainda que a direção da FLC também fosse indicada pelo sistema de proporcionalidade qualificada. O que foi simplesmente ignorado pela maioria garantindo uma autonomia da fundação ao limitar-se à escolha de Milton Temer para ser seu presidente (Resoluções CEN de julho de 2007).

Além dessa polêmica decisão, a CEN aprovou uma resolução sobre a conjuntura na qual listava uma série de lutas sociais e institucionais que o partido iria desenvolver. Entre todos os pontos aprovados, os priorizados pela coalizão dominante do PSOL foram aqueles de maior apelo midiático e voltados para a conquista dos setores da classe média radicalizada, a saber, o caos aéreo e as denúncias de corrupção que colocavam em xeque o Presidente do Senado Renan Calheiro. Um exemplo da centralidade destas pautas está no fato de que entre as vinte matérias presentes no arquivo do site do PSOL do mês de julho de 2007, sete tinham como centro o tema da corrupção e oito tinham como tema o “caos aéreo”. No mês seguinte, 14 matérias, seis delas centradas no tema da corrupção e uma no caos aéreo que começava a perder impacto. Em setembro, quando Renan Calheiros foi absolvido em uma votação secreta no Senado, o arquivo apresenta 22 matérias, onze focando o tema da corrupção, uma no caos aéreo e ainda 3 sobre a representação do PSOL contra o voto secreto no parlamento.

A resolução política deliberada pela CEN neste mesmo mês de setembro é outro indício importante da linha política adotada pelo partido. Constatando o início de uma grave crise de superprodução que, diferente das mais recentes, possuía como epicentro o coração do sistema capitalista, não se tirou nenhum encaminhamento político a respeito dela. Rebatendo as críticas da esquerda partidária, a resolução considerou “um grande acerto adotar o tema da corrupção como um dos eixos concretos da atividade do partido” (Resolução da CEN de

setembro de 2007¹¹⁷). Apontando que setores da classe dominante tinham interesse em derrubar Renan Calheiros (sem fazer uma análise mais detalhada de suas motivações), responde aos setores do partido que consideravam que isto demonstraria o equívoco da linha política adotada com afirmação de que “o erro” seria “entregar essa bandeira para a direita” (Idem). A prova disto seria a de que embora “PSDB e Dem (PFL), tenham aparecido defendendo a cassação” seria “indiscutível que quem mais capitaliza é o PSOL” (Idem). Sem subterfúgios, apresenta o apelo midiático como a justificativa da escolha: o caso Renan seria “um desses fatos políticos que ficam na memória das massas, já que o tema do presidente do Senado esteve presente durante três meses seguidos na mídia, sendo o PSOL presença constante” (Idem). Este episódio teria permitido “uma maior politização do povo que seguiu a sessão decisiva do Senado como se fosse um final de campeonato” (Idem). Desta forma, para a coalizão dirigente do partido, a linha política adotada significou para o partido “um salto de qualidade em sua construção, em sua presença nas massas e na vida política nacional” (Idem). De tal modo que a “campanha contra a corrupção pelo fora Renan e agora pelo Fora todos os corruptos tem que continuar” (Idem), prevendo duas ações concretas nesse sentido: a luta parlamentar “pelo fim do voto secreto” e a organização de uma marcha à Brasília com o lema “Fora todos os corruptos” (Idem)

Esta reunião da CEN aprovou também a consolidação de um jornal nacional do partido, o qual também apresenta indícios importantes da linha política. Se o próprio nome escolhido “Página 50” já indica a centralidade da luta institucional, o conteúdo apresenta-se mais diversificado do que o do site. Assim, em seu número 1 publicado no mês de agosto, verificamos que os temas da corrupção e do caos aéreo, embora presentes, dividem um espaço importante com outros temas tais como o avanço da esquerda na América Latina, a transposição do Rio São Francisco, a luta anti-racismo, economia, greve nas universidades, etc. Os números dois e três do página 50, publicados respectivamente em outubro e novembro de 2007, contudo, já traziam uma centralidade muito maior para o tema da corrupção. De qualquer modo, ainda temas como a luta pela reforma agrária, a luta anti-racista, a repressão aos movimentos sociais, etc. tiveram um espaço bastante relevante garantidos. Até mesmo a teoria marxista teve um pequeno espaço reservado. Uma das razões para isto é que o caráter pluralista que foi aprovado para o jornal garantia às minorias um espaço, embora menor do que o da coalizão majoritária, bastante significativo. De onde elas podiam ao menos compensar a linha política de apelo midiático apresentando outros temas mais diretamente

¹¹⁷ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2007/09/24/resolucao-politica-da-executiva-nacional/>. Acesso em 24 de jan. de 2011.

ligados às lutas populares nas seções do jornal em que eram responsáveis. Além disto, não apenas o bloco de direita não possuía a corrupção como pauta única, como o caso Renan começava a perder o seu impacto midiático. Assim, verificamos no número 4 que a centralidade foi dada à luta ambiental contra a transposição do Rio São Francisco. Também no site do partido percebe-se uma diminuição da centralidade do tema da corrupção. No mês de outubro apenas 9 de 46 matérias, em novembro apenas uma de 46 e, por fim, em dezembro uma de 38. Uma das razões disto é que partir dali um novo tema ganharia centralidade: as eleições municipais de 2008. O site do partido – sem deixar de lado temas como as lutas sociais e a corrupção – passou a conferir centralidade para questões locais, candidaturas e ação parlamentar (o que se explica pelo fato de que os três deputados federais do partido saíram como candidato a prefeito). O jornal Página 50 que até tinha uma publicação mensal perdeu periodicidade. Por fim, a FLC publicou uma revista sobre o socialismo e o poder local. Iniciava um novo período na vida partidária.

Antes de passarmos para o período eleitoral, cabe fazer um balanço deste período do I Congresso. Verificamos que a nova coalizão dirigente, diferente da fundacional, teve como pressuposto a questão programática. A aliança da APS com a direita isolou os setores mais à esquerda do partido e teve como resultado uma linha política bastante moderada para um partido da esquerda radical. Centrada em temas de apelo midiático, a linha política assumida pelo partido neste momento guardou um espaço apenas secundário para os temas mais diretamente ligados às lutas sociais. O fato de o bloco majoritário estar à direita do partido e ter isolado a esquerda partidária com certo grau de truculência tornou a comparação deste com o campo majoritário do PT inevitável. Ainda mais porque, à frente deste bloco, Heloísa Helena assumiu um papel muito parecido com o papel protagonizado por Lula na trama petista. De qualquer modo, é preciso tomar cuidado em não ir muito longe nestas analogias.

Em primeiro lugar, o bloco majoritário era formado por tendências que possuíam como doutrina a perspectiva marxista revolucionária. Em segundo lugar, este bloco não era homogêneo, não havia unidade em muitas questões fundamentais da vida partidária. Em terceiro lugar, apesar do grande destaque que Heloísa possuía na estrutura partidária, sua liderança não era inquestionável. Isto é bem exemplificado em um ponto de pauta do I Congresso que era considerado tanto por ela como pelo movimento feminista como uma questão central: a descriminalização do aborto. Com formação religiosa, Heloísa era radicalmente contra. Ao defender esta posição, foi vaiada pelas feministas do partido e sofreu uma derrota esmagadora na votação desta pauta. Depois do congresso, ela continuou defendendo suas posições pessoais. Se por um lado isto demonstrou que ela possuía uma

grande autonomia que permitia agir contra a vontade partidária, por outro lado este fato foi o estopim de um crescente questionamento a sua liderança. Heloísa aos poucos foi descobrindo muito arduamente que o PSOL não tinha dono.

5.3. O período das eleições de 2008

A reunião do DN em dezembro de 2007 pode ser concebida como o marco inicial deste período. O I Congresso Nacional, apesar de protestos dos setores minoritários que acusavam a coalizão dirigente que se formava de aproximação com o PDT, não aprovou absolutamente nada sobre a política de alianças eleitorais. A única resolução sobre as eleições de 2008 foi a realização de uma conferência para discutir o tema. Porém, através da autonomia de que dispõe para tratar de assuntos que não possuem resoluções nacionais, diversos DMs começaram a negociar alianças locais. Em Porto Alegre, Luciana Genro foi lançada candidata à prefeita dando início a uma negociação não apenas com os partidos que formaram a Frente de Esquerda (PSTU e PCB), mas também com o PV, partido considerado burguês pelos setores da esquerda partidária. Tanto assim que Erico Corrêa (LSR) entrou com um recurso no DN contra esta aliança. A maioria do DN não apenas o rejeitou como aprovou uma resolução que considerava acertada a tática desenvolvida em Porto Alegre, considerando que seria equivocado iniciar as negociações apenas após a deliberação final sobre a política de alianças na Conferência Eleitoral marcada para março de 2008 (Resoluções DN de dezembro de 2007).

O outro ponto polêmico foi em torno da participação de Heloísa Helena em movimentos conservadores contra a descriminalização do aborto e suas declarações na imprensa neste sentido. O Estatuto do PSOL libera os militantes de seguirem as decisões que contrariem suas convicções religiosas. A defesa de Heloísa se apoiou nesse ponto, ao que a militância feminista discordou, pois o Estatuto apenas permite que o militante não atue contra suas convicções, não que ele atue contra o partido. Controlando esta zona de incerteza fundamental que é a comunicação externa, Heloísa passou a impressão que sua posição era a do partido. Embora o DN não tenha deliberado punição alguma, foi aprovada uma campanha ofensiva em diversas frentes a favor desta pauta partidária (ação parlamentar, matéria no Página 50 e no site, fornecimento de estrutura para os coletivos de mulheres realizarem esta campanha, etc.) e a proibição expressa do engajamento de militantes do PSOL em campanhas contrárias (Idem). O que significou uma derrota enorme de Heloísa. Sua insistência posterior em contrariar estas resoluções implicou apenas em seu crescente desgaste entre a militância.

Se ela possuía um papel próximo de carisma situacional no momento da fundação do PSOL, este foi perdido para sempre durante estes episódios.

Em fevereiro ocorreu uma reunião da CEN em que foram aprovadas, como exigia as minorias presentes na coalizão dirigente, algumas tarefas de resistência e de contra-ofensiva aos ataques do capital contra a classe trabalhadora na conjuntura de crise (Resoluções da CEN de fevereiro de 2008). Contudo, os encaminhamentos práticos desta resolução pouco foram levados adiante. A pauta já estava toda dominada pelas eleições municipais.

Sobre hegemonia do bloco majoritário, a II Conferência Nacional Eleitoral apresentou uma articulação de fins visando preservar os interesses distintos que brotavam na organização. A resolução aprovada destacava o trecho do programa do partido em que a palavra revolução socialista está presente. Em seguida destacava que a diferença do PSOL em relação dos outros partidos é que ele está do lado das classes subalternas e a serviço da classe trabalhadora. Entretanto, o teor radicalizado como forma de distribuição de incentivos coletivos para a base das tendências que conformam o bloco majoritário passava logo em seguida a ser amenizado através da afirmação de que o programa eleitoral deve ser “ao mesmo tempo exequível e transformador, que parta de nossa estratégia socialista e seja capaz de mobilizar multidões e alterar substancialmente a atual correlação de substancialmente a atual correlação de forças” (Resoluções da II Conferência Nacional Eleitoral¹¹⁸). Ou seja, um programa que penda claramente em direção a um nível de maior adaptação ambiental do que o defendido pela esquerda do partido. Este programa eleitoral municipal teria como método canalizar “a indignação nacional contra a corrupção para um projeto de profundas e radicais reformas democráticas, econômicas e sociais que incidam na melhoria efetiva da vida do povo” (Idem). Portanto, a linha política desenvolvida no período anterior novamente foi destacada como acertada devendo funcionar como um guia para o avanço eleitoral do partido.

Se todo programa eleitoral tem um dose de ambigüidade, a prova política das alianças é um bom indício de seu verdadeiro radicalismo. Para os setores mais à esquerda do partido (CST e outras tendências menores) as alianças deveriam se limitar ao PCB e PSTU. Para a direita partidária (MES e MTL), pelo contrário, PDT, PV, PPS e PSB fariam parte do possível leque de alianças (Delmanto e Seda, 2008, p 131). O resultado do embate, decidido em certa medida pelo centro, foi o de limitar as proibições de coligações à oposição de direita (PSDB e DEM), ao PT e aos chamados “partidos mensaleiros”, isto é, partidos da base aliada do governo que se viram acusados de corrupção no caso do mensalão. Diferenciando alianças

¹¹⁸ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2008/03/31/psol-decide-bases-programaticas-e-politica-de-aliancas-para-eleicoes-2008/>. Acesso em 25 de jan. de 2011.

estratégicas (PCB e PSTU) das somente táticas, o texto afirmava a necessidade de “envidar esforços para atrair setores sociais e partidários que estejam em contradição com o governo e a velha direita, inclusive com as forças majoritárias nos partidos de que fazem parte” (Resoluções da II Conferência Nacional Eleitoral). Procurando evitar que esta abertura se traduzisse em alianças puramente pragmáticas, e é aqui que se faz sentir a vontade do centro, foi decidido centralizar nas instâncias superiores a decisão final sobre as alianças. Desse modo, a resolução afirma: “Estas exceções para outros setores partidários, após ampla discussão nas bases, deverão ser referendadas pelos Diretórios Estaduais e Nacional” (Idem).

A reunião do DN que bateu martelo na política de alianças julgou uma série de casos, desde aqueles em que o PSOL formou uma chapa com os partidos da frente na majoritária – todos aprovados por unanimidade – até casos mais polêmicos que incluíam alguns dos chamados partidos mensaleiros. Apesar da ampla gama de partidos com que foram aprovadas alianças – PV, PSB, PMN, PDT, PTN, PC do B, PSDC, PPS e PSL – elas se resumiram mais à exceção do que a regra (apenas 22 municípios de 428 em que o PSOL lançou candidatos). Na maioria dos casos (22 de 24 municípios) em que o PSOL não era o partido majoritário, os pedidos de alianças chamadas táticas foram rejeitados. Além disto, essas alianças táticas ocorreram apenas em duas capitais: Porto Alegre onde foi aprovado o PV como vice e Macapá em que foi aprovado que o PSOL sairia de vice em uma chapa majoritária do PSB (Resoluções DN de junho de 2008¹¹⁹). Não por acaso estas foram as mais criticadas, chegando a receber a acusação de André Ferrari (LSR) de que a aprovação delas teria sido fruto de uma negociata entre MES e APS: “o primeiro votaria à favor da aliança com PSB (Macapá) e, em troca, receberia apoio para aprovar a coligação com o PV” (Delmanto e Seda, 2008, p.134). Embora a abertura tenha desagradado aos setores mais a esquerda do partido, ela não foi grande o bastante para comprometer o fluxo de incentivos coletivos. O que cumpriria este papel adverso seria o financiamento da campanha em Porto Alegre.

O Grupo Gerdau, 13º maior produtor de aço do mundo e com atuação em 14 países, ofereceu a cada um dos oito candidatos a prefeitura de Porto Alegre uma doação de 100 mil reais, sob a justificativa de que estaria assim fomentando a democracia brasileira. O dinheiro foi prontamente aceito por todos, inclusive pela candidata do PSOL, que o fez após aprovação da Executiva Municipal da capital gaúcha, reunida em 14 de agosto (Delmanto e Seda, 2008, p. 134).

A questão do financiamento sempre foi considerada pela militância do PSOL uma questão central para a independência de classes. Tanto assim que o próprio o Estatuto do

¹¹⁹ <http://psol50.org.br/blog/2008/06/30/resolucao-do-diretorio-nacional-acerca-das-coligacoes-municipais-para-as-eleicoes-2008/>. Acesso em 25 de jan. de 2011.

PSOL proíbe o financiamento de multinacionais, empreiteiras, bancos e instituições financeiras. Além disso, a carta compromisso do candidato aprovada na II Conferência Eleitoral apresentava a seguinte passagem sobre financiamento: “Estimular, para as campanhas, as doações cidadãs de pessoas físicas, examinando criteriosamente eventuais contribuições de pessoas jurídicas, excluídas as vedadas pelo estatuto partidário – bancos e multinacionais – e as de empresas com contenciosos trabalhistas e ambientais¹²⁰”. Ao cruzar esta fronteira mesmo contra as resoluções partidárias, o DM de Porto Alegre hegemônico pelo MES desagradou o conjunto do partido. Todas as tendências, exceto o MES, desaprovaram radicalmente esta decisão.

Em nota pública, Tostão em nome do CSOL condenou o desrespeito com as decisões coletivas. Destacando o fato de a Gerdau possui dividendos trabalhistas e que defendia publicamente uma reforma trabalhista de caráter neoliberal, exigiu a intervenção do DN para anular essa decisão de Porto Alegre (Delmanto e Seda, 2008, p.135). A CST, em nota pública assinada por Babá e Sílvia Santos, destacou que essa decisão, em conjunto com a política de alianças, expressaria um processo de descaracterização dos objetivos fundacionais do partido (Idem, p.136). O Enlace também criticou publicamente a decisão. O balanço eleitoral realizado pela tendência considerou um duplo equívoco: “erro político e, mais ainda, erro de método de construção partidária: a opinião das outras correntes do PSOL (que não o MES) foi desconsiderada” (Contribuição para o balanço eleitoral e a avaliação das perspectivas do PSOL¹²¹). O balanço eleitoral da APS faz eco com o do Enlace afirmando que a “decisão de Porto Alegre foi um erro político e dá mal exemplo de construção partidária” (O PSOL e o balanço das eleições municipais¹²²). Mesmo o PP que até então parecia caminhar para um processo de fusão com o MES, criticou pesadamente a decisão considerando que ela fragilizava o partido nacionalmente (Delmanto e Seda, 2008, p.140). Os dirigentes do MES tentaram rebater as críticas afirmando que “esta doação não teve repercussão externa, apenas sendo explorada pelo PSTU, cujo resultado eleitoral mais uma vez píffio, demonstra que não teve resultado. Assim apenas o fogo amigo tentou explorar o episódio” (O PSOL afirma seu espaço na política nacional¹²³). Roberto Robaina chegou a afirmar em um e-mail endereçado para executiva do partido que uma reunião para discutir o tema serviria apenas para alimentar

¹²⁰ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2008/03/31/psol-decide-bases-programaticas-e-politica-de-aliancas-para-eleicoes-2008/>. Acesso em 25 de jan. de 2011.

¹²¹ Disponível em: <http://www.enlace.org.br/politica/contribuicao-para-o-balanco-eleitoral-e-a-avaliacao-das-perspectivas-do-psol/>. Acesso em 25 de jan. de 2011.

¹²² Disponível em: http://www.acaopopularsocialista.com.br/CN02/download/dow_det.asp?id=12. Acesso em 25 de jan. de 2010.

¹²³ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2008/11/06/o-psol-afirma-seu-espaco-politico-nacional/>. Acesso em 25 de jan. de 2011.

a guerra interna como pretendia “um setor minoritário do partido” (Robaina apud Delamanto e Seda, p.139). Mas, antes de ser uma posição minoritária, um documento publicado por 11 membros dos 17 da CEN apresentou o seguinte posicionamento sobre o caso Gerda:

Considerando a posição adotada pela direção municipal de Porto Alegre em aceitar a doação da multinacional brasileira GERDAU para a campanha eleitoral da companheira Luciana Genro.

Considerando que nosso partido acumulou muito pouco sobre financiamento de campanha, mas que faz parte deste acúmulo as bases escritas em nosso Estatuto e na proposta apresentada pela nossa bancada federal de financiamento público exclusivo.

Considerando que neste breve período de breve existência do partido um dos eixos políticos tem sido o combate a corrupção e que o financiamento privado de campanha tem sido um dos veículos da corrupção eleitoral por meio do caixa dois.

Considerando que inúmeras campanhas partidárias elegeram como eixo a denúncia das campanhas milionárias das candidaturas do consórcio petista e da velha direita.

Compreendemos que no contexto atual e nas condições atuais de nosso partido, um partido socialista em construção, sem uma direção consolidada e pelas resoluções aprovadas em nossa conferência eleitoral, a opção realizada pela direção de Porto Alegre se mostrou equivocada. Tal posição sinaliza uma referência política que nos fragiliza nacionalmente.

Avaliamos também como equivocada orientar o partido para uma dinâmica de luta interna quando estamos diante de um desafio definidor de nossa ação para o próximo período.

Por isso, os membros da Executiva Nacional se posicionam contrariamente a decisão adotada pela instância local (Posicionamento da maioria da Executiva Nacional¹²⁴).

Apesar do descontentamento do conjunto partidário contra a decisão do CEM de Porto Alegre, essa nota crítica foi a principal punição que foi adotada. O que indica que a descentralização ideológica combinada com uma relativa descentralização local, características da estrutura organizativa do PSOL, pode contribuir fortemente para o reforço de táticas pautadas no pragmatismo eleitoral, confirmando as análises que realizamos neste sentido do ponto de vista puramente teórico no capítulo II.

Este não foi o único problema enfrentado pelo partido durante as eleições em decorrência da autonomia das instâncias locais, pois diversas coligações eleitorais foram feitas contrariando as decisões do DN. Em dezembro de 2008 quando a CEN voltou a se reunir deliberou-se pesadas punições aos infratores. Além de dissolução de CEMs e DMs, a resolução expulsou cinco vereadores eleitos em coligações irregulares, a saber: Laércio Alves Pereira e Cícero de Araujo Paulino (Mirassol D’Oeste-MT), Silvana Barbosa da Silva (Porto Esperidião-MT), Valdeci Ribeiro dos Santos (Pracúba-AP) e Rafael da Cunha Guerreiro (Santa Cruz de Monte Castelo-PR). Outros quatro foram duramente advertidos condicionando

¹²⁴ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2008/11/06/posicionamento-da-maioria-da-executiva-nacional-do-psol-sobre-a-aceitacao-de-recursos-da-gerdau-pelo-diretorio-municipal-de-porto-alegre/> Acesso em 25 de jan. de 2011.

sua permanência no partido à assinatura de um termo de compromisso de cumprimento das resoluções partidárias, a saber: Olavo Alves de Souza (Garrafão do Norte-PA), Denis Linder Rojas de Paiva (Atalaia do Norte-AM), Maria Helena dos Reis Santos (Itaubal-AP) e Aroldo Freire de Souza (Porto Acre-AC). Ou seja, dos 25 vereadores eleitos, 9 foram questionados por suas coligações irregulares (Coligações irregulares serão punidas¹²⁵). Findado o período eleitoral, as polêmicas voltariam a se concentrar em torno da linha política. Iniciava-se um novo período na vida partidária.

Antes cabe fazer algumas considerações a respeito deste período. A formação da coalizão dirigente situada à direita do partido foi responsável por uma linha política pendente para o pólo da adaptação ambiental. Esta linha, entretanto, não provocou uma articulação dos fins que comprometesse por completo o fluxo de incentivos coletivos. Antes, quando o pêndulo pendeu mais para a direita, o resultado foi um agravamento das contradições no seio da própria coalizão majoritária preparando o terreno para a desagregação desta. Não obstante, as ações anti-partido de Heloísa, do DM de Porto Alegre e do MES confirmaram nossa hipótese de que *a ausência de centralismo democrático dificulta a preservação do sistema de solidariedades*. Os fatos que afrontaram mais fortemente o fluxo de incentivos coletivos foram justamente aqueles resultantes de ações autônomas de indivíduos, grupos ou instâncias inferiores. De qualquer modo, estas ações não deixaram de sofrer punições. Porém é preciso observar que variaram em grau: brandas quando o infrator possuía lugar na coalizão dirigente; severas quando cometidas por grupos e indivíduos mais periféricos. Tal distinção explica-se em função de que foram produtos de tomadas de decisão da cúpula em que a base teve pouco poder de interferência. Ao invés da centralidade dos núcleos tal como previa a proposta partidária, verificou-se uma centralidade na CEN. Portanto, mais do que a falta de centralismo, estes episódios revelaram a insuficiência da democracia partidária e o pouco comprometimento coletivos de grupos e indivíduos que controlam importantes zonas de incerteza. Dois típicos elementos que caracterizam um processo de oligarquização.

5.4. O período do II Congresso

A reunião da CEN em dezembro de 2008 que expulsou os vereadores eleitos em condições irregulares com as resoluções partidárias também aprovou uma resolução política.

¹²⁵ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2008/12/18/coligacoes-eleitorais-irregulares-serao-punidas/>. Acesso em 25 de jan. de 2011.

A crise econômica, teoricamente, finalmente havia assumido a centralidade reivindicada pelas minorias. Desta vez, a palavra de ordem aprovada foi “Para enfrentar a crise, o povo não pode pagar esta conta”. Ela veio acompanhada de um esboço de plataforma contra a crise contendo os seguintes pontos:

01. Não às demissões! 02. Defesa dos empregos e aumento de salários! 03. Fim do fator previdenciário – defesa dos aposentados! 04. Contra a fuga de capitais, controle do câmbio! 05. Redução dos juros básicos e perdão das dívidas dos empréstimos consignados! 06. Fim do superávit primário, – o dinheiro deve ser investido em saúde, educação, moradia, segurança, meio ambiente e não para os especuladores! 07. Auditoria da Dívida Pública! 08. Reforma agrária, crédito e incentivo para os trabalhadores do campo! 09. Basta de corrupção – cadeia para Dantas e todos os corruptos! 10. Não à criminalização dos movimentos sociais e da pobreza! 11. Não às privatizações – suspensão dos leilões da área do petróleo, das estradas e do sistema aéreo! Petrobrás 100% nacional e reestatização da Vale do Rio Doce! 12. Construção massiva de moradias populares! (Resolução CEN, dezembro de 2008¹²⁶)

Esta plataforma que se apresentou dentro uma perspectiva radical agradou até mesmo os setores mais à esquerda do partido. Tratava-se de aproveitar o momento da crise para lançar uma ofensiva contra o capital, combinando tarefas de defesa e ampliação de direitos dos trabalhadores com consignas econômicas de caráter anti-neoliberal. Esta plataforma serviu de base para uma resolução detalhada aprovada pelo DN em março em que se lançava a palavra de ordem: “Os trabalhadores não devem pagar pela crise¹²⁷”. Aparentemente isto representava um giro na linha política desenvolvida pelo partido. Porém, ali escondidinho, meio sem pretensão, o ponto nove desta plataforma trai um segredo. Para alguns setores do partido o tema da corrupção ainda deveria manter sua centralidade.

E a vida política não deixa de fornecer bons argumentos para estes setores. O episódio de destaque midiático desta vez foi a chamada “Operação Satiagraha”. A operação da polícia federal conduzida pelo delegado Protógenes investigou as transações ilícitas do banqueiro Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity. A operação iniciada em 2004 se tornou famosa por prender Dantas além de diversos outros banqueiros, diretores de banco e investidores, entre eles o especulador Naji Nahas. A operação que já havia prendido o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, por suas relações com o esquema, começou a revelar algo muito maior que envolvia desde favorecimentos na privatização das estatais durante a gestão FHC até um lobby em favor de Dantas que alcançava o secretário da presidência da República, Gilberto

¹²⁶ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2008/12/18/relatorio-da-reuniao-da-executiva-nacional-do-psol/>. Acesso em 26 de jan. de 2011.

¹²⁷ Disponível em: http://www.acaopopularsocialista.com.br/CN02/download/dow_det.asp?id=16. Acesso em 26 de jan. de 2011.

Carvalho, durante o governo Lula. A partir de uma denúncia na Revista Veja, começou uma contra-ofensiva em que se acusava o delegado de ter usado métodos ilegais na investigação. Depois, o presidente do STF tentou desacreditar as investigações concedendo Habeas Corpus para Dantas. Por fim, em agosto de 2007 teve início na Câmara dos Deputados a “CPI do grampo” em que o Protógenes passava de acusador para acusado. O PSOL saiu em sua defesa considerando que estas acusações faziam parte de uma operação abafa numa tentativa de desgastar a Polícia Federal e a Operação Satiagraha¹²⁸. Protógenes passou, então, a encarnar, para alguns setores do partido, o símbolo da ética e da luta contra a corrupção.

A mobilização do partido em torno da defesa de Protógenes obscureceu a centralidade da pauta da crise econômica. Através do controle de importantes zonas de incerteza, os dirigentes do MES e Heloísa Helena, mesmo na condição de minoria, conseguiram dar uma grande centralidade ao tema da corrupção. Ausente nas manifestações para enfrentar a crise em março de 2009 que foi organizada por todas as centrais sindicais (incluindo Conlutas e Intesindical), pelo movimento estudantil e por diversos movimentos populares (incluindo o MST e o MTL¹²⁹), Heloísa foi protagonista junto com Protógenes de um ato “em defesa dos trabalhadores, contra o desemprego, a corrupção e a impunidade”, em que a pauta principal foi a defesa do delegado¹³⁰. Iniciou uma crescente aproximação com Protógenes na intenção de trazê-lo para o partido. O principal dirigente do MES, Roberto Robaina, escreveu um editorial para o site da FLC contendo a seguinte declaração: “Sua referência já é de massas e uma parte ainda minoritária, mas significativa do povo deu sinais de eleger o Delegado como liderança de suas demandas democráticas” (Robaina, 2009). Indo ainda mais longe, Robaina conclama a mobilização popular “para transmitir a força necessária para que delegados honestos e corajosos assumam de peito aberto a defesa da verdade, mesmo que acima dos ritos e trâmites legais. A verdade, mesmo que quebrando as leis”. Por fim, deixa claro sua intenção de atrair Protógenes para o PSOL considerando uma necessidade: “Convocar os homens e as mulheres de bem a se juntar na empreitada. Manter aberta as portas de nosso partido a todos os que queiram combater a corrupção dos capitalistas e seus políticos” (Idem). A estas declarações, a direção do Enlace respondeu com uma nota que vale reproduzir

¹²⁸ Estas informações foram coletadas da “Nota do Enlace ao Diretório Nacional e as militantes do partido”. Disponível em: www.enlace.org.br/documentos-enlace/NOTA%20DO%20ENLACE%20-%20SOBRE%20A%20DEFESA%20DE%20PROTOGENES%20QUEIROZ.pdf. Acesso em 26 de jan. de 2006.

¹²⁹ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2009/03/31/o-primeiro-ato-nacional-para-enfrentar-a-crise/>. Acesso em 26 de jan. de 2011.

¹³⁰ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2009/03/21/heloisa-helena-e-protogenes-queiroz-participam-de-ato-publico-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 26 de jan. de 2011.

longamente seus trechos principais por expressarem o núcleo da discordância que a maioria do partido tinha em relação a esta linha política:

O artigo desenvolve um raciocínio político messiânico e atrasado, que na prática substitui o protagonismo do povo e a necessidade de sua auto-organização pela idéia ilusória e conservadora de que é preciso fortalecer “novos heróis”. Ademais, não podemos confundir a correta defesa que o partido está fazendo de Protógenes com a semeadura da ilusão de que a corrupção pode ser derrotada pela ação de indivíduos dentro de um aparato policial que, apesar de suas contradições, está, em última instância, condicionado pelos interesses das classes dominantes. A defesa de que o trabalho da polícia deva estar acima de ritos legais é inaceitável. (...) E num Estado em que grande parte do trabalho da polícia é perseguir os movimentos sociais e criminalizar os pobres, a idéia de que esta atividade não deva ser regulada pela lei é ainda mais absurda.

Outra posição questionável do artigo é a de “*abrir as portas*” do partido para “*homens e mulheres de bem*” que queiram “*combater a corrupção dos capitalistas e seus políticos*”. Se adotado, tal critério levaria à secundarização ou até à completa desconsideração da necessidade de os filiados ao PSOL se identificarem com a luta por uma sociedade socialista, com as lutas populares e com a oposição pela esquerda ao governo Lula (Nota do Enlace à Direção Nacional do PSOL e aos militantes do partido¹³¹).

Protógenes não se filiou ao PSOL. Mas foi por escolha própria. Esta abertura a setores não compromissados com a luta pelo socialismo revelou elementos típicos de um partido de quadros em que sua afirmação depende de grandes nomes. Tal posicionamento demonstrou também, o que é mais importante, os limites de uma linha política centrada na corrupção para garantir o fluxo de incentivos coletivos em um partido da esquerda radical, preparando o terreno para uma viragem decisiva na vida do PSOL: a dissolução da coalizão dirigente após a ruptura da APS com a coalizão majoritária.

O acerto de contas com essa linha política chegou com o II Congresso. O manifesto que sintetiza os principais pontos da tese da APS ao II Congresso explicita o centro da divergência em relação ao bloco de direita: “O PSOL já tem a marca da luta contra a corrupção, o que deve continuar a provocar as iniciativas do partido. Mas, o momento conjuntural exige ações em relação à crise econômica, a defesa do emprego, do salário, dos direitos sociais e contra as demissões” (Novos Tempos para o PSOL¹³²). Essa formulação praticamente reproduz de forma amena a seguinte crítica presente na tese do Enlace: “A luta contra a corrupção (...) é parte importante da luta democrática (...). Mas é dando centralidade ao enfrentamento da crise capitalista e à defesa de medidas de transição para outro modelo de sociedade que nosso partido poderá se constituir numa verdadeira alternativa” (Uma

¹³¹ Disponível em: <http://www.enlace.org.br/documentos-enlace/NOTA%20DO%20ENLACE%20-%20SOBRE%20A%20DEFESA%20DE%20PROTOGENES%20QUEIROZ.pdf>. Acesso em 26 de jan. de 2011.

¹³² Disponível em: <http://www.acaopopularsocialista.com.br/upload/download/Manifesto%20Tese%202.pdf>. Acesso em 26 de jan. de 2011.

alternativa popular, socialista e ecológica para o Brasil¹³³). A coalizão entre elas, portanto, estava anunciada na véspera.

Os documentos divulgados após o Congresso, em especial um documento elaborado em conjunto pela APS e Enlace, revelam detalhes das articulações. Na fase pré-congressual se formou quatro grupos distintos: “1) APS, Enlace, Independentes do RS e TLS; 2) CST, CSOL e BRS; 3) MTL e Independentes do RJ; e 4) o MES” (II Congresso do PSOL: vitória da democracia). Após o processo de retirada de delegados para o II Congresso, estava claro que o primeiro grupo estava em maioria. Vendo que perderia a hegemonia que até então exercera no partido, os dirigentes do MES apresentaram uma proposta de que Heloísa fosse aclamada presidente por fora das chapas, conseguindo assim expandir o seu controle sobre zonas de incerteza de forma artificial. Para atingir este objetivo pressionaram os dirigentes do Enlace e da APS através da ameaça de que a tesouraria, que estava sobre seu controle, não liberaria dinheiro para a realização do congresso. Ameaçaram também boicotar o evento através da não participação da tendência criando um clima de racha. Os dirigentes da APS e do Enlace tentaram contornar a situação se reunindo com os dirigentes do PP que se colocaram no papel de intermediar a situação. A proposta apresentada pelo bloco de centro para manter a unidade do partido foi a de que abririam mão da presidência para Heloísa desde que a proporcionalidade das chapas na composição da CEN não fosse alterada. Diante dessa concessão, a direção PP garantiu a participação do MES congresso (Idem). Mas, o clima de racha estava longe de ter sido afastado em definitivo.

Como maioria, o bloco de centro em seu documento afirma ter tentado pautar o debate do II Congresso em três questões: 1) garantir já na ocasião o lançamento de Heloísa Helena para candidata à Presidente da República tal como desejava a maioria absoluta do partido; 2) organizar uma ação mais unificada nos movimentos sociais e sindicais cujo centro seria a aprovação de uma resolução consensual sobre a nova central; 3) alterações estatutárias que visavam uma maior democratização do partido através da aprovação de uma verdadeira representação proporcional qualificada para a CEN e para a direção da FLC, uma melhor divisão das tarefas entre os membros da CEN, transparência das finanças com a exigência da apresentação de um balancete mensal, etc. No primeiro dia de congresso APS e Enlace se reuniram com Heloísa Helena e outras forças (MES, PP, TLS e grupo do Rio) na qual firmaram um acordo de lançá-la como pré-candidata imediatamente e de convocar uma conferência eleitoral para breve dando mais tempo para o partido “amadurecer o debate sobre

¹³³ Disponível em: <http://www.enlace.org.br/documentos-enlace/2Congresso-Tese5.pdf>. Acesso em 26 de jan. de 2011.

a candidatura de Heloísa ou de possíveis alternativas de candidaturas, diante do cenário mais provável de ela se decidir pela disputa do Senado por Alagoas” (Idem). Como o segundo ponto também era consensual, o debate parecia se encaminhar em torno do terceiro.

Porém, apesar dos acordos pré-congressuais, um impasse novamente voltou à tona: o MES insistia de forma intransigente que Heloísa fosse eleita por fora das chapas. Isto foi percebido pelo centro como uma tentativa de instrumentalizar o apoio da maior personalidade do partido para potencializar artificialmente a sua representação na CEN: “Na prática o MES não aceitava a nova correlação de forças interna ao PSOL e visava obstruir o partido como um todo para se preservar no ‘poder’” (Idem).

Foram apresentadas nove teses. Apesar dos blocamentos anunciados, MES, Grupo do Rio, MTL, Enlace, APS, CSOL, TLS, BRS e CST apresentaram teses em separado. Após a votação das teses estava claro para o MES que não teria força suficiente para aprovar sua proposta. O terreno para o impasse estava preparado. No segundo dia à tarde apareceu o estopim que desencadeou o incêndio. A plenária estava reservada para a apresentação das resoluções congressuais debatidas pelas setoriais. O setorial de negros subiu no palco e fez sua apresentação num clima calmo e de aclamação geral. Contudo, quando as representantes do setorial de mulheres foram apresentar uma resolução que havia sido aprovada com o consenso de todas as tendências (incluindo o MES), um dos membros da mesa que conduzia as atividades lhes obstruiu a palavra. A razão para isto estava em torno da velha polêmica sobre o aborto. O objetivo desta obstrução foi a de tentar impedir que uma posição contrária à Heloísa fosse divulgada. As militantes do setorial protestaram invadindo o palco. Em reação ao protesto, o MES e o MTL abandonaram o congresso argumentando que Heloísa teria sofrido uma ofensa verbal de uma das militantes (PSOL com Heloísa Helena e em defesa da esquerda socialista e democrática).

Em nota divulgada após o Congresso, o MES assim justificou sua ação: “A forma autoritária com que as lideranças do setor de mulheres tentaram impor, invadindo o palco e criando constrangimentos diretos contra Heloísa (...) para a votação de uma resolução sobre aborto, foi inaceitável” (Idem). Em seguida o documento chega a comparar esta atitude com o processo que havia motivado a sua ruptura com o PT: “Queriam obrigar Heloísa a defender o que ela não acredita por uma opção de fé, da mesma forma que o PT tentou impor a reforma da previdência e o mensalão” (Idem). A direção da APS e do Enlace responderam argumentando que tudo não passaria de uma manobra para tentar chantagear o congresso para aprovar a proposta de que Heloísa fosse eleita por fora das chapas, garantindo ao MES a sua antecipação na ordem da escolha de cargos. Como prova de que esta seria a verdadeira

intenção do boicote, apresentam o fato de que Milton Temer (Grupo do Rio) que intermediou as negociações em favor do bloco de direita trouxe justamente esta proposta como contrapartida à ofensa que Heloísa teria sofrido. O que não foi aceito, de tal forma que o impasse permanecera (II Congresso do PSOL: vitória da democracia).

No terceiro e último dia do congresso, a maioria deu prosseguimento ao evento mesmo sem a presença da minoria. Entretanto, até o retorno desta última não foi aprovada nenhuma resolução. Quando este retorno ocorreu, finalmente foram aprovadas as resoluções e eleitas as chapas. As nove teses e os quatro grupos confluíram em três chapas. Atuando de forma unificada contra o bloco de direita, o grupo formado por APS, Enlace, TLS e Independentes do RS conseguiu atrair a tendência imediatamente a sua esquerda, o CSOL, para consolidar uma maioria ainda mais significativa. Sem o CSOL, o bloco de esquerda ficou reduzido à CST e às tendências menores da esquerda partidária que haviam se reunido no BRS. Por fim, o bloco de direita formado pelo MES, MTL e Grupo do Rio, contando também com o apoio do deputado estadual Carlos Giannazi. O resultado da votação que reconstituiu a coalizão dirigente do partido foi o seguinte: Chapa 1 (APS, Enlace, CSOL, Rosa do Povo, TLS e independentes): 182 votos (48,925%) com direito à 8 vagas na CEN e 30 no DN; Chapa 2 (CST e BRS): 38 votos (10,215%) conquistando 2 vagas na executiva e 6 no DN; Chapa 3: (MES, MTL e Grupo do Rio): 152 votos (40,860%) assegurando para si 7 vagas na CEN e 25 no DN. O bloco de centro foi vitorioso também ao conseguir atingir todos seus objetivos com as resoluções aprovadas. A única exceção foi o lançamento de Heloísa como pré-candidata. Diante do impasse, MES e PP recuaram do acordo. Apesar disto, a chapa vitoriosa honrou o compromisso assumido. Assim, na distribuição de cargos deixou de escolher o cargo de presidente para que a chapa segunda colocada indicasse Heloísa Helena para esta função.

Não obstante, não podemos dizer que o resultado foi a afirmação de uma nova hegemonia no seio da coalizão dirigente do partido. Em primeiro lugar, em função do fato de que o partido saiu do congresso completamente dividido. Tanto assim que logo após o congresso, o bloco MES/MTL apoiado por Heloísa Helena se declarou como fração pública. Em segundo lugar, diferente do I Congresso em que a chapa vitoriosa obteve a maioria absoluta de votos, a nova maioria não atingiu a marca de 50%. O número de 8 das 17 vagas da CEN não lhe permite aprovar todas as resoluções sem acordos prévios. Em terceiro, a aplicação correta do critério da proporcionalidade qualificada permitiu à minoria controlar importantes zonas de incerteza. Em quarto, diferente da antiga coalizão majoritária que detinha a quase totalidade da face pública, verificamos aqui uma divisão quase equitativa desta. A chapa vitoriosa recebeu apoio de um senador, um deputado federal e um estadual; a

chapa que ficou em segundo obteve apoio de dois deputados federais e dois estaduais. Por fim, a maioria talvez nem mesmo possa ser compreendida como tal. Não apenas existem grandes diferenças entre os grupos que a compõe, como existem sérias divergências internas na APS e no Enlace que dificultam a ação unitária destas tendências.

Por tudo isto, podemos dizer o resultado deste período consistiu na substituição de uma coalizão dirigente coesa sob hegemonia do MES por uma coalizão dirigente dividida e em crise de hegemonia. Deste modo, o giro à esquerda do partido – diga-se da direita para o centro – não lhe permitiu um poder maior de intervenção no movimento social justamente por causa da debilidade da sua coalizão dirigente. De fato, a realidade efetiva de uma linha política não pode ser concebida isoladamente da organização. Além disso, é mister fazer mais uma observação sobre este giro. O centro da divergência com a linha política conduzida pela antiga coalizão dirigente foi o fato desta ter priorizado o tema da corrupção em detrimento de um plano de emergência para o enfrentamento da crise econômica. Ora, quando terminou o II Congresso, o Brasil já dava os primeiros sinais de recuperação econômica. Isto é, quando finalmente foram reunidas as condições organizativas para que a centralidade desta questão fosse encaminhada, ela já havia se tornado arcaica. Além disto, com a proximidade das eleições gerais de 2010 era inevitável que esta este tema voltasse para o centro das atenções. E novamente uma questão polêmica iria assombrar o fluxo de incentivos coletivos: a candidatura de Marina Silva. Iniciava mais um período na vida partidária.

5.5. O período das eleições de 2010

Com o recuo do bloco de direita em lançar Heloísa Helena como pré-candidata, o destino do partido na eleição presidencial ficou completamente indefinido até a realização de uma conferência eleitoral que estava marcada para dali a dois meses. O único pré-candidato que se apresentou no congresso foi Plínio Arruda Sampaio. Este contava no momento com o apoio único e exclusivo do CSOL. Portanto, se apresentava muito mais como uma anti-candidatura do que como o candidato provável.

Mal terminado o tumultuado congresso, mais um fato agitaria a vida partidária. No mesmo mês do congresso, a ex-militante ambientalista e Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, rompeu com o PT se lançando candidata à Presidente da República pelo PV. Diante do impasse em relação à candidatura de Heloísa, começou movimentações em direção a um possível apoio à Marina. É possível localizar pelo menos três posições em relação a essa candidatura no interior do PSOL. A primeira, representativa do bloco de esquerda, que desde

o início defendia que esta candidatura teria um caráter burguês. A comprovação deste fato estaria: 1) no partido em que ela se filiou considerado como eleitoreiro e fisiológico; 2) na sua gestão ministerial que pouco defendeu o meio ambiente; 3) na sua postura pouco crítica em relação ao governo¹³⁴. Uma segunda, representativa dos setores que enfocam a centralidade da questão do ecossocialismo – a direção do Enlace e setores da APS –, que encontrou nessa candidatura a possibilidade da formação de um campo à esquerda de Lula portador da crítica ao padrão capitalista de desenvolvimento através das noções de sustentabilidade social e econômica. Por fim, uma terceira, formada pelo bloco de direita e a maioria da direção da APS, que via no apoio à Marina as melhores condições para que o partido não ficasse confinado a marginalidade eleitoral diante do fato de que Heloísa provavelmente optaria por se lançar como candidata à senadora. Argumentava-se que a defesa ambiental e de combate à corrupção permitiria acordos programáticos entre o PSOL e a candidatura do PV¹³⁵.

A primeira reunião da CEN após este acontecimento ocorreu em outubro de 2009. Em maioria, os setores que defendiam a possibilidade de negociação com Marina aprovaram uma resolução neste sentido. Mas, a necessidade de construção de uma candidatura não foi descartada, ficando em aberto o debate sobre qual o melhor nome já que, nessa mesma ocasião, Heloísa deixou claro sua intenção de concorrer para o Senado. Houve um debate entre os que consideraram correta esta decisão de Heloísa e entre aqueles que se posicionaram contra (esta última posição é representada principalmente pelos dirigentes da CST). Mas, a decisão já estava tomada (Resoluções CEN de outubro de 2009).

Após esta reunião da CEN, o Enlace bateu rapidamente em retirada da defesa das negociações com Marina em razão dos seguintes acontecimentos: a) A defesa que a candidata do PV fez da política econômica neoliberal conduzida por Lula e FHC; b) A ausência de qualquer refundação ou ressignificação programática do PV tal como Marina havia anunciado no dia de seu ingresso no partido. Assim, já no início do mês de dezembro este setor passou a compor com aqueles que defendiam uma candidatura própria para o PSOL (A necessidade de novas definições para o PSOL). Porém, a terceira posição ainda permanecia como majoritária no seio da direção. Tanto assim que a reunião do DN, apesar de deliberar a necessidade de construir imediatamente uma candidatura do PSOL, aprovou a seguinte resolução:

¹³⁴ O documento “Balanço II Congresso do PSOL” da CST é bastante representativo desta posição. Disponível em: <http://www.thiagolpc.com.br/viewnoticia.asp?ID=73>. Acesso em 28 de jan. de 2011.

¹³⁵ É representativa desta posição as declarações de Roberto Robaina (MES) na reportagem “PSOL oficializa intenção de apoiar candidatura de Marina Silva à presidência” publicada no jornal Zero Hora de 12/11/2009. Disponível em:

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Po1%C3%ADtica&newsID=a2715509.xml>. Acesso em 28 de jan. de 2011.

“Prosseguir nas discussões com o PV a respeito de um possível acordo eleitoral para a apresentação em conjunto da candidatura de Marina Silva, tendo como norte orientador e definidor deste debate o programa e a posição em relação aos governos PT e PSDB” (Resoluções do DN, dezembro de 2009¹³⁶). Assim, as negociações e especulações se arrastaram até janeiro de 2010, momento em que foi acertada a aliança do PV com o PSDB e o DEM no Rio de Janeiro. Com isto, mesmo para os grupos mais pragmáticos eleitorais do PSOL, os ganhos em incentivos seletivos deixaram de compensar as perdas em incentivos coletivos. Por unanimidade, a CEN finalmente deliberou que o PSOL lançaria candidatura própria (Resoluções da CEN, janeiro de 2009¹³⁷). Apesar da decisão, Heloísa permaneceu a declarar publicamente sua preferência por Marina afirmando na imprensa que: “ela é a candidata do meu coração¹³⁸”. Ao ser questionada sobre o possível apoio ao candidato do partido, Heloísa fez uma declaração personalista digna de registro: “Objetivamente, a cota de sacrifício que poderia dar ao partido nacionalmente eu já dei, quando abri mão de um mandato, fui candidata à presidência e fui usada pelo PSOL. Agora é a vez de me dedicar ao povo de Alagoas¹³⁹”.

Com exceção do CSOL que havia lançado Plínio já no II Congresso, as demais tendências internas se voltaram para o debate interno sobre as pré-candidaturas. A CST optou lançar Babá como anti-candidato e o bloco MES/PP optou pelo nome de Martiniano Cavalcante. Priorizando a disputa proporcional, a APS ficou sem nome próprio para apresentar. O Enlace estava dividido entre duas opções: pré-candidato próprio ou apoio ao Plínio. Durante a sua III Conferência, realizada no mês de fevereiro, ficou com a segunda opção. Para isto, contribuiu o apoio crescente que Plínio começou a receber dentro e fora do partido. Até os principais nomes do Grupo do Rio abandonaram o antigo bloco aliado para apoiar Plínio. Por fim, logo após a decisão do Enlace, a APS também fez a opção por ele¹⁴⁰. Considerando a correlação de forças do congresso, tudo indicava para uma vitória tranqüila desta pré-candidatura. Não foi o que aconteceu.

O bloco de direita promoveu uma força ofensiva visando reverter a correlação de forças. As denúncias de fraudes e irregularidades na tiragem de delegados pró-Martiniano

¹³⁶ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2009/12/07/diretorio-nacional-divulga-nova-resolucao/>. Acesso em: 28 de jan. de 2011.

¹³⁷ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2010/01/22/resolucao-da-executiva-nacional-do-psol-sobre-negociacoes-com-a-pre-candidatura-de-marina-silva/>. Acesso em 29 de jan. de 2011.

¹³⁸ Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/06/18/heloisa-helena-diz-que-foi-usada-pelo-psol-e-que-nao-fara-o-sacrificio-de-apoiar-plinio.jhtm>. Acesso em 31 de jan. de 2011.

¹³⁹ Idem à nota anterior.

¹⁴⁰ Informações coletadas junto ao presidente do Diretório Estadual do PSOL do Paraná, Luiz Felipe Bergmann em outubro de 2010.

chegavam de todas as partes. No dia 23 de março ocorreu uma reunião da CEN que daria os últimos encaminhamentos para a realização da conferência. Esta terminou em um impasse. Os apoiadores de Martiniano exigiram a divulgação dos números de delegados que as conferências municipais haviam tirado até o momento. A maioria da CEN negou o pedido argumentando que a divulgação destes números feria a democracia partidária. Em primeiro lugar, não havia ocorrido as etapas estaduais destas conferências, o que poderia influenciar no resultado delas. Em segundo e mais importante, existiam inúmeros recursos que deveriam ser apreciados pela CEN antes que existisse um número oficial de delegados. Diante do impasse, a reunião acabou não chegando ao fim. Esta questão aparentemente ingênua chegou a este resultado tão extremo devido ao fato de que ela guardava outra muito mais importante. Os apoiadores de Martiniano pretendiam criar um clima que inviabilizasse a impugnação dos delegados que estavam sub judicis. Mesmo sem o aval da CEN, os militantes do bloco MES/PP fizeram circular no dia seguinte nas listas de e-mail do partido uma nota com uma relação detalhada do número e o voto supostamente correspondente dos delegados eleitos em cada unidade da federação. Esta relação apresentava 92 delegados pró-Martiniano, 72 pró-Plínio e 10 pró-Babá. Portanto, Martiniano teria uma maioria absoluta de delegados, o que permitia acusar a maioria da CEN de tentar manipular os resultados pela via burocrática das impugnações (Respeito à base partidária, à democracia, ao Estatuto e normas são inegociáveis¹⁴¹). Em resposta, o secretário geral do PSOL divulgou uma nota no site do partido em que qualificava aquelas informações de irreais e fictícias. Segundo o documento, até o momento os dados não haviam sido centralizados pela secretaria geral, nem os recursos haviam sido julgados. Além disso, afirmava a soberania da conferência (Nota de esclarecimento sobre divulgação de resultados acerca da conferência do PSOL¹⁴²).

A reação dos apoiadores de Martiniano foi algo inédito na história tão comum de luta fratricida no seio dos partidos de esquerda: roubar o controle do site do partido. A responsabilidade pelo conteúdo do site do PSOL é compartilhada entre a Secretaria Geral e a Secretaria de Comunicação, ambas controladas naquela oportunidade pela APS. Surpreendida com a transferência do site para outro servidor, os responsáveis por estas secretarias apresentaram uma nota que qualificava esta ação “como um assunto da maior gravidade”, pois a “operação, além de alterar o controle do site, modificou as senhas e invadiu o e-mail da Secretaria Geral que recebia as informações da realização das plenárias municipais” (Urgente:

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.atitudetocantins.com.br/?ctt=noticia.php&IdNoticia=5664>. Acesso em 29 de jan. de 2011.

¹⁴² Disponível em: <http://psolsp.org.br/blog/2010/03/23/nota-de-esclarecimento-sobre-divulgacoes-a-cerca-da-conferencia-eleitoral-do-psol/>. Acesso em 29 de jan. de 2011.

Nota ao partido acerca do site do PSOL¹⁴³). Em resposta, os membros do bloco MES/PP na CEN apresentaram uma nota conjunta justificando a retirada do site do ar com o argumento de que este estaria sendo utilizado de forma parcial a favor da campanha de Plínio, ferindo ataques ao grupo de Martiniano qualificando-os de “mentirosos”: “Em função deste despropósito e desrespeito ao partido, e em função de termos o domínio do endereço do PSOL Nacional, entendemos ser melhor garantir a imparcialidade de nosso site” (Para garantir nossa democracia interna, site do PSOL Nacional está fora do ar¹⁴⁴). Após a divulgação desta nota, o site foi transferido para José Luiz Fevereiro (membro do Grupo do Rio próximo ao PP) que se colocou na posição de intermediar uma solução com a maioria do CEN. Não aceitando a pressão, a secretaria da comunicação do partido divulgou uma nota onde afirmava que o “sequestro” do site foi “um grave ataque a democracia e a legalidade partidária”. Alertava ainda que também fora “sequestrado o site da liderança da bancada e todos os e-mails das secretarias foram capturados e invadidos”. Respondendo aos ataques da minoria da executiva, declarou que:

Os símbolos, os instrumentos de comunicação, a bandeira do PSOL não têm donos. Não pertencem a nenhum de seus militantes, nem mesmo a sua presidente, mas a todos os filiados do PSOL. E tanto a secretaria geral, quanto a secretaria de comunicação, sabedores desses critérios, sempre agiram com imparcialidade com os instrumentos de comunicação do PSOL. As reclamações principais em relação a comunicação do PSOL não eram sobre o site, mas sobre a utilização exaustiva e exclusiva da lista de e-mails do PSOL desde a sua fundação, como spam e propagação de informações de apenas uma das candidaturas e sob controle do grupo de Martiniano. Ou seja, acusam os demais de praticarem exatamente aquilo que eles fazem no cotidiano: utilizar as instâncias partidárias para instrumentalizar suas posições, usar as comunicações do PSOL como forma de privilegiar uma única versão dos fatos, fazer uso de e-mails como forma de combater qualquer posição divergente, fazer da internet o campo da desqualificação política e do debate rasteiro (Sequestro sobre os meios de comunicação do PSOL ataca a democracia interna¹⁴⁵).

Diante disto, além da divulgação deste documento, a secretaria de comunicação decidiu criar um novo site para o partido: www.psol-nacional.com.br. Desta forma, por um momento, mesmo após a conferência, existiram simultaneamente dois sites do partido (um oficial e outro controlado pela minoria). Por fim, ambos foram extintos dando origem a um novo site: www.psol50.org.br (cabe fazer um parêntese para relatar o problema que este fato nos trouxe: como as matérias presentes no outro site foram e ainda continuam sendo

¹⁴³ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2010/03/26/urgente-nota-ao-partido-acerca-do-site-do-psol/>. Acesso em: 29 de jan. de 2011.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2010/03/26/para-garantir-nossa-democracia-interna-site-do-psol-nacional-esta-fora-do-ar/>. Acesso em: 29 de jan. de 2011.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://psolsp.org.br/blog/2010/03/26/sequestro-sobre-os-meios-de-comunicacao-ataca-a-democracia-interna/>. Acesso em 30 de jan. de 2011.

repassadas lentamente para este, isto nos paralisou por um longo tempo, pois, como se pode perceber, esta pesquisa está centrada nos materiais ali publicados).

O impasse parecia caminhar para o racha do PSOL. A violência que assumiu as acusações de lado a lado – que não parou por aí, nas listas de e-mails os militantes da base usaram tons muito mais agressivos – parecia indicar que a vida em conjunto no partido após estes episódios seria impraticável. O clima para a conferência estava bastante tenso, temia-se que pudesse acabar até mesmo em violência física. As justificativas para as impugnações eram enormes. A CEN não estava disposta a admitir as irregularidades, nem os apoiadores de Martiniano estavam dispostos a admitir as impugnações. A intransigência de lado a lado beirava a intolerância.

Apesar disto, todas as chapas de pré-candidatos se apresentaram ao credenciamento de delegado. Os estados que atingiram o quorum foram divididos em três blocos: 1) Estados sem problemas; 2) Estados impugnados pelo DN por não respeitar o termo aditivo; 3) Estados sub judice. O bloco 1 totalizou 148 inscritos sendo: 35 de São Paulo, 27 do Rio de Janeiro, 20 do Rio Grande do Sul, 2 de Santa Catarina, 3 Distrito Federal, 2 do Espírito Santo, 11 da Bahia, 6 do Amapá, 13 do Pará, 7 de Goiás, 4 do Ceará, 3 do Rio Grande do Norte, 1 da Paraíba, 4 de Alagoas, 3 do Paraná, 1 do Maranhão e 6 de Pernambuco. O bloco 2 pretendia inscrever 10 delegados, sendo 9 do Acre e 1 de Roraima. No caso do Acre, além de não atender o termo aditivo, a Secretaria Geral justificou a impugnação com um laudo indicando que várias assinaturas foram feitas pelo mesmo punho, caracterizando a fraude. O bloco 3, por sua vez, pretendia inscrever 19 delegados, mas após a apreciação dos recursos ficou com o direito de registrar apenas 15. Minas Gerais pretendia inscrever 13. Entretanto, verificou-se que 132 assinaturas não eram de filiados que constavam na lista enviada pelo próprio estado ao DN. Assim, Minas Gerais teve direito a credenciar apenas 11 delegados. O mesmo aconteceu com o Mato Grosso: 45 assinaturas não eram de filiados que constavam na lista, de tal modo que pôde inscrever apenas quatro dos cinco delegados que pretendia. Por fim, Rondônia tentou inscrever um delegado. Porém, quatro de sete plenárias não foram comunicadas ao DN para poderem ser divulgadas no site tal como previa o regimento da conferência. Com isto, o quorum deixou de ser atingido¹⁴⁶. Em síntese, o resultado foi o de que 163 delegados garantiram o direito de se inscrever, enquanto apenas 15 foram impugnados. Os 71 delegados que apoiavam Martiniano preferiram não se inscrever, de tal modo que restaram 92 inscritos.

¹⁴⁶ Os dados foram coletados da “Nota da Secretaria Geral do PSOL sobre os delegados (as) à III Conferência Eleitoral”. Disponível em: <http://www.liderancapsol.org.br/resolucoes-partidarias/1059-nota-da-secretaria-geral-do-psol-sobre-os-delegados-as-a-iii-conferencia-eleitoral-.html>. Acesso em 30 de jan. de 2011.

Ora, somando os delegados impugnados com os delegados que não se inscreveram, ainda assim o número de delegados pró-Martinião estava em minoria (86 contra 92 pró-Plínio e Babá). O que, de um ponto de vista objetivo, torna insustentável o argumento de que a Conferência havia sido decidida pelo tapetão. Apesar disto, os apoiadores de Martinião se retiraram do local realizando uma plenária a parte. Em um artigo, o dirigente do MES Edilson Silva qualificou a decisão de não participar do congresso como “um ato de grandeza de uma das partes, renunciando à disputa para preservar o corpo do nosso partido” (Silva, acesso em 30 de jan. de 2010). Nesta plenária da minoria, além de muitas críticas a maioria, foi tomada a decisão de convocar um congresso extraordinário para solucionar o impasse (Idem). Isto não chegou a ocorrer. Diante disso, é possível sugerir que o bloco MES/PP optou pela estratégia de reverter a correlação de através de uma possível ampliação da sua face pública.

Sem a minoria, a III Conferência Nacional Eleitoral ocorreu em um clima de tranquilidade e muitos consensos. Com a retirada da CST da pré-candidatura de Babá em favor de Plínio, este foi aclamado por unanimidade. Foram aprovadas diversas resoluções, incluindo um manifesto político que norteou os rumos da linha política da campanha Plínio presidente. Este manifesto apresentou um programa que afirmava partir “da ruptura com a política econômica, social e ambiental que vigora no país” para “apresentar um projeto de Brasil que inclua mudanças para valer e que resgate a esperança no horizonte socialista” (O Brasil terá uma alternativa socialista nestas eleições). Aprovou-se uma série de parâmetros para serem desenvolvidos em seminários programáticos. Estes parâmetros encontram-se profundamente arraigados nas bandeiras dos movimentos sociais, sindicais e ecologistas; destacamos alguns: suspensão do pagamento da dívida; reforma agrária e limitação do tamanho da terra; Petrobrás cem por cento estatal e reestatização da Vale; desmatamento zero e anulação da medida provisória que autoriza a grilagem na Amazônia; soberania alimentar, proibição dos transgênicos, não transposição do rio São Francisco e não construção da usina de Belo Monte; redução da jornada de trabalho sem redução de salário e fim da flexibilização da jornada; fim da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza; direito de greve aos funcionários públicos e fim do fator previdenciário; auditoria da dívida ambiental das grandes empresas e agronegócios e investimento do dinheiro arrecadado em pesquisas de energia limpa; democratização dos meios de comunicação; combate ao racismo, à homofobia e ao machismo; descriminalização do aborto; apoio a economia solidária; retirada das tropas do Haiti e uma política externa soberana, etc. (Idem). Criticando o governo e a oposição de direita, o manifesto afirmava que Marina Silva “frustrou expectativas”, de tal modo que as “três candidaturas” são consideradas como “essencialmente da situação e de continuidade do

modelo” (Idem). Portanto: “Só o PSOL e uma Frente de Esquerda têm autoridade para defender as demandas e bandeiras históricas do povo trabalhador brasileiro, para apresentar uma autêntica oposição de esquerda, para dizer ao povo trabalhador que o Brasil não vai bem” (Idem).

Embora o Manifesto tenha anunciado a intenção de reeditar a Frente de Esquerda, a tarefa havia se tornado muito difícil. O tempo perdido nas negociações com Marina e, posteriormente, na definição do candidato, virou um forte argumento para que PSTU e PCB não aceitassem a ser tratados como sócios menores do PSOL. Tanto um quanto o outro já haviam lançado seu próprio candidato, fazê-los voltar atrás seria algo muito difícil. Ainda mais pelo fato de que, sem Heloísa, os dividendos eleitorais arrecadados com a aliança não seriam muito consideráveis, de tal modo que para os possíveis aliados compensava mais a oportunidade de disputar a base eleitoral propensa aos candidatos de extrema esquerda¹⁴⁷. Assim, a Frente de Esquerda, saiu dividida com três candidaturas. E isto justamente no momento em que o candidato do PSOL apresentou (de forma coerente com o que havia sido decidido coletivamente na III Conferência) uma linha política bastante radicalizada. Os interesses organizacionais se sobrepuseram sobre os acordos programáticos e o resultado eleitoral puniu os aliados com pífios resultados.

Os péssimos resultados na eleição presidencial foram compensados pelo perfil programático assumido na campanha, o que garantiu um grande fluxo de distribuição de incentivos coletivos. Isto permitiu que o clima de racha fosse amenizado. Porém, alguns episódios regionais minaram este caráter programático da campanha como um todo. Os mais importantes deles foram os seguintes: 1) as constantes declarações de Heloísa a favor de Marina durante o período eleitoral; 2) a retirada de uma das candidaturas ao senado no Rio Grande do Sul e; 3) a chapa branca com o PTB no Amapá mesmo com a intervenção do DN contra esta aliança. Sobre o primeiro deles, nada desenvolveremos aqui, pois se trata apenas de mais uma atitude de desrespeito das instâncias partidárias por parte de Heloísa. Por isto, nos concentraremos nos demais.

O PSOL havia lançado chapa completa para o senado no Rio Grande do Sul apenas para demarcar território. Porém, a CEE do PSOL do Rio Grande do Sul tomou uma polêmica decisão: abrir mão da candidatura de Luiz Carlos Lucas, indicando que o segundo voto de sua militância fosse para Paulo Paim do PT. A justificativa de Robaina foi a de que não se poderia

¹⁴⁷ De qualquer forma, a aliança com o PCB esteve muito próxima de acontecer. Informações em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/pcb-nao-fecha-com-psol-e-lanca-ivan-pinheiro-a-presidente-20100701.html>. Acesso em 3 de fev. de 2011.

“correr o risco de perder o mandato de Paim¹⁴⁸” devido ao fato de que este era favorável a algumas bandeira dos trabalhadores, tal como a luta contra o fator previdenciário. Em uma nota os dirigentes da CST emitiram um juízo crítico a esse apoio, cujo sentido era compartilhado pela maioria do partido, lembrando que o senador Paim votou a favor da reforma previdenciária e faz parte da base de apoio de um governo neoliberal (O apoio a esquerda enfraquece uma alternativa de esquerda).

Este apoio do PSOL ao PT foi algo inédito e sua generalização poderá significar um passo decisivo na vida do partido. Construindo uma representação espacial da preferência dos eleitores, Downs (1999) observa a possibilidade do aparecimento de dois tipos de partidos em um dado sistema partidário: um partido projetado para ganhar eleições e outro projetado para influenciar os partidos já existentes. A emergência da nova esquerda radical parece confirmar o modelo. Segundo Galastri, a nova esquerda radical está dividida entre duas alternativas: “em primeiro lugar, a que pretenderia pressionar a socialdemocracia para que retome seu papel de gerente do Estado-social; em segundo lugar, aquela que consideraria se encontrar apenas no começo de uma reconstrução social e política” (Galastri, 2009). Embora útil, por ser baseado no pressuposto da escolha racional, o modelo precisa ser completado com a observação de que a eficácia da estratégia de influência, neste caso, está longe de ter uma racionalidade comprovada. Antes de influenciar a social-democracia para a plataforma inicial, os partidos da esquerda radical que tem saído transformado por ela. Assim, por exemplo, após participar da coalizão de centro esquerda, o PRC em nome da governabilidade expulsou um dos seus membros por ter votado no Senado de acordo com os princípios pacifistas do partido. O giro à direita do partido o conduziu a vários rachas à esquerda e hoje apenas forçando um pouco a barra poderíamos qualificá-lo de radical. Além disso, do ponto de vista eleitoral essa aproximação também têm se revelado profundamente prejudicial. Após a aliança com a centro-esquerda, o PRC ficou sem representação parlamentar e é o único partido desse espectro político a apresentar uma clara tendência à queda¹⁴⁹. Do mesmo modo, a votação do Partido Democrático Socialista (PDS) em 2005 comparada com a votação do seu sucessor, o Die Linke, em 2009 revela, ao mesmo tempo, um acentuado crescimento nas eleições nacionais (de 8,7% para 11,9%) e um declínio em Berlim (de 20% para 8%)¹⁵⁰. A explicação para isto pode estar no fato de que neste distrito o PDS havia realizado uma aliança na eleição

¹⁴⁸ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4694513-EI15335,00-RS+Psol+retira+candidato+proprio+e+declara+apoio+a+Paim.html>. Acesso em 30 de jan. de 2011.

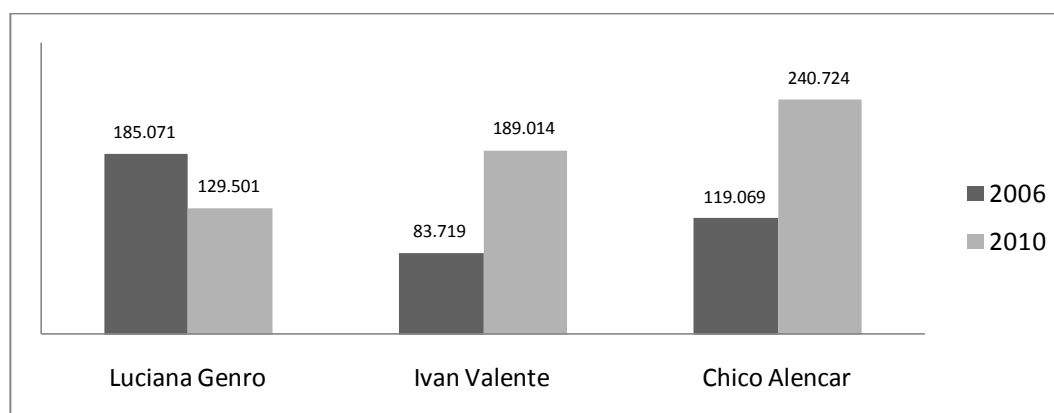
¹⁴⁹ Ver tabela 6.1 e gráfico 6.1, em anexo.

¹⁵⁰ Fonte: bundeswahlleiter.de

anterior com o Partido Social-Democrata (SPD). A coalizão de centro esquerda parece, portanto, produzir apenas o efeito de obscurecer a esquerda radical como alternativa à esquerda tradicional na visão do eleitorado e não o deslocamento dos partidos centristas.

Ora, a independência em relação ao PT tem sido uma das marcas da identidade do PSOL. Como demonstra Delmanto e Seda (2008), o PT é uma referência negativa constante nos discursos dos dirigentes e nos documentos programáticos do PSOL. A generalização desta posição do PSOL gaúcho implicaria em uma grande inflexão na identidade política do partido, transformando-o em um simples partido de influência ao invés de um partido que procura se constituir como uma real alternativa. E, assim como na Europa, os dividendos eleitorais desta escolha são no mínimo duvidosos.

Gráfico 5.1: Histórico dos candidatos à reeleição de deputado federal (em número absoluto).



Fonte: TSE

Como se pode ver no gráfico 5.1, entre os deputados federais do PSOL eleitos em 2006, a gaúcha Luciana Genro foi a única que teve uma votação reduzida (observa-se ainda de passagem que a candidata ao senado do PSOL que manteve a candidatura teve uma votação muito inferior à candidata do PSTU). Evidente que não é possível atribuir esses resultados apenas à linha política, diversos fatores regionais que estão fora do nosso alcance deveriam ser levados em consideração. Porém, os dados disponíveis fornecem um forte indício de que uma linha política mais pragmática não tem beneficiado a esquerda radical. Na verdade é o contrário disto que eles sugerem. Assim, o bloco de direita de retomar ao invés de retomar a hegemonia do partido através da ampliação de sua face pública, viu esta se reduzir, pois perdeu a única parlamentar nacional que possuía (Luciana Genro). O único candidato

eleito pelo bloco foi Janira Rocha (PP), que se elegeu deputada estadual no vácuo a estupenda votação de Marcelo Freixo.

Já a derrota de Heloísa se explica por razões diversas, de tal modo que não cabe correlacionar automaticamente linha política e sucesso eleitoral. Se o papel anti-Lula assumido por Heloísa permitiu a ela se beneficiar eleitoralmente em 2006, este papel se revelou contraproducente na eleição para o senado em Alagoas, estado com uma das maiores taxas de aprovação do governo petista. Com pouco tempo na TV e pouco dinheiro, Heloísa foi incapaz de rebater aos ataques dos concorrentes que acabaram se beneficiando com o apoio de Lula. A boa votação (16,6%, fonte: TSE) obtida acabou significando uma grande derrota, afinal entrou para a disputa como favorita. Como não concorreu à presidência, o espaço midiático nacional ocupado por Heloísa foi pífio. Optou por jogar todas as fichas na sua volta ao senado, ao não se eleger o capital político perdido foi considerável.

A grande vencedora do PSOL foi a APS. Elegeu dois senadores (Marinor e Randolfe), um deputado estadual (o ex-prefeito de Belém Edmilson Rodrigues) e re-elegeu seu deputado federal (Ivan Valente). Este fato poderia confirmar uma nova hegemonia, desta vez ao centro. Mas, o modo como Randolfe foi eleito não permite fazer este prognóstico.

Logo após a eleição de Randolfe, a CST enviou uma nota ao DN em que lembrava que a intervenção no Amapá contra a aliança com o PTB decorreu da “estreita vinculação” deste partido “com atos corruptos, com o governo e com fortes setores empresariais do Estado, pelo qual foi considerado incompatível com os aliados, o programa e os princípios do PSOL”. Contudo, a decisão não teria sido acata, pois “tanto o Randolfe quanto o Vereador do PSOL Clécio, fizeram campanha e subiram no palanque junto com políticos do PTB, alguns deles enquadrados na operação ‘Sanguessugas’ e na CPI do narcotráfico”. A nota aponta ainda que “Randolfe” no segundo turno havia assumido a coordenação da “campanha de Lucas Barreto do PTB, quem conta com o apoio de José Sarney”. O texto termina pedindo uma comissão de ética para Randolfe, argumentando que se o DN “ao invés de punir esta conduta se curva frente aos votos de um senador eleito, haverá aberto um precedente que liquidará o partido” (Nota da CST).

Ao contrário do que estes setores exigiam, a reunião do DN ocorreu apenas após o fim do segundo turno. Esta aprovou resoluções importantes, tais como a definição do novo presidente do partido em função da renúncia de Heloísa. Outro ponto importante foi a questão da FLC. Inicialmente esta funcionou com um grau de autonomia quase absoluto em relação ao partido. Foi apenas no II Congresso, com a mudança da correlação de forças, que o Estatuto do PSOL estabeleceu regras que subordinam a FLC ao corpo partidário. Mas, até essa reunião

nada havia sido encaminhado neste sentido. Como contrapartida para a escolha do presidente do PSOL, ficou decidido que o cargo de presidente da FLC entraria na proporcionalidade qualificada. Ou seja, ao invés da composição da diretoria da fundação reproduzir os critérios da ordem de escolha dos cargos da CEN, uma chapa minoritária pode optar pelo cargo de presidente da FLC ao invés de um cargo na executiva. Com isto, ao invés de indicar o presidente do partido, o bloco MES/PP indicou o presidente da FLC. Por esta razão, a chapa vitoriosa no congresso pôde finalmente assumir a presidência do partido. Para não alterar a proporção de membros na executiva, a solução encontrada foi a de acumular o cargo de secretário geral e presidente do partido na figura de Afrânio Broppé até o próximo congresso do partido.

Em relação à Randolfe teve duas propostas: 1) Comissão de ética; 2) Advertência. A aliança entre APS, MES, PP e grupo do Rio fez com a segunda proposta fosse aprovada. A advertência, além de pouco divulgada, possuía um conteúdo crítico muito brando que apenas alertava para que Randolfe não reincidisse no erro e insistia na necessidade de que ele respeitasse as decisões coletivas (Deliberação do DN, dezembro de 2010). Ora, os vereadores eleitos em alianças irregulares, todos de cidades pequenas, foram expulsos. Por que a punição para um senador eleito na mesma condição sofreu apenas uma leve advertência? Não constataria isto que o pragmatismo eleitoral é a grande ameaça ao sistema de solidariedades do PSOL?

Uma importante constatação que podemos chegar destes fatos é que, mesmo em setores do bloco de centro, o pragmatismo eleitoral está presente com força. As duas tendências mais importantes que formaram a chapa vitoriosa não estão totalmente imunes deste conhecido inimigo do sistema de solidariedade. Na verdade ambas encontram-se divididas entre setores mais pragmáticos e setores mais programáticos. Decompondo a taxa de renovação entre as grandes tendências, temos um importante indício sobre esta realidade. Vejamos:

Quadro 5.1: Taxa de renovação por tendência (entre parênteses, número absoluto de membros da tendência na CEN)

Gestão	MÊS	PP	APS	ENL	CSOL	CST
2007-2009	25% (4)	50% (2)	50% (4)	100% (2)	0% (1)	0% (1)
2009-2011	25% (4)	75% (2)	62,5% (4)	100% (2)	0% (1)	0% (1)

Fonte: Elaboração própria

Este dado nos sugere uma forte coesão da coalizão dirigente do MES, CSOL e CST e uma fraca coesão do Enlace, APS e PP. Entretanto, as substituições do PP se devem a fatores especiais e não a uma busca por uma divisão equitativa dos grupos que o compõem. Em 2007, a renovação refere-se à substituição de Gilberto Cunha por Jefferson Moura em função do fato de que o primeiro rompeu com a tendência ingressar no MES. A renovação de 2009 refere-se a substituição de Martiniano por Elias Vaz, ambos do mesmo grupo de Goiás. A substituição considerada como meia é a de Jefferson por Janira, provavelmente para contemplar um lugar na executiva para a única deputada estadual da tendência. O que não significa dizer que o PP é coeso, mas apenas que estes dados não permitem afirmar sua divisão. Em relação ao Enlace e APS, pelo contrário, temos elementos que ao invés de amenizar, reforçam a hipótese de que estas tendências estão divididas.

O Enlace do Rio Grande do Sul, hegemônico por ex-militantes do MUS, votou majoritariamente a favor do apoio ao Paulo Paim sem que qualquer discussão nacional da tendência ocorresse sobre um tema tão delicado. Em resposta, um grupo de dirigentes e militantes da base do Enlace, especialmente os ligados à tradição da IV Internacional, divulgou uma nota pública desautorizando a decisão dos dirigentes gaúchos. Essa importante fração do Enlace declarou que a decisão cometeu um equívoco tanto do ponto de vista da linha política quanto no método, já que nenhuma instância nacional foi consultada para tomar uma decisão que afeta o conjunto do partido. Desautorizando os militantes do Enlace que apoiaram a decisão, este grupo interno da tendência declarou que “uma política que concilia os interesses do PSOL com o fortalecimento da hegemonia petista nas eleições e no movimento social é contrário ao acúmulo partidário e um golpe à democracia e às resoluções políticas do PSOL” (Posição de militantes do Enlace sobre o apoio do PSOL ao senador Paim).

As clivagens na APS aparentemente são ainda mais acentuadas. A saída da APS do PT não foi consensual e, mesmo depois de tomada esta decisão, alguns militantes permaneceram ocupando cargos em uma prefeitura petista no município de Santana (AP), gerando uma mal estar na tendência e no PSOL. O caso Marina gerou fortes constrangimentos internos na tendência. O apoio à Plínio não ocorreu com a mesma intensidade. A advertência à Randolfe foi uma proposta que partiu da APS. Ou seja, uma solução de compromisso que nem autorizou o setor mais pragmático da tendência, nem puniu mais severamente como queriam os setores mais radicalizados. Por fim, na última reunião do DN, a tendência substituiu dois membros na CEN muito provavelmente em função das polêmicas no período da Conferência Eleitoral. Fiel da balança da disputa partidária, a APS é em si mesma uma incógnita.

Em síntese, o período das eleições de 2010 comprova o fato de que ao invés de uma nova hegemonia, o momento que vive o PSOL é de crise de hegemonia. O símbolo desta crise está na renúncia de Heloísa Helena da presidência do partido na reunião do DN de dezembro de 2010. Esta renúncia poderia ter simbolizado o reconhecimento de uma nova direção política cujo sentido estivesse ancorado mais nas lutas sociais do que nas grandes personalidades. Mas, essa renúncia veio acompanhada da unificação da antiga coalizão dirigente do partido para a defesa de um senador eleito em condições de um exacerbado pragmatismo eleitoral. Se o período que se encerra teve uma marca, foi o do afloramento das contradições do partido. O PSOL ainda está longe da sua maturidade, ainda está a alçar o seu vôo na luta de classes, mas já tem muitas histórias de turbulência para serem contadas.

Considerações finais

Delmanto e Seda (2008), os autores do único trabalho de maior fôlego sobre o PSOL anterior a este, definiram o partido como uma hipótese. E é exatamente disso que se trata. Mas é preciso ir ainda mais longe e perceber o próprio partido como parte de uma hipótese mais ampla: o da recomposição da autonomia do movimento histórico das classes subalternas. A proposta organizativa pluralista do partido tinha como objetivo torná-lo o elemento aglutinador desse processo de recomposição. Porém, este processo tem se revelado mais amplo que o PSOL envolvendo os esforços de muitos agentes que se colocam em alternativas partidárias e políticas distintas. Além disso, apesar de consolidar a hegemonia no seio do eleitorado da esquerda radical, o PSOL se revelou até agora incapaz de se apresentar como uma alternativa efetiva ao PT dentro do território de caça das classes populares. Diante dessa situação, duas tendências opostas se combinam em frágil equilíbrio. Por um lado temos uma forte pressão para a adaptação ambiental. O isolamento que se encontra o partido é traduzido por diversos setores do partido como a necessidade de se adotar uma linha política pragmática eleitoral que permita sair desta situação. Para outros setores, esta debilidade é vista como uma virtude, excluindo de partida toda e qualquer necessidade de se adequar ao ambiente. O auto-fechamento sectário é considerado como a resposta correta para evitar a “contaminação” de um ambiente hostil. Em linguagem leninista, o PSOL está ameaçado por dois riscos simétricos: o esquerdismo e o oportunismo.

Como um partido pluralista, o resultado destas tendências contraditórias (desenvolvimentos prováveis) depende em primeiro lugar da luta entre as tendências (frações) que se opõe no interior do partido. Embora a contradição corte em diagonal cada uma de suas partes, as frações do partido possuem diferentes composições orgânicas entre interesses seletivos e coletivos. Algumas apresentam em mais alto grau os interesses dos militantes carreiristas (bloco de direita) enquanto em outras predominam os interesses dos militantes de tipo crentes (bloco de esquerda). Assim, a luta pelo poder no partido reveste-se de um conteúdo bem concreto: maior ou menor adaptação ambiental. Se a perspectiva que adotamos nesse trabalho está correta, o resultado desta luta é determinado não apenas em função da luta de classes concreta, mas também pelas características organizacionais do partido que investigamos ao longo deste trabalho.

Em um pequeno artigo, Álvaro Bianchi enfrentou exatamente este problema da relação entre a organização partidária e a estratégia do PSOL. Seu diagnóstico foi tão duro quanto realista:

Sem programa e organização de base comuns as grandes tendências permanentes do PSOL ocuparam todos os espaços de discussão e deliberação desse partido, loteando-o de acordo com suas forças. As reuniões da direção nacional não expressam, senão, o momento no qual o acordo político conjuntural entre as diferentes tendências é reproposto. Os núcleos não passam de uma ficção jurídica ou de biombo para a organização de base das tendências. A participação dos membros na vida do partido se encontra restrita ao momento dos congressos e conferências, mas esta não é efetiva e a única forma de ocorrer consiste no alinhamento com as posições já existentes.

(...) Instituídas nos moldes de frações parlamentares as tendências permanentes têm a sua frente deputados, senadores, assessores e candidatos a candidato. A base do PSOL encontra-se alijada de todo controle cotidiano sobre os organismos dirigentes. Sem o controle da base, parlamentares da legenda e seus associados fazem política interna diretamente através dos *mass media*, antecipando-se a decisões dos organismos dirigentes ou mesmo desrespeitando-as e desconhecendo a vontade das bases que dizem representar.

(...) A instituição de tendências permanentes duplica as modalidades horizontais e verticais de organização, desviando os fluxos políticos ascendentes e descendentes entre elas. A duplicação dispersa energias ao invés de concentrá-las, cria duplas lealdades, impede a centralização efetiva, esvazia organismos de base e dirigentes, cria poderes paralelos afastados do controle da base. Ela impede a centralização efetiva e, ao mesmo tempo, a democracia real. Não é a única causa para tal, mas certamente contribui de modo decisivo para tais disposições.

Em um partido de massas dirigido por uma fração burocrática como o PT o mecanismo de tendências permanentes era um instrumento de defesa das minorias que permitia à oposição de esquerda travar sua luta política. Em um partido pequeno como o PSOL esse é o mecanismo que viabiliza organizativamente a autonomia aos parlamentares, bloqueia a participação efetiva da base nos processos decisórios, alimenta as lutas fratricidas, transforma militantes em filiados e estimula o caráter meramente eleitoral do partido. É um mecanismo de opressão das minorias que impede à oposição de esquerda travar efetivamente sua luta política.

O ponto de vista de Bianchi reflete a posição do PSTU na polêmica que antecedeu a fundação do PSOL. A ausência de centralismo democrático em decorrência da instituição de tendências permanentes comprovaria o caráter oportunista do partido. Estaria, portanto, o projeto organizativo da nova esquerda radical condenado por um vício de origem chamado pluralismo?

É verdade que o pluralismo mina as bases do centralismo democrático. Mas, por outro lado, a cristalização de profundas divisões ideológicas no seio da esquerda não é um fenômeno trivial. Ela tem raízes históricas profundas. Não é possível abolir estas divisões por decreto. Na verdade, do ponto de vista do marxismo revolucionário, não é nem desejável, pois este pluralismo contém em germe as bases da democracia socialista. O contrário deste pluralismo é a imposição de um só ponto de vista, é o fechamento doutrinário, é a negação de

qualquer avanço no sentido de um partido de massas em condições de um proletariado crescentemente diversificado. A prova disto é a própria evolução do PSTU. Ou mais precisamente, a sua falta de evolução. A idéia de que um partido pequeno e fechado, sem influência de massas, possa se tornar hegemônico pelo simples fato de supostamente representar os verdadeiros interesses da classe, é constantemente negada não apenas pela trajetória do PSTU, mas pela história de todo o campo da esquerda radical. Acreditar na possibilidade da emergência de uma organização socialista perfeita inserida dentro de uma sociedade dominada pelos fenômenos do fetichismo da mercadoria, alienação do trabalho, hegemonia política, ideológica e moral da classe dominante, burocratização em função da divisão social capitalista do trabalho etc., é uma utopia no pior sentido do termo. O isolamento é a consequência, tanto previsível quanto verificada na trajetória da extrema esquerda, desta atitude estratégica.

A nova esquerda radical é uma aposta arriscada. Ela consiste em uma tentativa da esquerda revolucionária de fugir, mediante uma abertura política, do isolamento em que se encontra confinada. Mas, qual é a medida certa desta abertura? Como se consolidar efetivamente em uma organização distinta da extrema-esquerda e da social-democracia? Como seguir em linha reta no caminho estreito que separa o esquerdismo do oportunismo? E quem garante que esse caminho conduza a algum lugar além de uma votação um pouco mais expressiva do que a tradicional recebida pela extrema esquerda? Para onde caminha o PSOL?

Para não cair no terreno puramente especulativo, podemos apenas tentar apresentar aquela parte da resposta que concerne aos limites da investigação aqui conduzida. No início do trabalho levantamos três hipóteses. Embora todas tenham sua dose de verdade, a terceira nos apareceu a mais apropriada, ou seja, o caráter socialista do PSOL permanece – para retomar uma fórmula que Juarez Guimarães elaborou para caracterizar o PT no fim da década de 80 – como um enigma em aberto (Guimarães, 1990). Vejamos como.

Ainda que o risco de uma recaída sectária do PSOL não possa ser descartada, o grande perigo que enfrenta o partido é o de ter o seu sistema de solidariedade corroído pelo pragmatismo eleitoral. Tanto no âmbito da estrutura organizativa quanto no âmbito das relações de poder, esta é a tendência organizativa que se revela mais forte. É mister sintetizar aqui alguns dos elementos que apresentamos ao longo do trabalho que permite averiguar esta afirmação: 1) A combinação de uma descentralização ideológica altamente elevada com uma descentralização territorial fraca, mas existente, tem permitido que interesses seletivos se imponham sobre o coletivo. É sintomático que a maior parte dos acontecimentos que minaram o sistema de solidariedade tenham sido proveniente de uma unidade da federação, o Rio

Grande do Sul, que está sobre uma hegemonia mais clara da direita partidária do que o restante da organização. 2) O controle organizativo sobre a face pública do partido é extremamente débil. Com isto, ela consegue compartilhar o poder com e, por vezes, até mesmo predominar sobre, a direção do partido. Vale lembrar que a legitimidade da face pública repousa mais no eleitorado do que na organização interna, de tal modo que a responsividade desta com a base partidária é extremamente menor e a tendência ao pragmatismo eleitoral muito mais profunda. 3) Muitos elementos de contrapoder da base partidária (núcleos, internúcleos, instrumentos de democracia direta, etc.) – com exceção dos setoriais que experimentaram um reforço a partir do último congresso – apresentam-se bastante debilitados em comparação com a proposta organizativa original do partido. Recordamos que a base partidária é aquele setor do partido em que mais claramente se expressam os interesses coletivos. 4) A composição social da coalizão dirigente apresenta importantes indícios de oligarquização e parlamentarização. Desse modo, o verdadeiro poder partidário não repousa sob a representatividade das bases. Na melhor das hipóteses poderíamos falar de democracia inter-elites, isto é, entre os dirigentes das diferentes tendências do partido e os parlamentares. Sendo assim, o poder de intervenção dos militantes de base possui como filtro o poder de interferir nas decisões das tendências e nas plenárias dos parlamentares, ou seja, é bastante reduzido para os militantes das grandes tendências e quase nulo para os independentes e grupos locais sem expressão parlamentar¹⁵¹.

Mas, a tendência ao pragmatismo não é absoluta, de tal modo que não cabe nenhum determinismo. Vários outros elementos apontam em sentido contrário. Entre eles destacamos: 1) Os canais de reciprocidade de poder da base, embora debilitados, não deixam de possuir certa dose de efetividade. 2) A própria situação de isolamento do PSOL impede a formação de um sistema de incentivos seletivos consistente em um país continental como o Brasil, de tal modo que a organização é obrigada, em larga medida, a se apoiar no sistema de solidariedades. 3) A identidade partidária construída tendo por base a negação da experiência do PT obstaculiza a adoção de uma linha política muito pragmática. Avançar pragmaticamente até o limite em que isto produz resultados efetivos (por exemplo, os casos Randolfe e Gerdau) desestabiliza de forma muito forte o sistema de incentivos coletivos do partido e de suas tendências internas. Em um grau reduzido, a eficácia do pragmatismo eleitoral tem sido no mínimo duvidosa. Afinal, também para os *eleitores* do PSOL, a

¹⁵¹ Embora não tenhamos desenvolvido este argumento aqui, é previsível que cada tendência possua um grau diferente de reciprocidade de poder da base. Uma hipótese interessante a ser investigada em estudos posteriores sobre o partido é o de verificar a relação entre o grau de reciprocidade de poder e o grau de pragmatismo eleitoral. Tudo indica que estas estejam inversamente correlacionadas.

diferença em relação ao PT se apresenta como um elemento importante da identidade com o partido. Não de surpreender que o desempenho eleitoral do centro partidário tenha se revelado mais eficaz do que o do bloco de direita.

Esta situação de equilíbrio instável entre estes elementos contraditórios é, ao mesmo tempo, um elemento de força e de fraqueza do partido. Por um lado, ele garante que o PSOL não caminhe nem tanto para a vertente esquerdista, nem tanto para a vertente oportunista. Embora em zigue-zague, o PSOL tem conseguido se diferenciar tanto da experiência petista quanto do PSTU. Por outro lado, a possibilidade de escrever certo por linhas tortas não é um atributo que se refere em plenitude ao mundo profano em que vivemos. Embora, aparentemente, a fase de maior turbulência já tenha passado, o partido atravessa uma séria crise de instabilidade da sua coalizão dirigente, o que diminui seu poder de intervenção política e social.

O PSOL vive hoje uma aguda crise de hegemonia. A vitória do centro no último congresso não significou a vitória da justa medida entre o esquerdismo e o oportunismo, mas um afloramento das contradições. A verdade é que o próprio centro do partido encontra-se minado por estas contradições, o que torna o enigma político do partido praticamente indecifrável a curto e médio prazo. A única constatação que podemos realizar, nas condições organizativas atuais, é a de que se ocorrer algum desequilíbrio que comprometa o caráter de nova esquerda radical do partido, ele será para a direita e não para a esquerda.

Embora a balança do partido tenha pendido mais para a direita, consideramos prematuro declarar como Bianchi que “Rapidamente o oportunismo organizativo revelou-se como oportunismo político” (2010). As debilidades organizativas que apresentamos aqui, mais do que como sentença de morte do caráter radical do PSOL, servem como um alerta. Se não forem observadas estas e aquelas variáveis, o desastre é certo. Mas, e se... O futuro do partido, portanto, permanece largamente condicional.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Oswaldo E. *A estrela não é mais vermelha*. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANGELO, Victor de Amorin. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFSCAR, 2007.
- _____. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2008.
- ANTUNES, Ricardo L.C. Um novo desafio. In: *O caracol e a concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005. p.123-128.
- BADARÓ, Marcelo. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2007.
- _____. *Emerge uma nova esquerda na Europa*. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/internacional/38-artigo/1255-emerge-uma-nova-esquerda-na-europa>. Acesso em 12 de maio de 2010.
- BIANCHI, Alvaro. *A organização como uma questão estratégica: passado e presente*. Disponível em: www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=11420&ida=29. Acesso em 20 de abril de 2010.
- BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia & MARCELINO, Paula. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*. Observatorio Social de América Latina, v. 1, p. 35-55, 2009.
- BRAGA, Sérgio. *Que fazer? Alternativas políticas e configuração do bloco no poder na atual conjuntura brasileira*. In: Simposio sobre conjuntura organizado pelo G-Com, 2006.
- CODATO, Adriano. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciência Política, UNICAMP, 2008.
- CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. *Comentários sobre a ação política: as revoluções e os partidos*. Revista Educere et Educare. Revista da Educação da Unioeste. Cascavel, vol. 1, nº2, jul./dez. de 2006.
- CRUZ, G. R. *O PT e a Redefinição de Objetivos e Estratégias*. Disponível em: www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=732&Itemid=147.

Acesso em 1 de jul. de 2009. Cadernos do ICHF. Série Estudos e Pesquisas (UFF), UFF, Niterói/RJ, n. 76, 2002.

DELMANTO, Júlio & SEDA, Juliana. *PSOL: uma hipótese*. São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso em jornalismo, Faculdade Cásper Líbero, 2008.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. Edusp, São Paulo, 1999.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UNB, 1970.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Juarez. *Claro enigma: o PT e a tradição socialista*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1990

LACERDA, Alan Daniel Freire de & MOURA, Pablo. *As razões da esquerda radical: eleições e organização partidária em um extremo ideológico*. Anais do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Recife, ABCP, 2010.

LAGOA, Maria Izabel. *O programa político do Partido dos Trabalhadores no contexto de uma esquerda em crise*. Marília, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UNESP, 2004.

LÉNINE, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. Disponível em: www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm. Acesso em 28 de jul. de 2010.

MACHADO, João. *A crise de 2005 e a social-liberalização do PT*. Disponível em: http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=312&Itemid=2.

Acesso em 15 de ago. de 2010.

_____. *O II Encontro do PSOL*. Disponível em: www.mra.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=115. Acesso em 5 de jan. de 2011.

MANDEL, Ernest. *La teoria leninista de la organización*. México, Serie Popular Era, 1976.

MANDEL, Ernest. Introdução. In: Trotsky, Leon. *Programa de transição*. Lisboa: Antídoto, 1978.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do governo Collor e a tática do PT*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2005.

- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política, livro 1, volume 1*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. In: *A Revolução antes da revolução, Vol. II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp.199-336.
- MEDEIROS, Juliano. *Mais uma vez o mito dos “fundacionais”*. Disponível em: <http://psolsp.org.br/?p=4413>. Acesso em 25 de ago. de 2010.
- MENEGUELLO, Raquel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MERMELSTEIN, Waldo. *Dos fundadores da Liga Operária ao início dos anos 80*. Disponível em: www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=11054&ida=0. Acesso em 9 de jul. de 2010. Opinião Socialista, edição nº 380 De 11 de junho a 8 de julho de 2009.
- MICHELSONS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PETIT, Pere. A esquerda petista, os intelectuais e o governo Lula. In: *Antes do vendaval: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005/ Márcia Ribeiro Dias, José Manuel Santos Pérez (Orgs.)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006 pp. 179-220.
- POMPEO, Flavio Soposto. *As origens do PSOL*. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/012/12pompeo.htm#_ftn6. Acesso em 25 de abr. de 2010. Revista Urutágua. Maringá, nº 12, abr., mai., jun., jul. de 2007.
- _____. *Governo Lula, o novo partido e as saídas pela esquerda para a crise de 2005*. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/057/57pompeo.htm. Acesso em 1 de maio de 2010. Revista Espaço Acadêmico. Maringá, nº57, fev. de 2006.
- RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCar, 2008.
- RIDENTI, Marcelo S. *Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira, 1964-1974*. Estudos de Sociologia (São Paulo), Araraquara, v. 2, p. 93-95, 1997.
- _____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1983.
- ROUSSET, Pierre. *Disolver la LCR; construir un nuevo partido anticapitalista, pero amplio*. Disponível em www.democraciasocialista.org.br. Acesso em: 25 de nov. de 2009.
- ROBAINA, Roberto. *A biografia de um revolucionário*. Disponível em: <http://robertorobaina.blogspot.com/2010/03/biografia-de-um-revolucionario.html>. Acesso em: 5 de jul. de 2010.

_____. Depoimento de Protógenes Queiróz: A operação Satiagraha não foi desmontada. Disponível em: www.socialismo.org.br/portal/politica/47-artigo/860-depoimento-de-protogenes-queiroz-a-operacao-satiagraha-nao-foi-desmontada. Acesso em 26 de jan. de 2011.

SILVA, Antonio Ozai da. *Trabalho e Política*. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/022/22pol.htm. Acesso em 2 de maio de 2010.

_____. *As origens do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados*. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/003/03trotskismo.htm. Acesso em 26 de abril de 2010. Revista Espaço Acadêmico. Maringá, nº3, ago. de 2001.

_____. *A esquerda marxista e o PT: Força Socialista (FS) e Brasil Socialista (BS)*. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/094/94ozai.htm. Acesso em 12 de jul. de 2010. Revista Espaço Acadêmico. Maringá, nº94, mar. de 2009.

_____. O PT e os marxismos da tradição trotskista: Introdução. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/000/0trotskismo.htm. Revista Espaço Acadêmico. Maringá, nº0, mai. de 2001b.

SILVA, Edilson. Heloísa Helena comanda giro do PSOL às ruas. Disponível em: <http://abreuelimaemfoco.blogspot.com/2010/04/hloisa-helena-comanda-giro-do-psol-as.html>. Acesso em 30 de jan. de 2010.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TROTSKI, Leon. De um arranhão ao perigo de gangrena. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/01/24.htm>. Acesso em 07 de fev. de 2011.

VEIGA, Luciana F. *Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002*. Opinião Pública (UNICAMP), v. 13, p. 340-365, 2007.

ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo, Boitempo, 2005.

Sites pesquisados:

<http://veja.abril.com.br>

<http://www1.folha.uol.com.br>

www.pstu.org.br

<http://socialismo-obarbarie.org>

www.espacoacademico.com.br

www.psol-nacional.com.br

www.psol.org.br

www.midiaindependente.org

www.mra.org.br

www.fpabramo.org.br

www.tre-pe.gov.br

www.pt.org.br

www.npa2009.org

www.enlacers.com.br

www.jornalopcao.com.br

www.thiagolpc.com.br

www.lucianagenro.com.br

www.ifcs.ufrj.br

www.psolzonasul.org

www.mtl.org.br

www.poderpopular.org.br

www.acaopopularsocialista.com.br

www.enlace.org.br

www.pclavoratori.it

www.comunisti-italiani.it/

www.sinistracritica.org/

www.rifondazione.it/

www.combate.info/

www.rupturafer.org/

www.ps.pt/

www.pcp.pt/

www.bloco.org

www.esquerda.net

<http://die-linke.de/>

http://die-linke.de/politik/international/english_pages/

www.marxismo.org.br

www.lcr-rouge.org

www.inprecor.org

www.internationalviewpoint.org

www.puntodevistainternacional.org/

www.cortedicassazione.it/Archivio/Elezioni/Elezioni.asp

<http://elezionistorico.interno.it/index.php>

www.legislativas2009.mj.pt/

www.bundeswahlleiter.de/

www.revistarubra.org/?page_id=792

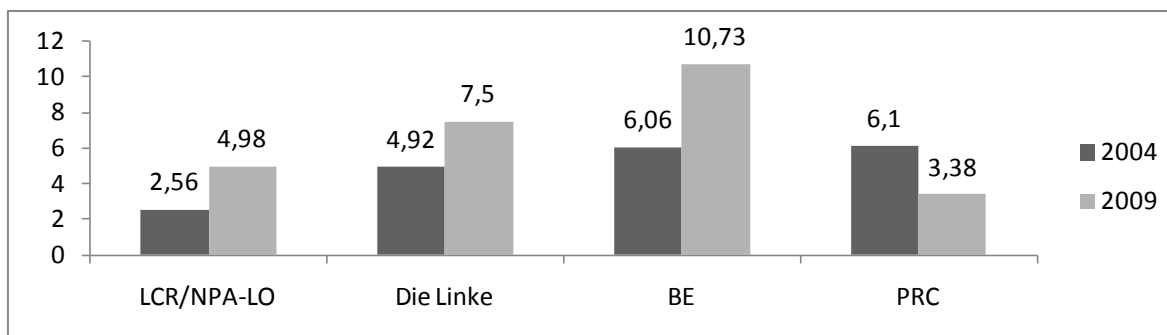
www.espacoacademico.com.br/012/12almeida.htm

www.interieur.gouv.fr/

www.europarl.europa.eu/parliament/archive/elections2009/pt/france_pt.html

ANEXOS

Anexo 1: Gráfico e Tabelas

Gráfico 6.1: Comparação Itália, França, Portugal e Alemanha nas duas últimas eleições do parlamento europeu

Fonte: europarl.europa.eu/parliament/archive/

Tabela 6.1: Votação da nova esquerda radical nas quatro últimas eleições legislativas na Dinamarca, Portugal, Itália, Grécia e Alemanha

Partido	A ¹⁵²	B ¹⁵³	C ¹⁵⁴	D ¹⁵⁵
Aliança Verde e Vermelho	2,7	2,4	3,4	2,2
Bloco de Esquerda	2,5	2,8	6,4	9,7
Partido da Refundação Comunista	8,6	5,0	5,8	3,0
Syriza	-	3,3	5,0	4,6
PDS/Die Linke ¹⁵⁶	-	-	8,7	11,9

Fontes: legislativas.pt, cortedicassazione.it, bundeswahlleiter.de, enhdslisten.dk, syriza.gr

Tabela 6.2: Candidaturas da Frente de Esquerda a governador em 2006

Uf	Governador	Partido	Coligação	Votos nominais	votos válidos	% (votos válidos)
AC	José Wilson Mendes	PSOL	sem coligação	1.068	312.821	0,341
AL	Ricardo Barbosa	PSOL	PSTU/PCB	51.680	1.313.159	3,936
AM	Herbert Amazonas	PSTU	PSOL/PCB	6.195	1.358.613	0,456
AP	Clécio Luiz	PSOL	PSTU/PCB	9.008	298.309	3,02
BA	Hilton Coelho	PSOL	PSTU/PCB	38.870	6.130.866	0,634
CE	Renato Roseno	PSOL	PSTU/PCB	106.184	3.865.848	2,747

¹⁵² Dinamarca 1998, Portugal 1999 e Itália 1996

¹⁵³ Dinamarca 2001, Portugal 2002, Itália 2001 e Grécia 2004.

¹⁵⁴ Dinamarca 2005, Portugal 2005, Itália 2006, Grécia 2007 e Alemanha 2005.

¹⁵⁵ Dinamarca 2007, Portugal 2009, Itália 2009, Grécia 2009 e Alemanha 2009.

¹⁵⁶ O PDS cedeu a legenda em 2005 para as organizações que formariam junto com ele dois anos depois o Die Linke.

DF	Toninho	PSOL	PSTU/PCB	55.898	1.316.800	4,245
ES	Daniel Barbosa Nascimento	PSOL	PSTU	11.878	1.716.394	0,692
GO	Elias Vaz de Andrade	PSOL	PSTU/PCB	13.318	2.728.311	0,488
MA	Carlos Saturnino	PSOL	sem coligação	6.159	2.715.810	0,227
MG	Vanessa Portugal	PSTU	PSOL	60.145	9.714.146	0,619
MS	Carlos Alberto Dutra	PSOL	PSTU	6.282	1.184.969	0,53
MT	Mauro Cezar	PSOL	PSTU	31.336	1.411.161	2,221
PA	Edmilson Rodrigues	PSOL	PCB	131.088	3.126.503	4,193
	Atnágoras Teixeira Lopes	PSTU	sem coligação	10.905		0,349
PB	David Lobão	PSOL	PSTU	22.949	1.900.486	1,208
	Francisco Carlos Firmino de Sousa	PCB	sem coligação	1.698		0,089
PE	Edílson Silva	PSOL	PCB	26.786	4.013.415	0,667
	Kátia Maria da Silva Telles	PSTU	sem coligação	8.718		0,217
PI	Edna Nascimento	PSOL	PSTU	6.920	1.548.121	0,447
PR	Luiz Felipe Bergmann	PSOL	PSTU/PCB	14.914	5.422.623	0,275
RJ	Milton Temer	PSOL	PSTU/PCB	118.936	8.262.284	1,44
RN	Sandro Pimentel	PSOL	PSTU	14.172	1.541.150	0,92
	Antonio José Bezerra	PCB	sem coligação	2.470		0,16
RO	Adilson Siqueira	PSOL	sem coligação	7.984	715.230	1,116
RR	Almira Maire	PSOL	sem coligação	2.755	186.776	1,475
RS	Roberto Robaina	PSOL	PSTU/PCB	68.676	6.193.596	1,109
SC	João Fachini	PSOL	PSTU/PCB	17.637	3.274.539	0,539
SE	Stoessel Chagas	PSTU	PSOL		1.000.369	
	Edmilson Celestino de Barros	PCB	sem coligação	2.562		0,256
SP	Plínio de Arruda Sampaio	PSOL	PSTU/PCB	532.470	21.373.140	2,491
TO	Elisio Gonçalves	PSOL	sem coligação	1.622	661.947	0,245
BR	TOTAL			1.391.283	93.287.386	1,491

Fonte: TSE

Tabela 6.3: Votação Frente de Esquerda para o Senado em 2006

UF	Senador	Partido	Coligação	Votos	votos válidos	% (votos válidos)
AC	NÚCIA MARIA CANIZO FERREIRA	PSOL	sem coligação	2.420	211.161	1,146
AL	OTAVIO GOMES CABRAL FILHO	PSOL	PSTU/PCB	8.679	1.250.517	0,694
AM	LUIZ MANOEL NAVARRO	PCB	PSOL/PSTU	1.848	1.325.862	0,139
AP	CELISA PENNA MELO CAPELARI	PSOL	sem coligação	3.608	283.062	1,275
AP	LIDUINA BASTOS DO NASCIMENTO	PSTU	sem coligação	1.150		0,406
AP	RICARDO GONÇALVES SANTOS	PCB	sem coligação	327		0,116
BA	ANDRÉ LUIS FREITAS FONSECA	PSOL	sem coligação	10.204	5.653.266	0,180
BA	EDNALDO MENDES SACRAMENTO	PSTU	sem coligação	3.080		0,054
CE	RAIMUNDO PEREIRA DE CASTRO	PSTU	sem coligação	18.545	3.660.621	0,507
CE	TARCÍSIO LEITÃO DE CARVALHO	PCB	sem coligação	6.084		0,166
DF	RODRIGO DE SOUZA	PSOL	sem coligação	10.974	1.268.048	0,865
DF	FRANCISCO JOSÉ TARGINO	PSTU	sem coligação	740		0,058

DF	FRANK ALGOT EUGEN SVENSSON	PCB	sem coligação	1.835		0,145
ES	AFONSO CEZAR CORADINE	PSOL	PSTU	20.675	1.653.937	1,250
GO	ROBSON DE SOUSA MORAES	PCB	PSOL/PSTU	3.777	2.684.648	0,141
MA	FRANCISCO DA CHAGA MATOS	PSOL	sem coligação	3.314	2.580.977	0,128
MA	FREDERICO L. M. DOS SANTOS	PCB	sem coligação	2.076		0,080
MA	RAMON SILVA GOMES	PSTU	sem coligação	4.743		0,184
MG	MARIA DA CONSOLAÇÃO ROCHA	PSOL	PSTU	132.271	8.302.842	1,593
MG	SÍLVIO PEDRO RODRIGUES	PCB	sem coligação	9.589		0,115
MS	ANITA TEREZINHA NUNES	PSOL	sem coligação	7.265	1.142.154	0,636
MS	SUEL FERRANTI DA SILVA	PSTU	sem coligação	2.528		0,221
MT	CLEUZA DIAS LEITE	PSOL	PSTU	3.963	1.277.226	0,310
PA	NEIDE ROCHA CUNHA SOLIMÕES	PSOL	PCB	21.698	2.808.419	0,773
PB	VITAL FARIAS	PSOL	PSTU	99.966	1.665.443	6,002
PB	ANTONIO PEREIRA DA SILVA	PCB	sem coligação	2.384		0,143
PE	ALUÍSIO DE ARAÚJO FIGUEIRÓA	PCB	PSOL	5.286	3.618.525	0,146
PE	HÉLIO CABRAL LIMA	PSTU	sem coligação	8.311		0,230
PI	ZILTON VICENTE DUARTE JUNIOR	PSOL	sem coligação	2.465	1.415.966	0,174
PI	GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO	PSTU	sem coligação	6.460		0,456
PR	IVAN RAMOS BERNARDO	PSTU	PSOL/PCB	5.017	5.093.134	0,099
RJ	RAYMUNDO THEODORO C. DE OLIVEIRA	PCB	sem coligação	16.990	7.356.123	0,231
RN	VERONICA SIMONE DUTRA VERAS	PSTU	PSOL	6.008	1.461.772	0,411
RN	EDGAR NAZARENO CALDAS	PCB	sem coligação	1.912		0,131
RO	MARCOS AUGUSTO GOMES SUSSUARANA	PSOL	sem coligação	16.155	676.360	2,389
RR	JOÃO LUCIANO ROSA	PSOL	sem coligação	1.497	178.798	0,837
RS	VERA JUSTINA GUASSO	PSTU	PSOL/PCB	48.390	5.490.106	0,881
SC	GILMAR SALGADO DOS SANTOS	PSTU	PSOL/PCB	10.139	2.961.578	0,342
SE	HEITOR PEREIRA ALVES FILHO	PSOL	PSTU	4.736	935.535	0,506
SE	JOÃO BOSCO SANTOS	PCB	sem coligação	10.648		1,138
SP	LUIZ CARLOS PRATES	PSTU	PSOL/PCB	81.525	18.791.421	0,434
TO	CLAUDIO DALLABRIDA	PSOL	sem coligação	1.637	636.304	0,257
BR	TOTAL			610.919	84.383.805	0,724

Fonte: TSE

Tabela 6.4: Votação deputado federal PSOL nas eleições de 2006

UF	TVP/ QE	Votos válidos (%)	Total de votos PSOL (TVP)	Quociente eleitoral (QE)	Número de eleitos
RJ	1,243	2,703	217.851	175.217	1
RS	1,177	3,797	226.155	192.156	1
SP	0,996	1,424	295.933	296.987	1
CE	0,480	2,182	89.988	187.468	0
DF	0,325	4,057	53.430	164.624	0
MG	0,262	0,495	48.441	184.747	0
PA	0,230	1,351	42.124	183.438	0
GO	0,181	1,064	30.219	167.127	0
BA	0,115	0,294	19.317	168.484	0
ES	0,103	1,032	17.958	174.051	0
RR	0,088	1,094	2.089	23.866	0
PE	0,085	0,339	14.206	167.751	0

PR	0,081	0,271	14.546	178.818	0
AL	0,079	0,876	12.167	154.317	0
RO	0,078	0,363	7.089	91.395	0
SC	0,076	0,473	15.242	201.234	0
TO	0,050	0,624	4.307	86.246	0
AC	0,048	0,597	1.905	39.912	0
AP	0,045	0,559	1.597	35.697	0
PB	0,043	0,356	6.899	161.395	0
MS	0,043	0,532	6.380	149.839	0
MA	0,039	0,219	6.348	161.132	0
RN	0,035	0,437	7.089	202.986	0
PI	0,030	0,298	4.817	161.509	0
MT	0,021	0,259	3.718	179.412	0
SE	0,020	0,249	2.512	125.991	0
AM	0,010	0,124	1.730	174.098	0

Fonte: TSE

Tabela 6.5: Eleições Governador 2010

Uf	Governador	Votos	votos válidos	% (votos válidos)
AC	SEM CANDIDATO	0	0	0,000
AL	MARIO AGRA	18.520	1.351.484	1,370
AM	LUIZ CARLOS SENA	2.723	1.477.948	0,184
AP	SEM CANDIDATO	0	0	0,000
BA	MARCOS MENDES	31.705	6.425.105	0,493
CE	SORAYA TUPINAMBÁ	38.599	3.977.109	0,971
DF	TONINHO DO PSOL	199.095	1.397.303	14,249
ES	BRICE BRAGATO	38.177	1.825.092	2,092
GO	WASHINGTON FRAGA	5.398	3.022.567	0,179
MA	SAULO	8.898	2.914.707	0,305
MG	PROF LUIZ CARLOS	32.734	10.006.027	0,327
MS	NEI BRAGA	18.943	1.257.951	1,506
MT	MARCOS MAGNO	5.771	1.483.578	0,389
PA	FERNANDO CARNEIRO	107.102	3.517.559	3,045
PB	NELSON JUNIOR	12.471	1.893.926	0,658
PE	EDILSON SILVA	37.257	4.165.897	0,894
PI	ROMUALDO BRAZIL	1.445	1.564.659	0,092
PR	LUIZ FELIPE BERGMANN	18.826	5.797.026	0,325
RJ	JEFFERSON MOURA	131.980	7.895.935	1,671
RN	SANDRO PIMENTEL	10.520	1.551.241	0,678
RO	PROF MARCOS SUSSUARANA	4.641	663.218	0,700
RR	ROBERT DAGON	2.116	220.107	0,961
RS	PEDRO RUAS	37.934	6.285.648	0,604
SC	PROFESSOR VALMIR	7.416	3.443.438	0,215

SE	PROFESSORA AVILETE	4.330	1.031.581	
SP	PAULO BUFALO		22.753.542	0,000
TO	SEM CANDIDATO		692.021	0,000
	TOTAL	776.601	96.614.669	0,804

Fonte: TSE

Tabela 6.6: Eleição Senador 2010

Uf	Senador	Votos	votos válidos	% (votos válidos)
AC	SEM CANDIDATO	0	647.203	0,000
AL	HELOISA HELENA	417.636	2.516.128	16,598
AM	PROFESSOR QUEIROZ	4.649	2.940.331	0,158
AP	RANDOLFE	203.259	521.919	38,945
BA	FRANÇA	18.185	11.714.186	0,155
BA	ZILMAR	15.385		0,131
CE	MARILENE TORRES	58.732	7.402.395	0,793
DF	JORGE ANTUNES	21.287	2.236.246	0,952
DF	CHICO SANT'ANNA	16.486		0,737
ES	PROFESSOR RENATO	277.973	3.496.069	7,951
GO	ELIAS VAZ	45.198	4.896.460	0,923
MA	PAULO RIOS	19.495	2.914.707	0,669
MA	PROFESSORA SOCORRO	0		0,000
MG	MARILDA RIBEIRO	53.663	19.166.050	0,280
MG	MINEIRINHO	16.958		0,115
MS	JORGE BATISTA	0	2.369.390	0,000
MT	PROCURADOR MAURO	97.803	2.894.203	3,379
PA	MARINOR BRITO	727.583	2.683.697	27,111
	JOÃO AUGUSTO	79.621		2,967
PB	MARCOS DIAS	16.967	2.458.032	0,690
PB	EDGARD MALAGODI	0		0,000
PE	JERONIMO RIBEIRO	0	7.882.490	0,000
PI	MARINEIDE ALBUQUERQUE	0	3.067.142	0,000
PI	ZILTON DUARTE	0		0,000
PR	PROFESSOR PIVA	34.179	10.834.435	0,315
	VALMOR	10.967		0,101
RJ	MILTON TEMER	536.147	14.706.917	3,646
RN	RONALDO GARCIA	6.639	2.975.476	0,223
RO	PASTOR ALUIZIO VIDAL	43.852	1.403.973	3,123
	PIMENTA DE RONDÔNIA	11.806		0,841
RR	SEM CANDIDATO		424.456	0,000
RS	BERNA MENEZES	22.728	11.514.692	0,197
SC	PAULO AFONSO	22.224	6.273.594	0,354
SE	ATAMARIO CORDEIRO	12.832	1.860.250	0,690
SP	MARCELO HENRIQUE	249.600	36.778.771	0,679
TO	SEM CANDIDATO	0	1.341.660	0,000

BR	TOTAL	3.041.854	167.920.872	1,811
-----------	--------------	-----------	-------------	-------

Fonte: TSE

Tabela 6.7: Eleição Deputados Federais 2010

UF	TVP/QE	Votos válidos (%)	Total de votos PSOL (TVP)	Quociente eleitoral (QE)	Número de eleitos
AC	0,000	0	0	42.709	0
AL	0,094	1,042	14.816	157.261	0
AM	0,012	0,156	2.386	191.363	0
AP	0,095	1,170	3.741	39.433	0
BA	0,103	0,264	17.622	171.385	0
CE	0,692	3,142	125.610	181.608	0
DF	0,070	0,874	12.291	175.760	0
ES	0,053	0,522	9.980	188.627	0
GO	0,037	0,215	6.209	169.815	0
MA	0,032	0,179	5.460	169.075	0
M G	0,187	0,352	36.288	194.020	0
MS	0,035	0,433	5.544	160.154	0
MT	0,014	0,179	2.544	177.908	0
PA	0,174	0,918	35.038	201.333	0
PB	0,034	0,275	5.555	162.728	0
PE	0,046	0,185	8.131	176.207	0
PI	0,015	0,150	2.559	165.861	0
PR	0,002	0,233	13.233	5.680.078	0
RJ	1,842	3,910	320.244	173.884	2
RN	0,032	0,398	6.585	206.681	0
RO	0,029	0,361	2.551	88.321	0
RR	0,023	0,291	649	27.837	0
RS	0,930	2,998	179.578	193.114	0
SC	0,032	0,197	6.750	208.618	0
SE	0,015	0,173	1.705	114.009	0
SP	1,043	1,487	317.668	304.533	1
TO	0,000	0,000	0	91.006	0
BR		1,173	1.142.737		

Fonte: TSE

Anexo II:**ESTATUTO DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE****TITULO I - DO PARTIDO, SEDE, EMBLEMA, OBJETIVOS E FILIAÇÃO****CAPÍTULO I - DA DURAÇÃO, SEDE, EMBLEMA E FORO**

Art. 1º - O Partido Socialismo e Liberdade, pessoa jurídica de direito privado, é organizado nos termos da legislação em vigor, sendo regido por seu Programa e este Estatuto, e a sua duração é por tempo indeterminado.

Art. 2º - O Partido Socialismo e Liberdade possui sede e foro em Brasília-DF, no SCS - Quadra 01 - Bloco E - Edifício Ceará - Salas 1203/1204.

Art. 3º - O emblema do Partido Socialismo e Liberdade é constituído por uma bandeira vermelha com um sol amarelo e a seguinte inscrição: Partido Socialismo e Liberdade – P-SOL.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 4º - O Partido Socialismo e Liberdade atuará em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do seu Programa Partidário e da Legislação em vigor.

Art. 5º - O Partido Socialismo e Liberdade desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário.

Art. 6º - Coerente com o seu Programa, o Partido Socialismo e Liberdade é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos.

CAPÍTULO III - DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 7º - Será admitido como filiado do Partido Socialismo e Liberdade toda pessoa que, sendo maior de 16 (dezesesseis) anos, em pleno gozo de seus direitos políticos, aceite seu Programa e seu Estatuto, cumprindo com as deliberações partidárias.

Art. 8º - O Diretório Nacional poderá instituir modalidade especial de filiação para favorecer a militância partidária entre jovens não eleitores menores de 16 anos.

Art. 9º - A filiação é individual e voluntária e faz-se através do órgão dirigente do Município, do Estado ou no âmbito nacional, respectivamente, através do Diretório Municipal, Diretório Estadual e Diretório Nacional, sendo que a proposta de admissão, uma vez aprovada, será comunicada ao órgão imediatamente superior através de documento próprio para esta finalidade.

§ 1º - O prazo de impugnação de filiação será de 30 (trinta) dias, contados da afixação dos nomes dos postulantes na sede do Partido.

§ 2º - O pedido de impugnação de filiação será processado perante o órgão em que o postulante buscará a sua filiação, garantindo-se o princípio de ampla defesa.

§ 3º - O pedido de filiação deverá ser abonado por um membro do Diretório Municipal, Estadual ou Nacional, respectivamente.

§ 4º - Nos Municípios e Estados onde não houver Diretório Municipal ou Estadual, as filiações deverão ser abonadas por um membro da instância partidária imediatamente superior.

§ 5º - A filiação de eleitores parlamentares ou detentores de mandato executivo, ou de dirigentes de outros Partidos, deverá ser confirmada pelo Diretório Nacional.

TÍTULO II - DOS DIREITOS E DEVERES, DA DISCIPLINA E DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIAS

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS DO FILIADO

Art. 10 - Constituem direitos do filiado:

- a) participar, votar e ser votado para qualquer cargo dos órgãos partidários;
- b) participar da vida partidária definindo as diretrizes do Partido, assim como de todas as comissões de trabalho;
- c) dirigir-se diretamente e por escrito a qualquer órgão do Partido para manifestar pontos de vista, fazer denúncias de irregularidades, reclamar contra decisões, defender-se de acusações;
- d) divergir de qualquer orientação política dos órgãos partidários aos quais pertença ou não, sendo garantido o mais amplo e absoluto direito a dissentir, criticar e debater nos órgãos aos quais pertença e através dos órgãos de comunicação internos do Partido;
- e) constituir, junto a outros filiados, agrupamentos e ou tendências internas ao Partido, em qualquer momento, para defender posições ou teses, dentro dos marcos estabelecidos pelo Programa e o presente Estatuto, ou com a proposição de mudá-los junto ao Congresso Nacional, no marco de seu compromisso com a construção partidária;
- f) exigir informação dos órgãos de direção partidárias e das bancadas parlamentares sobre decisões, deliberações, votações e atividades realizadas ou a serem realizadas.

CAPÍTULO II - DOS DEVERES DO FILIADO

Art. 11 - Constituem deveres do filiado:

- a) participar das reuniões dos órgãos partidários aos quais pertença, como os Núcleos de Base, com periodicidade mínima mensal, bem como dos órgãos de Direção, com a periodicidade estabelecida pelo órgão, salvo com justificativa;
- b) divulgar, defender e encaminhar o Programa e o Estatuto do Partido;
- c) manter uma conduta pessoal, profissional e comunitária de acordo e compatível com os objetivos e princípios éticos do Partido;
- d) contribuir financeiramente para o Partido, observando-se os critérios estabelecidos pelo presente Estatuto;
- e) votar nos candidatos indicados pelas convenções partidárias e participar das campanhas aprovadas pelos órgãos partidários.

§ 1º - Considera-se sem os direitos previstos no Art. 11 deste Estatuto todo filiado que, durante o período de três meses, deixe de participar das reuniões partidárias, ou deixe de aplicar as decisões democraticamente decididas pelo Congresso e/ou Convenção Nacional do Partido, ou deixe de pagar as contribuições financeiras estabelecidas pelo presente Estatuto, sem justificativa.

§ 2º - O cancelamento imediato da filiação partidária verificar-se-á nos casos de:

- I – Morte;
- II - Perda dos direitos políticos;
- III – Expulsão.

CAPÍTULO III - DA DISCIPLINA E DA FIDELIDADE PARTIDÁRIAS

Art. 12 - A disciplina partidária constitui uma das formas pela qual o Partido, enquanto assegura internamente a mais ampla democracia e direito à dissensão, preserva sua atuação com o máximo de unidade, respeitando as deliberações dos filiados, realizadas através dos Congressos e Convenções Nacionais, e dos órgãos do Partido, tais como o Diretório Nacional, Regional, Municipal e os Núcleos do Partido, sempre nos termos de seu programa e após a realização de amplos debates que garantam a expressão das diversas opiniões.

Art. 13 - Qualquer membro do Partido, independentemente do cargo que ocupe ou órgão ao qual pertença, que venha, por ação ou omissão, a descumprir o programa e Estatutos partidários, em seu todo ou separadamente, sofrerá as seguintes sanções:

I – advertência;

II – destituição de cargos políticos;

III - afastamento por tempo determinado do Partido; d) expulsão do Partido.

Parágrafo Único: As sanções acima previstas serão aplicadas conforme cada caso concreto pelo órgão ao qual o filiado estiver imediatamente subordinado, devendo ser aprovadas pela maioria dos membros efetivos do órgão, com exceção das sanções de expulsão, que somente poderão ser deliberadas e aplicadas pelo Congresso Nacional do Partido, ou pelo Diretório Nacional, por deliberação de 2/3 de seus membros.

Art. 14 - Qualquer órgão partidário que descumprir, por ação ou omissão, o presente Estatuto, o Programa Partidário, ou não implementar e seguir as decisões emanadas do Congresso Nacional, Convenção Nacional e/ou Diretório Nacional, sofrerá as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão do funcionamento;

III - dissolução do órgão.

Parágrafo Único: Compete exclusivamente ao Diretório Nacional, por deliberação de 2/3 de seus membros e após amplo debate, aplicar as sanções acima elencadas, à vista de cada caso concreto, sendo consideradas nulas, para todos os efeitos legais e políticos, as decisões em desacordo com as diretrizes partidárias, na forma do Art. 14.

Art. 15 - O membro do Partido que julgar injusta ou ilegal a medida disciplinar poderá pedir a sua reconsideração em recurso fundamentado ao Órgão responsável pela aplicação, ou interpor recurso diretamente ao Congresso Nacional do Partido, à Convenção Nacional, ou ao Diretório Nacional, sendo certo, todavia, que seu pedido de reconsideração ou recurso não terá efeito suspensivo em relação à medida disciplinar aplicada, que continuará vigente, independentemente de sua discordância pessoal, até a decisão final do órgão que julgar o caso.

§ 1º - O pedido de reconsideração ou recurso deverá ser interposto pela parte interessada no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data da cientificação da sanção imposta por parte do sancionado.

§ 2º - Interposto o pedido de reconsideração ou recurso, o órgão que aplicou a sanção terá o prazo de cinco (05) dias úteis para apresentar contra razões e, se for o caso, abrirá um prazo de cinco (05) dias úteis para a produção de provas.

Art. 16 - As decisões do Congresso Nacional quanto à aplicação de punições são irrecorríveis.

Art. 17 - Caberá ao Diretório Nacional, por maioria de seus membros, apreciar e decidir acerca dos casos e situações de infidelidade partidária de parlamentares do NP, em qualquer casa legislativa, assegurando sempre o direito de defesa do acusado.

Art. 18 - Será, para fins deste Estatuto, considerada infidelidade partidária as seguintes práticas ou omissões por parte dos parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade:

a) votar, na condição de parlamentar, contra decisão do Congresso e ou Convenção, ou linha programática do Partido;

b) deixar de encaminhar projeto, pronunciamento ou qualquer iniciativa votada pelo Diretório Nacional, por maioria de 2/3 de seus membros, e sempre de acordo com o parágrafo único do Art. 25;

c) deixar de contribuir com o Partido na forma e valor previsto neste Estatuto, ou decisão de Congresso ou Convenção partidária;

d) descumprir qualquer dos deveres previstos neste Estatuto.

Art. 19 - Em caso de cometimento de infidelidade partidária, serão aplicadas as seguintes medidas, sem prejuízo das punições previstas no art. 14 deste Estatuto:

- a) suspensão imediata do direito de representar o Partido, e, ainda, suspensão imediata de participar de quaisquer aparições públicas em nome do Partido;
- b) perda do direito a voto em qualquer instância partidária;
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão ou expulsão conforme as circunstâncias do caso e deliberação do Diretório Nacional, Convenção Nacional e Congresso Nacional.

Art. 20 - Os recursos ou pedidos de reconsiderações deverão ser interpostos no prazo de cinco (05) dias úteis e endereçados ao órgão partidário hierarquicamente superior.

§ 1º - O pedido de reconsideração ou recurso deverá ser interposto pela parte interessada no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data da cientificação da sanção imposta por parte do sancionado, sendo que o órgão que aplicar a sanção terá um prazo de cinco (05) dias úteis para contra-arrazoar o mesmo recurso.

§ 2º - Os recursos interpostos pelo parlamentar punido não serão, em quaisquer hipóteses, recebidos no efeito suspensivo, até decisão final. Art. 21 - Excepcionalmente, e por decisão conjunta da Bancada e da Comissão Executiva correspondente, precedida de debate amplo e público, o parlamentar poderá ser dispensado do cumprimento de decisão coletiva, diante de graves objeções de natureza ética, filosófica ou religiosa, ou de foro íntimo.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARTIDÁRIO

Art. 22 - O Partido é organizado nacionalmente com Base nos Estados e Municípios.

Art. 23 Para fins de seu funcionamento, o Partido adotará um regime de ampla democracia para o debate através das instâncias partidárias internas, como os Congressos, Convenções, Diretórios Nacionais, Regionais e Municipais e os Núcleos, sob o clima de respeito à diversidade de opinião e às minorias, de relações fraternas e respeitadas, capazes não só de garantir a melhor troca de opiniões e da elaboração política, quanto um clima de unidade na pluralidade e nas divergências.

Art. 24 O objetivo estratégico da democracia partidária é o da atuação unificada de seus filiados, construindo, através do respeito e tolerância, a convicção política necessária para que, inclusive, os filiados que estejam em minoria apliquem, por própria vontade, a decisão democrática e soberana da maioria.

Art. 25 - Para fins de organização do Partido, será obedecida a divisão territorial do País: Estado, Território, Distrito Federal e Municípios.

Art. 26 - Os órgãos do Partido devem respeito, em primeiro lugar, às resoluções do Congresso Nacional e às decisões das Convenções Nacionais e deliberações do Diretório Nacional, nessa ordem.

§ 1º Os órgãos do Partido terão autonomia para deliberar sobre as questões de política e tática do seu âmbito de intervenção, procurando o mais amplo debate prévio e a maior unidade na ação, sempre nos marcos da não contraposição ao Programa, ao Estatuto e das deliberações dos Congressos, das Convenções Partidárias e do Diretório Nacional.

§ 2º Não será exigida obediência a nenhuma deliberação do Diretório Nacional que se contraponha às resoluções do Congresso Nacional ou da Convenção Nacional, por serem estas duas as máximas instâncias de democracia partidárias, expressão da decisão soberana dos filiados.

Art. 27 - A organização territorial geral, prevista no art. 25, dar-se-á na forma deste Estatuto.

CAPÍTULO V - DOS PARLAMENTARES E OCUPANTES DE CARGOS EXECUTIVOS

Art. 28 - Os parlamentares do Partido, eleitos para qualquer uma das Casas Legislativas, municipal, estadual, distrital ou federal, assim como os membros eleitos para mandato no poder executivo municipal, estadual ou federal, são considerados filiados que cumprem uma tarefa partidária, não possuindo nenhum direito a mais e nenhum dever a menos.

Art. 29 - O Partido Socialismo e Liberdade concebe os mandatos parlamentares ou executivos como mandatos partidários, portanto os mandatos eleitos pela legenda devem estar a serviço do Programa do Partido e subordinados às deliberações das instâncias de direção partidárias, como Convenções, Congressos e Diretório Nacional.

CAPÍTULO VI - DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO

Art. 30 - São órgãos do Partido:

I - O Congresso Nacional;

II - A Convenção Nacional;

III - O Diretório Nacional;

IV - A Convenção Estadual;

V - O Diretório Estadual;

VI - A Convenção Municipal;

VII - O Diretório Municipal;

VIII - Os Núcleos de Base, organizados por cidades, empresas, bairros, locais de estudo, trabalho, movimentos sociais, gênero, raça, e todos aqueles reconhecidos como tal pelo Partido;

IX - Os setoriais.

§ 1º - Transitoriamente, enquanto não existirem Núcleos de Base, serão considerados órgãos de Base a reunião ou plenária que reúna regularmente, nos termos do art. 12 deste Estatuto, os filiados pertencentes às diversas empresas, bairros, locais de estudo ou trabalho, movimentos sociais, de gênero, de raça e todos aqueles que possam ser reconhecidos como tal pelo Partido.

Art. 31 - O órgão supremo do Partido é o Congresso Nacional.

§ 1º O Congresso Nacional deverá reunir-se, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, ou, extraordinariamente, em vista de circunstâncias e acontecimentos sociais e políticos relevantes, a qualquer tempo e/ou por deliberação da maioria simples do Diretório Nacional, ou à solicitude de 50% dos Diretórios Regionais, com abrangência, no mínimo de 1/3 dos filiados do Partido em condições estatutárias; ou a pedido de um terço dos filiados, em condições estatutárias, do total de filiados do país.

§ 2º O Congresso Nacional ordinário do Partido será convocado com antecedência de 03 (três) meses, pelo Diretório Nacional, cujo edital de convocação deverá ser publicado na imprensa oficial do Partido ou outro meio próprio e de ampla divulgação aos seus filiados.

§ 3º É obrigação do Diretório Nacional colocar à disposição dos filiados a pauta e os documentos do Diretório Nacional ou outros que já tenham sido apresentados para o debate congressual, de forma simultânea com a publicação do edital.

Art. 32 - Compete ao Congresso Nacional:

a) discutir e deliberar acerca dos informes do Diretório Nacional do Partido;

b) discutir e deliberar acerca das teses propostas ao Congresso;

c) alterar o Programa e Estatuto do Partido;

d) determinar, através de resoluções, as diretrizes políticas gerais do Partido sobre as questões fundamentais da realidade;

e) alterar o número de membros do Diretório Nacional do Partido e da sua respectiva Comissão Executiva;

f) eleger os membros do Diretório Nacional;

g) julgar os recursos que se encontram pendentes, podendo avocá-los de quaisquer órgãos partidários;

h) deliberar sobre fusão e incorporação com outro Partido;

Art. 33 - O Congresso Nacional é constituído por delegados, em condições estatutárias, eleitos em plenárias de Núcleos de Base ou reuniões de Núcleos de Base, por município ou zonal, conforme regimento e proporcionalidade fixados pelo Diretório Nacional.

Parágrafo Único: Será de responsabilidade dos Diretórios Estaduais apresentar, uma vez ao ano, com antecedência de dois meses à realização da eleição de delegados para as Convenções e Congressos, um censo partidário, com a informação da quantidade total de filiados no seu Estado e a quantidade de filiados em condições estatutárias.

Art. 34 – Constituem o Congresso Nacional:

a) os membros do Diretório Nacional, através dos delegados eleitos de acordo com a proporcionalidade estabelecida no regimento, que terão assim voz e voto, e a totalidade dos membros do Diretório Nacional que não terão direito a voto;

b) os delegados eleitos nas plenárias de Núcleos de Base ou reuniões de Núcleos de Base, de acordo com o seu Regimento Interno, e respeitando a proporcionalidade dos votos obtidos pelas diferentes chapas apresentadas.

Art. 35 - O Congresso ordinário do Partido é considerado convocado com a publicação do edital próprio na imprensa oficial do Partido ou através de outro meio de ampla divulgação aos seus filiados.

Parágrafo Único - O Diretório Nacional fixará, no prazo de 03 (três) meses anteriores à data da realização do Congresso Nacional, o regimento que regulamentará o mesmo Congresso, regimento que deverá ser votado por maioria simples no Diretório Nacional.

Art. 36 - As resoluções do Congresso representam a posição oficial do Partido e são válidas para todos os órgãos e filiados, não podendo ser substituídas ou revogadas senão por outro Congresso ordinário ou extraordinário.

Art. 37 - O Congresso Nacional elegerá proporcionalmente, na forma do Regimento Interno e dentre os filiados em condições estatutárias:

I – os membros do Diretório Nacional, composto de 61 (sessenta e um) titulares e 13 (treze) suplentes;

II- os membros da Executiva Nacional, composta de 17 (dezesete) titulares e 6 (seis) suplentes;

III - os membros do Conselho Curador, da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal da Fundação Lauro Campos.

IV – os membros do Conselho Fiscal do PSOL, composto de cinco membros efetivos e três suplentes, não podendo os mesmos fazer parte do Diretório Nacional.

V – os membros da Comissão de Ética do PSOL, composta de sete membros.

§1º A escolha dos membros constantes nos incisos acima serão eleitos respeitando a proporcionalidade direta dos votos obtidos pelas diferentes chapas apresentadas no Congresso Nacional.

§2º A ordem de escolha dos cargos na Executiva Nacional do Partido e da Diretoria Executiva da Fundação Lauro Campos será feita pela proporcionalidade qualificada expressa da seguinte forma:

I - A chapa que obtiver o maior número de votos terá direito a primeira escolha;

II – Ao ser contemplada por uma escolha, a chapa terá seus votos divididos pelo número de cargos obtido mais um;

III – A ordem da escolha dos cargos obedecerá a ordem de votos alcançada pelas chapas após a eleição e as sucessivas divisões referidas no inciso II deste parágrafo.

Art. 38 - O Diretório Nacional é o órgão dirigente máximo do Partido entre 2 (dois) Congressos.

Parágrafo único - Será eleito no Congresso, na forma do Regimento Interno e integrado por filiados em condições estatutárias, respeitando a proporcionalidade dos votos obtidos pelas diferentes chapas apresentadas no Congresso Nacional.

Art. 39 - O Diretório Nacional será composto de 61 (sessenta e um) membros titulares e ____ () membros suplentes.

Art. 40 - A posse dos membros do Diretório Nacional dar-se-á imediatamente à eleição dos mesmos.

Art. 41 - Compete ao Diretório Nacional:

- a) exercer o trabalho de direção permanente e cotidiana do Partido;
- b) convocar o Congresso, conforme o art. 35,
- c) votar o Regimento Interno do Congresso Nacional do Partido, conforme estabelecido no Parágrafo Único do art. 35;
- d) garantir a aplicação das orientações e políticas votadas no Congresso Nacional e formular as orientações e políticas necessárias frente a cada conjuntura, a serem seguidas por todos os órgãos e filiados do Partido, sempre de acordo e no marco das deliberações do Congresso Nacional;
- e) dirigir e orientar as bancadas parlamentares do Partido, subsidiando a escolha de suas lideranças e respectivas assessorias, que deverão ser nomeadas em acordo entre o Diretório Nacional e a bancada;
- f) orientar e controlar a imprensa nacional do Partido;
- g) administrar o patrimônio do Partido, bem como alienar, adquirir, arrendar, hipotecar bens, assim como receber doações, estas em estrita conformidade com o seu Programa e suas regras estatutárias;
- h) manter a escrituração contábil da receita e despesa, em livros de contabilidade próprios;
- i) julgar os recursos que lhe sejam interpostos;
- j) intervir, provisoriamente e por deliberação de 2/3 de seus membros, em qualquer órgão partidário, com a finalidade de assegurar o cumprimento do presente Estatuto, do Programa e das resoluções do Congresso e/ou Convenção Nacional;
- k) delegar poderes aos órgãos regionais, quando necessário for;
- l) decidir, excepcionalmente, sobre as questões arroladas no art. 32, quando o Congresso Nacional não for realizado por motivo de força maior ou caso fortuito, como ameaças às garantias democráticas, que ponham em causa a segurança e a integridade física dos integrantes do Partido, bem como em situações de catástrofes naturais que impeçam a realização do Congresso;
- m) formular o calendário das Convenções Nacional, Regionais e Municipais, fazendo-o publicar na imprensa oficial do Partido ou através de outro meio próprio e de ampla divulgação entre os órgãos partidários e filiados;
- n) fixar o Regimento Interno das Convenções Nacional, Municipais e Regionais;
- o) convocar e regulamentar a conferência nacional do Partido;
- p) Convocar a convenção oficial para homologar as candidaturas do partido;
- q) deliberar sobre critérios para política de alianças, e definir alianças para participar de disputas eleitorais.
- r) designar procuradores e constituir advogado.

Art. 42 - As reuniões do Diretório Nacional ocorrerão a cada 3 (três) meses ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, com a solicitação da maioria simples de seus membros, ou à solicitude de 50% dos Diretórios Estaduais, com abrangência no mínimo de 1/3 dos filiados do Partido em condições estatutárias, ou a pedido de um terço dos filiados (em condições estatutárias) do total de filiados do país.

Parágrafo Único: É obrigação do Diretório Nacional, conforme plano de financiamento discutido e acordado com os Diretórios Estaduais, convidar a participar de suas reuniões, com voz e voto consultivo, um membro de cada Diretório Regional, eleito entre seus pares por maioria simples.

Art. 43 - A Comissão Executiva do Diretório Nacional é composta de Presidente, Secretário Geral, Segundo Secretário, Tesoureiro Geral, Segundo Tesoureiro, Segundo Secretário de Formação Política, Segundo Secretário de Formação Política, Segundo Secretário de Comunicação, Segunda Secretaria de Comunicação, Secretário de Relações Internacionais, 2º Secretário de Relações Internacionais, 1º Secretaria de Organização, 2º Secretaria de Organização, 1º Secretaria de Movimentos Sociais, 2º Secretaria de Movimentos Sociais, 1º Secretaria Ação institucional e Políticas Públicas e 2º Secretaria Ação institucional e Políticas Públicas.

Parágrafo único – A Tesouraria e cada uma das Secretarias estarão compostas de um (1) suplente com competência para auxiliar na consecução das atribuições e substituir o titular em suas ausências.

Art. 44 - São atribuições dos membros da Comissão Executiva do Diretório Nacional:

I – Presidência:

- a) representar o Partido, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procuradores devidamente constituídos;
- b) dirigir o Partido de acordo com as deliberações, diretrizes e resoluções aprovadas pelo respectivo Congresso, Convenção, Diretório e Comissão Executiva Nacional;
- c) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Executiva Nacional e do Diretório Nacional;
- d) coordenar as atividades da Comissão Executiva Nacional, supervisionando os demais membros no cumprimento de suas funções;
- e) encaminhar ao Conselho de Ética, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento, as representações recebidas;
- f) autorizar, juntamente com o secretário de finanças, as despesas, assinaturas de cheques e demais documentos que envolverem obrigações financeiras.

II - Secretaria geral

- a) coordenar as atividades administrativas e dos órgãos de cooperação, assegurando o cumprimento das deliberações da Comissão Executiva Nacional e das demais instâncias partidárias de sua jurisdição;
- b) admitir e dispensar pessoal administrativo, ouvida a Comissão Executiva;
- c) organizar os Congressos, Convenções e reuniões do Diretório;
- d) secretariar as reuniões dos órgãos partidários e redigir suas atas, mantendo sob sua guarda os respectivos livros;
- e) receber, elaborar, divulgar e distribuir as correspondências, documentos, resoluções e notas referentes ao Partido;
- f) elaborar e manter atualizado o cadastro de detentores de mandato eletivo, de dirigentes partidários e filiados;
- g) organizar o acervo documental do Partido;

III - Tesouraria Geral

- a) propor e organizar a Política de Finanças do Partido;
- b) ter sob sua guarda e responsabilidade o dinheiro, os valores e bens do Partido;
- c) fazer a gestão econômico-financeira do Diretório, autorizando as despesas ordinárias e extraordinárias, em consonância com o orçamento aprovado e de acordo com as diretrizes e resoluções do DN, e juntamente com a secretaria geral movimentar as contas bancárias;
- d) efetuar recebimentos, depósitos, pagamentos e assinar demais documentos necessários à movimentação bancária dos recursos;
- e) assinar com o presidente os contratos, títulos ou documentos que impliquem responsabilidades e encargos financeiros para o Partido;
- f) autorizar, com a presidência, as despesas, assinar cheques e demais documentos que envolverem obrigações financeiras.

- g) apresentar mensalmente à Comissão Executiva o extrato de receitas e despesas do Partido, encaminhando ao Conselho Fiscal o respectivo balancete e divulgando no portal do partido;
- h) organizar o balanço financeiro e encaminhar a prestação de contas à Justiça Eleitoral, nos prazos da lei;

i) manter em dia a contabilidade;

IV - Secretaria Formação Política:

- a) coordenar o trabalho de formação política;
- b) promover debates, pesquisas e cursos sobre assuntos relacionados ao programa partidário, procurando desenvolver o espírito crítico dos filiados;
- c) manter intercâmbio permanente de publicações de caráter socialista;
- d) organizar e manter em funcionamento a biblioteca partidária;
- e) elaborar e organizar o plano nacional de formação política do partido.

V - Secretaria de comunicação:

- a) dirigir os órgãos de propaganda e de divulgação do PSOL, apresentando planos e programas para conhecimento e aprovação da Comissão Executiva;
- b) manter os meios de comunicação de massa constantemente informados das atividades e eventos partidários;
- c) promover a difusão, por todos os meios, da imagem do PSOL, seu programa e as decisões de seus órgãos dirigentes;
- d) estabelecer as diretrizes e procedimentos necessários para conhecimento, divulgação e aplicação das marcas e símbolos do PSOL, preservando sua uniformidade e identidade visual.

VI - Secretaria de relações internacionais:

- a) garantir a execução da política internacional do partido, assegurando que suas relações com as organizações partidárias de outros países sejam regidas pelos princípios deste Estatuto e pelas definições das instâncias nacionais;
- b) contribuir nas definições de políticas internacionais do PSOL;
- c) estabelecer e coordenar o desenvolvimento das relações com todas organizações congêneres, em âmbito mundial, como interlocutor do PSOL;
- d) coordenar o conjunto de ações comuns de solidariedade e intercâmbio com os trabalhadores de outros países;

VII - Secretaria de Organização:

- a) propor a política de construção partidária adequada aos objetivos programáticos do PSOL, impulsionando a formação de núcleos de filiados que reúnam de forma periódica de acordo com as possibilidades e características de cada categoria, empresa, universidade, conforme estabelecido no estatuto do partido;
- b) cadastrar e acompanhar os registros dos núcleos estabelecidos no partido
- c) estudar, propor e estimular novas formas de organização para aperfeiçoar a ação partidária;
- d) organizar o trabalho de filiação partidária em seus vários níveis;
- e) coordenar junto com a Secretaria Geral a realização de Congressos e outros eventos partidários.

VIII - Secretaria de Movimentos Sociais:

- a) coordenar os esforços para que os filiados do PSOL intervenham de forma organizada nas atividades e organizações dos movimentos sociais;
- b) estimular a sindicalização dos filiados do PSOL e a sua participação no movimento sindical, popular e de juventude, respeitada a autonomia dos sindicatos, associações e movimentos;
- c) fomentar a criação de Núcleos de Base junto aos diversos setores dos movimentos sociais.
- d) coordenar a criação e o funcionamento das Setoriais do Partido.

IX - Secretaria Ação Institucional e Políticas Públicas

- a) planejar o trabalho dos parlamentares e gestores eleitos pelo PSOL, mantendo-os permanentemente informados sobre as decisões partidárias e contribuindo para a melhoria da qualidade de sua atuação;
- b) assessorar os parlamentares e gestores, fornecendo subsídios para o exercício de suas funções;
- c) coordenar a produção de subsídios acerca das políticas públicas, tendo como referência o programa partidário.

Art. 45 - A Convenção Nacional deverá ser convocada uma vez a cada 2 (dois) anos, entre dois Congressos, e tratará de avaliar a aplicação das diretrizes do Congresso e responder aos acontecimentos da atualidade, bem como deverá ser convocada quando a legislação eleitoral exigir, para efeitos de escolhas das candidaturas no âmbito nacional, definição de política de alianças, no marco das deliberações e critérios fixados no Congresso.

§ 1º - A Convenção Nacional será convocada pelo Diretório Nacional através da publicação de um edital na imprensa do Partido ou através de outro meio próprio e de ampla divulgação dos filiados, no prazo de até noventa (90) dias anteriores à data da sua realização.

§ 2º - A Convenção Nacional será regulada por Regimento Interno fixado pelo Diretório Nacional, que deverá ser publicado na imprensa do Partido ou através de outro meio próprio, no prazo de até noventa (90) dias anteriores à data da realização da mesma Convenção.

Art. 46 – Constituem a Convenção Nacional os membros do Diretório Nacional, através dos delegados eleitos de acordo com a proporcionalidade estabelecida no Regimento, que terão direito a voz e voto, e a totalidade dos membros do Diretório Nacional que terão só direito a voz; e os delegados eleitos nas Convenções Estaduais, de acordo com o Regimento Interno, e respeitando a proporcionalidade dos votos obtidos pelas diferentes chapas apresentadas.

Art. 47 – Compete à Convenção Nacional avaliar as diretrizes do Congresso e responder aos acontecimentos da atualidade, bem como deliberar sobre as candidaturas do Partido à Presidência e Vice-Presidência da Nação, assim como homologar as candidaturas a Governadores, Vice-Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores, deliberados nas respectivas Convenções.

Parágrafo único - Os filiados em condições estatutárias que estejam dispostos a concorrer como candidatos a um cargo eletivo deverão inscrever sua chapa, podendo realizar dita inscrição no mesmo dia da realização da Convenção.

CAPÍTULO VII - DOS ÓRGÃOS REGIONAIS

Art. 48 - O órgão superior do Partido nos Estados será na seguinte ordem:

- a) a Convenção Estadual;
- b) O Diretório Estadual.

Parágrafo Único: O organismo dirigente nos Estados, Distrito Federal e Territórios será a Comissão Executiva Estadual.

Art. 49 - Constituem a Convenção Estadual:

- a) os membros do Diretório Estadual e dos Diretórios Municipais representados pelos delegados eleitos na proporção estabelecida pelo Regimento interno, que terão direito a voz e voto;
- b) o conjunto dos membros dos Diretórios Estadual e Municipal que participarão sem direito a voto;
- c) os delegados eleitos nos Núcleos e/ou plenárias de Núcleos, de acordo com o Regimento fixado pelo Diretório Nacional, conforme o disposto no Art. 41, letra n.

Art. 50 - A Convenção Estadual deverá reunir-se de acordo com o Art. 41, letra m, e também mediante convocação da maioria simples do Diretório Estadual e/ou à solicitação da maioria dos Diretórios municipais.

Art. 51 - Compete à Convenção Estadual:

- a) analisar a situação política no âmbito geral e estadual;
- b) estabelecer planos de aplicação das diretrizes emanadas da própria Convenção Estadual, do Congresso Nacional, do Diretório Nacional e da Convenção Nacional;
- c) encaminhar as resoluções do Diretório Nacional;
- d) eleger os delegados Nacionais para as Convenções Nacionais;
- e) eleger os candidatos a Governador e Vice-Governador, a Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais, assim como homologar as candidaturas a Prefeito e Vereador dos diferentes municípios, ad referendum da Convenção Nacional;
- f) eleger o Diretório Estadual, que será composto por um mínimo de 07 (sete) e máximo de 27 (vinte e sete) membros titulares, mais os respectivos suplentes, em número não inferior a 03 (três);
- g) estabelecer planos político partidários no Estado, de ampliação do número de filiados, de abertura de sedes, de finanças, de intervenção em processos políticos ou nos movimentos sociais e planos de formação política;
- h) estabelecer planos de imprensa, tais como jornais, folhetos, que estarão sob a responsabilidade do Diretório Estadual.

§ 1º - Aqueles filiados em condições estatutárias dispostos a concorrer a um cargo eletivo deverão inscrever chapa, podendo ser realizada dita inscrição no dia de realização da Convenção.

§ 2º - O mandato dos membros do Diretório Estadual pode ser revogado por uma nova Convenção, convocada de acordo com o Art. 41, letra m, como também mediante convocação de nova Convenção pela maioria simples do Diretório Estadual e/ou à solicitação da maioria dos Diretórios municipais.

Art. 52 – Compete ao Diretório Estadual:

- a) eleger a Comissão Executiva Estadual em número a ser decidido pelo próprio Diretório Estadual, que exercerá o trabalho de direção permanente e cotidiana entre uma e outra do Diretório Estadual;
- b) encaminhar as resoluções do Congresso Nacional, Convenção Nacional e Convenção Regional, e deliberações do Diretório Nacional, sempre de acordo com disposto no Art. 26 e seus parágrafos;
- c) representar administrativamente, politicamente e juridicamente o Partido no Estado;
- d) recolher as contribuições dos detentores de mandatos estaduais e de seus assessores e efetuar os devidos repasses à instância nacional, nos termos deste Estatuto ou de resolução do Diretório Nacional;
- e) cumprir e fazer cumprir as exigências da legislação eleitoral nos municípios de sua região, nos processos eleitorais.

Parágrafo Único – O Diretório Estadual tem autonomia para desenvolver amplamente os debates políticos e resolver sobre as questões de política e tática dos seus respectivos âmbitos de intervenção, procurando o mais amplo debate prévio e a maior unidade na ação, sempre nos marcos de não se contrapor ao Programa, ao Estatuto do Partido, bem como às deliberações do Congresso e Convenções Partidárias.

CAPÍTULO VIII - DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Art. 53 - O órgão superior do Partido nos Municípios será a Convenção Municipal e os respectivos órgãos dirigentes serão o Diretório Municipal e a Comissão Executiva Municipal.

Art. 54 - Constituem a Convenção Municipal todos os filiados em condições estatutárias reunidos em Plenária.

Parágrafo Único – A Convenção Municipal deverá reunir-se de acordo com o Art. 41, letra m, e também mediante convocação da maioria dos membros do Diretório Municipal e/ou à

solicitação da maioria dos Núcleos ou plenárias de filiados em condição estatutária, quando assim o acharem necessário.

Art. 55 - Compete à Convenção Municipal:

- a) deliberar acerca da política municipal, estabelecer e fixar os planos municipais e de aplicação das deliberações da sua convenção, em harmonia com as resoluções do Congresso, da Convenção e do Diretório Nacional;
- b) eleger os delegados do município para as Convenções Estaduais;
- c) escolher o Diretório Municipal, que será composto por um mínimo de 05 (cinco) e um máximo de 15 (quinze) membros titulares, mais os respectivos suplentes, nunca inferior a (3) três;
- d) escolher os candidatos, que serão homologados na Convenção Estadual, a serem registrados pelo Diretório Municipal junto à Justiça Estadual.

§ 1º Não podendo ser realizada a Convenção Municipal, caberá ao Diretório Estadual, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, ao Diretório Nacional, nomear o Diretório Municipal e escolher os candidatos a serem registrados pela Comissão Diretora Municipal junto à Justiça Eleitoral.

§ 2º Aqueles filiados em condições estatutárias dispostos a concorrer a um cargo eletivo deverão inscrever chapa, podendo ser realizada dita inscrição no dia da realização da Convenção.

Art. 56 - A posse dos membros do Diretório Municipal será imediata a sua eleição.

Art. 57 – Compete ao Diretório Municipal as seguintes atribuições:

- a) escolher a Comissão Executiva Municipal em número a ser decidido pelo próprio Diretório Municipal, que exercerá o trabalho de direção permanente e cotidiana entre uma e outra do Diretório Municipal;
- b) encaminhar as diretrizes da Convenção Municipal, da Convenção Estadual, da Convenção Nacional, do Congresso Nacional, e do Diretório Nacional;
- c) representar politicamente, administrativamente e judicialmente o Partido no Município;
- d) cumprir e fazer cumprir as exigências da legislação eleitoral nos processos eleitorais;
- e) definir a criação de Diretórios Zonais de acordo com o Art. 58 do Estatuto;
- f) convocar plenárias de filiados em condições estatutárias, para proceder à escolha dos Diretórios Zonais.

§1º - O Diretório Municipal tem autonomia para desenvolver amplamente os debates políticos e resolver sobre as questões de política e tática dos seus respectivos âmbitos de intervenção, procurando o mais amplo debate prévio e a maior unidade na ação, sempre nos marcos de não se contrapor ao Programa, ao Estatuto e às deliberações do Congresso e Convenções Partidárias;

§2º - Deve o Diretório Municipal definir planos políticos e organizativos no âmbito do município, de filiações, finanças, intervenção política e nos movimentos sociais, abertura de sedes e planos de formação política.

Art. 58 - Nos municípios com mais de um milhão de eleitores é obrigatória a organização de Diretórios Zonais.

Art. 59 - Os Diretórios Zonais terão no máximo 09 (nove) membros efetivos além de 03 (três) suplentes, e terão competência para:

- a) cumprir e fazer cumprir o Programa, o Estatuto e as metas programáticas de ação partidárias;
- b) manter em dia o cadastramento dos filiados da Zonal;
- c) participar das campanhas políticas de acordo com a orientação das instâncias partidárias;
- d) participar dos movimentos sociais do seu âmbito de atuação;
- e) definir as questões específicas no âmbito da Zonal;
- f) cobrar as contribuições financeiras dos filiados da Zonal.

CAPÍTULO IX - DOS NÚCLEOS DE BASE

Art. 60 - Para ter seus direitos contemplados na forma deste Estatuto, em seu art. 10, os filiados deverão cumprir as obrigações definidas no art. 11, entre as quais se considera a de pertencer a um Núcleo de Base.

§1º - Os Núcleos de Base terão como objetivo, entre outros:

- a) organizar a militância para debater temas de atualidade política;
- b) realizar cursos de formação;
- c) impulsionar as atividades decorrentes das diretrizes do Congresso e/ou Convenção Nacional, dos Diretórios regionais, municipais e do Diretório Nacional.

§ 2º - Os Núcleos de Base terão autonomia para debater e resolver sobre as questões de política e tática do seu/s local/ais de intervenção, procurando o mais amplo debate prévio e a maior unidade na ação, sempre nos marcos de não se contrapor ao programa, Estatuto e deliberações do Congresso e Convenção partidárias.

Art. 61 - Os Núcleos de Base formar-se-ão em função de regiões geográficas, questões de gênero, atividades profissionais, estudo ou trabalho, atuação nos movimentos sociais, e todos aqueles que possam ser considerados importantes pelo Programa partidário.

Art. 62 - Para serem reconhecidos como tal, os Núcleos de Base deverão cumprir os critérios inscritos no Art.11 e informar sua existência à Comissão Diretora Municipal.

Art. 63 – Os Núcleos de Base poderão convocar plenárias, por categoria, setor, gênero, e todos aqueles que possam ser considerados importantes pelo Programa partidário, na periodicidade que acharem conveniente para garantir um melhor debate político e a incidência nos seus respectivos setores.

§ 1º As plenárias poderão ser convocadas pelas direções partidárias, a qualquer momento em que se considere necessário, para discutir e organizar as ações do Partido.

§ 2º Com a finalidade de contribuir politicamente, deverão ser realizadas plenárias de Núcleos de Base nos municípios, previamente à realização das reuniões do Diretório Nacional, que deverão ser convocadas pelos respectivos Diretórios municipais.

Art. 64 – A partir dos Núcleos de Base, em discussão com o Diretório Municipal, organizar-se-ão as setoriais do Partido, tais como a da mulher, do movimento negro, dos homossexuais, dos indígenas, dos estudantes, do movimento sindical, e todos aqueles que possam ser incluídos pelo Partido.

Parágrafo único - Poderão organizar-se para tal fim os filiados de diversos Núcleos partidários, sem que, por isso, deixem de pertencer ao seu Núcleo originário, do qual continuarão a fazer parte.

CAPÍTULO X – DOS SETORIAIS

Art. 65 - Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados.

Art. 66 - Os Setoriais se organizarão em âmbito municipal, estadual ou nacional, inclusive no que diz respeito ao seu funcionamento interno, mediante referendo das instâncias de direção correspondentes e/ou do Diretório Nacional.

Art. 67 - Os Setoriais estarão vinculados à Secretaria de Movimentos Sociais e será constituído um coletivo composto dos titulares desta Secretaria e pelos representantes públicos dos coletivos nacionais dos setoriais, eleitos nos respectivos encontros nacionais.

Parágrafo único: A denominação da representação pública dos coletivos nacionais, bem como sua composição e suas atribuições, inclusive com a possibilidade de que estas sejam de âmbito exclusivamente interno ao partido, deverá ser objeto de apreciação dos encontros nacionais e estaduais dos respectivos setoriais.

Art. 68 - Os Setoriais terão atuação permanente, enquanto instância de formulação e articulação partidárias.

Art. 69 - Serão realizados Encontros Setoriais, que serão abertos à participação de todos os filiados que atuam junto ao respectivo setor de atividade partidária.

Art. 70 - Os coletivos nacionais dos setoriais definirão uma proporção única para todos os estados da delegação dos encontros nacionais a partir dos encontros estaduais, o número de delegados ao Encontro Setorial Nacional, o quórum mínimo de participantes, bem como estabelecer a exigência de realização de um número mínimo de Encontros Setoriais Estaduais para que possa ser realizado o Encontro Setorial Nacional, mediante referendo do Diretório Nacional.

§1º - Nos casos em que os setoriais ainda não formaram coletivos nacionais, o Diretório Nacional definirá a proporção de delegados do encontro estadual para o nacional.

§2º - Os Encontros Setoriais Nacionais e Estaduais elegem os respectivos Coletivos e seus representantes públicos.

§3º - Os Encontros Setoriais Estaduais elegem o Coletivo, os representantes públicos e os delegados ao Encontro Setorial Nacional na proporção referendada pelo Diretório Nacional.

§4º - Os representantes públicos definidos pelos coletivos setoriais, não sendo membros efetivos do Diretório Estadual correspondente, terão assento, com direito a voz, no Diretório Estadual e na respectiva Comissão Executiva.

§5º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos coletivos nacionais de cada setorial em relação à instância nacional de direção.

§6º - As deliberações dos Encontros Setoriais deverão ser encaminhadas ao Encontro e/ou Congresso do mesmo nível, Estadual ou Nacional, para que sejam obrigatoriamente apreciadas.

§7º - Os Diretórios Nacionais e Estaduais deverão viabilizar estruturalmente a realização dos encontros setoriais e a participação dos representantes públicos nas reuniões dos Diretórios Nacionais e estaduais bem como sua comissão executiva.

CAPÍTULO XI - DAS FINANÇAS E DA CONTABILIDADE

Art. 71 - Os recursos financeiros do Partido serão originários de:

I - contribuições de seus filiados e simpatizantes;

II - dotações do fundo Partidário, nos termos deste Estatuto e do Regimento;

III - Rendas eventuais e receitas de atividades financeiras e partidárias, observadas as disposições legais;

Parágrafo Único - Não serão aceitas contribuições e doações financeiras providas, direta ou indiretamente, de empresas multinacionais, de empreiteiras e de bancos ou instituições financeiras nacionais e/ou estrangeiros, sempre no marco das vedações contempladas pelo art. 31 da Lei 9096/95.

Art. 72 - A gestão das finanças e contabilidade do Partido caberá ao Diretório Nacional, na conformidade dos dispostos nos artigos 41 e 44.

Art. 73 - A contribuição financeira dos parlamentares do Partido, em todos os níveis, assim como dos ocupantes de cargos no poder executivo constituirá contribuição ao fundo do Partido Socialismo e Liberdade, em sua totalidade.

Art. 74 - Os valores provenientes do fundo partidário, da contribuição financeira dos Parlamentares Federais e demais receitas do Partido serão administrados e geridos pelo Diretório Nacional, que deverá prestar contas nos Congressos e Convenções do Partido.

Art. 75 - Os recursos do Fundo Partidário serão aplicados nas seguintes atividades:

a) manutenção das sedes e serviços do Partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, este último até o limite máximo de 20% do total recebido;

b) propaganda doutrinária e política;

- c) filiação e campanhas eleitorais;
- d) Manutenção de Fundação Lauro Campos, sendo esta aplicação de no mínimo 20% do total recebido.

Art. 76 - Descontados os 20% dos recursos contemplados no artigo anterior, letra d, o demais recursos serão divididos da seguinte forma:

- a) 50% serão destinados à instância nacional de direção;
- b) 50% serão destinados às instâncias estaduais de direção.

§1º - Os recursos previstos na letra b deste artigo serão distribuídos da seguinte forma:

- a) 20% serão divididos em partes iguais para todos os Estados e Distrito Federal, sempre que tenham seus órgãos legalmente constituídos na forma deste Estatuto;
- b) 80% do montante destinado às instâncias estaduais de direção, divididos em partes proporcionais ao número de filiados reunidos ou representados quando da realização do último Encontro Estadual.

§2º - Só serão repassados os recursos do Fundo Partidário às instâncias de direção que estiverem quites com as demais obrigações estatutárias relativas às finanças, de acordo com as normas estabelecidas pelo Diretório Nacional, observada a legislação partidária e eleitoral

§3º - Eventuais débitos junto às instâncias superiores responsáveis pelos repasses poderão ser abatidos do repasse do fundo partidário.

§4º - Exceto nos casos de abatimento de dívidas ou de acordos previamente formalizados e firmados pelas partes, a retenção do repasse dos recursos do Fundo Partidário pela instância superior constitui-se em apropriação indébita, passível de punição de acordo com as normas estabelecidas pelo Diretório Nacional.

Art. 77 - O repasse das cotas destinadas às instâncias estaduais, a que se refere o artigo anterior, será efetuado pelo Diretório Nacional, mediante depósito em conta bancária do Partido em cada Estado, até 5 (cinco) dias úteis após a data do depósito efetuado pelo Tribunal Superior Eleitoral à instância nacional.

Art. 78 - As instâncias estaduais deverão deliberar sobre a distribuição de parcelas de suas cotas do Fundo Partidário às instâncias municipais, até o montante de 50% dos valores recebidos.

Parágrafo primeiro - Os critérios a que se refere este artigo não poderão ser alterados no decorrer do ano de sua aprovação.

Parágrafo segundo - Cópia da decisão que aprovou os critérios previstos neste artigo deverá ser encaminhada às respectivas Secretarias de Finanças municipais e nacional.

Art. 79 - Os recursos oriundos da contribuição dos filiados serão repartidos da seguinte forma:

- I – 20% para a direção nacional;
- II – 30% para a direção estadual;
- III – 50% para a direção municipal.

Parágrafo único – Caso não esteja constituída direção municipal, os recursos correspondentes serão destinados a direção imediatamente superior.

Art. 80 - A contribuição financeira dos filiados detentores de mandatos eletivos serão destinadas a instância correspondente a esfera político-administrativa correspondente.

SEÇÃO I - DA CONTRIBUIÇÃO MILITANTE

Art. 81 - Somente participam dos Encontros, em qualquer nível, os delegados que estiverem em dia com sua respectiva contribuição financeira, de acordo com as normas deste Estatuto.

Parágrafo único: Nos encontros estaduais e nacional somente serão credenciados os delegados dos municípios ou estados cujas instâncias correspondentes estejam em dia com suas contribuições junto às instâncias superiores.

Art. 82 - O Diretório Nacional discutirá e deliberará sobre a estruturação de uma política de contribuição financeira de militantes e filiados, inclusive no que diz respeito à progressividade

desta contribuição, respeitando o disposto atualmente no estatuto do PSOL, com vistas a estabelecer uma política de finanças para o partido.

Art. 83 - Os filiados ocupantes de cargos de confiança, assessores dos detentores de mandatos executivos, mesas legislativas e lideranças de Bancadas e de parlamentares, que não sejam funcionários públicos efetivos, deverão efetuar uma contribuição financeira mensal, conforme tabela abaixo:

I – de zero a 3 (três) salários mínimos, no valor correspondente à aquisição da Carteira Nacional de Militante, estipulado pela Secretaria Nacional de Finanças;

II – acima de 3 (três) e até 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 1% (um por cento) do salário líquido mensal do filiado;

III – acima de 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do salário líquido mensal do filiado;

Parágrafo único: Os filiados funcionários efetivos ocupantes de cargos de confiança deverão efetuar sua respectiva contribuição financeira mensal, calculada com base em seu salário normal, e, ainda, com base na diferença salarial decorrente de sua nomeação, obedecidos, respectivamente, os percentuais previstos no artigo anterior deste Estatuto.

Seção II - **DA CONTRIBUIÇÃO DE EXECUTIVOS E DE PARLAMENTARES**

Art. 84 - Filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a 20% (vinte por cento) do total líquido da respectiva remuneração mensal.

§1º - Entende-se como remuneração mensal, ou vencimentos, a parte fixa, menos Imposto de Renda, pensão alimentícia e descontos previdenciários; parte variável, se houver, diárias por sessões extras, 13º salário, ajuda de custo ou extras de qualquer natureza que não contrariem os princípios partidários.

§2º - Quando não houver decisão judicial sobre os valores da pensão a que se refere o parágrafo anterior, encaminhada diretamente ao departamento de pessoal da instância, o acordo entre as partes deverá ser encaminhado formalmente ao Partido.

§3º - No caso de parlamentar mulher que não receba pensão alimentícia, caberá agregar aos descontos um redutor de 20%.

§4º - O detentor de cargo ou função no Executivo ou Legislativo deverá autorizar o departamento financeiro da fonte pagadora a fornecer todas as informações ao Partido, bem como fornecer à tesouraria do Partido cópia dos contracheques e cópia de leis ou decretos referentes à sua remuneração.

§5º - A contribuição financeira deve ser feita obrigatoriamente através de débito automático em conta corrente ou em consignação à Secretaria de Finanças da instância correspondente, mediante autorizações escritas:

I – uma dirigida à Câmara de Vereadores, à Prefeitura, à Assembléia Legislativa, à Câmara dos Deputados e Senado Federal, para que o Partido tenha acesso à respectiva folha de pagamento;

II – outra dirigida à instituição bancária para débito em conta e imediata transferência à conta-corrente do Partido.

§6º - O descumprimento do disposto neste artigo sujeita o filiado parlamentar inadimplente às seguintes medidas disciplinares: suspensão do direito de voto e das atividades partidárias; desligamento temporário de sua bancada com substituição pelo suplente do Partido; suspensão ou perda de todas as prerrogativas, cargos e funções que exerça em decorrência da representação e da proporção na respectiva Casa Legislativa; negativa de legenda para disputa de cargo eletivo, ou ainda à penalidade de expulsão, quando se tratar de infrator reincidente reiterado.

Art. 85 - As contribuições previstas no artigo anterior serão destinadas ao Diretório Nacional, quando pagas por parlamentares federais; aos diretórios estaduais, quando pagas por deputados estaduais e aos diretórios municipais, quando pagas por vereadores.

Parágrafo Único - Onde não houver órgão partidário constituído, a contribuição será destinada ao órgão imediatamente superior”.

Art. 86 - Ao Conselho Fiscal do Partido compete examinar e emitir parecer sobre a contabilidade e as finanças do Partido.

CAPÍTULO XII - DA COMUNICAÇÃO DO PARTIDO

Art. 87 - A Comunicação do Partido será constituída pelo jornal, página web, folhetos e suplementos oficiais, de responsabilidade do Diretório Nacional, através da Secretaria de Comunicação, que deverá nomear um Conselho Editorial, sem prejuízo dos instrumentos de comunicação de âmbito regional estabelecidos pelos respectivos órgãos partidários.

§ 1º Será obrigação do jornal do Partido proceder à publicação dos editais do Partido.

§ 2º Será constituído um boletim interno de discussão para debates teóricos e políticos ou de orientação partidária, e para divulgação das posições minoritárias votadas no Diretório Nacional, sendo que sua periodicidade não poderá ser superior a três meses, cabendo ao Diretório Nacional propor seu formato e meio de divulgação de acordo com as condições políticas e financeiras.

Art. 88 - A imprensa do Partido terá espaço para o debate de opiniões e tradições distintas, sendo que o debate e a publicação serão regulamentados pelo Diretório Nacional.

CAPÍTULO XII – DA FORMAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO

Art. 89 – A formação política no Partido terá caráter continuado e prioritário, construída através de cursos, seminários, debates, publicações e outros meios pertinentes, sendo responsabilidade do Diretório Nacional do Partido, através da Secretaria de Formação Política.

CAPÍTULO XIII - DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 90 - A Comissão de Ética é o único organismo partidário eleito no Congresso Nacional que decide sobre as questões de moral partidária, conforme a compreensão da sociedade e das relações humanas na luta pela construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia dos trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, artística, racial, sexual e religiosa, tal como expresso no programa e no Art. 6º deste Estatuto.

Art. 91 - A Comissão de Ética será constituída de 07 (sete) membros eleitos no Congresso Nacional do Partido, por unanimidade, os quais não poderão fazer parte do Diretório Nacional, e deverá funcionar com quorum mínimo de 5 (cinco) membros.

Art. 92 - Todo filiado tem direito de efetuar reclamações e questionamentos perante a Comissão de Ética, a propósito de quaisquer problemas que ocorram com outros filiados ou seus órgãos.

Parágrafo Único - Efetuadas as reclamações ou questionamentos, a Comissão de Ética terá um prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o seu parecer, podendo, neste mesmo prazo, efetuar as diligências necessárias para concluir o seu veredicto.

CAPÍTULO XIV - DO PEDIDO DE INTERVENÇÃO

Art. 93 - O pedido de intervenção, a que faz referência a alínea j, do art. 41, será fundamentado e instruído com elementos que comprovem a ocorrência das infrações previstas no mesmo.

Art. 94 - A intervenção será realizada provisoriamente por um dos membros do Diretório Nacional, que delegará poderes a membros das Direções Regionais onde ocorrer as infrações, sendo garantido ao órgão partidário intervindo o amplo direito a defesa.

Art. 95 - Até 5 (cinco) dias úteis antes da data da reunião que deliberará sobre a intervenção, deverá a instância visada ser notificada, por carta com aviso de recebimento, para apresentar sua defesa oral pelo prazo de 15 (quinze) minutos, na reunião do julgamento do pedido.

Art. 96 - Da decisão que deliberar sobre a intervenção, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, para a Convenção e/ou Congresso Nacional.

Art. 97 - A intervenção será decretada pelo voto de 2/3 dos membros do Diretório, devendo do ato constar a designação da Comissão Interventora, que será composta por 5 (cinco) membros, bem como explicitado o seu prazo de duração.

Art. 98 - O prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por ato do Diretório, enquanto não cessarem as causas que determinaram a intervenção.

Art. 99 - A Comissão Interventora, uma vez designada, estará investida de todos os poderes para deliberar, aplicando-se-lhe, no que couber, a competência de Comissão Provisória.

CAPÍTULO XV - DA FUNDAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 100 - A Fundação Lauro Campos é entidade de direito privado instituída pelo PSOL com o objetivo de aprofundar a discussão dos fundamentos doutrinários do Partido, bem como estimular e promover a investigação e o debate ideológico, político e cultural, sobre as grandes questões da atualidade brasileira e mundial.

Parágrafo único: Sempre que a sua natureza o permitir, a Fundação Lauro Campos buscará realizar atividades em conjunto com instâncias do Partido.

Art. 101 - A Fundação Lauro Campos tem personalidade jurídica e Estatuto próprios, devendo observar no desenvolvimento de suas atividades os princípios e as diretrizes gerais do Partido.

§ 1º O Estatuto da Fundação Lauro Campos deverá ser aprovado pelo Diretório Nacional do Partido, por maioria de votos de seus membros.

§ 2º Qualquer alteração no Estatuto a que se refere o parágrafo anterior deverá ser aprovada pela maioria de votos dos membros do Diretório Nacional do Partido, ouvido o Conselho Curador da Fundação.

§ 3º O Conselho Curador da Fundação poderá apresentar proposta de alteração de seu respectivo Estatuto, a ser submetida à aprovação do Diretório Nacional do Partido, nos termos do disposto no parágrafo anterior.

Art. 102 - São órgãos da Fundação:

I – o Conselho Curador;

II – o Conselho Fiscal;

III – a Diretoria Executiva.

§ 1º O Estatuto da Fundação Lauro Campos disporá sobre a composição destes órgãos bem como sobre a competência de cada um de seus membros.

§ 2º O Conselho Curador e a Diretoria Executiva serão eleitos e designados pelo Diretório Nacional do Partido por maioria de votos de seus membros e terão mandatos coincidentes com o mandato do Diretório Nacional do PSOL.

§ 3º A eleição a que se refere o parágrafo anterior será realizada na primeira reunião do Diretório Nacional realizada após o Congresso Nacional do Partido, com os mesmos critérios da proporcionalidade qualificada utilizada na composição da Executiva Nacional.

§ 4º Em caso de falta grave, qualquer membro do Conselho Curador poderá ser destituído, por maioria de votos do Diretório Nacional do Partido, ouvido o próprio Conselho da Fundação.

§ 5º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o Conselho Curador deverá instaurar procedimento próprio, encaminhando parecer ao Diretório Nacional.

Art. 103 - O patrimônio e os recursos da Fundação Lauro Campos serão constituídos de:

- a) contribuições, subvenções, convênios, legados, auxílios e outros recursos nos termos da lei;
- b) bens e direitos que a eles venham a ser incorporados;
- c) rendas provenientes da prestação de serviços e da exploração comercial de seus bens;
- d) recursos provenientes do Fundo Partidário, nos termos da lei.

Art. 104 - Até o final de abril de cada ano, a Fundação Lauro Campos deverá apresentar relatório anual sobre suas atividades ao Diretório Nacional do PSOL, inclusive financeiras e administrativas.

Art. 105 - A Fundação Lauro Campos prestará contas ao órgão do Ministério Público, nos termos dos artigos 66 e seguintes do Código Civil.

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 106 - O atual Estatuto da Fundação Lauro Campos será adaptado ao teor do Estatuto do PSOL no prazo máximo de seis meses, a contar da realização do 2º Congresso Nacional do Partido.

TÍTULO III - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107 - O Congresso Nacional e a Convenção Nacional deverão ser realizados na Capital da União, sendo que, por conveniência dos temas a ser tratados, o Diretório Nacional poderá convocar o Congresso e Convenções Nacionais, realizando-as em outro Estado-Membro da Federação.

Art. 108 - O quorum para instalação e demais deliberações do Congresso Nacional, das Convenções Nacionais, Estaduais e Municipais, das reuniões de Diretório Nacional, Estadual e Municipal, dar-se-á por maioria simples dos membros, contados na hora de abertura e instalação da reunião.

Art. 109 - O Congresso Nacional, as Convenções Partidárias em todos os níveis serão dirigidos pelo Diretório Nacional em conjunto com as respectivas comissões diretoras Estaduais e Municipais, devendo ser convocados pela imprensa oficial do Partido.

Art. 110 - O prazo dos mandatos do Diretório Nacional será de dois anos.

Art. 111 - Os Diretórios Estaduais e Municipais deverão, dentro do possível, repetir a composição numérica e de cargos do Diretório Nacional, conforme disposto no art. 43.

Art. 112 - Fixado o calendário do Congresso Nacional e das Convenções Estaduais e Municipais pelo Diretório Nacional, o filiados poderá inscrever tese e/ou chapa que concorrerá no Congresso e/ou nas Convenções Estaduais e Municipais visando as suas candidaturas aos cargos dos órgãos partidários correspondentes de acordo com o regimento interno aprovado.

Parágrafo Único - As inscrições de chapas deverão ser remetidas ao Diretório correspondente.

Art. 113 - Para a eleição dos delegados para os Congressos e Convenções, no âmbito nacional, estadual ou municipal, assim como para a conformação dos Diretórios Nacional, Regional ou Municipal, será sempre respeitada a proporcionalidade das diferentes posições e chapas apresentadas na oportunidade.

Art. 114 - O Partido Socialismo e Liberdade buscará formas de incorporar à atividade política o conjunto de filiados; para esse fim, os Diretórios Estaduais e Municipais deverão organizar plenárias de debate político, convocando todos os filiados, com periodicidade não superior a (3) três meses, e discutir junto ao Diretório Nacional a possibilidade de implementar consultas ou plebiscitos, para que possam participar todos os filiados ao P-SOL.

Art. 115 - A vigência do presente Estatuto dar-se-á a partir da data da sua publicação no Diário Oficial.

CAPÍTULO I - DA FORMAÇÃO DAS TENDÊNCIAS

Art. 116 – A prerrogativa de constituição das tendências partidárias é fruto da concepção de Partido e sociedade acumulados na formação deste Partido, estando, assim, garantido aos militantes que coletivamente decidam organizar-se para defender posições e teses nos Congressos e fóruns partidários contribuir na elaboração teórica do Partido Socialismo e Liberdade, atuar a partir de posições comuns no cotidiano da militância, organizarem-se em tendências.

§ 1º As tendências poderão constituir-se a qualquer tempo em âmbito municipal, estadual ou nacional, devendo ser comunicado ao respectivo organismo dirigente e ao Diretório Nacional.

§ 2º Está garantida às tendências a expressão de suas posições nos órgãos de imprensa internos do Partido;

§ 3º As tendências organizam-se livremente, sem nenhum controle ou ingerência das direções do Partido, com a condição de não se contraporem aos fóruns e reuniões dos organismos do Partido.

§ 4º A constituição e definições políticas das tendências estão submetidas aos princípios programáticos do Partido Socialismo e Liberdade.

TÍTULO IV – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 117 - Compete ao Presidente do Partido e na sua ausência, na ordem, ao 1º Secretário, ao 2º Secretário, ao 1º Tesoureiro ou ao 2º Secretário, representar o Partido aos efeitos de registrar o estatuto junto ao Cartório do Registro Civil e ao Tribunal Superior Eleitoral, e das providências necessárias.

Art. 118 - Compete ao Diretório Nacional promover, junto aos órgãos competentes, o registro do Partido, assim como qualquer outra providência legal necessária, nomeando e constituindo advogado quando for exigido.

Art. 119 - Caso não houver consenso para o encaminhamento de decisões organizativas e/ou administrativas, decidir-se-á por deliberação da maioria simples dos membros.

Art. 120 - Revogam-se as disposições estatutárias em contrário.

Brasília, 01 de Abril de 2010.

Afrânio Tadeu Boppré

Secretário Geral

DR. Alberto de Almeida Canuto

OAB/SP 278.267

(*) Estatuto com a redação dada pelas alterações aprovadas no II Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade, realizado em 22 de agosto de 2009, na cidade de São Paulo-SP.

Anexo III:

Programa do PSOL

Segue abaixo o programa aprovado no Encontro Nacional de fundação do P-SOL, realizado nos dias 05 e 06 de junho em Brasília. Com esta plataforma programática começamos a construir nosso partido e inauguramos uma nova etapa na elaboração programática do partido que culminará no primeiro Congresso do P-SOL. Neste sentido, os relatórios aprovados nos grupos abrirão a tribuna de debates desta construção programática coletiva que apenas começa. Nos próximos dias o site estará disponível para receber as contribuições que com certeza enriquecerão o debate e permitirão que nosso programa seja construído pela experiência viva dos movimentos sociais e dos seus protagonistas.

Introdução

Este programa estabelece um ponto de partida para a construção de um projeto estratégico, capaz de dar conta das enormes demandas históricas e concretas dos trabalhadores e dos excluídos do nosso país.

Não se trata, portanto, da imposição de uma receita pré-estabelecida, hermética, fechada, imune às mudanças na realidade objetiva e a experiência viva das lutas sociais do nosso povo. Pois definir seus balizadores iniciais de estratégia e de princípio não significa estabelecer qualquer restrição a constantes atualizações, para melhor compreender e representar as novas demandas populares.

Nessa perspectiva de caminhos novos para a discussão de um projeto socialista, a necessidade da construção de um partido de novo tipo se afirma de forma cada vez mais clara. É uma necessidade objetiva para aqueles que, nos últimos vinte anos, construíram uma concepção combativa de PT, e lhe deram a extraordinária possibilidade de abrir as portas para um Brasil sem miséria e sem exploração, mas que viram suas lutas, seus sonhos e expectativas traídas.

A ruptura com o PT começou pelos servidores federais, seguida de amplos setores intelectuais, de segmentos da juventude e de uma significativa parcela da população, fragmentada na rebeldia, mas localizada na quase totalidade de pesquisas de opinião realizadas.

Criou-se, assim, um novo e histórico momento para o país e para a esquerda socialista que mantém de pé as bandeiras históricas das classes trabalhadoras e oprimidas. Na medida em que o governo Lula acelera a rota para o precipício, abre-se um caminho para uma alternativa de esquerda conseqüente, socialista e democrática, com capacidade de atrair e influenciar setores de massas, e oferecer um canal positivo para os que acreditam em um outro Brasil.

Parte I – Bases do programa estratégico

1) Socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista.

O sistema capitalista imperialista mundial está conduzindo a humanidade a uma crise global. A destruição da natureza, as guerras, a especulação financeira, o aumento da superexploração do trabalho e da miséria são suas conseqüências. Sob o atual sistema, o avanço da ciência e da técnica só conduz a uma mais acelerada concentração de riquezas. A agressiva busca do controle estratégico dos recursos energéticos do planeta está levando à própria devastação destes recursos. A lógica egoísta e destrutiva da produção, condicionada exclusivamente ao lucro, ameaça a existência de qualquer forma de vida.

Assim, a defesa do socialismo com liberdade e democracia deve ser encarada como uma perspectiva estratégica e de princípios. Não podemos prever as condições e circunstâncias que efetivarão uma ruptura sistêmica. Mas como militantes conscientes que querem resgatar a esperança de dias melhores, sustentamos que uma sociedade radicalmente diferente, somente pode ser construída no estímulo à mobilização e auto-organização independente dos trabalhadores e de todos os movimentos sociais.

O essencial é ter como permanente a idéia de que não se pode propor essa outra sociedade construída sem o controle dos próprios atores e sujeitos da auto-emancipação. Não há partido ou programa, por mais bem intencionado que seja, que os substituam. Uma alternativa global para o país deve ser construída via um intenso processo de acumulação de forças e somente pode ser conquistada com um enfrentamento revolucionário contra a ordem capitalista estabelecida. Nesta perspectiva é fundamental impulsionar, especialmente durante os processos de luta, o desenvolvimento de organismos de auto-organização da classe trabalhadora, verdadeiros organismos de contra-poder.

O desafio posto, portanto, é de refundar a idéia e a estratégia do socialismo no imaginário de milhões de homens e mulheres, reconstruindo a idéia elementar – mas desconstruída pelas experiências totalitárias dos regimes stalinistas e as capitulações à ordem no estilo da 3ª via social-democrata – de que o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade, da mais ampla liberdade de expressão e organização, da rejeição aos modelos de partido único. Enfim, de que um projeto de emancipação social dos explorados e oprimidos nas condições atuais é um verdadeiro projeto de emancipação da civilização humana, de defesa da vida diante das forças brutais de destruição acumuladas pelo capitalismo imperialista.

A defesa do socialismo, finalmente, não é apenas a defesa das reivindicações dos trabalhadores melhor organizados, mas a conseqüente busca de incorporação das reivindicações e lutas de todos os setores oprimidos. A luta pelo socialismo é também a luta contra todas as opressões, injustiças e barbáries cotidianas.

2) Não há soberania, nem uma verdadeira independência nacional, sem romper com a dominação imperialista.

O capital financeiro-imperialista não se limita à sangria do pagamento da dívida e dos ajustes impostos pelo FMI. Pretende impor, agora, com os acordos em negociação (caso concreto da ALCA), as condições para um aumento maior da exploração, com a resultante dilapidação dos nossos recursos naturais e energéticos. A Amazônia é um alvo concreto. O controle da sua biodiversidade, através das “leis de patentes”, e a devastação florestal em busca dos minérios, ou na lógica do agro-negócio, são parte dessa ofensiva. Outro alvo das multinacionais são as bacias da Petrobrás.

Um programa alternativo para o país tem que ter nas suas bases fundadoras o horizonte da ruptura com o imperialismo e suas formas de dominação. O Brasil precisa de uma verdadeira independência nacional. E ela só é possível com uma rejeição explícita à dominação imperial.

3) Rechaçar a conciliação de classes e apoiar as lutas dos trabalhadores.

Nossa base programática não pode deixar de se pautar num princípio: o resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos. Não estamos formando um novo partido para estimular a conciliação de classes. Nossas alianças para construir um projeto alternativo têm que ser as que busquem soldar a unidade entre todos os setores do povo trabalhador – todos os trabalhadores, os que estão desempregados, com os movimentos populares, com os trabalhadores do campo, sem-terra, pequenos agricultores, com as classes médias urbanas, nas profissões liberais, na academia, nos setores formadores de opinião, cada vez mais dilapidadas

pelo capital financeiro, como vimos recentemente no caso argentino. São estas alianças que vão permitir a construção da auto-organização independente e do poder alternativo popular, para além dos limites da ordem capitalista. Por isso, nosso partido rejeita os governos comuns com a classe dominante.

4) Reivindicações para a luta imediata e bandeiras históricas para além da ordem.

A defesa de melhores salários, o combate contra o desemprego e contra a corrupção, a luta pela reforma agrária, a luta por uma reforma tributária que taxe o grande capital, a luta pela reforma urbana são alguns exemplos de reformas verdadeiramente prementes, que devemos defender com a compreensão de que elas não se realizam plenamente nos parâmetros do sistema capitalista.

5) A defesa de um internacionalismo ativo.

São tempos de agressão militar indiscriminada do imperialismo. Os EUA se destacam como país agressor, que agora chefia a ocupação do Iraque, intervém na Colômbia, no Haiti, promove tentativas de golpes na Venezuela e apóia o terrorismo de Estado, de Israel contra os palestinos. A retomada do internacionalismo é objetivo do novo partido. Para além do nosso continente, temos que empenhar todo o esforço no apoio ao movimento anti-globalização, com seus fóruns sociais e suas mobilizações de massas iniciadas a partir de Seattle. No caso das sistemáticas agressões, guerras de ocupação das grandes potências capitalistas, como no caso do Iraque, devemos levantar de forma inequívoca a auto-determinação dos povos e contra qualquer tipo de intervenção militar.

Parte II – Bases de análise e caracterizações

1) Aumenta a exploração do Brasil e da América Latina.

O caráter parasitário do sistema capitalista se faz mais evidente na atual fase da economia mundial. Somente uma parte do capital é mobilizado para adquirir matérias primas, ampliação de recursos humanos e investimentos, renovação de equipamentos produtivos. Sua maior parte se destina a especular sobre o valor futuro da produção, utilizando-se dos mais variados instrumentos especulativos, seja o câmbio das moedas, a dívida pública, a sobrevalorização dos terrenos, as ações das empresas e dos mercados futuros e os investimentos em tecnologia.

O atual regime financeirizado exige um grau bastante elevado de liberalização e desregulamentação das economias nacionais. E, por conta de dívidas externas nunca auditadas, impõe processos de privatização. Acordos como a ALCA e a propriedade intelectual também são fatores de aumento da exploração.

Por conta de benesses tributárias, tais como isenção de remessa de lucros e dividendos para suas matrizes, grandes corporações multinacionais já se apropriaram de mais da metade do capital de toda a indústria instalada no Brasil. Dominam diretamente 1/3 da indústria básica (petróleo, siderurgia, petroquímica, papel e celulose, agroindústria), mais de 80% da indústria difusora de tecnologia (aeronáutica, química fina, eletrônica) e metade de setores tradicionais da indústria nacional (bebidas, têxtil, alimentos, calçados). No setor de serviços aconteceu o mesmo, com a desnacionalização dos bancos, dos serviços de infraestrutura (como energia e telecomunicações) e até do comércio.

O mecanismo da dívida externa segue sendo fundamental neste processo de exploração e de domínio do imperialismo sobre o Brasil. Dos contratos de endividamento externo, disponíveis no Senado Federal, cerca de 92% deles têm cláusulas que permitem ao credor elevar as taxas de juros. Além disso, 49,5% dos contratos renunciam expressamente à soberania, indicando um foro estrangeiro para solucionar controvérsias. Por último, 38,36%

dos documentos vinculam o recebimento do dinheiro à realização de programas do FMI ou do Banco Mundial, assim como 34,24% deles impedem o Brasil de controlar a saída de capitais.

2) A classe dominante brasileira é sócia da dominação imperialista.

A grande burguesia brasileira é sócia da dominação imperialista. Enquanto no Brasil mais de 50 milhões sofrem com a fome, apenas 5 mil famílias concentram um patrimônio equivalente a 46% da riqueza gerada por ano no país (PIB). Por sua vez os 50% mais pobres, isto é, 39 milhões de trabalhadores, detêm apenas 15% da renda nacional. Enquanto isso, os capitalistas brasileiros seguem especulando com os títulos brasileiros no exterior e mantêm bilhões de dólares nas suas contas nas ilhas Cayman, nas Bahamas, nas ilhas Virgens e em depósitos nos EUA. Registrado legalmente no Banco Central, no final de 2002, havia US\$ 72,3 bilhões de capitais investidos no exterior de residentes no Brasil. A ampla desnacionalização na indústria e no próprio sistema financeiro nacional — ocorrida nos anos 90 através de fusões e aquisições — foi aceita sem resistência séria de setores da classe dominante nacional; sob a aplicação do modelo neoliberal ficou evidente a incapacidade da classe dominante brasileira e suas oligarquias setoriais e regionais de opor qualquer resistência séria à dominação do capital financeiro.

3) Governo Lula: guinada doutrinária a serviço do capital.

A vitória de Luis Inácio Lula da Silva foi uma rejeição do modelo neoliberal lançado no governo Collor, mas consolidado organicamente nos dois mandatos de FHC. Seus 52 milhões de votos eram a base consistente para uma nova trajetória governamental. Seu governo, no entanto, foi a negação dessa expectativa. Depois de quatro disputas, Lula entregou-se aos antigos adversários, e voltou as costas às suas combativas bases sociais históricas. Transformou-se num agente na defesa dos interesses do grande capital financeiro. Na esteira dessa guinada ideológica do governo, o Partido dos Trabalhadores foi transformado em correia de transmissão das decisões da Esplanada dos ministérios.

Parte III – Um programa de ação, de reivindicações dos trabalhadores e do povo pobre e medidas democráticas, anticapitalistas e antiimperialistas

Ainda que nos marcos de um programa provisório, uma primeira plataforma de ação deve ser capaz de sintetizar e concretizar, não um simples enunciado de palavras-de-ordem, mas a articulação das reivindicações dos trabalhadores e do povo com a necessária ruptura com o FMI, com a dívida externa e Alca, bem como sua ligação à mudança do regime social e a conquista de um governo dos trabalhadores e das classes populares exploradas e oprimidas no capitalismo.

O caminho da luta, da mobilização direta, do apoio às greves pelas reivindicações é o caminho central por onde passa a defesa por melhores salários, o direito ao trabalho, à terra, e para enfrentar os ataques do imperialismo, dos capitalistas e seus governos. Por isso, estamos pela defesa e o apoio às lutas dos trabalhadores, desempregados, camelôs, sem teto, sem terra.

1) Redução imediata da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução dos salários. Progresso tecnológico a serviço da criação de postos de trabalho.

Mais de um milhão de trabalhadores perderam o emprego em 2003. A crise do desemprego foi transformada numa crise estrutural. É fundamental o combate contra a generalização das horas extras e a redução da carga horária para 40 horas semanais, rumo à jornada de 36 horas.

Denunciamos também toda e qualquer tentativa de demissões e redução dos salários com o pretexto da falta de trabalho. Diante das reclamações da patronal acerca das suas

dificuldades, defendemos que suas contas sejam abertas e o controle da produção se estabeleça.

Defendemos também a luta dos desempregados e dos trabalhadores da economia informal. Contra a repressão aos ambulantes e pela defesa das cooperativas dos trabalhadores.

2) Abaixo o arrocho nos salários. Reposição mensal da inflação. Recuperação efetiva do salário mínimo. Aumento real dos salários.

Como via de acesso a um incremento produtivo mantendo o mercado interno comprimido, os juros elevados e o ajuste fiscal garantido, o governo federal aposta todas as fichas nas exportações. Este tem sido o plano fundamental dos capitalistas no Brasil. Mas para que os capitalistas brasileiros exportem, competindo com outros burgueses, devem manter seus produtos baratos. Para isso, continuarão pagando salários de fome aos trabalhadores da cidade e do campo. É o que os grandes empresários consideram uma vantagem comparativa brasileira.

Sem recomposição dos salários, não há distribuição de renda efetiva. Defendemos a reposição mensal da inflação e aumentos reais para os salários. Defendemos que os salários sejam capazes de garantir o mínimo necessário para o trabalhador e sua família, tal como diz a Constituição. O controle sobre a produção das grandes empresas mostrará os lucros capitalistas e as possibilidades de aumentos.

3) Reforma agrária, essa luta é nossa. Terra para quem nela trabalha e quer trabalhar. Apoio ao MST, MTL, CPT e todas as lutas pelas reivindicações camponesas. Prisão para os latifundiários que armam suas milícias contra o povo.

Há 12 milhões de trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. O esforço exportador da política do governo federal tem sido centrado no agro-negócio, cópia do modelo FHC. Neste modelo exportador não há lugar para a reforma agrária, para o assentamento digno do homem no campo. Cerca de 56% das terras brasileiras estão nas mãos de 3,5% dos proprietários rurais.

Para os pequenos agricultores, para agricultura familiar e para as cooperativas só há um lugar totalmente subordinado, não de uma política de estímulo e de crédito pesado para a produção ao mercado interno.

Em suma, para conseguir algum avanço, aos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra o único caminho tem sido o da mobilização, das ocupações de terra, bloqueio de estradas, ocupação de prédios públicos.

Nestas lutas, porém, os trabalhadores têm contra si a impunidade dos latifundiários. Temos visto à luz do dia a ação das brigadas paramilitares dos latifundiários e a repressão aos sem-terra. Defendemos as ocupações e ações de luta dos sem-terra, porque somente dessa forma será possível garantir uma reforma agrária verdadeira. Somente com uma reforma agrária desta natureza se pode garantir a produção para o mercado interno e acumular poupança no campo. Mas para tanto não existe saída para o campo brasileiro sem a expropriação das grandes fazendas, sejam elas produtivas ou não.

O apoio com crédito, pesquisa tecnológica, preço justo, são da mesma forma peças fundamentais para uma política de autêntica reforma agrária.

4) Por uma ampla reforma urbana. Moradia digna com condições dignas para todos.

Milhões de famílias vivem em áreas de risco, não apenas devido a enchentes e desabamentos. Há milhões que estão no dia a dia vivendo em péssimas condições, sem acesso a água, sem saúde, com transporte precário e esgotos a céu aberto. Mesmo levando em conta a possibilidade de melhorias nestas sub moradias, seriam necessárias mais de seis milhões e seiscentos mil moradias para combater o déficit habitacional do país.

Defendemos a mobilização dos sem-teto e dos movimentos populares por moradia. Somos a favor de uma ampla reforma urbana, que tenha na raiz o combate à vergonhosa especulação imobiliária.

5) Inverter radicalmente os gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura.

O superávit fiscal do governo, que exclui o pagamento dos juros, foi o maior da história. Chegou a R\$ 66,12 bilhões, o equivalente a 4,3% do PIB, maior, portanto, do que o acordado com o FMI, cuja meta era de 4,25% do PIB, ou seja, R\$ 65 bilhões. Esta economia de recursos visando o pagamento da dívida, foi a essência da política do governo para dar confiança aos “mercados”, isto é, aos bancos e detentores dos títulos públicos. Além disso, a DRU — Desvinculação de Receitas da União — desvia bilhões do orçamento constitucionalmente garantido para a educação e saúde, para engordar o superávit primário.

É preciso investir pesadamente em infraestrutura, nas estradas, cada vez mais abandonadas, em energia, num país onde tivemos o apagão por falta de investimentos. No campo da saúde pública, é necessário alçar essa política à prioritária, de modo que os recursos para ela dirigidos sejam suficientes para atender as necessidades de saúde da população. Basta de hospitais para ricos e hospitais para pobres! É necessária uma medicina gratuita e eficiente para todos.

Os investimentos públicos devem ser pesados na educação em todos os níveis, garantindo a alfabetização de toda a população e acesso às universidades.

6) Ruptura com o FMI. Não ao pagamento da dívida externa. Não a ALCA. Auditoria da dívida externa e da dívida interna. Desmontagem e anulação da dívida interna com os bancos. Controle de câmbio e de capitais. Por um plano econômico alternativo.

Os trabalhadores brasileiros não podem mais seguir pagando por uma dívida que não contraíram e nem os beneficiou. Se incluirmos a dívida interna com os grandes bancos, os gastos do setor público somente com o pagamento dos juros da dívida atingiram ao fim do primeiro ano do governo Lula R\$ 145,2 bilhões, o que corresponde a 9,49% do PIB. Dois meses de pagamento dos juros equivalem ao gasto anual com o Sistema Único de Saúde. Dez dias de juros superam as verbas anuais do Programa Bolsa-Família. Uma montanha de recursos drenados para o cassino financeiro, superior inclusive a 2002, quando os juros pagos foram de R\$ 114 bilhões, ou 8,47% do PIB. Por sua vez, o endividamento externo se aprofunda e atinge hoje quase US\$ 220 bilhões de dólares.

É preciso romper essa lógica. Centralizar o câmbio e controlar a saída de capitais. É preciso dizer não ao FMI e ao acordo da ALCA — projeto de anexação do Brasil —, encabeçando um chamado pela constituição de uma frente dos países devedores. Em relação à dívida interna é preciso fazer uma auditoria da dívida, desmontar sua composição interna, anular a dívida com os bancos e preservar os pequenos e médios poupadores.

Assim, nosso programa resgata a decisão do tribunal da dívida externa realizado de 26 a 28 de abril de 1999, no Rio de Janeiro. Neste tribunal foi assumido um veredicto claro: a dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais, sem consulta ao povo e por ferir a soberania é injusta e insustentável, ética, jurídica e politicamente. Assumimos também o resultado do plebiscito realizado nos dias 2 a 7 de setembro de 2002, quando 94% de um total de mais de seis milhões de eleitores, sem campanhas na mídia e sem voto obrigatório, votaram soberanamente e definiram seu repúdio ao pagamento da dívida externa sem a realização prévia de uma auditoria pública. Um número também expressivo repudiou também o uso de grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores.

7) Abaixo as reformas reacionárias e neoliberais. Por reformas populares.

Desde Collor, FHC e agora Lula, os governos aplicam reformas (na verdade, contra-reformas), a serviço do Fundo Monetário e do Banco Mundial, como a reforma da Previdência que privatiza a Previdência pública, entregando-a aos banqueiros. Já aprovaram também, com o apoio do Congresso Nacional, a “Lei de Falências” que tem como prioridade a “garantia dos direitos dos credores”. Ou seja, o direito dos bancos em detrimento do direito dos trabalhadores.

A próxima é a reforma universitária, que vai aprofundar o sucateamento e a privatização branca das universidades públicas, conforme os interesses do Banco Mundial. Finalmente, estão preparando a reforma sindical e trabalhista, com o claro objetivo de flexibilizar os poucos direitos ainda assegurados em lei, dando às cúpulas das centrais o poder de negociar tudo, à revelia da base.

Somos contras as reformas neoliberais. Somos a favor de reformas que sejam para melhorar a vida da maioria do povo, como a reforma agrária e a reforma urbana. Temos a necessidade também de uma profunda reforma tributária, que inverta a atual lógica que faz os impostos pesarem fundamentalmente sobre o trabalho e o consumo, e não sobre a riqueza e a propriedade, fazendo com que quem ganha menos pague proporcionalmente muito mais imposto do que quem ganha mais.

Defendemos a taxação das grandes fortunas, pesados impostos sobre os mais ricos e alívio da carga tributária sobre a classe média e os pobres.

8) Abaixo as privatizações. Estatização das empresas privatizadas. Expropriação dos grandes grupos monopólicos capitalistas.

No Brasil de FHC a captação de dólares foi garantida pelas privatizações. Embora estas tenham perdido fôlego, não foram definitivamente enterradas, como atesta a carta compromisso do governo Lula e do FMI para privatizar quatro bancos estaduais, concretizada já no caso do Banco do Estado do Maranhão, comprado em fevereiro pelo Bradesco.

O balanço das privatizações durante o governo FHC mostra que tratou-se de entrega de patrimônio. O resultado financeiro das privatizações foi o seguinte: arrecadação de R\$ 85,2 bilhões e gastos de 87,6 bilhões.

O governo brasileiro ficou sem as empresas e teve um prejuízo líquido de pelo menos R\$ 2,4 bilhões com a entrega do patrimônio público para grandes empresas privadas. . É preciso reverter este verdadeiro saque à Nação, começando pela reestatização das empresas privatizadas.

Mais do que isso, é preciso reorganizar o conjunto da vida econômica e social do país. Não é possível a produção ser destinada para o lucro em detrimento das necessidades da população. Uma minoria – latifundiários, especuladores, capitalistas e banqueiros – comanda o trabalho dos demais porque detém o controle dos meios de produção: os latifundiários controlam a terra; os capitalistas, os instrumentos de trabalho; os banqueiros, os recursos financeiros. Por isso, eles comandam a vida de todos os que, para trabalhar, precisam ter acesso a terra, instrumentos e recursos. Basta. A sociedade não pode organizar-se em torno do princípio da solidariedade e da igualdade produzir segundo as necessidades da população sem a expropriação desta minoria e o controle da sociedade sobre os grandes meios de produção e de crédito.

9) Confisco dos bens e prisão dos corruptos e sonegadores.

Há várias fontes de corrupção. As privatizações, a frouxidão no controle dos fluxos de capitais, facilitando e potencializando as remessas ilegais e a lavagem de dinheiro do crime. A não aprovação do financiamento público das campanhas eleitorais tem sido fator extra de relações de troca de favores entre os políticos que aceitam o financiamento privado das grandes empresas e seus financiadores. Temos também a corrupção no poder judiciário,

político, policial. O governo do PT não tem mudado nada disso, como ficou evidente na operação abafa no caso Waldomiro-CPI. dos bingos.

Defendemos a investigação e punição dos escândalos de sonegação e corrupção – CPI's e comissões independentes de investigação.

Os crimes do colarinho branco engrossam a lista da impunidade. Por isso não aceitamos os privilégios que FHC garantiu para si e para o qual teve o acordo do atual presidente Lula. Trata-se do Foro privilegiado para os presidentes da República não serem julgados depois de encerrados seus mandatos.

10) Contrás as burocracias sindicais. Democracia nos sindicatos e nos movimentos sociais. Autonomia e independência frente ao Estado, governo e patrões.

Para impulsionar tanto as lutas imediatas quanto a construção de uma estratégia socialista, será fundamental combater as direções oportunistas que querem conciliar com a classe dominante e se submeter a seus interesses. Sempre vamos defender o princípio básico de que os trabalhadores devem confiar apenas na força da sua luta e organização independente. Os sindicatos viveram um longo processo de burocratização nos anos 90. Cresceram as burocracias sindicais – como a Força Sindical e a maioria da direção da CUT.

Nós defendemos a mais ampla unidade de ação com todos que queiram lutar pelas reivindicações e não aceitam o caminho da entrega de direitos da classe trabalhadora. Defendemos a luta coordenada entre sindicatos, associações de moradores, pela construção de movimentos e fóruns de luta comum por reivindicações concretas. Defendemos a democracia nos sindicatos e em todas as organizações dos trabalhadores, defendemos a autonomia e a completa independência das entidades dos trabalhadores do governo, do Estado e dos patrões.

11) Democratização dos meios de comunicação.

O chamado “quarto poder” não pode ser monopólio privado capitalista. Atualmente, as concessões de rádio e TV são feitas à políticos e empresários amigos dos donos do poder econômico e político. Temos conglomerados capitalistas controlando e manipulando a informação. Defendemos a democratização radical dos meios de comunicação, portanto o fim das concessões de rádios e TVs como estão sendo feitas atualmente. Com a comunidade cultural do país é preciso reorganizar os meios de comunicação; é preciso um novo sistema de comunicação no qual a comunidade cultural, os jornalistas, os educadores articulem com os movimentos sociais e o povo organizado uma efetiva participação e democratização da informação e acesso à cultura. Os movimentos sociais não podem ser marginalizados dos meios de comunicação. Defendemos as rádios comunitárias e sua legalização.

12) Contra a insegurança e pelo direito a vida.

O Estado brasileiro não garante o mais elementar direito à vida e à segurança. As instituições que segundo a Constituição e as leis servem para proteger o povo — a polícia, a justiça, o sistema penitenciário e o poder político — estão infestadas de máfias e corruptos. A corrupção policial é avalizada pelo poder judiciário que é protegido pelo poder político. É preciso dismantelar toda esta estrutura se queremos o mínimo de segurança. É fundamental a democratização das forças policiais e em particular do Exército, com o direito a livre organização política das tropas, com direito das tropas elegerem seus próprios comandantes; com direito de promoção, sem limites para a baixa oficialidade. O novo partido elaborará uma plataforma específica sobre esta questão fundamental com a participação de todos os seus militantes deste setor e com os movimentos sociais dedicados ao assunto. Da mesma forma será elaborado o programa sobre os direitos humanos, partindo de alguns princípios: Contra a impunidade dos assassinatos que atingem os movimentos populares no campo e na cidade, bem como as populações pobres. Contra a tortura praticada sistematicamente nas

dependências policiais. Contra a criminalização dos movimentos sociais. Pelo direito à verdade histórica e à abertura dos arquivos do Exército sobre a guerrilha do Araguaia.

13) Pela preservação do meio ambiente.

A construção de um ideário de superação do processo capitalista reúne hoje, além dos tradicionais pressupostos socialistas, um grande impulso ainda mais vital ligado à questão ecológica. Esse fator pode contribuir decisivamente na reorganização dos trabalhadores internacionalmente.

Tendo claro que as forças de destruição irracionais acumuladas pelo sistema ameaçam o conjunto da humanidade e da vida no planeta, de tal forma que a luta contra o capitalismo significa a luta em defesa da ecologia, do meio ambiente e da vida, o novo partido elaborará sua plataforma ecológica com a intervenção direta do movimento ecológico nos próximos meses.

14) Combate ao racismo e contra a opressão dos negros.

A escravidão terminou como modo de produção – embora vergonhosamente tenhamos ainda no Brasil ilegalmente algumas áreas de trabalho escravo -, mas o racismo continua e os negros e as negras são os mais explorados e discriminados dos trabalhadores e do povo. Recebem menores salários do que os brancos; são os mais pobres, com menor acesso à escola e possibilidades de emprego. Chamamos o combate sem tréguas ao racismo, a toda e qualquer discriminação e repressão. Denunciamos como vendedores de ilusão e como pretensos defensores da luta do movimento negro aqueles que defendem a possibilidade de integração e de igualdade racial no capitalismo brasileiro. O movimento negro do novo partido irá discutir o programa necessário para enfrentar de modo eficaz esta luta.

15) Em defesa dos direitos das mulheres. Pela emancipação das mulheres.

Além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis. As lutas feministas conquistaram muito nas últimas décadas. Há, entretanto, um longo caminho a percorrer na luta pela emancipação da mulher. A igualdade garantida em lei não se traduz na vida real. As mulheres vivem a dupla jornada de trabalho. São a maioria esmagadora nos subempregos e postos mais baixos na escala salarial e ainda recebem menos por trabalho igual ao dos homens. Defendemos o fim da discriminação sexual no trabalho, salário igual para função igual. Cada vez mais as mulheres assumem o posto de chefes de família, recaindo sempre sobre elas o cuidado com os filhos. As políticas públicas devem levar em conta esta realidade, priorizando, por exemplo, as mulheres nos programas habitacionais e de geração de emprego, bem como garantindo a existência de creches públicas nos locais de trabalho e estudo.

A violência é um dramático problema que atinge a população feminina. No trabalho são vítimas do assédio e abuso sexual, ameaçadas de perder o emprego se não cederam aos desejos de seus chefes. A cada minuto 3 mulheres são agredidas, 70% destas agressões ocorrem dentro de casa e a maioria das vítimas são mulheres pobres. Exigimos cadeia aos agressores, casas-abrigo para as mulheres vítimas da violência doméstica e punição ao assédio e ao abuso sexual. Nosso partido combate o machismo e a discriminação sexual, colocando-se na linha de frente da luta feminista. O movimento de mulheres do novo partido construirá ele mesmo o programa que impulse este combate.

16) A luta da juventude é, no presente, a luta pelo futuro.

A luta da juventude é decisiva. Há demandas claras do novo partido. Emprego para a juventude. Por uma escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Abaixo a

repressão a juventude. Pelo direito a cultura e ao lazer. Os militantes jovens do novo partido já começaram a construir a juventude do partido e escreverão eles mesmos seu programa.

17) Em defesa das minorias nacionais.

O Brasil se formou na esteira do genocídio indígena. Uma formação, portanto, desde o início baseada na opressão da maioria dos seus habitantes. O genocídio, porém, não terminou com o índio brasileiro. Numa sociedade com socialismo e democracia também os povos indígenas poderão recuperar e desenvolver sua cultura, o que tem sido cada vez mais difícil no atual sistema. Atualmente, são mais de 370 mil pessoas indígenas, 210 etnias e 170 línguas faladas identificadas. A defesa das terras e da cultura indígena é uma bandeira permanente do nosso partido, bandeira impulsionada por outras nações e povos indígenas em toda a América Latina e que faz parte fundamental da luta pela autodeterminação nacional.

18) Em defesa dos aposentados e idosos!

Milhões de trabalhadores chegam à velhice sem direito à aposentadoria e, portanto, sem nenhuma garantia de renda que lhes permita viver dignamente. Isso é resultado da permanência – e hoje crescimento – da informalidade das relações de trabalho. É urgente garantir a todos, independentemente de sua capacidade contributiva, uma renda para o momento da velhice.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores que se aposentam, em sua grande maioria recebem aposentadorias baixíssimas, insuficientes para suas necessidades com saúde, moradia, alimentação. É preciso garantir condições dignas de vida para estes trabalhadores que durante anos produziram a riqueza do país.

Corrigir as injustiças e lutar para que sejam revistos e anulados os ataques aos aposentados executados nas reformas previdenciárias é parte das nossas bandeiras. Rejeitamos também a desvinculação do reajuste do salário mínimo do reajuste das aposentadorias. Por uma aposentadoria digna para todos.

19) Pela livre expressão sexual.

A perseguição à livre expressão sexual é uma constante que se expressa no trabalho, em locais públicos, no lazer. A repressão policial é uma constante contra lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais. A luta pelo direito a livre orientação sexual é uma luta nossa. As mobilizações de centenas de milhares de pessoas em todo o país durante as chamadas paradas gays, com algumas marchas chegando a quase um milhão de pessoas, mostra o claro avanço da luta pelos direitos civis. Contra toda e qualquer violência e preconceito contra a orientação sexual dos GLBTS. Pelo reconhecimento da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo e suas decorrências legais! Com estes princípios defendidos por todo o partido, os movimentos dos GLBTS construirão também o programa partidário sobre o tema.

20) A importância das tarefas democrático-políticas e a defesa das liberdades democráticas.

Os ataques do grande capital imperialista financeiro, sua busca por enquadrar todo o continente em uma ofensiva econômico-militar e com consequências jurídico-políticas como o da ALCA, fazem com que a defesa das liberdades democráticas e da soberania política do país sejam fundamentais para os socialistas.

O sufrágio universal é uma conquista. Combatemos o oportunismo expresso na posição que apenas vê importância nas eleições, mas combatemos também o sectarismo que despreza a importância das mesmas. As eleições, portanto, podem ser utilizadas pelos socialistas para chegar no povo trabalhador e contribuir no avanço de sua consciência e politização.

Queremos uma verdadeira Constituinte, soberana, democrática, capaz de reorganizar o país, instituir mudanças que tornem possível garantir educação, saúde, moradia, alimentação,

trabalho e dignidade para todo o povo. Esta nova Constituição só pode ser resultado de um processo profundamente democrático, onde os constituintes não sejam eleitos sob o peso e a influência do poder econômico e da grande mídia. Tal bandeira não está colocada para a atual conjuntura, mas deve ser parte do programa de nosso partido conjuntamente com outras medidas democráticas.

Lutamos também por medidas democráticas radicais como a garantia de uma Câmara única com mandatos revogáveis. É importante igualmente se instituir e facilitar as decisões de temas nacionais relevantes por plebiscitos e referendos. Também o poder judiciário necessita de uma profunda reforma, mediante o fim da eleição dos juízes pelo presidente da República e a revogabilidade dos mandatos dos magistrados, com o recurso a participação popular nos julgamentos.

21) A luta da classe trabalhadora é internacional. Em defesa da solidariedade e da coordenação das lutas latino-americanas.

Defendemos a articulação política dos socialistas e internacionalistas de todos países, o apoio às lutas e a busca constante de uma coordenação das mesmas. Pela unidade dos trabalhadores e do povo da América Latina. Pela federação das Repúblicas da América Latina! Contra toda e qualquer intervenção imperialista na América Latina e no mundo, seja na Colômbia, na Venezuela, no Iraque ou na Palestina. Contra a vergonhosa intervenção do Brasil no Haiti, cumprindo o papel de tropas auxiliares dos Estados Unidos. Consideramos decisiva a construção de uma frente de ação, política e social, que busque articular para a luta os movimentos e as forças sociais antiimperialistas no nosso continente. Na luta contra o imperialismo estamos pela mais ampla unidade de ação com todas as forças que estejam dispostas a uma ação concreta contra o mesmo.

Anexo IV: Dados biográficos executiva

Dirigente	Gestão	Ingresso no PSOL	Tendência	Tendência de origem	Partidos anteriores	Formação*
Heloísa Helena	2004-2010	2004	Próx. MES	DS	PT	Superior
Babá	2004-2011	2004	CST	CS	PT	Superior
Tostão	2004-2011	2004	CSOL		PSTU	Superior
Edilson Silva	2004-2011	2004	MÊS	PRS	PSTU	Superior incompleto
Mário Agra	2004-2011	2004	MÊS	CST	PT/ PSTU	Superior
Roberto Robaina	2004-2011	2004	MÊS	CST/CS	PT	Superior
Luciana Genro	2004-2007	2004	MÊS	CST	PT	Superior incompleto
Martiniano Cavalcante	2004-2009	2004	PP		PSTU/PFS/PLP/CGB/PCB	Superior
Gilberto Cunha	2004-2007	2004	MÊS	MTL	PSTU	Superior
João Machado	2004-2007	2004	ENLACE	LR/LV/DS	PT	Superior
Milton Temer	2004-2007	2004	Grupo do Rio		PT	Superior
André Ferrari	2004-2007	2004	LSR		PSTU/PT	Superior Incompleto
Silvia Santos	2004-2007	2004	CST	CS	PT	
Luiz Araújo	2005-2009	2005	APS		PT	Superior
Toninho	2007-2009	2005	APS		PT	Superior
Gesa Linhares Corrêa	2004-2007	2005	APS		PT	Superior
Junia Gouvêa	2004-2007	2004	CSOL		PSTU	
Marcelo Badaró	2004-2007	2004	Grupo do Rio		PT	Superior
Israel Dutra	2007-2009	2004	MÊS		PT	Superior
Jeferson Moura	2007-2010	2004	PP		PT	Superior
Mário Azeredo	2007-2009	2005	ENLACE	MUS	PT	
Alcebíades Teixeira	2007-2009	2005	ENLACE		PT	Superior
Rosi Messias	2007-2009	2004	CST		PT	
Afrânio Broppé	2007-2011	2005	APS		PT	Superior
Edson Miagusko	2007-2010	2005	APS		PT	Superior
Pedro Fuentes	2009-2011	2004	MÊS		PT	
Elias Vaz (PP)	2009-2011	2004	PP		PSTU/PFS/PLP/CGB	Superior incompleto
Francisvaldo Mendes	2009-2011	2005	ENLACE	AE	PT	Superior
Fabiano Garrido	2009-2011	2005	ENLACE	MUS	PT	Superior
Leandro Recife	2009-2010	2004	TLS		PT	Superior incompleto
Rodrigo Pereira	2009-2011	2005	APS		PT	Superior

Randolfe Rodrigues	2009	2005	APS		PT	Superior
Miguel Carvalho	2010	2005	APS		PT	
José Luís Fevereiro	2010-2011	2004	Grupo do Rio	Ind	PT	Superior
Janira Rocha	2010-2011	2004	PP			Superior incompleto
Aldo Josias Santos	2010-2011	2004	TLS		PT	Superior
Edmilson Rodrigues	2010-2011	2005	APS		PT	Superior
Antônio Jorge Almeida	2010-2011	2005	APS		PT	Superior

* O nível máximo considerado foi o superior. Portanto, desconsideramos os níveis de pós-graduação

Dirigente	UF de origem	UF de residência	Início da militância	Idade	Movimento social/sindical
Heloísa Helena	AL	AL	1980	48	Movimento estudantil e sindical
Babá	PA	RJ	1980	56	Movimento sindical
Tostão		SP			
Edilson Silva	SC	PE	1985	42	Movimento estudantil, negro e sindical
Mário Agra		AL		55	Movimento sindical
Roberto Robaina	RS	RS	1982	43	Movimento estudantil e sindical
Luciana Genro	RS	RS	1985	39	Movimento estudantil e sindical
Martiniano Cavalcante	GO	GO	1970	51	Movimento estudantil e docente
Gilberto Cunha	PR	SP		39	Movimento de bairro, movimento docente
João Machado	MG	SP			Movimento estudantil
Milton Temer	RJ	RJ	1960	72	
André Ferrari		SP		42	Movimento estudantil, popular e sindical
Silvia Santos		RJ			
Luiz Araújo		PA			Movimento docente
Toninho	MG	DF	1980	53	Movimento sindical
Gesa Linhares Corrêa		RJ			Movimento sindical
Junia Gouvêa		SP			Movimento sindical
Marcelo Badaró	RJ	RJ			Movimento estudantil
Israel Dutra	RS	RS		27	
Jeferson Moura	RJ	RJ	1988	37	ceb, movimento estudantil e sindical
Mário Azeredo		RS			Movimento Sindical
Alcebíades Teixeira		RJ	1981	51	Movimento estudantil e Sindical
Rosi Messias		RJ			Movimento estudantil
Afrânio Broppé	SC	SC	1980	50	Movimento estudantil, sindical e popular
Edson Miagusko	SP	RJ		38	Movimento estudantil
Pedro Fuentes		RS			
Elias Vaz (PP)		GO	1983	44	Movimento estudantil e sindical
Francisvaldo Mendes		SP		40	Movimento sindical
Fabiano Garrido		SP			
Leandro Recife		SP		34	Movimento estudantil e LGBT
Rodrigo Pereira		SP			Movimento estudantil
Randolfe Rodrigues	PE	AP	1990	38	Movimento estudantil
Miguel Carvalho		SP			
José Luís Fevereiro	MO	RJ	1978	50	Movimento estudantil
Janira Rocha		RJ	1978	49	Movimento eclesíástico, de moradia e sindical
Aldo Josias Santos	CE	SP		57	Movimento sindical

Edmilson Rodrigues	PA	PA	1975	53	Movimento sindical
Antônio Jorge Almeida		BA			

Dirigente	Direção e em sindicatos	Mandatos
Heloísa Helena		Sim
Babá		Ex-mandatário
Tostão		Não
Edilson Silva	Ferrovários, dirigente da CUT	Não
Mário Agra		Não
Roberto Robaina	Bancários	Não
Luciana Genro		Sim
Martiniano Cavalcante	Direção da CUT	Não
Gilberto Cunha		Não
João Machado		Não
Milton Temer		Ex-mandatário
André Ferrari		Não
Sílvia Santos		Não
Luiz Araújo		Não
Toninho		Não
Gesa Linhares Corrêa	Direção CNTE/ SEPE-RJ	Não
Junia Gouvêa	servidores previdenciários	Não
Marcelo Badaró		Não
Israel Dutra		Não
Jeferson Moura		Não
Mário Azeredo		Não
Alcebiádes Teixeira	SINPPRO/ Presidente da CUT-RJ	Não
Rosi Messias		Não
Afrânio Broppé	Coordenador do DIESE	Ex-mandatário
Edson Miagusko		Não
Pedro Fuentes		Não
Elias Vaz (PP)		Sim
Francisvaldo Mendes	Diretor FETEC e CUT	Não
Fabiano Garrido		Não
Leandro Recife		Não
Rodrigo Pereira		Não
Randolfe Rodrigues		Sim
Miguel Carvalho		Não
José Luís Fevereiro	Não	Não
Janira Rocha	Fundadora do SINDSPREV-RJ	Sim
Aldo Josias Santos		Ex-mandatário
Edmilson Rodrigues	Fundador e líder do SINTEPP, CUT e CNTE	Sim
Antônio Jorge Almeida		Não

Anexo 5: Dados biográficos parlamentares

Parlamentar	Cargo	Gestão mais recente	Gestões anteriores	OCIA	OCIA2	OCIP
Heloísa Helena	Senadora	1999-2007		Vice-prefeita (92-94)	Deputada estadual (95-99)	Vereadora (09-13)
José Nery	Senador	2007-2011		Vereador (97-00/ 01-04/ 05-07)		
Marinor	Senadora	2011-2019		vereadora (97-00/ 01-04/ 05-08)		
Randolfe	Senador	2011-2019		Deputado estadual (99--03/ 03-07)		
Chico Alencar	Deputado Federal	2011-2015	03-07/ 07-11	Vereador (89-92/ 93-96)	Deputado estadual (99-03)	
Ivan Valente	Deputado Federal	2011-2015	95-99/ 01-02 e 03/ 03-07/ 07-11	Deputado Estadual (91-95/ 95-99)		
Luciana Genro	Deputada Federal	2007-2011	03/07/	Deputada estadual (95-99/ 99-03)		
Jean Wyllys	Deputado Federal	2011-2015				
Maninha	Deputada Federal	2003-2007		Deputada distrital (95-98/ 99-02)		
Babá	Deputado Federal	2003-2007	99-03	Vereador (89-90)	Deputado estadual (91-95/ 95-99)	
João Alfredo	Deputado Federal	2003-2007		Deputado Estadual (87-91/ 95-99/ 99-03)		Vereador (09-13)
Fantazzini	Deputado Federal	2003-2007	00-03	Vereador (89-92/ 93-96/ 97-00)		

OCIA: Outros cargos institucionais anteriores; OCIP: Outros cargos institucionais posteriores

Parlamentar	Tendência	Partidos anteriores	Formação	Profissão
Heloísa Helena	ENL	PT (1985-2003) PSOL (Fundadora)	Superior (enfermagem)	Professora universitária
José Nery	APS	PT (?-2005) PSOL (2005)	Superior (Geografia)	Professor de ensino médio
Marinor	APS	PT (?-2005) PSOL (2005)	Superior (Educação Física) Mestranda	Professora Ensino médio
Randolfe	APS	PT (?-2005) PSOL (2005)	Superior completo	Professor universitário (História)
Chico Alencar	I	MDB (1974-1976) PT (1987-2005) PSOL (2005)	Superior (História), Mestrado (educação)	Professor (ensino básico e fundamental) e escritor
Ivan Valente	APS	PT (1980-2005) PSOL (2005)	Superior (matemática e engenharia)	Matemático e engenheiro
Luciana Genro	MÊS	PT (1985-2003) PSOL (Fundadora)	Superior Incompleto (Letras e Direito)	Professora (inglês)
Jean Wyllys	I	PSOL (2009)	Superior (Jornalismo) Mestrado (Letras)	Professor universitário, jornalista, escritor e comunicador
Maninha	APS	PT (1982-2005) PSOL (2005)	Superior (medicina)	Médica
Babá	CST	PT (1981-2003) PSOL (Fundador)	Superior (engenharia) Pós-graduação ()	Professor universitário e engenheiro mecânico
João Alfredo	ENL	PT (1980-2005) PSOL (2005)	Mestrado (direito)	Advogado
Fantazzini	ENL	PT (1987-2005) PSOL (2005-2007) PPS (2007)	Superior (direito)	Advogado

Parlamentar	Naturalidade	UF eleição	Data de nasc.	Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas
Heloísa Helena	Pão de açúcar - AL	AL	06/06/1963	Movimento docente e sindical

José Nery	Pedra Branca - CE	PA	27/03/1959	CEB; movimento sindical rural; movimento estudantil; educador popular; fundador da CUT; diretor do Sindicato dos Empregados em atividades Culturais Recreativas e de Assistência Social; diretor da Federação para assistência social e educacional
Mari nor	Alenquer - PA	PA	07/03/1959	Dirigente do SINTEPP; dirigente nacional da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO)
Rand olfe	Garanhuns - PE	AP	06/11/1972	Movimento estudantil
Chic o Alen car	Rio de Janeiro - RJ	RJ	19/10/1949	Diretor da Juventude Estudantil Católica; Presidente de Grêmio Estudantil; Presidente de Associação de Moradores; Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro; Coordenador do Zonal Norte do SEPE
Ivan Vale nte	São Paulo - SP	SP	05/07/1946	Movimento estudantil. Foi preso e torturado durante a ditadura militar por suas atividades políticas.
Luci ana Gen ro	Santa Maria - RS	RS	17/01/1971	Movimento estudantil e movimento docente
Jean Wyll ys	Alagoi nhas - BA	RJ	10/03/1974	Movimento LGBT; Pastoral da juventude estudantil e Pastoral da Juventude do meio popular.
Mani nha	Januá ria - MG	DF	13/09/1948	Presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília; Executiva Nacional da CUT; Membro da Associação Médica de Brasília; Membro da Federação Nacional dos Médicos; Diretora da Unale.
Babá	Faro - PA	PA	31/10/1953	Presidente da Associação dos Servidores; Diretor da FASUBRA; Diretor, da Executiva Estadual da CUT; Membro da Executiva Nacional da CUT
João Alfre do	Fortal eza - CE	CE	20/11/1958	Assessor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Presidente e Fundador do Instituto Ambiental de Estudos e Assessoria; Presidente da Comissão de Direitos Humanos; membro da OAB-CE
Fant azzin i	Guaru lhos - SP	SP	14/09/1958	Fundador e membro Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Fundador e membro ANAP; Fundador e membro Centro do Trabalhador para a Defesa da Terra Paulo Canarin.